

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS- CAMPUS SOROCABA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO- PPGED-SO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Marriete de Sousa Cantalejo

TEMPO DE TRABALHO, TEMPO DE ESTUDO: EXPERIÊNCIAS DE JOVENS
MULHERES DO COLETIVO DA RAIZ AO FRUTO

SOROCABA
2026

Marriete de Sousa Cantalejo

TEMPO DE TRABALHO, TEMPO DE ESTUDO: EXPERIÊNCIAS DE JOVENS
MULHERES DO COLETIVO DA RAIZ AO FRUTO

Trabalho de Conclusão de Tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos- Campus Sorocaba, para obtenção do título de Doutora da Universidade Federal de São Carlos. Área de Concentração: Educação.

Orientação: Prof. Dr.^a Maria Carla Corrochano

SOROCABA
2026

Cantalejo, Marriete de Sousa

Tempo de trabalho, tempo de estudo: experiências de jovens mulheres do coletivo Da Raiz ao Fruto / Marriete de Sousa Cantalejo -- 2026.
292f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Maria Carla Corrochano

Banca Examinadora: Felipe de Souza Tarábola, Nádia

Maciel Falcão, Marcos Roberto Vieira Garcia, Flávia

Ginzol

Bibliografia

1. Tempo. 2. Juventude. 3. Gênero. I. Cantalejo, Marriete de Sousa. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979

Marriete de Sousa Cantalejo

TEMPO DE TRABALHO, TEMPO DE ESTUDO: EXPERIÊNCIAS DE JOVENS
MULHERES DO COLETIVO DA RAIZ AO FRUTO

Trabalho de Conclusão de Tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos- Campus Sorocaba, para obtenção do título de Doutora da Universidade Federal de São Carlos. Área de Concentração: Educação.

Sorocaba, 17 de abril de 2026.

Orientadora:

Dr. (a) Maria Carla Corrochano

Universidade Federal de São Carlos- UFSCar

Avaliador externo:

Dr.(a) Felipe de Souza Tarábola

Universidade de São Paulo- USP

Avaliadora externa:

Dr.(a) Nádia Maciel Falcão

Universidade Federal do Amazonas- UFAM

Avaliador interno:

Dr. (a) Marcos Roberto Vieira Garcia

Universidade Federal de São Carlos- UFSCar

Avaliadora interna:

Dr.(a) Flávia Ginzol

Universidade Federal de São Carlos- UFSCar

*Ao Coletivo Da Raiz ao Fruto e a meus
frutos Giullia e Mathias.*

AGRADECIMENTO

À espiritualidade, que se fez luz nos dias de incerteza e silêncio. Agradeço a força invisível que sustentou meus passos quando o mundo parecia parar, soprando coragem e intuição nos momentos em que a escrita se tornava um ato de entrega.

Ao Coletivo Da Raiz ao Fruto, meu campo de pesquisa e morada de profundos aprendizados. Agradeço pela parceria genuína, pelo acolhimento que se fez refúgio e pelo cuidado que transbordou em amor e incentivo. Vocês encarnam a força, a garra e o afeto. Mais do que interlocutoras, vocês são a prova viva de que o cuidado comunitário é a resposta mais potente para a sobrevivência em tempos de incerteza. Guardo com carinho os nossos encontros, a alegria ancestral do Panelafro e a força das nossas raízes, que, entrelaçadas, tecem com esperança o amanhã.

À minha orientadora, Maria Carla Corrochano, pela condução firme, intelectualmente provocativa e profundamente generosa. Obrigada por acreditar no potencial deste estudo e por respeitar o meu tempo, oferecendo as coordenadas necessárias para que eu não me perdesse nos labirintos da tese.

Aos membros das bancas de qualificação e defesa, Marcia de Paula Leite, Felipe de Souza Tarábola, Flávia Ginzel, Marcos Garcia e Nádia Maciel Falcão cujas leituras atentas e críticas construtivas lapidaram este trabalho e expandiram meus horizontes teóricos.

Aos professores e colegas, que tornaram a jornada acadêmica menos solitária. Em especial, agradeço ao Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas em Juventude, Gerações e Temas Contemporâneos (JUVGTC), em especial a Caíque Diogo, Michel, Agnes, Flávia Libâneo, Jennifer, Paula e Leonardo, nosso território de trocas e afetos, onde o pensamento crítico floresceu e resistiu em meio ao isolamento.

À UFSCar - Campus Sorocaba, território de produção de saber e resistência, que me acolheu e permitiu o florescimento desta pesquisa. Em especial, agradeço à secretária do curso, Fernanda, cuja dedicação, paciência e cuidado administrativo foram fundamentais para que o percurso burocrático fosse trilhado com leveza e humanidade.

Escrever esta tese foi um ato de sobrevivência em um cenário pandêmico. Entre máscaras, telas e o medo do amanhã, a vida insistiu em pulsar e o conhecimento em se fazer ferramenta de luta e emancipação.

Ao meu companheiro, Bruno, por ser o porto seguro e a calma em meio às tempestades. Obrigada por dividir comigo o peso e a leveza dos dias, por segurar minha mão e por permitir que o silêncio necessário à escrita fosse respeitado com amor e cumplicidade.

Aos meus filhos, Giullia e Mathias, que são a minha mais pura definição de tempo presente e de esperança. Perdoem as ausências necessárias para a conclusão deste ciclo; vocês são a razão pela qual busco compreender o mundo e lutar por temporalidades mais justas e afetuosas.

À minha mãe, Maria, meu primeiro exemplo de cuidado e resistência. Sem o seu suporte e sem a memória viva das nossas ancestralidades, este caminho jamais teria sido trilhado.

A todos que, de perto ou de longe, depositaram um olhar de incentivo sobre este percurso: meu mais profundo muito obrigada.

*Onde existe uma comunidade de
cuidado, a resistência torna-se possível.
Quando cuidamos uns dos outros,
recuperamos o tempo que nos foi roubado
pela produtividade e o devolvemos à vida.
Inspirada em bell hooks*

CANTALEJO, Marriete de Sousa. Tempo de trabalho, tempo de estudo: experiências de jovens mulheres do coletivo Da Raiz ao Fruto. 2026. Tese (Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2026.

RESUMO

Este estudo investiga o papel do Coletivo Da Raiz ao Fruto como espaço de resistência e cuidado comunitário frente ao cenário neoliberal de precarização do trabalho e aceleração social (Rosa, 2019). O objetivo central é analisar em que medida a organização do coletivo possibilita às jovens mães a resignificação das experiências de tempos juvenis e demais temporalidades através do cuidado comunitário. Fundamentada nas sociologias do tempo e do gênero, a tese utiliza as categorias de divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009) e suportes (Martuccelli, 2007) para compreender como as interseccionalidades de raça, classe e território atravessam o uso do tempo. A pesquisa, de caráter qualitativo, envolveu a aplicação de formulários sociodemográficos com 16 jovens, diários de uso do tempo (referentes a quartas-feiras e sábados) com 13 participantes e a realização de 13 entrevistas semiestruturadas entre setembro de 2023 e o primeiro semestre de 2024. Somou-se a esses instrumentos a observação participante ativa realizada entre novembro de 2022 e maio de 2024. Os resultados evidenciam que as jovens tendem a postergar a maternidade e a união conjugal como estratégia para ampliar o tempo dedicado à formação acadêmica, buscando combinar a realização pessoal com uma inserção qualificada no mercado de trabalho. Identificou-se a existência de um "pacto de proteção" geracional, no qual as mães das participantes assumem o trabalho reprodutivo para viabilizar a formação das filhas. Embora as jovens sejam alcançadas por políticas públicas de educação, nota-se uma lacuna em políticas públicas voltadas ao trabalho e ao cuidado para este público. Conclui-se que, apesar da sobrecarga e da dessincronização temporal, o coletivo atua como um suporte essencial e espaço seguro, promovendo vivências de lazer e autonomia que permitem às jovens subverter a lógica do imediatismo e buscar a emancipação temporal.

Palavras-chave: tempo; jovens; coletivo; trabalho; cuidado comunitário; periferia.

CANTALEJO, Marriete de Sousa. Work time, study time: experiences of young women from the Da Raiz ao Fruto collective. 2026. Thesis (doctorate degree in Education) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2026.

ABSTRACT

This study investigates the role of the Da Raiz ao Fruto Collective as a space of resistance and community care in the face of the neoliberal scenario of precarious work and social acceleration (Rosa, 2019). The central objective is to analyze to what extent the organization of the collective enables young mothers to resignify experiences of youth and other temporalities through community care. Grounded in the sociologies of time and gender, the thesis uses the categories of sexual division of labor (Kergoat, 2009) and supports (Martuccelli, 2007) to understand how the intersectionalities of race, class, and territory traverse the use of time. This qualitative research involved administering sociodemographic questionnaires to 16 young women, completing time-use diaries (referring to Wednesdays and Saturdays) with 13 participants, and conducting 13 semi-structured interviews between September 2023 and the first half of 2024. Active participant observation was also used between November 2022 and May 2024. The results show that young women tend to postpone motherhood and marriage as a strategy to increase the time dedicated to academic training, seeking to combine personal fulfillment with qualified entry into the job market. A generational "protection pact" was identified, in which the mothers of the participants assume reproductive work to enable their daughters' education. Although young women are reached by public education policies, a gap is noted in public policies focused on work and care for this population. It is concluded that, despite the overload and temporal desynchronization, the collective acts as an essential support and safe space, promoting leisure experiences and autonomy that allow young women to subvert the logic of immediacy and seek temporal emancipation.

Keywords: time; youth; collective; work; community care; periphery.

CANTALEJO, Marriete de Sousa. Tiempo de trabajo, tiempo de estudio: experiencias de mujeres jóvenes del colectivo Da Raiz ao Fruto. 2026. Tesis (Doctorado en Educación)– Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2026.

RESUMEN

Este estudio investiga el rol del Colectivo Da Raiz ao Fruto como espacio de resistencia y cuidado comunitario frente al escenario neoliberal de trabajo precario y aceleración social (Rosa, 2019). El objetivo central es analizar hasta qué punto la organización del colectivo permite a las madres jóvenes resignificar las experiencias de la juventud y otras temporalidades a través del cuidado comunitario. Fundamentada en las sociologías del tiempo y el género, la tesis utiliza las categorías de división sexual del trabajo (Kergoat, 2009) y apoyos (Martuccelli, 2007) para comprender cómo las interseccionalidades de raza, clase y territorio atraviesan el uso del tiempo. Esta investigación cualitativa consistió en la aplicación de cuestionarios sociodemográficos a 16 mujeres jóvenes, la cumplimentación de diarios de uso del tiempo (correspondientes a miércoles y sábados) con 13 participantes, y la realización de 13 entrevistas semiestructuradas entre septiembre de 2023 y el primer semestre de 2024. También se empleó la observación participante activa entre noviembre de 2022 y mayo de 2024. Los resultados muestran que las mujeres jóvenes tienden a posponer la maternidad y el matrimonio como estrategia para aumentar el tiempo dedicado a la formación académica, buscando combinar la realización personal con una inserción laboral cualificada. Se identificó un "pacto de protección" generacional, en el que las madres de las participantes asumen el trabajo reproductivo para posibilitar la educación de sus hijas. Si bien las mujeres jóvenes se benefician de las políticas de educación pública, se observa una brecha en las políticas públicas centradas en el trabajo y el cuidado de esta población. Se concluye que, a pesar de la sobrecarga y la desincronización temporal, el colectivo actúa como un apoyo esencial y un espacio seguro, promoviendo experiencias de ocio y autonomía que permiten a las mujeres jóvenes subvertir la lógica de la inmediatez y buscar la emancipación temporal.

Palabras clave: tiempo; juventud; colectivo; trabajo; cuidado comunitario; periferia.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 – Remuneração média formal x idade ao morrer	91
Gráfico 2 –Taxas de homicídios	92
Tabela 1 – Perfil das jovens do Coletivo Da Raiz ao Fruto.....	112
Tabela 2 – Diários do uso do Tempo- Quartas-feiras.....	154
Tabela 3 – Diários do uso do Tempo- Sábados.....	161

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS-

- BPC- Benefício de Prestação Continuada
- CAPS- Centro de Atenção Psicossocial
- CCA- Centro para Crianças e Adolescentes
- CRAS- Centro de Referência de Assistência Social
- CRECI- Conselho Regional de Corretores de Imóveis
- EAD- Educação a Distância
- ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio
- ETEC- Escola Técnica Estadual
- FIES- Fundo de Financiamento Estudantil
- FAPESP- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LDB- Lei de Diretrizes e Bases
- LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social
- MEI- Microempreendedor Individual
- ONU- Organizações das Nações Unidas
- PROUNI- Programa Universidade Para Todos
- PUB- Programa Unificado de Bolsas de Estudos para Apoio à Formação de Estudantes da Graduação
- RG- Registro Geral
- SESC- Serviço Social do Comércio
- TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- UFSCAR- Universidade Federal de São Carlos
- UNISA- Universidade de Santo Amaro
- USP- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	QUANTO TEMPO O TEMPO TEM	21
2.1	O TEMPO: ENTRE O RELÓGIO E O CAPITAL	21
2.1.1	A construção social do tempo	21
2.1.2	O tempo no capitalismo industrial.....	24
2.1.3	O tempo no capitalismo contemporâneo	27
2.1.4	O tempo livre.....	37
2.2	AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	40
3	ENTRE SABERES E FAZERES: JUVENTUDE, GÊNERO E AS ENCRUZILHADAS DOS TRABALHOS E DA EDUCAÇÃO	45
3.1	A CATEGORIA JUVENTUDE E SUAS RELAÇÕES TEMPORAIS.....	46
3.1.1	Condição juvenil no Brasil.....	50
3.1.2	As jovens e a superação do hiato de gênero	53
3.2	GÊNERO: CONSTRUÇÃO SOCIAL E ENTRELAÇAMENTOS	57
3.2.1	A divisão sexual do trabalho: desigualdades e resistências	60
3.2.2	O cuidado, a crise do cuidado e o cuidado comunitário.....	67
3.3	O CONTEXTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	75
4	CORPO E TERRITÓRIO: A SEMENTE, A LUTA, O COLETIVO	81
4.1	PERCURSO METODOLÓGICO	81
4.2	JOVENS MULHERES EM TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA: PERIFERIA É PODER!	86
4.2.1	Do concreto ao coração da quebrada- Conhecendo o Jardim Ângela, Jardim São Luís e Capão Redondo	86
4.2.2	Perfil dos distritos de Jardim Ângela, Jardim São Luís e Capão Redondo	89
4.2.3	A periferia segundo as jovens	93
4.2.4	O olhar das jovens sobre a experiência feminina no contexto periférico	97
4.3	RAÍZES EM MOVIMENTO- A HISTÓRIA DO COLETIVO DA RAIZ AO FRUTO..	99
4.3.1	Primeira fase: motivação e composição inicial do coletivo Da Raiz ao Fruto.	100
4.3.2	Fundação do coletivo até a fase de retorno às atividades presenciais.....	103
4.3.3	Retorno das atividades presenciais até os dias atuais	106

5 JOVENS MULHERES EM MOVIMENTO: O PERFIL DAS JOVENS DO COLETIVO DA RAIZ AO FRUTO	111
5.1 TRAJETÓRIAS EM MOVIMENTO: O PERCURSO DAS JOVENS E JOVENS ADULTAS.....	115
5.1.1 Jovens.....	115
5.1.2 Jovens- adultas.....	128
6 IMERSÃO E CONVIVÊNCIA: OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NO COLETIVO DA RAIZ AO FRUTO	137
6.1 VIVÊNCIAS E TEMPORALIDADES DO COLETIVO DA RAIZ AO FRUTO- PRIMEIRAS IMPRESSÕES DO CAMPO PESQUISADO.....	137
6.2 A INCORPORAÇÃO DO ESPAÇO FRUTINHOS NO CONTEXTO DO PANELAFRO E ALGUNS DESAFIOS.....	139
6.3 MINHA INSERÇÃO NO CAMPO ENQUANTO MULHER E PESQUISADORA ...	142
6.4 MATERNIDADE E RESISTÊNCIA NAS MARGENS	143
6.5 REPLANTANDO A ÁRVORE: NOVOS SÍMBOLOS, NOVAS VIDAS	144
6.6 COLETIVIDADE E RENDA- A AMPLIAÇÃO DAS INICIATIVAS EMPREENDEDORAS DO GRUPO.....	145
6.7 COLETIVO DA RAIZ AO FRUTO EM AÇÃO- REGISTRO NA “FEIRA DO CHICO”	147
6.8 O LANÇAMENTO DO LIVRO “VERSOS DE UMA NOITE DE OUTONO E OUTRAS NOITES... A MÃO QUE DEIXA A ESMO NÃO É A MESMA QUE COLHE OS FRUTOS”	148
6.9 A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NO COLETIVO DA RAIZ AO FRUTO	150
7 ENTRE O ANTES, DURANTE E O AGORA: AS VIVÊNCIAS TEMPORAIS DAS JOVENS DO COLETIVO DA RAIZ AO FRUTO	153
7.1 OS DIÁRIOS DO USO DO TEMPO.....	153
7.1.1 Os diários do uso do tempo- quartas-feiras.....	154
7.1.2 Os diários do uso do tempo dos sábados.....	161
7.2 REFLEXÕES TEMPORAIS DAS JOVENS ENTREVISTADAS A PARTIR DOS DIÁRIOS DO USO DO TEMPO	163
7.2.1 Estruturas invisíveis do cotidiano- o trabalho reprodutivo.....	163
7.2.2 O poder do prazo e a retirada da autonomia	173
7.3 TEMPO E JUVENTUDE.....	177

7.3.1	Jovens (20 a 24 anos)	177
	7.3.1.1 “Juventude é uma pessoa que se desculpa, me perdoa”	177
	7.3.1.2 “A gente precisa o tempo todo pensar um passo à frente”	183
	7.3.1.3 “Nossa, minha mãe não teve liberdade de nada, ela vivenciou muita repressão, engravidou cedo e foi expulsa da igreja”	187
7.3.2	Jovens- adultas (25 a 29 anos)	190
	7.3.2.1 “O que as pessoas consideram jovial eu ainda tenho isso dentro de mim”	190
	7.3.2.2 “Bom, realidades totalmente diferentes- Ela tinha menos tempo ainda”	193
7.4	A COMBINAÇÃO ENTRE TEMPO DE ESTUDO E TEMPO DE TRABALHO	196
7.4.1	Jovens (20-24 anos)	196
	7.4.1.1 “Eu trabalho, eu estudo, eu sou professora”	196
	7.4.1.2 “Minha mãe não teve oportunidade de estudar, então ela quer muito que eu estude”	202
	7.4.1.3 “Nossa, eu quero muito conseguir levar o meu trabalho para mais pessoas. E pessoas daqui também, da região, né?”	204
7.4.2	Jovens- adultas (25 a 29 anos)	217
	7.4.2.1 “Eu fico exausta, estudo, trabalho e ainda tem os afazeres domésticos. Parece que nada é suficiente nunca, né?”	217
	7.4.2.2 “Não me imagino daqui há alguns anos desempenhando a mesma atividade que eu tô agora”	226
7.5	TEMPO DO COLETIVO	230
7.5.1	“O coletivo Da Raiz ao Fruto para mim é apoio, suporte e afeto”	230
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	243
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	252
	ANEXO - A	265
	ANEXO – B	268
	ANEXO – C	280
	ANEXO – D	281
	ANEXO – E	282

ANEXO F	286
ANEXO G.....	287

1 INTRODUÇÃO

O som vibrante do Panelafro não era composto apenas por batuques, músicas e diálogos, mas também pelos balbucios de Nicole, uma criança que aparentava ter quase dois anos e circulava entre colos e olhares atentos. Enquanto sua mãe, Kiara, mergulhava na intensidade das atividades, a pequena Nicole tornava-se filha de todo o coletivo. Ali, o cuidado não era uma tarefa isolada ou um fardo individual, mas um fluxo de afeto compartilhado que permitia às jovens mulheres a rara experiência de vivenciar o tempo da juventude sem as amarras da exclusão. Quando Gabriela, segurando Nicole, revelou que as primeiras palavras da bebê haviam sido pronunciadas ali, dentro daquele quilombo urbano, ficou nítido que o grupo não apenas participava de eventos: elas teciam uma rede de cuidado comunitário. Ao ocuparem as lacunas deixadas pela ausência do Estado, essas jovens transformavam o coletivo em um território de experimentação política e subjetiva, em que a maternidade não interrompia a militância, mas era por ela abraçada.

O coletivo Da Raiz ao Fruto foi fundado em setembro de 2021, durante o crítico cenário da pandemia da covid-19. Mais do que uma iniciativa de empreendedorismo, o grupo nasceu como uma resposta política e à negligência do Estado, cuja ausência de políticas públicas básicas — como o acesso precário a creches e a falta de mobilidade urbana eficiente — sobrecarrega severamente as jovens mulheres periféricas. Diante dessa omissão institucional, a rede nasceu para suprir o que o poder público falha em prover, permitindo a combinação entre trabalho e maternidade em um período de crise, ressignificando as relações do grupo com o tempo, além de configurar uma ruptura necessária com o machismo persistente em coletivos mistos. Ao optarem por uma rede de jovens mulheres inicialmente, as fundadoras Kiara¹ e Gabriela estabeleceram um território de segurança e fortalecimento mútuo.

O coletivo fundamenta-se na autonomia, financiando suas atividades por meio da comercialização de produtos sustentáveis gerados pelo próprio grupo. Geograficamente, as jovens se localizam no extremo Sul de São Paulo — abrangendo os distritos do Jardim São Luís, Jardim Ângela e Capão Redondo. Nesses territórios, onde a organização coletiva pulsa como resposta histórica às ausências estatais, o grupo tece suas redes de sobrevivência.

O grupo cresceu e passou a acolher pessoas para além das jovens mulheres. Em 2024, a rede contava com 22 jovens mulheres de 20 a 29 anos — com três delas na coordenação, 13 mulheres com mais de 30 anos e um homem transgênero de 29 anos. Essa composição

¹ Kiara deixou de integrar o coletivo em 2023.

multigeracional e diversa reafirma o compromisso do coletivo Da Raiz ao Fruto com a construção de uma rede de cuidado comunitário que é afetiva e territorial.

Sob essa ótica, a relevância desse estudo reside na articulação entre o tempo contemporâneo, a juventude e o cuidado comunitário. Tomando como campo de pesquisa o coletivo Da Raiz ao Fruto. Ao investigar este coletivo, a pesquisa revela como jovens mulheres periféricas confrontam a ausência de tempo, os trabalhos precarizados e o cuidado com terceiros.

Nesse contexto, a juventude emerge como uma categoria analítica central, uma vez que a experiência juvenil e a temporalidade se influenciam mutuamente (Melucci, 1997). Os jovens não apenas vivenciam o tempo; eles encarnam as tensões entre as aspirações individuais e as pressões da estrutura social. Imersos em uma realidade pulverizada, esses sujeitos enfrentam um "cruzamento temporal" entre as heranças do passado, as urgências do presente e as incertezas do futuro, resultando em uma vivência tridimensional e complexa (Franch, 2018). Investigar a juventude torna-se, portanto, um caminho para decifrar as novas formas de habitar um tempo pautado pelo imediatismo.

Para as juventudes periféricas, esse cenário manifesta-se no "roubo do tempo" cotidiano: longos deslocamentos, vínculos laborais precários — como o trabalho por plataformas (Abílio, 2021), as exaustivas jornadas 6 por 1 e os "empreendedores de si" (Machado da Silva, 2002). Sem garantias previdenciárias, os jovens constituem essa massa trabalhadora o "novo proletariado" (Antunes, 2018) ou os "precarizados" (Rosa, 2022). Esse processo evidencia como o tempo produtivo, ao buscar a centralidade absoluta sufoca as temporalidades de menor "prestígio social" — como o tempo livre—, historicamente combatidas por mecanismos de regulação que precedem a própria difusão do relógio.

Tal exploração não é neutra: ela se manifesta de forma distinta entre gêneros, aprofundando desigualdades estruturais (Bhattacharya, 2023). O controle sobre a força de trabalho feminina — tanto na produção quanto na reprodução social — é um pilar desse sistema, que naturaliza a subordinação das mulheres ao invisibilizar as tarefas essenciais à manutenção da vida (Arruzza, 2019).

A divisão sexual do trabalho ganha força com as dinâmicas neoliberais, que transferem para o indivíduo responsabilidades que antes eram vistas como sociais (Fraser, 2020). Nesse cenário, enquanto os homens ocupam a maior parte dos espaços de poder e decisão (Kergoat, 2009), as mulheres — especialmente as de classes populares e grupos racializados — carregam o peso do trabalho reprodutivo. Esse conceito inclui as tarefas de cuidado com terceiros e os

afazeres domésticos, remunerados (na esfera produtiva) ou não (na esfera privada e/ou familiar), que sustentam a vida cotidiana. Como resultado, elas acabam em empregos instáveis e mal remunerados, repetindo no mercado de trabalho a mesma lógica de cuidado invisível que já exercem em casa (Arruzza, 2019).

Como resposta a essa sobrecarga estrutural, emergem táticas de resistência fundamentadas no cuidado comunitário (Faur, 2024) ou no que se define como cuidado como ajuda (Guimarães e Hirata, 2020). Essas iniciativas, muitas vezes nomeadas por solidariedade, sustentam-se em redes de reciprocidade que foram intensificadas durante a pandemia da covid-19. Tais articulações são protagonizadas, fundamentalmente, por mulheres negras (Guimarães, 2024), que convertem a urgência da sobrevivência em infraestruturas coletivas de suporte (Martuccelli, 2007).

O sujeito constitui-se no mundo amparado por suportes sociais e infraestruturas de apoio. O coletivo funciona para as jovens como um suporte (Martuccelli, 2007). O suporte coletivo oferece às jovens os recursos práticos — como o cuidado com as crianças, o trabalho através dos empreendimentos e o lazer— e os recursos simbólicos, como o sentimento de pertença. Sem essa rede de vínculos, potencializada pela convivência coletiva mesmo sob as limitações da pandemia, a precariedade poderia levar a individualidade dos riscos. O coletivo é um suporte de sustentação do cuidado comunitário e conseqüentemente das jovens e possibilidades de vivências temporais.

O pertencimento ao coletivo Da Raiz ao Fruto configura uma experiência social singular, na qual a identidade das jovens é constituída pela tensão entre a necessidade prática de suporte e a identificação política e afetiva. Nesse espaço, o laço social não é um dado prévio, mas uma construção ativa: as participantes não estão apenas inseridas em um grupo, elas o produzem continuamente. Ao articularem essa rede, produzem a si mesmas como sujeitos autônomos, em um processo de subjetivação que as retira da condição de espectadoras das próprias vidas (Dubet, 1994). Essa emergência do sujeito autônomo é o que possibilita um novo olhar sobre os percursos dessas jovens, exigindo uma compreensão de trajetória que não se limite aos marcos institucionais tradicionais.

Nesta pesquisa, o conceito de trajetória é compreendido para além de um percurso linear ou puramente institucional, afastando-se de uma visão restrita ao acúmulo de etapas escolares e ocupacionais. Adota-se, conforme as contribuições de Dayrell (2002), uma perspectiva que desloca a trajetória para o campo da subjetividade e da sociabilidade, entendendo-a como a

capacidade das jovens de ressignificarem sua existência em meio às tensões de um mercado de trabalho marcado por 'bicos e empregos precários' (Dayrell, 2002, p. 122).

Essa dinâmica de atuação coletiva proporciona uma vivência temporal alternativa ao imediatismo produtivo. Em territórios onde as políticas públicas de cuidado e políticas de trabalho são escassas e as políticas educacionais, embora presentes, muitas vezes não dão conta das complexidades da vida periférica, o coletivo emerge como uma infraestrutura vital.

Ele atua como o espaço que permite a essas jovens mudar a 'rota' de uma vida restrita à sobrevivência, viabilizando a construção de uma trajetória que extrapola a esfera do trabalho. Ao garantir o acesso ao lazer, ao aprendizado e ao fortalecimento mútuo, o coletivo possibilita que elas deixem de estar limitadas às carências estruturais para se tornarem sujeitos capazes de 'ressignificar a sua trajetória, criando formas próprias de ser jovem' (Dayrell, 2002, p. 124). Portanto, analisar essas trajetórias sob a lente do coletivo significa observar como o engajamento comum produz novos sentidos de presente e futuro onde o Estado e as instituições clássicas apresentam lacunas.

Apesar das opressões estruturais que as cercam, as integrantes do coletivo empenham-se em estabelecer-se como uma expressão de resistência nas margens. A própria formação do grupo constitui um ato político contra um sistema que invisibiliza suas existências e expropria suas temporalidades. Assim, a busca constante por ressignificação — operada por meio de estratégias de sobrevivência coletiva e transformação social — caracteriza o coletivo como um potente ato de resistência, capaz de converter a precariedade em autonomia e o cuidado em uma ferramenta de luta comum.

Diante disso, a pergunta dessa pesquisa é “Em que medida a organização do coletivo Da Raiz ao Fruto possibilitou as jovens através do cuidado comunitário a ressignificação das experiências de tempos juvenis e demais temporalidades?”

A hipótese que norteia este trabalho sustenta que a organização do coletivo Da Raiz ao Fruto, fundamentada no cuidado comunitário, atua como um mecanismo potente de ressignificação das experiências temporais. Ao estabelecer a partilha de responsabilidades e o suporte mútuo, o grupo possibilita que essas jovens mulheres transcendam a lógica da sobrevivência imediata — radicalizada pelo cenário pandêmico — e resgatem vivências fundamentais da juventude, como o lazer. Dessa forma, o cuidado comunitário abre fendas no tempo produtivo, permitindo a experimentação de "outros tempos".

Tendo por objetivos específicos: a) analisar a gênese e a consolidação da racionalidade temporal moderna, discutindo a transição do tempo orgânico/cíclico para o tempo linear do

capital e como a aceleração social (Rosa) opera como um mecanismo de alienação e controle sobre os sujeitos contemporâneos; b) investigar as intersecções entre juventude, tempo e gênero; c) Caracterizar o território do extremo sul de São Paulo (Jardim Ângela, São Luís e Capão Redondo) como espaço de resistência, reconstruindo a memória e a história do Coletivo Da Raiz ao Fruto para compreender como o pertencimento coletivo emerge como resposta às ausências estatais; d) mapear o perfil sociodemográfico e as trajetórias biográficas das jovens e jovens-adultas do coletivo, evidenciando como marcadores de raça, classe e idade condicionam suas identidades e suas formas de habitar a cidade e o tempo; e) desvelar as práticas de cuidado comunitário e as dinâmicas de geração de renda no cotidiano do coletivo, analisando por meio da imersão em campo como o grupo se ressignifica e cria infraestruturas de suporte que subvertem a lógica da precarização; f) avaliar os impactos do suporte coletivo na autonomia temporal das participantes, confrontando as tensões entre o "tempo produtivo" (trabalho) e o "tempo reprodutivo" (afazeres domésticos/ cuidado), a fim de identificar fissuras na aceleração social que permitam a recuperação de vivências de liberdade e lazer.

O interesse por essa temática originou-se durante a minha pesquisa de Mestrado, realizada entre os anos de 2017 e 2019. Naquela ocasião, investiguei jovens e adolescentes que frequentavam turmas diurnas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Ao analisar as relações estabelecidas entre trabalho e estudo, observei que as jovens mulheres apresentavam uma dinâmica distinta com o tempo, marcada por uma sobrecarga de tarefas produtivas e reprodutivas. Esse cenário permitiu compreender que a temporalidade se manifesta de formas variadas, conforme as particularidades dos sujeitos que a vivenciam. Ademais, refletir sobre essas experiências levou-me a ponderar acerca dos meus próprios tempos sociais, uma vez que, enquanto jovem, eu já dividia minha centralidade entre tempos de trabalhos e tempos de estudos.

Movida por essa inquietação, ingressei, em 2021, no curso de Doutorado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), campus Sorocaba. O projeto de pesquisa que originou esta tese intitulava-se, à época, “Jovens Periféricas: EJA, organização do tempo e trabalho”, dando início a esta intensa jornada acadêmica. Paralelamente, por intermédio de minha orientadora, a professora Maria Carla Corrochano — que coordenava o projeto da FAPESP intitulado “Coletiva Jovem: um projeto de pesquisa e ação para suporte aos coletivos juvenis de produção nas periferias de São Paulo e Buenos Aires” adentrei o mundo dos coletivos juvenis. Integrei essa iniciativa, iniciada em 2020 (pouco antes do período pandêmico), até seu

encerramento em 2022. A participação no “Coletiva Jovem” foi fundamental para viabilizar o acesso ao campo de estudo aqui apresentado: as integrantes do coletivo Da Raiz ao Fruto.

Algumas informações do projeto “Coletiva Jovem” são importantes para o delineamento desta tese. O objetivo central da iniciativa foi “[...] corroborar o processo de elaboração de políticas públicas de trabalho para a juventude, políticas sobretudo direcionadas a jovens moradores das periferias com experiências individuais ou coletivas de geração de trabalho e renda” (Corrochano e Tarábola, 2023, p. 3). A pesquisa abrangeu 208 jovens e apresentou uma estruturação colaborativa: além de pesquisadores universitários, contou com jovens pesquisadores atuantes nos próprios territórios, que realizaram as interlocuções diretas. Tal fator foi determinante para o êxito da investigação, cujo campo de estudo concentrou-se em jovens empreendedores e integrantes de coletivos nas Zonas Leste e Sul de São Paulo.

Ademais, os resultados do projeto “Coletiva Jovem” que convergem com esta investigação indicam que: a) a maioria dos jovens ocupa postos de trabalho precários, múltiplos e informais; b) expressiva parcela dos sujeitos almeja subsistir exclusivamente de seu trabalho produtivo, seja em coletivos ou em empreendimentos próprios; c) apenas 25% dos participantes possuem vínculo com empregos formais; d) as dificuldades de inserção no mercado de trabalho já eram relatadas pelos jovens antes mesmo do período pandêmico; e) parte considerável do público pesquisado sofreu redução de renda durante a pandemia; f) houve uma intensificação do trabalho reprodutivo para as mulheres no contexto pandêmico; g) coletivos culturais enfrentaram obstáculos para realizar atividades artísticas sem a presença física do público; h) o tempo dedicado ao trabalho produtivo sobrepôs-se ao tempo de estudos durante a crise sanitária; i) os jovens organizaram-se coletivamente durante a pandemia como estratégia de sobrevivência e resistência (Corrochano e Tarábola, 2023).

Nesse sentido, estabeleci meu primeiro contato com uma das coordenadoras do coletivo Da Raiz ao Fruto em novembro de 2021, visto que ela integrava o projeto “Coletiva Jovem”. Iniciar a pesquisa no contexto pandêmico representou um desafio significativo, dadas as medidas sanitárias restritivas que impediam aglomerações e, por conseguinte, atividades presenciais. Diante desse cenário, foi necessário aprofundar o vínculo com o coletivo e realizar as observações iniciais de maneira remota. Posteriormente, com o controle da pandemia e a retomada das atividades presenciais das quais o grupo participava, foi possível transpor as observações para o formato de campo.

As investigações remotas iniciaram-se em janeiro de 2022, por meio da rede social Instagram e do grupo de WhatsApp mantido pelas jovens até a atualidade. Em setembro do

mesmo ano, realizei entrevistas exploratórias e, em novembro, as observações passaram a ser presenciais. Entre o segundo semestre de 2023 e o primeiro semestre de 2024, procedi à aplicação dos formulários sociodemográficos, dos diários de uso do tempo e das entrevistas. Ao todo, foram coletados 16 formulários e 13 diários de uso do tempo referentes a quartas-feiras, além de outros 13 correspondentes ao sábado; completaram o corpus de análise 13 entrevistas semiestruturadas.

A partir do levantamento de campo e do material coletado, a presente pesquisa, orientada pela problemática e pelos objetivos anteriormente elencados, organiza-se em oito seções. Sendo a seção 1 a introdução.

A seção 2 - Quanto tempo o tempo tem. Dedicada à fundamentação teórica sobre o tempo, esta seção analisa a transição do tempo da natureza para o tempo do relógio imposto pelo capital. Discute as nuances do tempo no capitalismo contemporâneo, a expropriação do tempo livre e como as atuais relações de trabalho impactam a organização da vida social e a autonomia dos sujeitos sobre suas próprias vidas.

A seção 3- Entre saberes e fazeres: Juventude, gênero e as encruzilhadas dos trabalhos e da educação. Explora a categoria juventude em sua complexidade brasileira, cruzando-a com as perspectivas de gênero e tempo. Esta seção aprofunda a discussão sobre a divisão sexual do trabalho, a crise do cuidado e a emergência do cuidado comunitário como resposta às ausências do Estado. Analisa-se aqui como o hiato de gênero e a sobrecarga reprodutiva moldam a relação das jovens com o estudo e o trabalho.

A seção 4- Corpo e território: A semente, a luta, o coletivo. Descreve o percurso metodológico e as especificidades do território (Jardim Ângela, Jardim São Luís e Capão Redondo). A seção resgata a história do coletivo Da Raiz ao Fruto, desde sua motivação inicial na pandemia até sua consolidação multigeracional. É o momento em que a pesquisa territorializa a teoria, apresentando a periferia como um espaço de potência e resistência feminina.

A seção 5– Jovens mulheres em movimento: O perfil das integrantes. Concentra-se na dimensão subjetiva da pesquisa, apresentando individualmente as participantes. Esta seção divide as integrantes em dois grupos: jovens (20 a 24 anos) e jovens-adultas (25 a 29 anos), mapeando seus percursos de vida para compreender como as experiências de classe e raça influenciam suas identidades e o pertencimento ao grupo.

A seção 6 – Imersão e convivência: Observação participante. Relata os achados da observação participante ativa, detalhando o cotidiano do coletivo, os desafios da

maternidade nas margens e a articulação entre coletividade e geração de renda. Esta seção reflete sobre o papel da pesquisadora em campo e analisa as práticas concretas do grupo, como o espaço "Frutinhas" e as feiras.

A seção 7 – Entre o antes, durante e o agora: As vivências temporais. Apresenta a análise dos diários de uso do tempo, cruzando os registros de quartas e sábados com as entrevistas. Esta seção de análise revela as "estruturas invisíveis" do trabalho reprodutivo e discute como a organização coletiva permite às jovens negociar o tempo de estudo, trabalho e lazer, evidenciando o poder do suporte comunitário na recuperação da autonomia temporal. E a última seção (8) é dedicada às considerações finais.

2 QUANTO TEMPO O TEMPO TEM

“Tô aqui pra dizer que tempos melhores virão, mas às vezes a certeza é que não vou estar aqui para vive-los. A cada dia que passa o relógio biológico nem tá mais intacto. O pulso que ainda pulsava de vez em quando falha.”

Cândido (2023, p.92)

Neste capítulo, procura-se compreender como surgiu e se desenvolveu a noção de tempo ao longo da história e das diferentes sociedades. Parte-se de uma concepção inicial de tempo ancorada nos ritmos da natureza e humanos, como as batidas do coração, passando por uma progressiva racionalização e linearização (passado, presente e futuro), até alcançar a concepção atual de um tempo acelerado, fragmentado e pulverizado com base nas dinâmicas e urgências do presente.

Nesse contexto, destaca-se a influência da racionalidade neoliberal na formatação do tempo contemporâneo. Tal constituição é promotora de uma intensificação das temporalidades voltadas ao trabalho, em uma tentativa sistemática de sobrepor o tempo produtivo às demais dimensões da vida social. Essa lógica não apenas precariza as relações de trabalho, como também introjeta no sujeito a responsabilidade individual por eventuais insucessos diante das exigências ilimitadas do mercado, subordinando a subjetividade e os ritmos de vida à métrica exclusiva do capital.

2.1 O TEMPO: ENTRE O RELÓGIO E O CAPITAL

2.1.1 A construção social do tempo

A experiência humana com o tempo transcende a mera sucessão cronológica de eventos; ela se estabelece como uma das mais fundamentais estruturas sociais que moldam a ação, a percepção e a própria organização da convivência. Embora o tempo pareça ser um dado natural e universal – uma entidade fluida e independente da ação humana –, a sociologia demonstra que ele é, na verdade, uma construção social complexa, historicamente contingente e profundamente imbricada com as relações de poder e produção.

A jornada para conceitualizar o tempo iniciou-se nas necessidades pragmáticas das civilizações antigas. O período Neolítico, marcado pela sedentarização e pela crescente demanda por uma produção alimentar estável, impulsionou o desenvolvimento de sistemas de medição ligados à observação astronômica (Martins e Zanetic, 2002). Culturas como as da

Mesopotâmia e do Egito recorreram a instrumentos como os nilômetros para mapear os ciclos do Rio Nilo, estabelecendo uma correlação direta entre os movimentos celestes e a fertilidade agrícola. Esta relação primitiva com a natureza gerou os primeiros calendários, estruturando a vida social em torno de eventos previsíveis de semeadura e colheita. Em contextos como a Grécia Antiga, essa complexidade já se manifestava na coexistência de calendários distintos para a esfera religiosa e para a gestão política, evidenciando que a cronologia sempre esteve carregada de função prática e simbólica na ordenação do espaço-tempo (Haubert, 2019).

A representação simbólica inicial do tempo, inerente a essas culturas, era predominantemente cíclica. O tempo era experienciado como um processo de renovação ininterrupta, ditado por uma lei primordial manifestada na repetição observável dos ritmos naturais – a alternância diurna e noturna, as fases lunares e os ciclos estelares (Melucci, 1996). Nessa cosmovisão, nada era permanentemente adquirido ou perdido; a ordem do tempo ecoava a ordem cósmica, mitigando a urgência da quantificação precisa.

A análise da experiência temporal, conforme defendido por Bessin (1998), inspirando-se nos gregos, exige a distinção conceitual entre duas dimensões coexistentes na percepção humana: *Chronos* e *Kairos*. Esta dualidade oferece uma lente crítica fundamental para entender como a sociedade moderna privilegiou uma sobre a outra.

Chronos representa a dimensão do tempo linear, contínuo, abstrato e quantificável. Bessin (1998, tradução nossa, p.61) define-o como “o tempo linear, objetivado e mensurável do relógio”, um tempo matemático e racional que se assimila a um espaço, ou um recipiente, a ser preenchido com atividades mensuráveis.

A lógica de *Chronos* impõe a gestão de prazos e a organização por meio de cronogramas, tratando a duração como uma quantidade que pode ser calculada e alocada. O “quando?” em *Chronos* é expresso em termos de “quantos?” ou “em que época?” (Bessin, 1998). Essa dimensão é a base da racionalidade técnica, permitindo a distribuição de atividades em um vazio pré-existente, o que é essencial para a eficiência moderna.

Em oposição, *Kairos* trata da qualidade do momento e da ética da intervenção humana. É a dimensão onde o tempo se entrelaça com a ação e a escolha. Aqui, a pergunta fundamental não é “quanto tempo decorreu?”, mas sim “como e em relação a quem a ação se manifesta?”.

Como Bessin (1998, p.64, tradução nossa) observa, “Nesta dimensão *Kairos* da experiência do tempo, o ‘quando?’ não é mais expressa em termos de ‘quanto?’, mas em termos de ‘como?’, ‘em que momento?’, ‘em relação a quem, a quê?’”. *Kairos* implica um poder ativo do sujeito sobre o tempo, subvertendo a passividade inerente à submissão incondicional ao

fluxo linear. A tensão entre estas duas concepções é o motor da transformação histórica da temporalidade.

A transição do pensamento cíclico para o linear, prenunciada pela tradição judaico-cristã com a noção de um início (criação) e um fim (juízo final) históricos, foi secularizada e intensificada na modernidade, passando a ser focada na ideia de progresso contínuo (Melucci, 1996). Essa nova linearidade, desvinculada dos ritmos naturais, exigiu novos e mais precisos métodos de mensuração.

A Idade Média, anterior ao século XIII, não demandava a exatidão do tempo; as referências eram baseadas em credos religiosos ou no ciclo solar (Brito, 2016). Contudo, o desenvolvimento da urbanização e, crucialmente, a expansão do comércio europeu, tornaram as medições rudimentares insuficientes para regular a vida econômica (Brito, 2016).

A materialização dessa necessidade de precisão e simultaneidade ocorreu com a ascensão do relógio mecânico nos séculos XIV e XV. A partir deste ponto, o tempo se tornou uma entidade abstrata, homogênea e divisível, como o dinheiro. O relógio transforma o tempo em um caminho abstrato através do espaço, tornando a duração constante, independente do contexto vivenciado (Melucci, 1996). Essa padronização instrumentaliza a vida, submetendo a experiência subjetiva e a rica temporalidade do *Kairos* ao ditame frio do *Chronos* mecânico.

A sociologia clássica reconheceu que essa padronização temporal não é apenas técnica, mas profundamente enraizada na estrutura social, caracterizando-se como uma categoria coercitiva. Diante disso, a sociologia do tempo se consolida ao desafiar a visão clássica, como a kantiana, que define o tempo como uma forma inata e subjetiva de representação. Em contraposição, a tradição sociológica, iniciada por Durkheim (1963), postula o tempo como uma construção fundamentalmente social, essencial para a estrutura da coexistência humana.

Durkheim (1963) firmou o tempo como uma categoria do conhecimento de origem social. Sua análise, de caráter macrossociológico, retira o foco do indivíduo e o coloca na esfera coletiva. Para ele, o tempo não é apenas um conceito; é um elemento regulador da atividade coletiva, um verdadeiro fato social dotado de natureza coercitiva. Os esquemas temporais impostos pela coletividade funcionam como normas, e o seu desrespeito acarreta sanções, evidenciando a supremacia do coletivo sobre a experiência individual.

Elias (1998) desenvolve essa ideia ao explorar a articulação entre o tempo linear (mensurável) e o tempo social (imaterial). Elias (1998) argumenta que a percepção temporal é uma síntese desenvolvida por meio da aprendizagem e da transmissão de experiências coletivas.

O tempo social torna-se, assim, um sistema que disciplina as áreas da vida e molda a personalidade através da socialização, adquirida desde a infância.

A manutenção dessa ordem se dá pela materialização do tempo social nos instrumentos lineares (relógios e calendários), que impõem uma coerção social sutil. Esta pressão, descrita como “relativamente discreta, comedida, uniforme e desprovida de violência, mas que nem por isso se faz menos onipresente” (Elias, 1998, p. 21/22), força os sujeitos a uma autorregulação temporal, que se incorpora à sua identidade.

O aprofundamento da análise revela como essa coerção se torna invisível. Como aponta Melucci (1996), a experiência do tempo é tão fluida e envolvente que, embora intuitivamente compreendida, torna-se difícil de ser definida cientificamente, exigindo, por vezes, o uso de metáforas ou da linguagem científica para ser expressa.

Essa dificuldade em isolar o tempo de nossa vivência leva ao ponto culminante da construção social: a naturalização. Bruni (1991) e Tabboni (2006) reforçam que, quando o tempo se ajusta à realidade, ele se torna indistinguível da vida, formando um sistema único. Cardoso (2007) complementa, explicando que as situações temporais mais frequentes, as que constituem o cotidiano da maioria, não são percebidas como construções sociais, mas sim como o destino normal de todos.

Essa capilaridade do tempo social demonstra que ele está intrínseco às vivências, sendo interpretado e reconfigurado ao longo da história.

2.1.2 O tempo no capitalismo industrial

A análise da sociedade capitalista industrial exige uma compreensão profunda de como o tempo deixou de ser uma experiência socialmente regulada para se tornar uma entidade abstrata, quantificada e, fundamentalmente, expropriada. A transformação da duração em uma mercadoria homogênea é o motor da nova ordem produtiva.

A materialização dessa padronização se deu pela difusão dos relógios, instrumentos que funcionam como máquinas, impondo uma medição temporal constante e divisível, independente do contexto vivenciado (Melucci, 1996). Conforme Elias (1998), a maneira como medimos o tempo está intrinsecamente ligada à estrutura das relações sociais e de poder. Melucci (1996) em concordância com Elias (1998, p.10) elucida que

Observar uma vela queimando lentamente ou a areia escorrendo em uma ampulheta é uma experiência perceptiva e espacial; a duração é preenchida com referentes sensoriais e uma relação é estabelecida com o elemento material. Um relógio transforma o tempo em uma trajetória abstrata através do espaço, embora seus ponteiros em movimento ainda mantenham uma relação física entre a percepção

visual e a medição do tempo. Na abstração mecânica e padronização da duração que o relógio realiza, no entanto, ainda persiste uma referência constante à sequência e ao fluxo, tornada visível pela relação entre os vários pontos no mostrador. Quando dizemos, 'São cinco minutos antes ...' ou 'São dez minutos depois ...' estamos usando uma medição perceptiva do tempo que ainda envolve uma relação física com o espaço, seja ele não mais do que o pequeno circuito percorrido pelos ponteiros do relógio.

Thompson (1998) compreende que o controle que permeia o tempo de trabalho é antecessor à difusão do relógio, sendo a igreja uma grande aliada dos empregadores no controle do tempo. Esta instituição religiosa recebia doações para que os relógios soassem em horários pré-estabelecidos. Os horários que os sinos tocavam indicavam o momento que os trabalhadores deveriam acordar para mais um dia de trabalho ou descansar para o próximo, ou seja, havia tanto a regulação do tempo de trabalho quanto do tempo livre. Logo, “[...] sempre que os homens estavam em posição de controlar a sua própria vida de trabalho, alternavam os períodos de labuta intensa com os de completa preguiça (Thompson, 1998, p. 59)”. Nesta época, os preços dos relógios eram inacessíveis à população, de modo que eram considerados artefatos de luxo. Assim, buscava-se atingir uma administração eficiente do tempo.

Melucci (1996, p.13/14) entende que a sociedade moderna, fruto do capitalismo industrial, resultou em uma configuração temporal caracterizada por duas representações essenciais: a *máquina* e o *objetivo* e complementa

O tempo do relógio mecânico não é marcado pelos ciclos do dia e da noite, das estações, do nascimento e da morte, e não está mais vinculado à percepção humana. O tempo medido por máquinas é um padrão universal que permite a comparação e troca de valores, desempenhos e recompensas. É uma quantidade homogênea. Como o equivalente do dinheiro, é em si um intermediário neutro em qualidade que entra em todos os cálculos nos quais a racionalidade instrumental é fundada. Na organização do trabalho e nos balanços das empresas, na vida cotidiana e no calendário público, o tempo mecânico não faz distinção entre a experiência individual e o ritmo da sociedade; tudo pode ser medido, dividido e calculado usando o padrão de medida da quantidade. (tradução nossa)

A medição do tempo realizada pelo relógio deve ser considerada como uma representação que pode não corresponder à experiência subjetiva. A vivência temporal frequentemente se revela discrepante em relação à indicação horária fornecida pelo relógio.

A materialização dessa discrepância na sociedade capitalista ocorre pelo controle exercido sobre o tempo dos indivíduos, focando-se na administração do tempo daqueles que não possuem o poder econômico e, por conseguinte, necessitam vender seu tempo de vida para a sobrevivência.

De acordo com essa perspectiva, no período industrial, por exemplo, os salários eram mantidos baixos no intuito de promover uma intensificação acerca das horas trabalhadas,

impedindo horas livres que pudessem ser destinadas ao lazer (Thompson, 1998). Complementando essa ideia, Leccardi (1999, p.4) acrescenta que:

Através das duas revoluções, a científica e a industrial, a experiência temporal é transformada. A precisão e a regularidade no cálculo do tempo começam, por exemplo, a desempenhar um papel de liderança à medida que o trabalho humano é aplicado cada vez mais às máquinas. Por um lado, com o seu corolário de instrumentos cada vez mais precisos para medir e as escalas temporais de longo prazo, por outro, tornam-se referências indispensáveis para a nova organização social.

A base teórica para a mercantilização do tempo encontra-se na crítica marxista. O tempo de trabalho se cristaliza no valor da mercadoria, e o objetivo primordial do sistema, conforme Marx (1985), é a extração máxima da força de trabalho, e não apenas a duração equitativa da jornada, “[...] em vez da conservação normal da jornada de trabalho é, ao contrário, o maior dispêndio possível diário da força de trabalho que determina, por mais penoso [...] o limite do tempo de descanso do trabalhador (Marx, 1985, p. 212)”.

A diferença entre o valor gerado pelo trabalhador e o salário (o tempo de trabalho não pago) constitui a mais-valia. O tempo de vida do trabalhador é, portanto, diretamente consumido para gerar a lucratividade sistêmica (Marx, 1985). Essa dinâmica explica a polarização, onde a riqueza dos detentores do capital prospera sobre o tempo de trabalho da classe trabalhadora (Marx, 1985,).

Contudo, a manutenção dessa estrutura de acumulação baseada na extração da mais-valia não se sustenta apenas pela força ou pela necessidade econômica imediata; ela exige uma base subjetiva e cultural que discipline o comportamento humano em relação à temporalidade. Para que o tempo de vida do trabalhador pudesse ser integralmente consumido pela lógica do capital, foi necessário que a própria percepção social do tempo fosse moldada, transformando a pontualidade e a produtividade em valores internalizados desde a infância. Nesse sentido, a análise econômica de Marx ganha novos contornos quando observamos os mecanismos sociais que preparam o indivíduo para a rigidez do sistema produtivo. Expandindo essa reflexão sobre o tempo, Zarifian (1996, p.7) complementa

Se as sociedades modernas, devido à complexidade e diversidade das interações sociais que nela estão em jogo, não tivessem desenvolvido uma forte autodisciplina de respeito ao tempo inculcado nas crianças de uma maneira muito similar ao aprendizado da linguagem (linguagem que é amplamente portadora de referências há esse tempo), é provável que o capitalismo industrial tivesse tido grandes dificuldades de impor suas regras. Mas, por outro lado, a disciplina do tempo industrial incontestavelmente reforçou e generalizou a autodisciplina do tempo, fazendo do tempo do trabalho um tempo que é sustentáculo de toda a atividade social.

A autodisciplina imposta por meio do uso do relógio auxilia na produção capitalista e consequentemente na aceleração do ritmo de vida e do tempo necessário para o desempenho de diversas atividades. A motivação da industrialização, que impulsionou a grande transformação no mundo ocidental, consolidou uma concepção linear do tempo que ainda influencia nossa cultura. Essa visão evoluiu de uma esperança religiosa para uma expectativa secular baseada na racionalidade, no progresso econômico e no crescimento contínuo, projetando o sentido do presente no futuro (Melucci, 1996).

O Capitalismo Industrial, inaugurado historicamente com a expansão do comércio mundial no século XVI (Marx, 1985), estabeleceu uma lógica na qual o tempo é quantificado e expropriado. A essência da acumulação reside na capacidade do capital de extrair um valor excedente do trabalho despendido. Marx (1985) fundamenta que o objetivo primordial não é a duração justa do dia de trabalho, mas sim a maximização do dispêndio da força de trabalho, levando à exploração até o limite da capacidade humana.

O contexto histórico dessa exploração, especialmente no século XIX, foi o liberalismo *laissez-faire*, fase em que as condições de contratação eram definidas por uma extrema desigualdade, permitindo a consolidação temporal da exploração (Fraser, 2020). Em nações com desenvolvimento tardio, como o Brasil, essa lógica se ancorou na estrutura agrário-exportadora, marginalizando a maioria da população da lógica de tempo produtivo (Cardoso, 2019).

O tempo industrial, assim, não é apenas um instrumento de organização, mas a própria estrutura pela qual o poder é exercido e a desigualdade fundamental (a extração de mais-valia) é perpetuada no cotidiano do trabalhador.

2.1.3 O tempo no capitalismo contemporâneo

A sociedade contemporânea pode ser analisada sob o prisma da intersecção entre o sistema capitalista neoliberal e as características intrínsecas da atualidade. Viana e Silva (2018) definem a sociedade neoliberal a partir de sua base política e ideológica, que estabelece uma clara primazia para os mercados, minimizando a importância das ações coletivas e das normas sociais. Essa estrutura fomenta o empreendedorismo individual e torna as fronteiras entre o domínio público e o privado difusas.

A ascensão do neoliberalismo, notória nos anos 1990, está intrinsecamente ligada à globalização econômica, à desregulação financeira e à intensificação da financeirização mundial. Para aprofundar esta definição, os autores (Viana e Silva, 2018, p.2109) afirmam que

este fenômeno extrapola a mera afirmação de elites ou a restauração do liberalismo clássico, configurando-se como algo mais profundo

Trata-se de um modo contemporâneo de existência do capitalismo, caracterizado pela intensa captura do estado pelas forças do mercado e das finanças. O nexo entre estado-finanças é hoje o sistema nervoso central da acumulação de capital. Como bem destaca Saad-Filho, o neoliberalismo não é apenas um movimento de restauração do liberalismo clássico, muito menos um movimento de afirmação das elites; ele extrapola em alguns casos um fenômeno de alianças conservadoras e se coloca como um novo tipo de imperialismo. Por isso podemos falar do neoliberalismo como modo de existência contemporâneo do capitalismo.

O regime neoliberal se manifesta através de cortes em gastos e investimentos públicos, o que leva ao encolhimento do Estado e à descontinuidade das políticas públicas, ao mesmo tempo em que acelera a desregulação dos mercados e as privatizações.

O efeito imediato dessa lógica estatal capturada pelo mercado se reflete na esfera social. Questões como o desemprego e a vulnerabilidade atingem diretamente os serviços sociais públicos, que sofrem com a redução de recursos fiscais – um processo agravado pela desindustrialização e pelo crescimento do trabalho precário. Conseqüentemente, a proteção social deixa de ser um direito universal e torna-se uma mercadoria, ficando restrita aos que podem pagar pelos serviços.

A estrutura contemporânea, conforme analisada por Rosa (2019, p. XI), é definida por uma inerente e incessante dinâmica. Para este autor, as sociedades atuais conseguem manter sua estabilidade não apesar, mas sim *através* do movimento contínuo. Elas se estabelecem, nas palavras do autor, ao ganhar estabilidade "por assim dizer, no e pelo movimento", e são, por natureza, "sistematicamente dispostas ao crescimento, à aceleração e ao adensamento de inovações".

Essa exigência de dinamismo se articula em um tripé interligado: a dimensão temporal (relacionada à aceleração), a material-factual (relacionada ao crescimento) e a social (relacionada ao adensamento de inovações) (Rosa, 2019, p. XI). O motor dessa incessante necessidade de dinamização reside, fundamentalmente, na compulsão pela aquisição de bens materiais, que sustenta o crescimento inerente às sociedades modernas, capitalistas e de consumo. Nesse contexto cultural e simbólico, Melucci (1996) contextualiza que a sociedade atual é amplamente estruturada pelas representações que os indivíduos internalizam.

A noção de tempo, portanto, é vital na formação dos hábitos e na regulação do indivíduo, pois estabelece a arquitetura social de convívio, reuniões familiares e atividades sazonais, impondo, por exemplo, a disciplina corporal através de horários fixos para funções básicas, como a fome. Brito (2016) ressalta que essa compreensão temporal exerce uma coerção externa

que favorece o desenvolvimento da autodisciplina desde a infância, sendo um pilar na construção da identidade social e educacional. A importância do tempo nos processos de transformação social é igualmente sublinhada por Melucci (1996, p. 7- tradução nossa), ao afirmar que “hoje, o tempo se torna uma questão-chave nos conflitos sociais e na mudança social”.

A maneira como a sociedade molda a existência se manifesta profundamente na relação com a temporalidade. Enquanto em épocas anteriores à aceleração capitalista a relação era predominantemente linear, onde o passado definia os limites do futuro, a sociedade contemporânea opera sob um regime mais intrincado. Melucci (1996) descreve essa nova disposição temporal como uma estrutura onde o presente, o passado e o futuro coexistem de forma mútua, pois há uma disposição temporal heterogênea, circular, que se retroalimenta e modifica (Melucci, 1996). É nesse palco estruturalmente complexo que a aceleração e a inovação constantes, exigidas pela própria natureza da modernidade segundo Rosa (2019), podem se desenrolar sem interrupções.

Complementando essa análise da estrutura social e cultural do tempo, a experiência temporal humana se completa com sua dimensão biológica, que é regida pelo ritmo. Melucci (1996, p.13) detalha que somos seres naturais condicionados pelos ciclos da natureza (dia/noite, estações, ciclos vitais como a respiração), que oferecem uma dinâmica de circularidade, metamorfose, aceleração e fundamentalmente pausa

À medida que a espiral retorna a si mesma em planos sempre diferentes, ela sinaliza outra dimensão fundamental da experiência temporal: o ritmo. Somos seres naturais dentro de um ecossistema, e nossas vidas biológicas são profundamente condicionadas pelos ritmos do dia e da noite, os ciclos da lua e das estações, os ritmos circadianos que marcam as cadências do dia a dia de nossas funções corporais, as pulsações rítmicas vitais de nossa respiração e batimentos cardíacos que nos mantêm vivos. Esses ritmos da natureza dão forma física manifesta ao padrão da espiral, pois compreendem circularidade, mas também metamorfose, regularidade cíclica, mas também mudança e fluxo. Nosso tempo não é apenas o tempo do relógio, mas também não é meramente o da alma: é também o tempo que faz as flores desabrocharem, que regula as grandes migrações animais e que desencadeia a metamorfose que dá à luz uma borboleta. É dentro desses ritmos da natureza que entrelaçam o tempo humano que a repetição e a mudança são conjugadas. (tradução nossa)

A ritmicidade natural apresenta então, simultaneamente, a alternância de velocidades e a variação entre movimento e a ausência dele. Com a sucessão das estações e o ritmo da respiração, o tempo natural revela uma dinâmica que alterna aceleração e pausa, além de acumulação e emissão. Embora seja possível ignorar essa temporalidade incorporada em nossos corpos, sua presença é imprescindível para nossa existência. Entretanto, Melucci (1996, p.16), elucida que esses ritmos naturais se perderam na sociedade capitalista e que não são respeitados

A organização industrial do trabalho já havia dissolvido o ciclo natural do dia e da noite. Hoje, todos os tempos da natureza estão sujeitos à intervenção social que os modifica quando não os aniquila completamente. Os ciclos sazonais desapareceram de nossas mesas de jantar agora que grande parte de nossa comida perdeu toda relação com o tempo natural de colheita. Os folhetos de feriados nos prometem sol tropical ou neve de inverno o ano todo, alimentando a ilusão de que podemos ignorar o ciclo das estações. Até mesmo o nascimento e a morte, os eventos primordiais do tempo natural, perderam sua inevitabilidade e se tornaram produtos de intervenção médica e social [...] (tradução nossa)

Portanto, as estruturas temporais individuais e biológicas sofrem interferência direta da sociedade; são impostos desafios aos agentes individuais em uma realidade concreta, dessa forma, há um controle parcial dos indivíduos sobre a maneira de utilização do seu tempo. Conforme Rosa (2019, p.9) “[...] estruturas e horizontes de tempo representam um-senão o-ponto de conexão entre a perspectiva de atores e sistemas. [...]”. Os indivíduos pertencentes as sociedades ocidentais, por exemplo, planejam seu tempo de maneira rígida, seguindo uma organização previamente estabelecida, de natureza abstrata e externa à interação entre as ações.

Entre as práticas individuais e coletivas, observa-se a necessidade de sincronização dos ritmos temporais, uma vez que certas ações devem ocorrer de forma comunitária. Além da influência do social sob o individual, Rosa (2019, p.22) elucida que

[...] o tempo histórico ou “época” histórica, por fim, abstém-se quase completamente das possibilidades de modificação por parte do indivíduo- restando aos atores individuais apenas a possibilidade de posicionarem-se de forma afirmativa ou opositiva em relação às respectivas exigências de seu tempo”. [...]

Essa constatação reforça que, além do tempo social, o tempo histórico também exerce um poder coercitivo sobre os sujeitos, não possibilitando mudanças em sua disposição estrutural. Em contraste com essa rigidez coercitiva, uma das modificações oriundas da vida contemporânea é o tempo tridimensional, que articula presente, passado e futuro, por meio do presente e da razão, e com base na experiência do passado, os indivíduos projetam o futuro de maneira individual e coletiva (Oliva-Augusto, 2002). Dessa forma, o significado da categoria tempo na sociedade atual varia de acordo com essa capacidade de interlocução entre presente, passado e futuro. Oliva-Augusto (2002, p. 31) acrescenta a esse entendimento

Ainda mais importante, a ideia de progresso, a crença no planejamento como controle racional dos processos sociais e na possibilidade de construção de um projeto, coletivo ou individual, só passaram a atuar na orientação das condutas humanas a partir do momento em que o futuro passou a ser prefigurado, almejado, buscado. Dessa forma, a sociedade moderna e seus valores básicos estão referidos à crença na possibilidade de um futuro visualizado no presente e a partir deste construído, de um futuro pressentido como abertura – um possível configurado pela ação humana.

Alguns fatores têm interferido diretamente na construção dessa relação temporal e consequentemente do tempo futuro. Com a acentuação e as modificações dos ritmos temporais no presente, a construção da memória histórica é comprometida. A experiência fundamental, que caracteriza a sociedade contemporânea em suas diversas fases, consiste na aceleração contínua dos processos e na fluidez permanente das circunstâncias. Essa dinâmica resulta em um futuro completamente indefinido e incerto, o que impede previsões baseadas em dados do passado e do presente (Rosa, 2019).

Melucci (1996) acrescenta que um tempo sem história se caracteriza por ser um tempo desprovido de uma narrativa linear, ou seja, é um período em que diversas histórias independentes se desenvolvem de maneira simultânea. Esse conceito implica que o valor central do tempo está no presente, uma vez que nada do que passou será recuperado ou revisto no futuro. Essa situação gera uma condição paradoxal, visto que é inerente aos seres humanos a capacidade de recordar e projetar-se em relação ao futuro. A existência humana viável sem memória (passado) e planejamento (futuro) é improvável de dar certo. Assim, o tempo múltiplo e descontínuo revela sua natureza como um artefato construído nas relações sociais cotidianas.

Tal aspecto configura apenas uma das dimensões da maioria dos diagnósticos críticos contemporâneos sobre o tempo. Em consequência desse imediatismo e das urgências temporais, o foco central é acompanhar e ‘dar conta’ das ações do presente, o que gera uma desconexão com o passado, perdendo suas referências de valor. Por essa razão, as perspectivas para o futuro (individuais e coletivas) se tornam mais confusas (Oliva-Augusto, 2011). Oliva-Augusto (2002, p. 32) adiciona a essa compreensão que

É necessário lembrar que um dos traços marcantes da relação entre indivíduo e tempo, característica da modernidade, era a possível construção do traçado da própria vida pelos indivíduos. Tratava-se, pois, da afirmação bem-sucedida de suas próprias capacidades, implicando que seu futuro podia ser, pelo menos em parte, escolhido livremente, com a ênfase incidindo sobre a escolha livre.

Atualmente, segundo Rosa (2019, p.24/25) o tempo está ligado a relações de poder sociais e políticas

A questão sobre *quem* decide sobre o ritmo, a duração, a velocidade, o sequenciamento e a sincronização de eventos e de atividades cria uma arena de conflitos de interesses e lutas por poder. *Cronopolítica* é uma parte central de toda forma de soberania, que é, como sobretudo Virilio não se cansa de postular e ilustrar, no processo histórico, em geral, a soberania do *mais rápido*.

Dessa forma, infere-se a existência de um controle implícito sobre o uso do tempo. Paralelamente, a pulverização temporal atua como um obstáculo, impedindo a articulação coesa

entre as dimensões do presente, passado e futuro nas distintas esferas da vida. Essa dificuldade em conectar essas esferas temporais, que antes eram projetadas de maneira mais unificada, constitui, portanto, um dos grandes desafios da contemporaneidade.

Afinal, cultural e historicamente os tempos sociais são grandes construtores de valores que permeiam a história e são repassados para as novas gerações (Sue, 1995). Correlacionado a isso, observa-se a percepção de que o tempo passa de forma acelerada, apesar de, em média, a expectativa de vida nas sociedades ocidentais ter apresentado um aumento contínuo (Rosa, 2019). Rosa (2019, p.37) explicita que

Um diagnóstico do tempo correspondente a esse modelo é defendido por muitos cientistas sociais ao argumentarem que os processos sistêmicos da sociedade moderna teriam se tornado rápidos demais para os indivíduos que nela vivem. A crítica inversa de que os atores sociais seriam indolentes, acomodados, inflexíveis, em outras palavras, lentos demais para as “exigências do tempo” - é frequentemente levantada por empregadores, economistas e políticos ao terem que esclarecer fenômenos de deficiência sistêmica ou má alocação (como desemprego, por exemplo).

Rosa (2019) neste trecho revela o ponto chave do conflito moderno. De um lado, se reconhece a ultrapassagem da capacidade humana pelos processos sistêmicos; de outro, o discurso hegemônico (advogado por esferas de poder econômico e político) inverte a causalidade. Os sintomas da aceleração desmedida — como o desemprego ou a falha na adaptação a novas demandas — não são interpretados como falhas estruturais do sistema veloz, mas sim como falhas morais ou de capacidade do próprio indivíduo, taxado de lento, acomodado ou inflexível.

Assim, a pressão para a aceleração se perpetua sob o véu da culpabilização individual. A incompletude gerada pela velocidade sistêmica é disfarçada como preguiça subjetiva, o que obriga o indivíduo a se forçar ainda mais no ritmo imposto, sob pena de ser excluído pelas *exigências do tempo*.

Dessa forma, há uma tensão estrutural estabelecida ao impor um ritmo que se descompassa fundamentalmente dos ciclos orgânicos da natureza. Essa disparidade, onde o tempo econômico opera em velocidade exponencialmente superior ao tempo social e natural, resulta na ausência de uma unidade de sentido clara. Conseqüentemente, observa-se uma profunda desarticulação temporal, alimentando uma busca incessante e uma corrida sem rumo que culminam na incompletude constante do indivíduo para com a vida.

Rosa (2019) conceitua essa aceleração como o aumento do número de experiências processadas por unidade de tempo. Esse fenômeno força a sociedade a operar sob um padrão curto-curto, uma sociedade saturada de oportunidades de vivências, mas incapaz de aprofundar

qualquer uma delas, sacrificando a ressonância pela velocidade. A fragmentação impede a maturação da experiência e a constituição de um *eu* coeso.

Em uma sociedade onde o passado já não exerce um papel significativo de comprometimento e o futuro é percebido como imprevisível e incontrolável, predominam padrões de identidade orientados para o presente. Esses padrões são denominados "situacionais" (Rosa, 2019), "presente contínuo" (Oliva-Augusto, 2002) ou "presente estendido" (Leccardi, 2005). Dessa forma, o presente estabelece-se como a dimensão temporal atualmente desfrutada e a que concentra toda a atenção dos indivíduos (Tabboni, 2006). Adicionalmente, observa-se que as sociedades ocidentais estão, atualmente, em um processo de contração do presente, impulsionado pela aceleração das inovações culturais, sociais e tecnológicas (Rosa, 2022).

Isto posto, não é mais o futuro, mas o presente — o intervalo de tempo curto o bastante para não escapar ao alcance humano e social, mas também amplo o suficiente para permitir alguma espécie de projeção para frente no tempo — que se tornaria o novo momento da ação. Assim, o presente se destaca como o único período acessível para influenciar as decisões, representando uma realidade existencial que, de certa maneira, abrange e substitui o passado e o futuro (Leccardi, 2005).

A diversidade das ofertas de opções e alternativas desobriga a necessidade de os indivíduos permanecerem em um determinado lugar, no presente estendido uma demora prolongada provoca tédio ou sensação de perda de tempo. Os eventos não revelam sentido de continuidade, tampouco sugerem que haverá algo que o sucederá. Não há promessas que transcendam sua presença imediata. Assim, estabelece-se um tempo destituído de memórias ou esperanças. Além disso, a aceleração do ritmo de vida e o foco somente no presente promovem mudanças geracionais na sociedade, conforme Rosa (2019, p.298) sugere

Em sociedades tradicionais, com baixos índices de transformação, os indivíduos se encontram definidos por estruturas preexistentes e perenes, de modo que são definidos por identidades “intergeracionais”, enquanto na sociedade tardo-moderna, identidades individuais estáveis e que se orientam pela duração não conseguem resistir ao elevado ritmo de transformação, e são, por assim dizer, “rompidas”, de tal modo a surgir uma “sequência identitária intrageracional” (ou intrapessoal). Uma sociedade altamente dinâmica como a tardo-moderna leva, assim, a uma correspondente dinamicidade nas autorrelações subjetivas e nos modelos de identidade dos indivíduos por meio de uma premiação da flexibilidade e da disposição para a transformação, contra a inércia e a continuidade: os sujeitos devem, desde o princípio, conceber-se como abertos, flexíveis e simpáticos a mudanças, caso contrário correm o risco de sofrer permanentes frustrações sempre que suas concepções identitárias ameaçarem fracassar em um ambiente em rápida transformação.

O padrão da aceleração é um motor potente para a dissolução das estruturas sociais fixas que historicamente ancoravam a identidade. A velocidade sistêmica não apenas fragmenta o tempo vivido, mas também dilui as fronteiras categóricas que ordenavam o social.

Conforme aponta Feixa (2003), nas sociedades altamente dinâmicas, as demarcações geracionais perdem sua solidez. Observa-se uma intensa mistura identitária, onde adultos adotam estilos juvenis e crianças absorvem referências adolescentes, refletindo uma ausência de distinção geracional clara. Ademais, a carência de grandes eventos históricos unificadores induz uma "destemporalização" dessas coortes, configurando "limbos sociais" que suspendem a cronologia histórica comum.

Esta convivência simultânea de temporalidades e identidades híbridas e efêmeras revela a chave para a crise da ressonância, mostrando, nas palavras de Rosa (2019, p.608), a "[...] não contemporaneidade do contemporâneo [...]".

Paralelamente a essa dissolução etária, as bases da estratificação social são reconfiguradas. A definição de classe migra do eixo tradicional de riqueza e poder para o primado do capital cultural. A fluidez identitária se acentua, a emancipação feminina e os movimentos LGBTQIA+ promovem uma reescrita das fronteiras entre masculinidade e feminilidade. No plano macro, a crise do Estado-nação e a globalização facilitam a circulação e a fusão cultural, embora, em contraponto, acentuem manifestações xenófobas. A "desespacialização" — resultante da emergência do ciberespaço — reduz ainda mais a influência do contexto geográfico na formação das identidades sociais.

Rosa (2019) pressupõe que a valorização do capital impõe a aceleração como um imperativo nas estruturas da sociedade contemporânea, influenciando a evolução do regime de produção, que transita do capitalismo primitivo para o fordismo e, finalmente, para a acumulação flexível. Nesse contexto, o tempo é convertido em dinheiro, e a aceleração resulta em lucro; assim, é essencial que o crescimento da produção se reflita nas velocidades de circulação e consumo. Essa dinâmica abrange quase todos os aspectos sociais, com a força econômica funcionando como o principal motor da aceleração técnica.

A aceleração do ritmo de vida vem contínua desde o início da Modernidade, caracterizando-se por um padrão não linear, mas sim por surtos intercalados com intervalos e reversões temporárias de tendências (Rosa, 2019). Dessa forma, vale destacar que a quantidade de horas de trabalho não está necessariamente relacionada à aceleração do ritmo de vida. Por exemplo, a realização de 14 horas de trabalho em um ritmo reduzido não implica que a velocidade das ações e experiências fosse elevada. De acordo com Rosa (2019, p.242)

O ritmo de vida relacionado ao tempo de trabalho, na sociedade capitalista, aumenta devido ao encurtamento de sua duração, porém no tempo livre não possui a mesma relação. “[...] perante um aumento de tempo livre ele pode tanto aumentar quanto diminuir; perante o crescimento da abundância de bens apresenta, no entanto, uma tendência ao aumento.”

Além de quanto menor o poder econômico há um encurtamento do tempo livre disponível, a aceleração das atividades proporciona o crescimento da insatisfação por parte dos trabalhadores em relação ao desempenho de maneira eficaz de suas funções. Essa problemática pode ser atribuída à pressão temporal, à compulsão por otimização e ao controle de qualidade e a aceleração do ritmo de vida imposto pelo capital (Rosa, 2019).

O tempo de trabalho se encurta devido ao aumento do número de vivências durante o período da jornada de trabalho, chamado de “adensamento de experiência” (Rosa, 2019, p.244), mesmo com a promoção da tecnologia e a alteração das medidas de tempo que fundamentam as ações e os planos de trabalho. Influenciando, assim, o ritmo temporal, embora não seja responsável diretamente por essa mudança, induz ao aumento e a agilidade de informações e tarefas que são despejadas no trabalhador. Ademais, o aumento do tempo de trabalho tem a ver com as ações que não estão dentro da jornada de trabalho, mas estão dispostas no dito tempo livre e são relacionadas a trabalho (networking, formação profissional, busca por informação, entre outros).

Na sociedade tardo-moderna, a contingência se estende para além dos bens materiais; observa-se o descarte acelerado de valores, estilos de vida, culturas e, crucialmente, de profissões que antes eram herdadas e portadoras de um sentido de longo prazo. Se nas sociedades modernas clássicas a escolha profissional representava uma decisão vitalícia — um trabalhador da Ford, por exemplo, tendia a permanecer na mesma empresa até o fim de sua carreira — (Rosa, 2022), a sociedade tardo-moderna é marcada pela alta rotatividade e pela brevidade da durabilidade dos vínculos laborais. O que antes era herdado e estável se torna descartável e temporário.

Isto posto, a sociedade neoliberal apresenta uma separação entre o trabalho e as necessidades da vida, levando a uma autonomia em que o trabalho tenta a todo o custo se tornar um objetivo máximo, empenhando-se em exaurir todo o tempo disponível dos indivíduos, relegando as demais temporalidades a um segundo plano. O impulso para o trabalho é visto como uma característica intrínseca ao ser humano. Rosa (2019) ao explicar a dominação que o tempo de trabalho exerce na sociedade neoliberal reitera que mesmo com o aumento do tempo livre, há uma intensificação na sensação de estresse e a falta de tempo.

A aceleração contemporânea não se restringe ao ritmo da vida subjetiva; ela é intrinsecamente ligada à aceleração tecnológica, que opera sob a lógica da otimização logística. Esta última implica a redução do tempo necessário para a realização de processos cotidianos — produção, reprodução e transporte — mantendo-se, contudo, a mesma magnitude de tarefas a serem executadas.

O avanço tecnológico deveria, em tese, gerar um excedente de tempo livre, mitigando a sensação de escassez. No entanto, essa materialização do tempo liberado é sistematicamente impedida pela estrutura intrínseca do capitalismo tardio. A apropriação desse ganho de eficiência não se reverte em lazer ou tempo livre, mas sim em um reengajamento com o ciclo produtivo. Em consonância com esta análise, Rosa (2022, p.37) afirma que “a aceleração social no geral e a aceleração tecnológica no particular são uma consequência lógica de um sistema de mercado capitalista competitivo”.

A condição de não ter uma tranquilidade significativa causa um cansaço decorrente desse esgotamento gerado pelo excesso de produtividade. Inclusive, esse não é um cansaço de potência positiva, ele nos incapacita de fazer outras coisas. O avanço tecnológico acentuou esse cansaço, intensificando ao tempo de trabalho a característica de “trabalho sem fim”, pelo fato de as jornadas de trabalho serem estendidas e possibilitarem a transformação de qualquer local em um espaço de trabalho. Assim sendo, em consonância Pochmann (2010, p.29) expõe que

Com a possibilidade de realização do trabalho imaterial em praticamente qualquer local ou a qualquer horário, as jornadas laborais aumentam rapidamente, pois não há controles para além do próprio local de trabalho. Quanto mais se transita para o trabalho imaterial sem regulação (legal ou negociada), maior tende a ser o curso das novas formas de riqueza que permanecem — até agora — praticamente pouco contabilizadas e quase nada repartidas entre trabalhadores, consumidores e contribuintes tributários. Juntas, as jornadas do trabalho imaterial resultam em carga horária anual próxima daquelas exercidas no século 19 (4 mil horas). Em muitos casos, começa a haver quase equivalência entre o tempo de trabalho desenvolvido no local e o realizado fora dele. Com o computador, a internet, o celular, entre outros instrumentos que derivam dos avanços técnico-científicos, o trabalho volta assumir maior parcela de tempo de vida do ser humano.

As mulheres, por exemplo, conforme as responsabilidades assumidas, além de suas tarefas produtivas, têm uma realidade temporal e uma vivência no mercado de trabalho também diferenciada. Leccardi (1999, p. 5), a esse respeito, elucida

De acordo com a tese de Elias, não existe um “tempo” que o ser humano, seja ele qual for, a época histórica em que vivem que são vivenciados de forma homogênea. Em vez disso, ao longo dos séculos as pessoas tiveram inúmeras experiências temporais, bastante diferentes umas das outras, progredindo da capacidade limitada de temporalização das sociedades analfabetas para a sofisticada estruturação temporal do

mundo moderno. Além disso, diferentes grupos sociais desenvolvem diferentes concepções temporais.

Deste modo, mesmo os indivíduos vivendo na mesma época temporal, grupos sociais diferentes concebem vivências temporais diferentes, entretanto, as exigências do mercado são homogêneas e se resumem a consumir uma mercadoria (mão-de-obra do trabalhador) barata e que o satisfaça por completo.

Há uma compulsão por adaptação, que “é uma consequência da dinâmica estrutural das sociedades tardo-modernas, mais especificamente da aceleração da mudança social.” (Rosa, 2019, p. 269) Logo, os indivíduos são obrigados a se reinventarem a todo o tempo, sob pena de exclusão social e econômica em caso de fracasso desse aperfeiçoamento contínuo, a vida se torna um projeto sem fim.

Enquanto mercadorias os indivíduos se adaptam constantemente às exigências do mercado sob o princípio da liberdade, por vezes, não enxergando que essa é uma exigência da estrutura social vigente. Submetendo os sujeitos a um estado de insegurança e ansiedade contínuos. Por consequência, a sociedade neoliberal relega o tempo social a uma corrida sem linha de chegada, no qual a demanda por adaptação constante não permite o enraizamento das relações e a construção de uma duração significativa.

Portanto, a competição incessante não é apenas um fator que acompanha a aceleração; ela é o imperativo estrutural que impulsiona ambos os tipos de aceleração, confiscando o potencial de tempo livre gerado pela inovação tecnológica para realocá-lo no próprio imperativo competitivo.

2.1.4 O tempo livre

Em relação a definição de tempo livre, Rosa (2019, p.265) esclarece que:

Tempo livre é definido, na pesquisa de alocação temporal, não simplesmente como o tempo em que não se exerce uma atividade remunerada, mas, antes, como aqueles recursos temporais que não estão vinculados a atividades obrigatórias, os quais se pode dispor com maior ou menor volição individual, ou seja, como tempo que resta após a subtração do tempo de trabalho, familiar e de cuidados domésticos (como cuidar dos filhos, fazer compras, arrumar a casa) e do tempo de cuidados pessoais (refeições, sono, cuidados com o corpo) [...].

Sob essa ótica, a compreensão do tempo livre exige uma distinção precisa entre as esferas da vida cotidiana. Em convergência com Rosa (2019), Severiano e Estramiana (2012) argumentam que essa categoria se refere ao período remanescente após o cumprimento das obrigações laborais. Trata-se, portanto, de um intervalo desvinculado de exigências

profissionais ou de autocuidado imediato, configurando-se como um espaço de repouso e disponibilidade subjetiva.

Nesse sentido, o tempo livre pode ser interpretado como uma temporalidade sem finalidade utilitária imediata, desde que não voltada à produção (Adorno, 2020). Como fenômeno social, sua gênese está profundamente atrelada à organização do trabalho na sociedade capitalista, sendo moldado em oposição à jornada produtiva (Luz, 2017). Entretanto, Waichman (2002) amplia essa visão ao caracterizar o tempo livre como um potencial momento de libertação. Para o autor, essa dimensão temporal possibilita a transformação individual e, conseqüentemente, a mudança social ou coletiva. É fundamental ressaltar, contudo, que tempo livre e lazer não são sinônimos: enquanto o lazer associa-se intrinsecamente à diversão e à recreação, o tempo livre constitui a estrutura temporal que permite tais práticas, embora nem sempre seja ocupado por elas.

Reforçando essa diferenciação, Maya (2008) estabelece uma distinção crucial entre o tempo livre e o tempo de não trabalho. Segundo o autor, o tempo de não trabalho engloba atividades vitais e reprodutivas — como sono, alimentação e higiene pessoal —, ao passo que o tempo livre se caracteriza estritamente pela ausência de atividades obrigatórias ou autoimpostas, representando a autonomia real do indivíduo sobre seu próprio cronômetro.

A relação entre o tempo livre e o tempo de trabalho é marcada por tensões estruturais. Sobre essa dinâmica, Marcassa (2002, p. 31) ressalta que

[...] o chamado tempo livre é uma produção histórica do processo mesmo de desenvolvimento capitalista que, por um lado ambiciona reduzir todo o tempo de vida do homem a tempo de trabalho e, por outro, é pressionado pelo movimento reivindicatório dos trabalhadores em favor da redução da jornada de trabalho. É fruto, pois, das contradições do próprio sistema capitalista, é uma conquista de classe.

Essa gênese contraditória revela uma profunda ambigüidade: possuir "tempo livre" não se traduz, necessariamente, em exercer liberdade plena sobre ele. Embora o conceito tenha se consolidado pelo uso recorrente, sua complexidade reside no fato de que, enquanto tempo social destinado à libertação das obrigações, ele é frequentemente colonizado pelas exigências produtivas. Segundo Adorno (2020), essa porosidade permite que o tempo de trabalho invada esferas que deveriam ser de autonomia subjetiva.

Tal invasão é legitimada por uma construção ideológica que supervaloriza o trabalho em detrimento do descanso. A premissa de que o trabalho dignifica o homem acaba por estigmatizar o tempo livre como um potencial fonte de desvios sociais ou "vício", relegando o ócio a uma posição de marginalidade (Maya, 2008; Martuccelli, 2012). No sistema capitalista,

a socialização prepara os indivíduos para uma dedicação exaustiva não apenas ao trabalho produtivo, mas também ao reprodutivo — este último recaindo desproporcionalmente sobre as mulheres. Sobre essa exclusão do tempo livre feminino devido às exigências domésticas, Maya (2008, p. 30) elenca que: “Ficam, portanto, excluídos da noção de tempo livre o período dedicado às tarefas domésticas (na maior parte dos casos obrigatórias, especialmente para as mulheres) [...]”.

Nesse cenário, o tempo livre atravessa duas fases distintas na modernidade. Inicialmente, ele emerge como um novo tempo social estrutural que desafia as normas vigentes, oferecendo ao indivíduo uma percepção de escolha e discricionariedade frente às pressões externas. Contudo, em um segundo momento, essa aparente liberdade é capturada por novas regulações sociais. O tempo que era "livre" passa a ser moldado e disciplinado, convertendo-se em um domínio temporal coletivo e regulado, perdendo seu caráter genuinamente emancipador (Martuccelli, 2012).

O uso dos tempos sociais e, por extensão, do tempo livre, não ocorre de forma uniforme, sendo administrada segundo o perfil social dos indivíduos, o que inclui clivagens de classe, gênero, idade e cor/raça. O tempo livre é frequentemente submetido a uma hierarquia de prioridades, na qual precisa competir não apenas com o trabalho produtivo e reprodutivo, mas também com as exigências do tempo familiar e do tempo de estudo. Nesse sentido, Martuccelli (2012) argumenta que a organização das temporalidades é regida pelo grau de legitimidade conferido a cada domínio. Dentro dessa estratificação, o tempo livre ocupa uma posição de menor prestígio e reconhecimento social quando comparado às esferas do trabalho e da família, sendo muitas vezes visto como um resíduo passível de sacrifício.

Dessa forma, as temporalidades sociais são vivenciadas de maneira heterogênea, atravessadas por fatores estruturais como as desigualdades de classe e as tensões étnico-raciais e de gênero. As experimentações do tempo são, portanto, exploradas pelos sujeitos a partir de seus repertórios individuais, vivências acumuladas e dos atravessamentos que marcam seu percurso. Sob essa lógica, compreender as metamorfoses das relações de trabalho na sociedade contemporânea torna-se fundamental para desvelar como o tempo livre é configurado — ou restringido — para os sujeitos pertencentes às classes populares, cujas margens de escolha sobre o próprio tempo são frequentemente limitadas por imperativos de sobrevivência.

2.2 AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A sociedade contemporânea, sob a égide neoliberal, é inescapavelmente marcada por uma profunda reconfiguração nas relações de trabalho. Esta nova ordem é caracterizada pela instabilidade sistêmica, pela flexibilização contratual e pela contínua desvalorização do emprego formal (CLT), o esteio da sociedade salarial moderna (Corrochano, 2024). Esta crise estrutural, que já corroía o ideal da "carreira linear" — um percurso com etapas progressivas bem demarcadas (Ferreira e Raimundo, 2014) — encontrou na crise econômica pós-2014 e, subsequentemente, na pandemia da covid-19, um incentivo para o aprofundamento das desigualdades e a mutação dos discursos ideológicos sobre o trabalho.

Essa instabilidade sistêmica, contudo, refletiu no esgotamento de categorias conceituais preexistentes. Conforme apontado por Machado da Silva (2002), a noção de informalidade perdeu sua capacidade catalisadora. Ela deixou de ser uma categoria analítica estruturante para se tornar um termo genérico. Este esgotamento foi acompanhado pela ascensão do par "empregabilidade/empreendedorismo", que atua de forma ideológica, deslocando o foco da estrutura para o sujeito. Este novo par impõe ao trabalhador a responsabilidade por sua própria inserção e adaptação, constituindo um mecanismo de individualização e subjetivação do controle (Machado da Silva, 2002, p.101).

O imperativo individual da empregabilidade, que exige do sujeito uma constante auto-otimização e adaptação incessante às demandas do mercado, choca-se com a realidade empírica da juventude popular, cuja existência é moldada pela necessidade urgente de sobrevivência. Neste contexto, a pandemia atuou como um amplificador brutal das assimetrias sociais pré-existentes. Corrochano (2024) evidencia que, apesar do aumento generalizado da escolarização, jovens de baixa renda, mulheres e negros permaneceram os mais afetados pela dificuldade crônica de acesso a trabalhos de qualidade.

Essa intensa pressão estrutural imposta pelo cenário pandêmico fortaleceu a vulnerabilidade das relações de trabalho. Diante disso, a consequência imediata foi a intensificação de vínculos ainda mais frágeis. Grande parte dos jovens recorreu a "bicos" ou "corres" para complementar a renda (Corrochano, 2024, p.84). O sonho de um trabalho com direitos e estabilidade, embora não universalmente renegado, torna-se uma meta distante, substituída por um conjunto de estratégias contingenciais para a subsistência, expondo a vulnerabilidade extrema dos setores não formalizados e dos trabalhadores de plataforma (Corrochano, 2024).

Tal disparidade estrutural, que força a adesão a arranjos temporários e à plataformização, se traduz em dados inequívocos sobre a exclusão histórica da juventude do mercado formal. A desvantagem estrutural se quantifica ao analisarmos os indicadores de desemprego: enquanto a taxa populacional no quarto trimestre terminado em dezembro de 2024² registrava 6,2%, a taxa específica para os jovens³ atingia 12,8% no mesmo período. Embora este índice juvenil represente a menor taxa dos últimos nove anos, ele estabelece que os jovens permanecem em desvantagem crítica, com uma taxa de desocupação consistentemente duas vezes maior que a taxa geral da população.

Dessa forma, o imperativo ideológico de se manter "empregável" desfaz-se sob o peso incontornável da segregação estrutural de classe e raça. O mercado, na práxis, não materializa oportunidades reais para os jovens das camadas populares; ao contrário, ele atua ativamente na separação e segregação dessa parcela populacional, confinando-a às margens de ocupações mais frágeis, temporárias e com regulação insuficiente.

A dimensão mais sofisticada da precarização neoliberal reside na captura ideológica que transforma a necessidade em projeto. As "profissões de sonho" — ligadas ao lazer e à criatividade (Ferreira e Raimundo, 2014, p.9) — representam uma via sedutora para transformar "artes de existência em artes de subsistência" (Ferreira e Raimundo, 2014, p.9).

No entanto, Costa (2024) revela que o empreendedorismo popular, frequentemente mediado por projetos sociais e discursos de autoajuda, é a ressignificação cultural da fuga do sofrimento do trabalho degradado. O indivíduo é incentivado ao autogerenciamento econômico, o que, segundo Costa (2024), gera uma violência simbólica ao deslegitimar saberes tradicionais em nome de uma modernidade empreendedora.

Essa lógica é o cerne da reprodução neoliberal, pois ela individualiza o risco: o sucesso ou fracasso passa a depender exclusivamente da "disposição e competência" do indivíduo em constante mudança — o "empresário de si mesmo" (Machado da Silva, 2002, p.105). Ao focar nesta autonomia e no "governo do tempo" (Costa, 2024), essa lógica neutraliza a ação coletiva e desvia a atenção das falhas estruturais do mercado. É neste ponto que a dimensão temporal do trabalho precário se revela na experiência concreta.

Costa (2024, p.6) elucida essa tensão ao afirmar

² Referência: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

³ Referência: <https://www.poder360.com.br/poder-economia/sob-lula-taxa-de-desemprego-dos-mais-jovens-e-a-menor-em-9-anos/>

Viver sem salário é também abdicar da administração do tempo imposto pelo empregador e que, frequentemente, entra em conflito com outras temporalidades de indivíduos e famílias, o que permite visualizar a configuração de uma categoria para além do “econômico”, visto exclusivamente como planejamento, racionalização e cálculo de custo benefício, abrindo espaço para a experiência. Como observa Benoît de L’Estoile (2020), esta liberdade se relaciona com um diferencial de poder, ou seja, com uma capacidade ansiada de “governar o tempo” e que estimula a refazer constantemente cálculos que, por sua vez, não são apenas monetários (Narotzky & Besnier, 2020; Weber, 2002; De L’Estoile, 2020; Neiburg, 2010).

Essa passagem revela que a aparente "liberdade" do trabalhador autônomo ou informal, ao se desvincular do horário fixo do empregador, inaugura uma nova forma de uso do tempo que, paradoxalmente, intensifica a vigilância sobre o próprio tempo. O fim do tempo imposto pelo patrão não resulta em descanso ou lazer liberado, mas sim na substituição por um regime de cálculo contínuo. A capacidade de "governar o tempo" torna-se um diferencial de poder desejável, mas que exige do sujeito um esforço constante de recalculá-la a experiência, movendo-a para além da lógica estritamente econômica e, ainda assim, mantendo-a refém da necessidade de adaptação constante.

Lima (2024) elucida alguns outros tipos de empreendedorismos como o empreendedorismo periférico, social e favelado que constitui uma resposta complexa à exclusão estrutural do mercado de trabalho, sendo simultaneamente um ato de sobrevivência e um campo ativamente instrumentalizado. Originado nas necessidades da "viração" (Abílio, 2021) —as diversas atividades informais para subsistência—o conceito foi apropriado por ONGs, políticas públicas e pela mídia para promover a inclusão e o empoderamento de minorias, como negros e moradores da periferia.

Embora tenha raízes históricas na Economia Popular e Solidária, buscando a emancipação do trabalho, a dinâmica contemporânea frequentemente o enquadra na lógica neoliberal, onde a favela se transforma de problema social em potencial de oportunidade para o capital. Essa visão leva à mercantilização da própria identidade e da cultura local — como o funk, o rap e símbolos de resistência — transformando o "corre" em mercadoria a ser consumida em massa. Mesmo com o fomento institucional, que prega o morador da favela como "empreendedor nato", a fragilidade econômica persiste, refletida na alta inadimplência dos Microempreendedores Individuais, evidenciando que a busca pela cidadania mediada pelo mercado ainda encontra barreiras estruturais significativas. (Lima, 2024)

Fontes (2023) reforça que essa imersão da lógica neoliberal nas práticas sociais é atravessada por interseções de classe, raça e território, sendo que a busca por realização profissional está intrinsecamente ligada à luta pela sobrevivência nesses contextos segregados.

Essa exclusão estrutural do acesso a um trabalho estável e regulamentado não cria um vácuo, mas sim força a emergência de estratégias de inserção laborativa na base da pirâmide. É precisamente neste hiato, aberto pela falência da promessa de empregabilidade para os marginalizados, que o empreendedorismo popular se estabelece não como uma escolha livre de otimização, mas uma via possível de gerenciar a instabilidade imposta. Assim, o "corre" e a "viração" que visam a subsistência imediata configuram-se como a resposta direta à segregação imposta pelo próprio mecanismo neoliberal que prega a meritocracia individual. Em vez de emancipação, essa conversão da necessidade em projeto de subsistência evidencia a captura ideológica que transforma a resistência em um novo estrato de precarização.

A pulverização do trabalho em arranjos contingenciais e a subjetivação do risco, produzem um efeito colateral previsível: o desgaste das bases institucionais de defesa do trabalhador. Contudo, é justamente a urgência dessa nova precarização que catalisa o surgimento de formas de ação coletiva adaptadas a este cenário fragmentado.

Essas novas formas de trabalho enfraquecem as ações sindicais, impondo a necessidade de reformulação aos sindicatos para que consigam se estabelecer; entretanto, mesmo com esses enfraquecimentos, ações têm surgido e sido movimentadas pelos trabalhadores. Um exemplo desses movimentos é o Movimento Vida Além do Trabalho (VAT)⁴, liderado por Rick Azevedo, atualmente vereador no município do Rio de Janeiro. Esse movimento ganhou impulso por um vídeo publicado por Rick em setembro de 2023, quando era balconista de farmácia e criticava a ausência de dignidade e qualidade de vida imposta pela escala 6 por 1. O vídeo teve uma repercussão gigantesca e Rick conseguiu, por meio das redes sociais, estruturar grupos de apoio em diversos estados; esses realizaram manifestações com panfletagens conscientizando a população e pedindo o fim dessa escala. A partir disso, outras ações foram realizadas, inclusive em 2025 o assunto chegou ao Congresso, por meio da PEC 8/25, cuja autora é a deputada federal Erika Hilton⁵. O texto defende o fim da escala 6 por 1 e propõe uma nova jornada de trabalho 4 por 3, perfazendo um total de 36 horas semanais e no máximo 8 horas diárias.

Dessa forma, o Movimento Vida Além do Trabalho caracteriza uma resposta significativa não apenas dos trabalhadores, mas também dos demais membros da sociedade civil à progressiva precarização das condições de trabalho e à busca por uma vida digna e com

⁴ Referência: <https://exame.com/carreira/de-desabafo-no-tik-tok-a-movimento-nacional-como-comecou-a-campanha-contra-a-escala-6x1/>

⁵ Referência: <https://www.camara.leg.br/noticias/1136400-pec-que-acaba-com-a-escala-de-trabalho-6x1-e-protocolada-na-camara/>

qualidade por parte trabalhadores, principalmente, os mais vulneráveis. Inclusive, Antunes (2024) em entrevista ao podcast *Pauta Pública*⁶, salientou o VAT como uma das pautas lideradas pela esquerda com considerável importância nos últimos anos e destacou a importância do movimento e as reflexões imperativas sobre a necessidade de repensar a jornada de trabalho no Brasil e a precarização a qual os trabalhadores estão submetidos.

A escala 6 por 1 é a manifestação mais concentrada da tirania do tempo no trabalho formal (ou semi-formalizado, como o dos balconistas de farmácia). Ela cristaliza o momento em que o tempo de vida (necessário para a experiência, o lazer e a família, conforme Costa (2024) anseia é quase totalmente consumido pelo tempo de trabalho. Ao exigir a redução para 36 horas semanais (proposta 4 por 3), os trabalhadores não estão apenas negociando uma melhor remuneração; estão, fundamentalmente, reivindicando a posse coletiva de seu tempo.

Este ato de mobilização coletiva, mediado pelas redes sociais, funciona como uma contranarrativa direta à individualização do risco (Machado da Silva, 2002). O sujeito que antes era forçado a calcular cada minuto para sua autossustentação (o "empresário de si"), agora se organiza em massa para exigir um limite estrutural que proteja o tempo não-econômico. A luta pela jornada reduzida é, portanto, uma tentativa de reintroduzir uma temporalidade coletiva e emancipatória que o neoliberalismo havia sistematicamente desmantelado, seja na precarização da informalidade, seja na exaustão do regime 6 por 1.

Assim, depreende-se que a precarização não se desenha apenas de maneira econômica, mas também estrutural, social e temporal, refletindo um passado que ainda projeta sombras e uma sociedade pautada no racismo estrutural, misoginia e no jovem enquanto uma figura ociosa, esses marcadores geram hierarquias de exploração e destinam esses sujeitos aos patamares mais baixos socialmente.

As relações de trabalho na sociedade contemporânea se consolidam em uma dinâmica tensa onde a falência da estabilidade formal é compensada ideologicamente pela promessa individualista do empreendedorismo e da autonomia. Contudo, a experiência empírica, intensificada pela crise e pela pandemia, revela a prevalência de estratégias de subsistência contingenciais ("bicos"). O ponto crucial de inflexão reside na emergência de movimentos como o VAT, que reposicionam o debate: a luta não é apenas contra a falta de emprego, mas contra a forma precarizada do tempo de vida imposta pelo sistema.

⁶ Referência: https://apublica.org/podcast/2024/12/podcast-pauta-publica/escala-6x1-e-o-mundo-do-trabalho-com-ricardo-antunes/#_

3 ENTRE SABERES E FAZERES: JUVENTUDE, GÊNERO E AS ENCRUZILHADAS DOS TRABALHOS E DA EDUCAÇÃO

“E eu posso chamar de privilégio, sabe? De escolher a profissão que eu quero seguir. E qual trabalho eu quero trabalhar. Sabe? Porque, além disso, eu tenho um companheiro que divide o trabalho doméstico comigo.

[Diana, 26 anos, mulher, negra, 29/01/24]

Este capítulo inicia-se com uma reflexão sobre as categorias de juventude e tempo, compreendidas em uma dinâmica de retroalimentação: ambas se constroem em um processo social de interdependência. A juventude brasileira vivencia uma relação singular com a temporalidade, marcada pela complexa articulação entre estudo e trabalho. Tal cenário torna-se ainda mais acentuado para as jovens mulheres, sobre as quais recai a sobreposição das responsabilidades de cuidado, em uma jornada atravessada por disparidades de oportunidades, ritmos e expectativas sociais distintas.

Nesse sentido, posteriormente há também o enfoque no percurso educacional das mulheres ao longo da história, sublinhando que, a despeito dos persistentes obstáculos estruturais, houve uma superação do hiato de gênero nesse campo. Esse avanço evidencia conquistas significativas na inserção feminina na educação formal, embora a paridade educacional nem sempre se traduza em equidade no mercado de trabalho.

A discussão prossegue por meio da categoria de gênero e do conceito de divisão sexual do trabalho, compreendidos como expressões de relações de poder e hierarquização social. Essa divisão revela atravessamentos profundos que moldam as vivências das jovens mulheres participantes desta pesquisa, sendo impossível dissociar a questão de gênero das clivagens de classe e raça. Diante disso, observa-se que o trabalho produtivo feminino é, frequentemente, interpretado a partir da lente da esfera reprodutiva, sendo naturalizado por meio de atributos como a paciência e o zelo, vinculando a identidade feminina quase exclusivamente às tarefas domésticas e de cuidado.

Dentro desse cenário de invisibilização do trabalho feminino — que, paradoxalmente, atua como pilar de sustentação da sociedade neoliberal — a dimensão do cuidado ganha centralidade. No contexto particular deste estudo, o cuidado manifesta-se sob a forma de "ajuda" ou suporte comunitário, articulando a formação e a experiência coletiva do grupo Da Raiz ao Fruto. Por fim, o capítulo realiza uma contextualização do cenário brasileiro contemporâneo, traçando um panorama que remonta ao governo de Fernando Henrique

Cardoso até os dias atuais, com especial atenção ao desenvolvimento e aos impactos das políticas públicas voltadas a esse público.

3.1 A CATEGORIA JUVENTUDE E SUAS RELAÇÕES TEMPORAIS

Ao se conceber a relação entre tempo e juventude, torna-se fundamental refletir sobre o excedente temporal que estrutura essa fase da vida. Este excedente se manifesta primordialmente sob a ótica da moratória vital, um crédito temporal que, conforme Margulis e Urresti (1996), confere aos indivíduos a possibilidade de vivenciar a juventude. Paralelamente, a moratória social consiste no direito à experimentação e ao adiamento de responsabilidades sociais plenas, como a formação familiar e a inserção definitiva no mercado de trabalho.

A fruição plena desses recursos, no entanto, não é homogênea entre os jovens. A concretização dessa "pausa" é atravessada por fatores estruturais determinantes, como a classe social, o gênero, a etnia/cor, a religião, a orientação sexual e o território (Groppo, 2017), que atuam como filtros na distribuição desse tempo privilegiado.

Complementar a essa dimensão temporal emerge o capital energético, um recurso intrínseco e comum a todos os jovens, relacionado diretamente à sua disponibilidade para a vida e a experimentação (Margulis e Urresti, 1996). É importante notar que, de maneira geral em todas as sociedades, há uma ligação intrínseca entre tempo e idade nos ciclos da vida, com a juventude ocupando um lugar de destaque nesse mapeamento temporal (Franch, 2018).

A juventude transcende a mera condição biológica, configurando-se como uma construção social, cultural e temporal (Melucci, 1997). Nesta sociedade, os jovens são percebidos como a parcela social que detém uma temporalidade única. Esta singularidade advém, sobretudo, do vínculo com entidades socializadoras centrais, como a escola, que historicamente privilegia um tempo vivido e estruturado. Adicionalmente, existe uma expectativa social clara sobre como esse tempo juvenil deve ser ocupado, principalmente nas esferas do lazer e do estudo, uma pressão que se reflete no uso das horas dos jovens, seja pela intervenção dos pais ou pelo currículo escolar (Franch, 2018).

O uso do tempo juvenil, supervisionado pela escola e pela família, estabelece um investimento planejado sobre o capital energético juvenil. Este tempo não deve ser compreendido como um tempo livre no sentido de ausência de regulação; pelo contrário, ele se configura como um tempo preparatório, estrategicamente destinado a converter a moratória vital em capital futuro, seja ele simbólico ou econômico.

Essa lógica de investimento planejado e orientado para a capitalização futura, onde o tempo juvenil é visto como um insumo estratégico, impulsionou uma transformação na arquitetura social da juventude. Com a expansão do sistema de ensino, o aumento generalizado da escolarização dos jovens, a implementação de políticas públicas e o combate ao trabalho infantil, a condição juvenil passa por um alargamento no período dedicado aos estudos, postergando, conseqüentemente, o ingresso no mercado de trabalho. Este processo de ampliação do percurso educacional atingiu camadas sociais além das historicamente privilegiadas, especialmente a partir do século XX (Corrochano, Abramo, Abramo, 2017).

Essa democratização relativa do tempo de formação, contudo, não resultou na universalização de uma moratória social plena. A experimentação da condição juvenil, antes restrita, torna-se acessível às classes populares. Entretanto, a expansão do ensino e das oportunidades segue intrinsecamente pautada na desigualdade. Isso se materializa no esforço contínuo desses jovens em combinar trabalho e estudo, muitas vezes de maneira simultânea. Na grande maioria, eles não usufruem da estrutura idealizada: aguardar o amadurecimento pleno como sujeito para, somente então, adentrar o mercado de trabalho (Venturi e Torini, 2014).

A impossibilidade de vivenciar a moratória social plena, impulsiona os jovens das camadas populares ao trabalho precoce. Esta condição estrutural complexa, onde o "ser jovem" é imediatamente atravessado pela necessidade do trabalho, faz com que a condição juvenil se estabeleça em um campo de dupla influência e tensão permanente entre o prescrito e o vivido (Dayrell, 2007). A primeira influência reside no modo como a sociedade apreende e incumbe aos jovens essa etapa da vida, definindo expectativas e papéis; a segunda, em contrapartida, refere-se à maneira como os próprios jovens operam essa condição na prática, moldados por seus atravessamentos estruturais.

O tempo é uma categoria básica na construção da experiência dos indivíduos em sociedade e se relaciona profundamente com a juventude, conforme demonstra Melucci (1997, p.7). “[...] biológica e culturalmente, em uma íntima relação com o tempo, representando um fator crucial, interpretando e traduzindo para o resto da sociedade um dos seus dilemas conflituais básicos”. Essa imbricação entre juventude e tempo pressupõe uma interação de retroalimentação mútua, pois a juventude não é apenas moldada pelo tempo socialmente construído; ela o modela ativamente: "Não é só o tempo que constrói socialmente a juventude; A juventude também constrói o tempo socialmente, na medida em que modela, adapta e projeta novas modalidades de experiência temporal" (tradução nossa - Feixa, 2003, p.23).

Em contextos sociais marcados pela insegurança e pelo risco elevado, onde o futuro é incerto — uma parcela de jovens tende a buscar apoio em projetos de curto ou curtíssimo prazo, adotando o “presente estendido” (Leccardi, 2005, p.52) como referência temporal dominante. Essa urgência contemporânea situa a juventude em um complexo “cruzamento temporal”, ou seja, "os jovens se encontram na confluência entre passado, presente e futuro" (Franch, 2018, p. 108), onde a instabilidade força um foco desproporcional no agora imediato.

Por intermédio da nova ressignificação do tempo na sociedade contemporânea, com o foco central no presente, na urgência e no imediatismo das ações, os jovens das camadas populares parecem viver perpetuamente no presente, imersos na experiência constante do agora. Eles se engajam em uma busca incessante pelo momento atual, valorizando a individualidade imediata e postergando o pensamento no futuro (Oliva-Augusto, 2002). Destarte, o tempo presente corresponde ao cotidiano vivido, impondo um predomínio desse último sobre as dimensões passadas e futuras (Tarábola, 2015).

Essa compressão temporal tem consequências diretas sobre os recursos subjetivos da juventude. O capital energético é sequestrado pela necessidade de subsistência, decorrente da exclusão do mercado estável. Quando o jovem é obrigado a equilibrar estudo e trabalho, ou a se engajar no "corre", ele está, na prática, consumindo seu capital energético em tarefas de manutenção imediata, em detrimento de quaisquer investimentos planejados para o amanhã.

Esse consumo acelerado impacta diretamente a moratória vital, o foco no “presente estendido” — marcado pela insegurança e pela urgência do agora — liquida esse crédito. O jovem popular não dispõe do tempo para vivenciar essa moratória; ele está ativamente engajado no enfrentamento da crise. O tempo que teoricamente deveria ser dedicado à construção identitária e ao desenvolvimento pleno do ser (o tempo da experiência valorizado por Costa, 2024) é convertido em tempo de cálculo, esforço e sacrifício imediato.

Como complemento a essa ideia, Leccardi (2005, p.35/36) esclarece que

Com efeito, quando a incerteza aumenta para além de certo limiar e se associa não apenas com a ideia de futuro, mas com a própria realidade cotidiana, pondo em causa a dimensão do que é considerado óbvio, então o “projeto de vida” tem seu próprio fundamento subtraído. Além disso, quando a mudança, como ocorre em nossos dias, é extraordinariamente acelerada, e o dinamismo e a capacidade de performance são imperativos, quando o imediatismo é um parâmetro para avaliar a qualidade de uma ação, investir num futuro a longo prazo acaba parecendo tão pouco sensato quanto adiar a satisfação. Mais do que renunciar às recompensas que o presente pode oferecer, convém então estar treinado para “aproveitar o instante”, para não fechar a porta ao imprevisto, dispor-se mentalmente em termos positivos com relação a uma indeterminação carregada de potencialidade.

Assim sendo, o retrato atual de uma parte da juventude é marcado por uma profunda imprevisibilidade em relação às escolhas futuras. Essa condição advém da aliança entre as incertezas inerentes à própria faixa etária e a disseminação de novas variáveis contextuais. Conforme aponta Melucci (1997, p.9), essa situação se agrava pela complexidade da sociedade contemporânea “[...] outros tipos de incertezas que derivam simplesmente dessa ampliação de perspectivas: a disponibilidade de possibilidades sociais, a variedade de cenários nos quais as escolhas podem ser situadas”.

Essa multiplicidade de cenários, em vez de se traduzir em liberdade plena, gera, paradoxalmente, uma restrição na ação orientada ao futuro, favorecendo a adesão ao imediatismo do "presente estendido" que caracteriza a juventude sob o risco neoliberal. O termo “nômade” traduz a representação simbólica dos percursos de vida juvenis na sociedade contemporânea (Melucci, 1989). Leccardi (2005, p.47) ao ampliar esse conceito evidencia que

Os “nômades do presente” rodeiam, sem uma meta precisa, por lugares não conectados, estações singulares de suas biografias, cujas conexões podem ser eventualmente identificadas como resultado de uma reflexão *ex post*, e não com base em um projeto. A memória de longo prazo, que atravessa o tempo pessoal de vida, assim como a projeção no futuro não imediato, tende a permanecer, aqui, universo mudo. O tempo fragmenta-se em episódios, cada qual com seu próprio sistema temporal de referência.

Diante disso, a tendência a experimentação ganha intensidade nesse nomadismo. Dessa forma, as vivências juvenis ao longo do tempo constituem uma posição estratégica para a análise de como a sociedade está moldando a percepção do tempo (Melucci, 1997). De acordo com essa perspectiva, o tempo é muito mais do que apenas uma realidade externa, ele representa uma experiência, que é moldada pelas interações das pessoas entre si com os acontecimentos ao redor delas, o que influencia a percepção e o entendimento do mundo (Leccardi, 1999).

A experimentação, neste contexto, transcende o mero teste e erro. Ela se volta à descoberta dos caminhos mais adequados para atingir uma meta específica, testando ativamente habilidades, talentos e recursos em busca do resultado mais satisfatório (Melucci, 1997; Leccardi, 2005).

É justamente essa necessidade de direcionamento que alimenta a preocupação de segmentos sociais, como a família e a escola, com a ocupação do tempo juvenil. Em consequência, e principalmente devido à visão social sobre o que constitui a juventude, “[...] na opinião que prevalece nos dias de hoje, ser jovem parece significar plenitude como o oposto de vazio, possibilidades amplas, saturação de presença” (Melucci, 1997, p. 9).

Além disso, certas parcelas da população juvenil experimentam de maneira muito mais intensa o controle sobre seu tempo, especialmente entre os jovens pertencentes às classes populares. De acordo com Franch (2018, p.105)

A opinião de que os jovens pobres têm muito tempo ocioso e que isto não é bom nem para eles nem para a sociedade impregna o senso comum, transparece na mídia e informa frequentemente as intervenções voltadas para este segmento. Ocupar o tempo, combater a ociosidade, canalizar a energia juvenil para atividades como o esporte ou a “cultura popular” fazem parte da agenda explícita ou implícita de grande número de intervenções destinadas a estes jovens, em detrimento muitas vezes da lógica do direito que deveria nortear as mesmas.

A visão social que exige a ocupação produtiva do tempo juvenil encontra reforço na própria linguagem ideológica hegemônica. Ademais, o conceito de ócio é frequentemente confundido com o de tempo livre; contudo, Maya (2008, p. 46) adverte que “[...] a palavra ócio possui um sentido negativo, depreciativo, em função da referida valorização do trabalho pelo discurso ideológico hegemônico”. Conseqüentemente, a associação do ócio com a juventude popular carrega uma carga negativa intrínseca, provocando a crença de que a solução para “dignificar” sua experiência reside unicamente na ocupação desse tempo livre através do estudo e/ou do trabalho, perpetuando a ideia de que a ausência de produtividade é sinônimo de desvalorização social. Se o ócio é depreciado, qualquer tempo não canalizado para o trabalho ou estudo formal (o que inclui o tempo de autocuidado ou de experimentação genuína) é visto como desperdício.

3.1.1 Condição juvenil no Brasil

A condição juvenil no Brasil contemporâneo é construída em um contexto de profundas transformações socioculturais globais, incluindo a ressignificação do tempo e espaço (Dayrell, 2007). Contudo, esta condição manifesta-se de maneira particular no cenário nacional, sobretudo nas relações intrincadas que os jovens mantêm com a escolaridade e o trabalho (Sposito, Souza e Silva, 2018, p. 3).

Diferentemente dos países europeus, onde a juventude é frequentemente caracterizada pelo adiamento em relação ao trabalho, a realidade da maioria dos jovens brasileiros é marcada pela necessidade de combinar estudo e trabalho desde cedo, ou mesmo de ter no trabalho a garantia dos recursos mínimos para vivenciar a juventude, lazer e consumo (Dayrell, 2007).

O trabalho é, portanto, um elemento central na experiência juvenil e na socialização humana (Nonato e Corrochano, 2021). Para os segmentos populares, a relação com o trabalho pode começar na infância ou adolescência. Essa inserção não é homogênea: gera experiências

que podem ser formativas ou prejudiciais, a depender das condições, e um grande contingente vive a limitação imposta pelo desemprego e pela dificuldade de inserção profissional (Nonato e Corrochano, 2021).

A despeito dessa centralidade, o mundo do trabalho aparece como uma mediação simbólica e efetiva da experiência juvenil, consolidando o que Sposito, Souza e Silva (2018, p.4) apontam

Agregada a essa situação, uma outra dinâmica importante, reveladora de nossas singularidades, está presente na relação dos jovens com o mundo do trabalho, de tal +-modo que foi possível afirmar que, no Brasil, “o trabalho faz juventude” (SPOSITO, 2005), diante da irrecusável presença precoce dessa categoria na experiência de crianças e jovens dos setores populares da sociedade.

Em contraste direto com essa realidade, a função da escola na constituição da juventude no Brasil diverge daquela observada em outros contextos. Enquanto em certas nações a escola serviu para retirar o jovem do mundo do trabalho e criar um espaço autônomo de sociabilidade, no Brasil, essa dinâmica não se consolidou, levando à constatação de que a escola “não fez juventude” (Dayrell, 2007)

A relação dos jovens com a escolaridade é frequentemente caracterizada como não-linear, especialmente para os segmentos populares (Madeira, 2006). A exclusão precoce do sistema de ensino não se configurou como uma barreira definitiva nos últimos cinquenta anos, sendo comum a postergação da escolaridade para a idade adulta, com idas e vindas no percurso de vida (Sposito, Souza e Silva, 2018).

Os últimos quinze anos foram marcados por uma significativa ampliação do acesso à educação, com destaque para o ensino superior (Sposito, Souza e Silva, 2018). Concomitantemente, o crescimento na oferta de empregos e a melhoria da renda familiar têm a tendência de promover um afastamento progressivo dos estudantes do Ensino Médio da relação direta com o mercado de trabalho. Contudo, a natureza dessas relações entre estudo e ocupação permanece intrinsecamente variada e complexa (Sposito, Souza e Silva, 2018; Dayrell, 2007).

As políticas públicas dirigidas à juventude, implementadas a partir dos anos 1990, inicialmente enquadraram a juventude como uma "etapa problemática". A visão predominante focava em jovens pobres, negros e moradores de periferia como ameaças à ordem social, enfatizando imagens de risco, como violência e envolvimento com drogas. (Corrochano, Abramo e Abramo, 2017)

Este enquadramento impediu a elaboração de políticas focadas nos interesses e demandas reais do jovem como sujeito de direito. No campo do trabalho, a temática foi

dominada pela crise econômica do período (baixa taxa de crescimento, desregulamentação, terceirização), que acentuou o desemprego e a precarização, afetando majoritariamente os grupos historicamente marginalizados (Corrochano, Abramo e Abramo, 2017).

Conseqüentemente, até meados dos anos 2000, as ações prioritárias para o trabalho juvenil tinham uma abordagem mais próxima da assistência social (visando a manutenção ou o retorno à escola por curtos períodos) do que de políticas estruturais de trabalho (Corrochano, Abramo e Abramo, 2017).

A combinação entre estudo e trabalho constitui uma marca definidora da condição juvenil no Brasil. Para uma parcela significativa dos jovens, o trabalho é o fator que efetivamente permite a vivência da condição juvenil. Entretanto, essa necessidade de trabalhar não implica necessariamente o abandono escolar. As relações entre o universo do estudo e o do trabalho são complexas e variadas, superpondo-se em projetos distintos que recebem ênfases diversas conforme o momento do ciclo de vida e as condições sociais disponíveis. Dessa forma, o trabalho atua como uma mediação efetiva e simbólica da experiência juvenil. Essa sobreposição de papéis influencia diretamente o percurso escolar do jovem trabalhador. (Corrochano, Abramo e Abramo, 2017; Dayrell, 2007).

Agregada a essa situação de sobreposição entre estudo e trabalho, impõe-se uma outra dinâmica reveladora das singularidades juvenis: a distribuição das responsabilidades familiares e de cuidado. Grande parte dos jovens, e particularmente as jovens mulheres, subdividem o "ser jovem" com essas obrigações, o que resulta em uma redução drástica do tempo efetivamente disponível para a experimentação juvenil. Este tempo disponível é, portanto, drasticamente reconfigurado pelos atravessamentos de gênero e pela manutenção das esferas de reprodução social. De acordo com Leccardi (2005, p.49)

Isso implica uma nova ênfase na autodeterminação, na autonomia e na escolha (sem apagar, obviamente, os sulcos profundos traçados pelas diferenças de classe, de pertencimento étnico e, num plano talvez menos evidente, mas não menos poderoso, de gênero). Para os jovens, tudo isso se traduz na conquista de novos percursos de liberdade e de espaços de experimentação, mas também na perda do caráter evidente de uma relação positiva com o tempo social.

Dessa forma, a análise da juventude brasileira não pode prescindir de um olhar focado nas jovens, cuja experiência revela a face mais aguda das desigualdades estruturais. Ao somarem a inserção no trabalho, as exigências de escolarização contínua e a responsabilização pelos afazeres domésticos e de cuidado, as jovens mulheres têm seu tempo social e suas possibilidades de experimentação drasticamente reconfigurados.

3.1.2 As jovens e a superação do hiato de gênero

A história das jovens, ainda hoje, manifesta-se de forma fragmentada, permeada por silêncios, invisibilidade e lacunas. Para narrar o percurso feminino, é necessário um trabalho de artesã, pois a recuperação do passado focada nas jovens visa tirá-las do oculto e derrubar as estruturas de uma narrativa única, historicamente masculina, contada ininterruptamente (Adichie, 2019). Ademais, manter o foco nas jovens é crucial para superar a aparente neutralidade do termo "juventude", que, assim como a infância, foi tradicionalmente concebido sob uma perspectiva unicamente masculina (Perrot, 1996).

A trajetória das jovens mulheres brasileiras está intrinsecamente ligada à educação e ao trabalho. Durante o período colonial, a instrução destinada a meninas e jovens mulheres brancas era restrita aos afazeres domésticos e ao cuidado com terceiros, moldando o comportamento feminino de acordo com o que era definido como "boas maneiras" (Ribeiro, 2002; Alves, 2022). Essa visão depreciativa encontrava eco na crença de que mulheres e jovens mulheres pertenciam ao "*imbecilitus sexus, ou sexo imbecil*" (Ribeiro, 2002, p. 25), o que justificava a ausência de investimento em uma parcela populacional tida como inerentemente incapaz.

Dessa forma, a educação feminina viabilizada nesse período não visava a autonomia ou o desenvolvimento pleno, mas sim a sustentação da ordem social vigente. Elas eram instruídas com um viés passivo, preparadas para serem complacentes diante de desrespeitos e violências perpetrados por pais, maridos e outros homens (Ribeiro, 2002). A ideia de instrução feminina ganhou maior força entre 1826 e 1827, mas seu propósito permaneceu centrado na maternidade: educar as meninas garantiria o caráter dos futuros homens que elas formariam, assegurando, assim, a manutenção da ordem social masculina (Louro, 2002). Esse ideário de manutenção de um lar em conformidade com os ditames sociais perduraria durante grande parte da era republicana (Rosa, 2020).

Conforme Zanutti (2022, p. 128), a educação inicial priorizava os meninos, embora algumas escolas tenham sido abertas especificamente para o público feminino. Contudo, este acesso era profundamente racializado: apenas as meninas brancas podiam frequentá-las, enquanto meninas, jovens e mulheres negras, por estarem em condição de escravizadas, eram sistematicamente excluídas da vida social e, conseqüentemente, do sistema educacional.

A diferença de experiências era drástica. Enquanto as jovens e mulheres negras escravizadas arcavam com o trabalho exaustivo em plantações e lavouras, somado às atividades domésticas nas casas dos "senhores", as jovens brancas das classes alta ou emergente eram enquadradas no ideal de "do lar" (Davis, 2016). Vale ressaltar que as mulheres brancas pobres

não compartilhavam desse status, inserindo-se em ocupações precárias — como costureiras, lavadeiras ou operárias de fábrica — na busca pela sobrevivência familiar através de alguma remuneração (Lobo, 2021; Alves, 2022).

Apesar das limitações impostas a qualquer nível educacional feminino, a instrução feminina estabelecida entre 1826 e 1827 representou o primeiro impulso de um ensino direcionado ao público feminino (Rosa, 2020). Com a presença de parte das meninas na escola, as mulheres começaram a exercer a docência, o que lhes conferiu um certo prestígio social. No entanto, essa ascensão veio acompanhada de salários inferiores aos dos homens, sendo a principal alegação para essa disparidade a crença de que as mulheres não possuíam as mesmas habilidades e conhecimentos relacionados a cálculos que os homens (Louro, 2002).

Inicialmente, as jovens e mulheres encontravam dificuldades no acesso aos cursos de formação Normal (Magistério). Embora algumas meninas ingressassem no ensino secundário, poucas conseguiam prosseguir seus estudos (Louro, 2002). No entanto, o Magistério primário, por seu alinhamento cultural com as atividades de cuidado, tornou-se, por um tempo, uma das poucas profissões acessíveis às mulheres, mesmo com restrições (Saffioti, 1976).

Ao longo do século XIX e no início do século XX, a ausência feminina nos cursos secundários funcionou como uma barreira eficaz para o ingresso no ensino superior. Dessa forma, a discriminação e a separação por gênero estavam profundamente enraizadas no sistema educacional brasileiro, resultando em índices de alfabetização mais baixos para as mulheres e severas restrições ao acesso a qualificações mais avançadas (Romanelli, 2001).

Com a Constituição de 1891 e a subsequente redivisão das responsabilidades educacionais — cabendo à União o Ensino Superior e aos Estados o ensino primário e o médio profissionalizante —, as escolas normais (para mulheres) e as escolas técnicas (para homens) foram estabelecidas. Este período viu um aumento quantitativo de escolas, mas sem grandes melhorias na qualidade do ensino. Contudo, a partir do reconhecimento da Escola Normal como um ensino técnico, as mulheres ganharam uma via de acesso ao Ensino Superior, o que resultou em um tímido aumento no quantitativo de suas matrículas (Beltrão e Alves, 2009).

Paralelamente a essas mudanças estruturais, em 1901, o magistério se consolidou como profissão feminina. Essa aceitação se deu porque a docência primária era vista como não ameaçadora à moral masculina e, crucialmente, associada a um suposto "dom natural" das mulheres (Stamatto, 1997, p. 8).

[...]Da mesma forma, por volta desta época, surgiu a construção do discurso da 'vocação natural' da mulher para o magistério. Elas eram dotadas, afirmavam

médicos, pais, clero, governantes, de mais coração e ternura, qualidades “naturais” para os professores exercerem sua profissão. [...]

A consolidação do magistério como carreira feminina não foi impulsionada apenas pela "vocação", mas também por fatores econômicos e sociais. Com o advento da industrialização, oportunidades mais rentáveis surgiram para os homens, relegando às mulheres profissões de menor prestígio social, como o magistério (Louro, 2002). Mesmo com o ingresso feminino na docência durante a República, a profissão era exercida sob subordinação e controle masculino, majoritariamente impostos pelos diretores (Rosa, 2020). Além disso, as mulheres combinavam o trabalho remunerado com a manutenção das tarefas domésticas e do cuidado, pois, como afirma Stamatto (1997, p. 8), apesar do imaginário social da "mulher professorinha", a função principal feminina permanecia sendo "o lar". Em consonância com isso, Beltrão e Alves (2009, p. 128) notam que, na prática, "A tônica permanecia na agulha, não na caneta."

Apesar deste cenário, o acesso ao ensino superior permaneceu restrito até uma mudança crucial. Embora a Constituição de 1891 já estabelecesse o acesso feminino ao ensino secundário e superior, a plena igualdade de condições foi assegurada apenas com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961. Essa lei garantiu a equivalência de todos os cursos de ensino médio, permitindo que as profissionais formadas em magistério pudessem, finalmente, concorrer aos vestibulares (Beltrão e Alves, 2009). De acordo com Rosemberg (2012), a LDB estabeleceu a equiparação entre os cursos secundários, o que fez com que o magistério — majoritariamente frequentado por mulheres — passasse a ser considerado um curso técnico com acesso direto ao ensino superior. Portanto, foi a partir de 1960 que as mulheres brasileiras obtiveram oportunidades significativamente maiores de acesso ao ensino superior (Beltrão e Alves, 2009).

Para além da LDB 4.024/61, outra conquista importante para a autonomia feminina foi o Estatuto da Mulher Casada (Beltrão e Alves, 2009, p. 133), que endereçou restrições civis que impactavam diretamente a vida das mulheres em sociedade

Na década de 1960, além da nova LDB, uma conquista jurídica importante foi a Lei 4.121 conhecida como o Estatuto da Mulher Casada, que revogou vários dispositivos ultrapassados do Código Civil de 1916, entre os quais o que equiparava o status civil da mulher casada ao dos menores, dos silvícolas e dos alienados- tornando-a, portanto, civilmente incapaz. Toda a estrutura do Código se baseava no conceito de pátrio poder, isto é, o poder dos maridos e dos pais (homens).

Inclusive Rosemberg (2012, p.425), certifica tal fato ao refletir acerca dos índices de analfabetismo de homens e mulheres a partir dos recenseamentos brasileiros

Uma prova eloquente provém do índice de analfabetismo de homens e de mulheres – informação que, desde o primeiro recenseamento brasileiro da população, o censo de 1872, até o de 1950, vem denotando uma realidade praticamente imutável: os índices

de analfabetismo de mulheres eram vários pontos percentuais maiores que os dos homens (quase nove pontos em 1872). Uma redução gradual do diferencial foi ocorrendo a partir de então, até sua inversão detectada no início dos anos 1990.

Embora os dados censitários demonstrem a persistência da desigualdade de analfabetismo feminino ao longo de quase oitenta anos, a análise dos padrões de escolarização permite demarcar o ponto exato de inflexão que iniciou a reversão dessa disparidade estrutural. Especificamente, o momento em que o hiato de gênero começou a ser superado no ensino fundamental pode ser identificado ao se analisar as coortes geracionais mais jovens

O ponto da reversão do hiato de gênero, no ensino fundamental, ocorreu para as coortes nascidas a partir dos anos de 1930, ou seja, após o fim da República Velha e o início da fase de crescimento endógeno da economia brasileira e de formulação das primeiras políticas sociais. Esse processo, entretanto, não se apresentou de maneira linear. (Beltrão e Alves, 2009, p. 144)

A profunda disparidade entre as oportunidades educacionais destinadas a homens e mulheres cristalizou um hiato de gênero (*gender gap*), manifestado principalmente pelas diferenças nos índices de alfabetização. Conforme Beltrão e Alves (2009, p. 126), "O hiato de gênero e o déficit educacional das mulheres fizeram parte da realidade brasileira por cerca de 450 anos". Este déficit foi construído, sobretudo, pela exclusão sistemática de meninas, jovens e mulheres do sistema educacional desde o período colonial.

Contudo, o cenário de exclusão começou a ser formalmente combatido e a reversão desse quadro histórico se acelerou após a consolidação de marcos legais anteriores e, notadamente, com a redemocratização do país. Durante a década de 1990, com a chegada da "Nova República", a expansão educacional ganhou continuidade por meio de políticas públicas focadas na permanência escolar, como o programa Bolsa Escola, visando a universalização do ensino básico (Beltrão e Alves, 2009). A esse respeito, analisando o cenário nacional e internacional, Rosemberg (2012, p. 441) acrescenta que

A educação das mulheres entrou na agenda da educação nacional dos anos 1990 quando o Brasil, como outros países da América Latina, viveu um intenso processo de reformas educacionais impulsionadas por organizações internacionais (Unesco, Unicef, Banco Mundial, entre outras), subsumidas nos compromissos da campanha internacional "Educação Para Todos". Considerando a educação como instrumento fundamental para a redução de desigualdades nacionais e internacionais, as reformas se propunham ampliar a oferta e obter ganhos de qualidade sem aumentar os gastos nacionais com a educação.

No ensino superior, houve um significativo aumento no número de universidades privadas, que passaram a ter mais estudantes matriculados do que as universidades públicas. Essa expansão das vagas educacionais no Brasil beneficiou especialmente as mulheres, que

conseguiram diminuir a disparidade de gênero na educação em todos os níveis, aproveitando as mudanças sociais que ocorreram no país ao longo do século XX (Beltrão e Alves, 2009).

No entanto, é fundamental ressaltar que a superação do hiato de gênero foi um avanço conquistado por meio de um longo caminho histórico em que o movimento feminista desempenhou um papel fundamental. Dessa maneira, mesmo a luta feminista sendo pequena em termos de visibilidade social no Brasil, trouxe cisões a tradição do que era imposto às mulheres. Rosemberg (2012) destaca que inicialmente o movimento feminista focou nas mulheres “trabalhadoras”, no intuito de promover a emancipação da dona de casa, para mais tarde conseguir direcionar a devida atenção a educação.

A correção da disparidade de gênero na área da educação representa, de fato, um marco transformador que reverteu quase quatro séculos de exclusão ou participação restrita das mulheres no sistema educacional.

No entanto, para alcançar a plena igualdade de gênero no Brasil, ainda há um longo caminho a percorrer, pois as barreiras atuais são complexas e multifacetadas. A principal delas reside na interseccionalidade: as mulheres negras continuam a apresentar índices educacionais mais baixos quando comparadas às mulheres brancas (Beltrão e Alves, 2009).

Ainda que o acesso educacional tenha se expandido, persistem as barreiras estruturais que impedem a igualdade de resultados no mercado de trabalho. A mais notável delas é a segregação ocupacional, onde as mulheres, mesmo altamente qualificadas, tendem a se concentrar em áreas específicas e, frequentemente, menos valorizadas ou remuneradas. Em contraponto a essa persistência estrutural, o cenário contemporâneo também aponta para conquistas significativas, como o aumento da presença feminina em profissões que, até pouco tempo, eram quase que exclusivamente masculinas (Rosemberg, 2012). Consequentemente, embora a luta por equidade continue, a situação geral das mulheres no Brasil atualmente é reconhecidamente melhor do que em qualquer outro momento de sua história (Beltrão e Alves, 2009).

3.2 GÊNERO: CONSTRUÇÃO SOCIAL E ENTRELACAMENTOS

A estruturação do conceito de gênero como ferramenta analítica primária descola-se fundamentalmente do determinismo biológico, atuando, conforme Haraway (1995, p. 221), como um termo “[...] desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplos terrenos de luta”. Essa perspectiva é reforçada por Louro (1997, p. 24), que o define como um “constituente da identidade dos sujeitos”, posicionando-o como um campo essencial

por meio do qual o poder social é articulado e as complexas interações sociais podem ser decodificadas.

Longe de ser um atributo inato ou passivamente vinculado ao corpo, o gênero é um processo ativo de construção, disciplinado pela “educação recebida, das proibições, das prescrições normativas e dos condicionamentos adquiridos desde o nascimento por todas aquelas destinadas a se tornar ‘mulher’” (Arruzza, 2019, p.91), configurando o que se denomina uma “disciplina do gênero” (Arruzza, 2019, p.116). No entanto, a rigidez dessa disciplina é mitigada pela agência dos sujeitos, uma vez que “ao aceitarmos que a construção de gênero é histórica e se faz incessantemente, estamos entendendo que as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança” (Louro, 1997, p. 35).

A compreensão contemporânea do gênero transcende a binaridade estrita de masculino-feminino, visto que tais identidades são intrinsecamente plurais, multifacetadas e imersas em um processo contínuo de construção. Elas se apresentam, portanto, como dinâmicas e suscetíveis a transformações, fugindo de definições fixas, definitivas ou fundamentadas em generalizações (Louro, 1997). Consequentemente, embora a discriminação baseada no gênero possa, em princípio, afetar todas as mulheres, a experiência dessa opressão é profundamente modulada por outros eixos de identidade social. Aspectos como classe, cor, etnia, religião e orientação sexual contribuem para variações significativas na forma como a discriminação é sentida e manifestada entre os distintos grupos femininos.

Saffioti (2019) postula que a subjetivação e objetivação dos indivíduos estão intrinsecamente ligados à capacidade de apropriação da práxis humana, sendo influenciados de maneira decisiva não apenas pelas estruturas de classe social, mas também pelas contradições inerentes ao gênero e à raça/etnia na sociedade brasileira. Embora esses antagonismos sociais não se configurem como ordens distintas, eles estão complexamente interligados, formando uma rede que sustenta as desigualdades estruturais. Essa conexão não apenas evidencia as contradições internas a cada eixo social, ampliando-as, mas revela uma lógica contraditória na qual esses elementos atuam de maneira indissociável. Saffioti (2019, p.143/144) trata essas contradições de maneira entrelaçadas como um “nó” e esclarece que

Retomando-se o nó constituído pelas contradições fundamentais da sociedade brasileira, pode-se afirmar a existência de três identidades sociais básicas: a de gênero, a de raça/etnia a de classe social. Não se trata, porém, de três identidades autônomas, em virtude, justamente, de estarem atados os antagonismos que lhes dão origem. Cabe mencionar, a propósito, que operárias costumam identificar-se como “mulheres trabalhadoras”, explicitando duas dimensões importantes de sua identidade: 1) o gênero, definidor da heterogeneidade da classe ou fração de classe social a que

pertencem, diferenciação interna fortemente marcada por práticas sociais e políticas das mulheres, notadamente distintas das dos homens; 2) ocupação, que reflete o tipo de inserção das mulheres na estrutura das classes.

A análise de um nó social se torna intrinsecamente mais complexa quando se consideram múltiplas contradições sociais simultaneamente, em vez de isolar uma única dimensão. Essa complexidade advém das divisões geradas nas intersecções entre classe social, categorias de gênero e raça/etnia (Saffioti, 2019). Além disso, vale destacar que o sujeito coletivo não abrangerá todos os membros de uma mesma categoria de gênero, raça/etnia ou classe social. Assim, o aspecto fundamental para a compreensão do fenômeno não reside na dimensão estatística do agrupamento humano, mas sim na condição ontológica desse sujeito enquanto agente coletivo e interseccional.

Para subsidiar a análise dessas relações sociais entrelaçadas, Kergoat (2009) propõe o conceito de consubstancialidade. Este conceito representa “[...] a unidade de substância entre três entidades distintas, [que] permite pensar o mesmo e o diferente num único movimento: as relações sociais, embora distintas, não podem ser entendidas separadamente” (Kergoat, 2009, p. 290). A consubstancialidade, portanto, nega qualquer hierarquia ou precedência entre as relações sociais de gênero, classe e raça, rejeitando a ideia de contradições primárias ou secundárias (Kergoat, 2010). Não se trata de um vínculo exclusivo, mas de uma abordagem interpretativa de interação dinâmica e recíproca, onde cada elemento influencia e é influenciado pelos demais.

Em outro movimento conceitual, Crenshaw (Hirata, 2018) formulou a categoria interseccionalidade, que tem como foco principal a sobreposição entre raça e gênero. Embora outras vertentes, como classe ou sexualidade, possam ser tratadas de maneira parcial ou periférica, elas desempenham um papel na estruturação das experiências vivenciadas pelas mulheres negras. A perspectiva interseccional transcende o mero reconhecimento da existência de múltiplos sistemas de opressão; ela pressupõe a interação ativa destas categorias na produção e reprodução contínua das desigualdades sociais. (Hirata, 2018)

A relevância teórica e política da discussão contemporânea sobre interseccionalidade e consubstancialidade reside, primeiramente, na distinção fundamental que as autoras estabeleceram entre esses dois constructos, ambos focados na associação entre classe social, gênero e raça (Hirata, 2022).

Apesar do reconhecimento dessa diferenciação conceitual — que opõe, por exemplo, a imbricação relacional de Kergoat à intersecção de categorias de Crenshaw, esta pesquisa opta por não se engajar no debate sobre qual termo é o mais preciso. Adotarei a perspectiva que

considera ambos os conceitos como sinônimos funcionais para os propósitos desta análise, alinhando-nos à ponderação de Hirata (2022) sobre sua aplicabilidade.

A autora (Hirata, 2022, p.3) esclarece

[...] acho que podemos de certa forma considerar que consubstancialidade e interseccionalidade são sinônimos. Podemos pensar em duas categorias que pensam a imbricação das relações sociais, de diferentes determinações. Patricia Hill Collins, por exemplo, utiliza o conceito de interseccionalidade de relações sociais, e não de categorias. Depende de como se conceitualiza cada uma das noções. O importante é que os dois conceitos estão sendo utilizados pelos movimentos sociais, sobretudo, os que defendem a importância da raça nessa consubstancialidade das diferentes relações sociais, e não apenas no mundo dos conceitos e teorias.

Hirata (2022) argumenta que a escolha terminológica muitas vezes depende da conceituação particular de cada teórica, como no caso de Patricia Hill Collins, que emprega "interseccionalidade" para se referir à interseção de *relações sociais*, e não apenas de categorias. Dessa forma, o foco desta pesquisa recairá sobre a análise prática da imbricação de classe, gênero e raça na realidade social investigada, utilizando a nomenclatura mais adequada ao desenvolvimento da argumentação, sem as amarras de uma distinção acadêmica que, na prática dos movimentos sociais, já se encontra superada pela convergência de objetivos.

3.2.1 A divisão sexual do trabalho: desigualdades e resistências

A centralidade do trabalho em toda a teia do processo social e coletivo confere ao seu conceito uma evolução constante de significados ao longo da história. Embora a definição subjacente ao termo possa parecer intuitiva à primeira vista, dada sua aparente vinculação a outras atividades humanas, essa simplicidade inicial esconde uma complexidade que requer análise aprofundada.

Nesse sentido, para além da noção comum, Kergoat (2019, p. 287-288) estabelece uma fundamentação teórica essencial, ao afirmar que o trabalho é

[...] central tanto sociologicamente quanto politicamente. Sociologicamente, porque é o mediador por excelência das relações entre o indivíduo e a sociedade. Pensemos no livro de Christian Baudelot e Michel Gollac *Travailler pour être heureux* (2003): o trabalho é um valor central para os (as) indivíduos (as), mesmo que parte importante deles e delas mantenha e exprima uma relação infeliz com o seu trabalho [...]. Central também porque é um meio privilegiado, por meio das práticas sociais a ele relacionadas, para apreender concretamente as relações sociais. Com a condição, porém, de que estas últimas sejam definidas como “uma tensão que atravessa o campo social [...]”. Politicamente, o trabalho é central porque é por meio dele que se organiza o exercício do poder em nossas sociedades. Ele é, portanto, um poderoso instrumento de dominação. Contudo, é também pelo viés do trabalho que podemos colocar o problema da emancipação [...]

As diferentes definições expressas da palavra “trabalho” ao longo do tempo refletem sua centralidade no processo social e coletivo. Tais interpretações estão intrinsecamente ligadas tanto à prática concreta de execução da atividade quanto à sua relação com o modo de produção capitalista e as ideologias vigentes em cada período histórico.

A concepção contemporânea de trabalho, portanto, estabelece-se como uma categoria axial, organizando as dinâmicas de poder nas esferas políticas e mediando a relação entre indivíduo e sociedade. As transformações nos âmbitos sociopolíticos que redefiniram a organização dos meios de produção impulsionaram a divisão do trabalho. Logo, a divisão das atividades para a quantificação da mão de obra humana e a capacidade em executá-las — tendo o tempo como o principal registro dessa eficiência — instituiu a divisão entre trabalho e trabalhador (Hirata e Zarifian, 2009).

Hirata e Zarifian (2009) identificam duas concepções centrais na noção moderna de trabalho. A primeira, de base antropológica, concebe o trabalho como intrínseco à atividade humana. Inspirado em Marx (1985), este entendimento vê o trabalho como o resultado da interação do indivíduo com o meio, onde o sujeito, usando inteligência e energia, atua sobre a natureza para modificar materiais em algo útil, promovendo seu próprio desenvolvimento e o da espécie. A segunda concepção, mais social, reconhece que essas interações ocorrem em contextos sociais específicos, sendo este o prisma pelo qual o conceito de trabalho assalariado pôde ser desenvolvido.

Entretanto, essas duas visões são consideradas insuficientes por naturalizarem as relações homem-natureza e, crucialmente, por negligenciarem os desdobramentos das relações sociais entre os próprios seres humanos. Ao ignorarem as diferenças sexuais, elas implicitamente concebem uma noção de homem universal (Hirata e Zarifian, 2009).

Historicamente, o acesso e a natureza do trabalho não foram distribuídos de forma equitativa entre homens e mulheres. Na fase pré-capitalista, a estrutura social não necessariamente estabelecia uma hierarquia funcional entre os sexos, apesar da dominação masculina sobre a força de trabalho feminina (Davis, 2016). Em sociedades de caçadores-coletores, por exemplo, a coleta de legumes e frutas pelas mulheres e a caça pelos homens eram funções de importância equivalente para a subsistência de comunidades frequentemente baseadas na família estendida. Assim, as atividades domésticas tinham respeito por seu vínculo direto com a produtividade da comunidade (Davis, 2016).

Contudo, um marco divisório decisivo reside na instituição do trabalho assalariado. Esta nova modalidade de organização, conforme pontuam Hirata e Zarifian (2009, p. 252),

estabeleceu uma dicotomia rígida: “[...] o assalariado trabalha sob o controle do capitalista ao qual pertence o produto de seu trabalho”. Com a remuneração atrelada ao trabalho masculino no mercado, instituiu-se uma hierarquia de valorização: trabalhos que geram dinheiro (produtivos) foram valorizados em detrimento daqueles que não o fazem (reprodutivos).

Essa nova divisão sexual do trabalho destina a produção de bens e serviços com valor monetário e reconhecimento social — voltada ao mercado capitalista — majoritariamente aos homens. Em contrapartida, as tarefas de cunho reprodutivo, destinadas às mulheres, são desvalorizadas socialmente por sua ausência de relação imediata com o capital, tornando-se, assim, socialmente invisíveis, embora sejam garantidoras do bem-estar social (Melo e Castilho, 2009). Bhattacharya (2023) reforça que homens e mulheres experienciam níveis distintos de exploração sob o sistema capitalista, sendo separados por essa divisão sexual, que vincula a produção de bens ao desenvolvimento das pessoas dentro do sistema econômico.

Kergoat (2009, p. 67) define a divisão sexual do trabalho como “[...] a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade” e “[...] mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos” (Hirata e Kergoat, 2007, p. 599). Essa divisão separa as tarefas voltadas à lucratividade — associadas aos homens e detentoras de maior valor agregado social — daquelas ligadas ao cuidado e aos afazeres domésticos, responsabilidade feminina.

Essa assimetria manifesta-se por meio de duas vertentes organizadoras e invariáveis da divisão social e sexual do trabalho (Kergoat, 2009): a separação das ocupações (trabalhos específicos para homens e para mulheres) e a hierarquia, onde a atividade masculina detém maior valor econômico. Tais vertentes são alicerçadas por uma ideologia naturalista que, segundo Hirata e Kergoat (2007, p. 599), “[...] rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papeis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie”. Assim, as particularidades biológicas são instrumentalizadas para validar a separação de gênero no trabalho, sob o argumento de que diferenças nas funções seriam naturais. O trabalho doméstico, nesse quadro, simboliza a marginalização histórica.

As economias capitalistas demonstram uma notória negligência em relação ao valor do trabalho reprodutivo, atividade essencial para sustentar o próprio trabalho produtivo. Essa desvalorização ocorre tanto nas atividades não remuneradas quanto nas remuneradas (Davis, 2019). De forma ainda mais explícita, o trabalho reprodutivo é historicamente instrumentalizado como forma de doutrinação e reestruturação moral das mulheres, especialmente as pobres e racializadas. Davis (2019, p. 25) elucida que, em prisões femininas

americanas desde 1870, tarefas domésticas eram usadas como reeducação, condicionando socialmente as mulheres a serem "boas esposas e mães", enquanto os homens eram reabilitados para a cidadania.

Isto posto, a complexificação da divisão sexual do trabalho não deve levar a uma visão determinista. Pelo contrário, exige uma reflexão atenta sobre as mutações do trabalho no meio social. A análise dos processos de reprodução social exige que se observem, com igual rigor, as transformações, as rupturas e o surgimento de novas especificidades nas estratificações sociais (Kergoat, 2009).

De fato, o trabalho reprodutivo constitui a base material da estrutura capitalista. Bhattacharya (2023, p. 19) argumenta que “Se a economia formal é o local de produção de bens e serviços, as pessoas que produzem essas coisas são elas próprias produzidas fora do âmbito da economia formal, em uma entidade baseada em relações de parentesco chamada família”. Davis (2019, p. 24) corrobora esta ideia ao afirmar que “[...] as trabalhadoras domésticas realizam o trabalho em domicílio que torna todas as outras formas de trabalho possíveis. O trabalho doméstico é o trabalho que torna todos os outros possíveis”. Portanto, é na família que o trabalhador é produzido para servir à estrutura econômica.

Ainda hoje, a maioria das mulheres enfrenta a imposição de gerenciar simultaneamente o trabalho reprodutivo e o produtivo sob a perspectiva da "conciliação", um desafio evidenciado por Hirata e Kergoat (2007, p. 603-604)

No “modelo tradicional”: papel na família e papel doméstico assumidos inteiramente pelas mulheres, e o papel de “provedor” sendo atribuído aos homens. No “modelo de conciliação”: cabe quase que exclusivamente às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional.

A imposição da "conciliação" entre vida profissional e responsabilidades privadas confronta as mulheres com uma tensão estrutural. Essa tensão é profundamente marcada pelas intersecções de classe e raça, como aponta Lobo (2021, p. 84): “o trabalho doméstico faz parte da condição de mulher, o emprego faz parte da condição de mulher pobre”.

Essa sobrecarga não se dissipa mesmo quando as mulheres alcançam posições de maior prestígio no mercado de trabalho. Hirata e Kergoat (2007) notam que a responsabilidade pelo trabalho doméstico permanece atrelada à feminilidade, mesmo quando delegada a outras mulheres — em sua maioria, mulheres negras — configurando uma terceirização da opressão.

O resultado prático desse acúmulo de funções é uma pressão constante que, frequentemente, força as mulheres a priorizar a esfera familiar em detrimento da ascensão ou mesmo da manutenção plena na carreira profissional. Para alcançar um reconhecimento

profissional semelhante ao de seus pares masculinos, que desfrutam de menos obrigações externas, muitas mulheres optam por adiar ou renunciar ao casamento e à maternidade. Em contrapartida, dado que os homens usufruem de menos obrigações externas e de vantagens estruturais intrínsecas ao sistema, as mulheres são compelidas a um esforço contínuo no aprimoramento de suas qualificações para superar obstáculos e buscar a paridade de oportunidades masculinas. (Ganeo e Berlato, 2022).

A limitação das abordagens descritivas, como "dupla jornada", "acumulação" ou a mera "conciliação de tarefas", reside em sua capacidade de reduzir a complexidade da relação feminina com o trabalho. Ao enquadrar o trabalho doméstico sob esses termos, corre-se o risco de simplificar suas dimensões, tratando-o apenas como um apêndice ou complemento da atividade assalariada principal (Kergoat, 2009, p. 70). Essa perspectiva falha em reconhecer que o trabalho reprodutivo não é secundário, mas sim estruturante, sendo a base material que possibilita a própria existência e continuidade do trabalho produtivo dentro da lógica capitalista.

Expansão fundamental desta visão é oferecida por Federici (2019), que conceitua o trabalho doméstico de forma mais abrangente, englobando não só as tarefas estritamente domésticas e as atividades de cuidado direto, mas indo além dessas fronteiras. A autora (Federici, 2019, p.68) elucida que

O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças — os trabalhadores do futuro —, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas.

A conscientização feminista sobre o trabalho doméstico revelou a dimensão significativa do trabalho não remunerado executado pelas mulheres. Esse trabalho invisível, que sustenta estruturas alheias, é frequentemente justificado sob alegações de "naturalidade", "amor" ou "maternidade". Contudo, ele se configura como a base estrutural essencial para a manutenção do funcionamento da sociedade capitalista; a estrutura social vigente depende diretamente da contribuição feminina no âmbito reprodutivo (Federici, 2019).

Essa realidade impõe uma delimitação de gênero rígida no campo do trabalho, onde a diferença nos tipos de atividade reflete a complexidade dessa relação. Lobo (2021, p. 66) evidencia essa disparidade ao afirmar que “[...] a identidade do trabalhador homem supõe a possibilidade de uma carreira, enquanto a identidade da trabalhadora mulher não supõe carreira profissional”. As barreiras que impedem as mulheres de alcançar posições equivalentes às

masculinas residem, fundamentalmente, na falta de reconhecimento do trabalho reprodutivo, caracterizado por sua invisibilidade e ausência de remuneração (Perrot, 2019).

A divisão sexual do trabalho, portanto, transcende o contexto histórico ou a época: ela se manifesta intrinsecamente na sociedade, recriando continuamente a desigualdade e a subordinação entre os sexos em todas as esferas sociais (Lobo, 2021). Mesmo diante dos avanços históricos e das posições mais elevadas alcançadas por diversas mulheres no mercado produtivo, a disparidade de gênero permanece inalterada devido à plasticidade inerente à divisão sexual do trabalho (Hirata e Kergoat, 2007).

As transformações nas relações sociais, embora significativas, ainda não foram suficientes para promover uma modificação substancial na estrutura da divisão sexual do trabalho tal como ela se estabeleceu historicamente (Hirata e Kergoat, 2007). É inegável que o trabalho remunerado deixou de ser exclusividade masculina e o trabalho doméstico não é mais rigidamente restrito às mulheres; novos contratos sociais redefiniram, em certa medida, essa lógica. Contudo, a simples inserção feminina no campo produtivo não questiona a existência das relações de dependência que continuam a recair sobre a mulher, sendo a responsabilidade pelo cuidado dos filhos um exemplo proeminente dessa persistência.

Para que a mulher consiga exercer seu trabalho produtivo no contexto atual, ela necessita de suportes adicionais que vão além do apoio do cônjuge. É imprescindível o estabelecimento de uma organização familiar funcional e uma rede de apoio externa, fatores que, em última análise, resultam em um controle excessivo sobre o tempo feminino (Fougeyrollas-Schwebel, 2009). A entrada no mercado de trabalho, portanto, frequentemente implica para a mulher a adição de uma nova dimensão de controle sobre o seu uso do tempo, em vez da mera divisão equitativa de responsabilidades.

A discrepância entre qualificação e inserção no mercado de trabalho é ilustrada por Hirata (2022, p.4)

[...] houve maior número de mulheres em profissões de nível superior, jornalistas, pesquisadoras, médicas etc. mas o fato de estarem no mundo do trabalho numa posição superior não fez com que elas deixassem de ser uma minoria da população de trabalhadoras. 90% das trabalhadoras estão na situação de informais, [...] para melhor “conciliar” o trabalho profissional e o trabalho doméstico. Essa maneira de separar e ao mesmo tempo conciliar os dois tipos de trabalho apareceu de forma muito clara com a pandemia porque os homens, que podiam fazer o teletrabalho, ficaram em casa e descobriram que havia uma série de trabalhos que eles não faziam e se deram conta de que

Essa configuração demonstra que a dependência feminina foi reestruturada, mas não eliminada, e que a superação das barreiras exige mais do que apenas a inserção no trabalho

assalariado; ela requer a desestruturação das relações de dependência que se entrelaçam com as categorias de gênero, classe e raça. As dinâmicas neoliberais reforçam a divisão sexual do trabalho ao promoverem a responsabilização inicial pelas questões sociais sobre as mulheres, enquanto os homens mantêm a predominância em posições de poder e tomada de decisões. Para as mulheres, essa estrutura não significa apenas uma limitação de tempo e recursos para o investimento profissional, mas está intrinsecamente ligada a uma profunda subvalorização, tanto econômica quanto social, do seu papel na sociedade (Abramo, 2007).

A situação atual do emprego feminino apresenta um quadro de "luzes e sombras" (Abramo, 2007, p.5). Embora as mulheres tenham rompido a rigidez da separação estrita de algumas esferas, avançando significativamente, por exemplo, da esfera reprodutiva para uma ampla inserção no trabalho assalariado, as desigualdades persistem. Conforme Abramo (2007) observa, essas desigualdades se acentuam em faixas superiores de escolaridade, onde as diferenças de rendimento por hora trabalhada são ainda maiores. A taxa de desemprego feminina é consistentemente superior, e sua presença se concentra nos segmentos mais precários e informais do mercado de trabalho.

O aparente paradoxo entre o sucesso educacional feminino e o desempenho inferior no mercado de trabalho é uma manifestação direta da plasticidade e da força estruturante da divisão sexual do trabalho, conforme teorizada por Kergoat (2009). O desempenho superior das mulheres na escola, embora represente um avanço significativo na qualificação, não garante a subversão da hierarquia de poder estabelecida nas relações sociais. A esfera educacional, ao facilitar a aquisição de credenciais, pode canalizar as trabalhadoras para carreiras que, apesar de formalmente qualificadas, continuam a se concentrar em setores historicamente feminizados ou com menor prestígio econômico, alinhando-se aos papéis sociais esperados.

A explicação reside no mecanismo hierárquico da divisão sexual do trabalho, que opera para assegurar que o trabalho masculino mantenha maior valor econômico e social, independentemente da formação educacional das mulheres. Mesmo quando as trabalhadoras conquistam qualificações formais equiparáveis ou superiores às de seus pares masculinos, o sistema desvaloriza ou obstaculiza a progressão de suas carreiras — seja pela pressão da “conciliação”, seja pela alocação em posições de menor poder decisório. Dessa forma, a entrada das mulheres no campo da qualificação é absorvida, mas a estrutura de dominação que confere valor e reconhecimento superior ao trabalho masculino permanece robusta.

Ademais, a própria noção de divisão sexual do trabalho confronta um limite conceitual que exige expansão analítica, conforme aponta Hirata (2022). O conceito, historicamente

construído sobre a dicotomia estrita entre homens e mulheres, torna-se menos pertinente para representar a variedade de determinações sexuais diante da introdução da categoria LGBTQIA+ no debate social. Essa multiplicidade de identidades sexuais impõe a necessidade de repensar a divisão sexual do trabalho em suas bases, considerando não apenas as dinâmicas de trabalho, mas também as discriminações e violências específicas que essas populações enfrentam. A manutenção de uma análise puramente binária ignora as camadas adicionais de opressão que se somam às de classe e raça, reforçando a necessidade de uma análise interseccional para contemplar toda a complexidade das relações de poder no mundo do trabalho.

3.2.2 O cuidado, a crise do cuidado e o cuidado comunitário

A divisão sexual do trabalho, conforme definida por Kergoat (2019), é um conceito fundamental que permite analisar as relações sociais ao examinar o trabalho para além de sua remuneração ou local, focando nas dinâmicas de dominação e exploração ao longo do tempo. Essa perspectiva se torna crucial na análise do trabalho do cuidado.

O termo cuidado ou *care* refere-se ao cuidado dedicado aos outros, abrangendo tanto a esfera privada quanto a profissional. Seu estudo é central para se entender as sociedades contemporâneas (Guimarães e Hirata, 2020). Guimarães (2024, p.3) define o cuidado como

[...] uma “atividade da espécie”, o ato de cuidar envolve uma pluralidade de práticas. Vale dizer, ele não se traduz em uma forma particular de agir; não se restringe a um modo concreto de intervir sobre algo de que se cuida. Ao contrário, o cuidar, enquanto prática que se pretende universal, se define pelo fim que o move — um tólos, um valor, o do “bem viver”.

Contudo, reconhecer esse valor universal não basta para compreender sua dinâmica social. A chave para a plena compreensão das bases conceituais do cuidado reside na análise de como essa atividade é estruturada na prática social, pois, como argumenta Kergoat (2019, p. 290), embora o cuidado seja estruturado pelas coordenadas de classe e raça, a plena apreensão do conceito só é alcançada ao se integrar a posição específica dos trabalhadores e trabalhadoras dentro das “relações sociais de sexo”.

Além das intersecções propostas por Kergoat (2019), Avril (2019, p.238) define o cuidado como "cuidados que não podem ser prestados a si mesmos", complementando que "todos os indivíduos precisam do cuidado em um momento ou outro da vida". Isso implica que a necessidade de cuidado transcende a assistência a grupos específicos, como crianças, idosos ou pessoas com fragilidades físicas. Hirata (2019) reforça essa visão, explicando que o conceito

engloba um conjunto de ações práticas, técnicas e relações cujo objetivo é responder a necessidades humanas concretas.

Faur (2024, p.91) amplia a compreensão do conceito de cuidado, o atrelando a noção de trabalho e desvelando a invisibilidade a que estava inserido

[...] é um conceito em construção, abordado por diferentes perspectivas e disciplinas que vão da sociologia do trabalho à economia, passando pela abordagem dos direitos, estudos de bem-estar, psicologia e ética, entre outras (Batthyány, 2020). Ao vinculá-lo à noção de trabalho, a crítica feminista conseguiu desafiar a visão androcêntrica que associa a categoria de “trabalho” à produção material com remuneração, tornando invisível, assim, uma multiplicidade de trabalhos realizados — sobretudo — por mulheres (Arango, 2011). (tradução nossa)

Uma vez estabelecido o cuidado como uma forma de trabalho, Sorj (2019, p.111) destaca a heterogeneidade da categoria, afirmando que ela "recobre uma gama muito variada de ocupações cuja atividade laboral se realiza sobre os corpos e se volta para o bem-estar das pessoas". Dada essa finalidade centrada no bem-estar, as fronteiras entre afeto, amor e as competências do trabalho do cuidado são categorias flexíveis e constantemente interconectadas (Hirata, 2016).

Essa natureza flexível e a imbricação com o afeto que diferenciam o trabalho de cuidado da mera extensão da força de trabalho feminina assalariada genérica. Ela possui uma diferença qualitativa em relação às demais obrigações laborais, uma vez que o amor e o cuidado são frequentemente impostos por hierarquias sociais, resultando em uma distribuição desigual dessas responsabilidades no mercado (Avril, 2019). Essa dinâmica levanta questões cruciais para a sociologia do trabalho e do gênero, conforme Avril (2019, p. 244) questiona: “os empregos de serviços voltados a pessoas dependentes e vulneráveis são serviços 'como os outros'? E, fundamentalmente, as mulheres são submetidas às mesmas obrigações de trabalho que os homens?”

Para Faur (2024, p.92/93), a análise se aprofunda, mas o resultado direto dessa hierarquização e não reconhecimento do cuidado é a sua exclusão formal através da

[...] invisibilidade do trabalho de cuidado alude ao silêncio, um silêncio que se revela em diferentes níveis. Silêncio conceitual: na teoria econômica, na sociologia do trabalho e nas estatísticas oficiais (um exemplo clássico: caracterizar as “donas de casa” como “inativas”. Outro: a omissão do trabalho comunitário nas categorias de atividades censitárias). Um silêncio que oculta o valor social, econômico e moral dessa tarefa: as horas de dedicação, o esgotamento físico e a carga mental (Arango, 2011). Um silêncio que desconsidera sua centralidade no fortalecimento do tecido social e na sustentação da vida. Um silêncio que implica socializar meninas e mulheres sob a premissa de que, se há amor, a tarefa não é trabalho. Um silêncio que constitui uma combinação que opera contra a autonomia das mulheres e seus direitos como trabalhadoras. (tradução nossa)

Conseqüentemente, sobre esta base de exclusão formal e conceitual, a maneira pela qual o Estado regula a reprodução social gera antagonismos entre categorias sociais, principalmente entre as mulheres. O cuidado carrega um paradoxo evidente: mesmo sendo essencial para "a reprodução da vida, é representado como sendo um trabalho desqualificado, desvalorizado, mal remunerado, e até por vezes destituído de cidadania" (Guimarães e Hirata, 2020, p.49).

Essa desqualificação sistêmica se reflete diretamente na distribuição racializada do ônus do cuidado. “De fato, é pelo assalariamento de uma massa crescente de mulheres pobres e negras (Pinheiro; Tokarski & Posthuma, 2021) que se viabiliza o trabalho domiciliar de cuidado, direto e indireto (Guimarães 2024, p.5)”, e esse quadro se confirma estatisticamente. Conforme dados de Sorj (2019, p.106), uma grande parcela dessas trabalhadoras está envolvida em inserções precárias se comparadas com os demais grupos sociais: “39,1% das mulheres negras ocupadas estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguidas pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (27,0%) e homens brancos (20,6%)”.

Esta evidência estatística da desigualdade racializada no cuidado corrobora a necessidade de uma análise interseccional, conforme aponta Hirata (2019, p.85)

De fato, é levando em consideração a precarização do trabalho- assim como a imbricação das relações de sexo, raça e classe- que conseguimos ver o paradoxo criado pela simultaneidade de dois fenômenos: de um lado, uma maior igualdade entre homens e mulheres em certos campos, como nas profissões mais qualificadas e na população ativa mais jovem, o que é revelado por pesquisas recentes (Maruani e Meron, 2016:80) ; de outro, simultaneamente, a constatação de uma maior desigualdade (Falquet et al., 2010).

O trabalho do cuidado é precisamente o local onde esse paradoxo se manifesta de forma mais latente, pois, o cuidado se situa no cruzamento dessas relações sociais (Kergoat, 2016). Hirata (2019, p.87) retrata a dura realidade dessas trabalhadoras e trabalhadores do cuidado, afirmando que “São mulheres, ou homens em situação precária ou sem emprego [...] muitas vezes sem carteira e sem direitos sociais.”

Essa condição de precariedade estrutural é reforçada pela percepção cultural do trabalho feminino. Davis (2019) explica que, mesmo quando o trabalho feminino ocorre dentro do processo de produção capitalista, ele é visto com um viés reprodutivo, mais próximo do cuidado do que da produção. Como exemplo, o cuidado com crianças pequenas, majoritariamente atribuído a mulheres, é frequentemente delegado por elas a outras mulheres — em sua maioria, mulheres negras em situações precárias. Assim, “o trabalho doméstico e do cuidado remunerado, se torna ainda mais necessário quando as mulheres da classe média entram no

mercado de trabalho e são forçadas a empregar outras mulheres para realizar as tarefas domésticas do trabalho reprodutivo” (Davis, 2019, p.19)

Essa cadeia de delegação, que atravessa as estruturas de classe e raça, confirma a distribuição desigual do cuidado. Para Faur (2024, p.93)

Analisar o trabalho de cuidado revela um nó górdio de desigualdade de gênero, mas também de outras hierarquias sociais, pois o cuidado é distribuído de acordo com as relações de poder social. 76,2% do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado realizado em domicílios em todo o mundo é feito por mulheres (OIT, 2018), mas nem todas as mulheres prestam cuidados na mesma proporção. Mulheres pobres, mulheres negras e mulheres migrantes prestam mais cuidados: quanto menos poder se detém na estrutura social, mais cuidados se presta. (tradução nossa)

A materialização dessa distribuição desigual, baseada no poder social, constitui o alicerce da crise do cuidado. A crise se estabelece como um sintoma direto da falha na organização social da reprodução, onde o ônus do cuidado — que exige atenção constante (crianças, idosos, dependentes) — permanece majoritariamente ancorado no âmbito familiar e privado.

Essa estrutura leva à formação de verdadeiras cadeias de cuidado, onde indivíduos com maior poder aquisitivo terceirizam suas obrigações para mulheres de estratos socioeconômicos inferiores. Assim, a demanda crescente por cuidado busca solução através da exploração de trabalhadoras mais vulneráveis. Tal mecanismo, evidencia uma transferência de responsabilidade baseada na desigualdade de classe e reforçando a precarização. (Guimarães e Hirata, 2020)

Esse diagnóstico relacionado à crise vivenciada pelos países do Norte global decorre da convergência de dois fatores cruciais, conforme apontam Guimarães e Hirata (2020). De um lado, assistimos ao aumento da longevidade e, conseqüentemente, à maior dependência de cuidados especializados. De outro, a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho formal as levou a contestar os altos custos pessoais da abnegação familiar anterior. Esse duplo movimento expôs a “escassez de mão de obra feminina gratuita”, um pilar que sustentava a organização social anterior ao seu questionamento (Guimarães e Hirata, 2020, p. 40).

Como resultado da exposição desse déficit, a escassez do cuidado deixou de ser um tema restrito à esfera privada para se consolidar como um problema social e político central. Essa conscientização forçou o questionamento das fronteiras tradicionais entre o privado e o político, evidenciando a quantidade de pessoas envolvidas na produção do cuidado (Guimarães e Hirata, 2020).

É essencial analisar a crise do cuidado a partir de sua especificidade territorial. As profundas desigualdades socioeconômicas da América Latina, pertencente ao Sul Global, moldam a realidade do cuidado, refletindo uma crise com motivos e evolução próprios em comparação ao contexto do Norte Global. Embora o cuidado se expresse em uma pluralidade de formas em qualquer sociedade, em contextos marcados por profundas disparidades sociais, como o latino-americano, essa diversidade se amplia notavelmente, sobretudo em conjunturas de crise econômica. (Faur, 2024; Guimarães e Hirata, 2020; Guimarães, 2024).

Guimarães (2024, p.5) detalha a multiplicidade das formas de trabalho de cuidado no Sul Global, observando que

“Todavia, é enorme a variedade das modalidades que o trabalho profissional de cuidado assume entre nós, no sul. Tais modalidades compreendem desde as configurações mais tradicionais e objeto dos primeiros estudos acadêmicos (como as atividades ligadas à saúde e enfermagem) até as que emergem mais recentemente (como o trabalho das “cuidadoras”, domiciliares e em instituições de longa permanência), passando pelas longevas formas do serviço doméstico, segmento essencial no emprego de mulheres. Se o seu afluxo em grandes números é recente nos países do norte, elas são figuras que marcam a história dos arranjos familiares das classes médias e altas em países latino-americanos. A presença de mulheres racializadas no serviço doméstico, com remuneração monetária ou sem ela, é uma constante, estivessem as patroas engajadas no mercado de trabalho ou não.

Esta realidade do Sul Global contrasta significativamente com o cenário dos países do Norte. Enquanto a crise no Norte se manifesta pela escassez de mão de obra feminina gratuita, forçando o Estado a intervir (externalização), no Brasil e em muitas nações do Sul, o problema é disfarçado pela internalização do cuidado. Conseqüentemente, o peso da demanda por assistência (para crianças, idosos e doentes) é transferido do setor público para a esfera privada, sendo executado por provedoras subalternas, geralmente mulheres pobres ou racializadas. O resultado direto dessa dinâmica é que a ausência de um cuidado público robusto é suprida por um trabalho remunerado, porém, frequentemente precário.

O Brasil, assim como outros países do Sul Global, caracteriza-se pela forte dependência histórica do trabalho doméstico assalariado. Conforme Guimarães (2024, p. 5), as “trabalhadoras domésticas” representam a ocupação mais proeminente no circuito do cuidado profissional. O cuidado domiciliar, seja ele direto ou indireto, é viabilizado pelo assalariamento de uma vasta população de mulheres pobres e negras. Esse processo reflete a consolidação da subalternização das trabalhadoras do cuidado em função da mercantilização desse setor (Guimarães, 2024).

Devido a essas características estruturais, a crise do cuidado no cenário brasileiro foi catalisada pela convergência de três fatores críticos: a crise econômica e a crise política, ambas

iniciadas em 2014, somadas à crise sanitária imposta pela pandemia de SARS-CoV-2 (Guimarães, 2024). Conforme Guimarães (2024, p.8) “Essa complexa realidade de conjunção entre crises não só colocou desafios para as práticas de cuidado no Brasil, como desafiou intérpretes a bem capturar a operação dos circuitos de cuidado no novo contexto”.

O isolamento social, durante a pandemia, reconfigurou drasticamente o trabalho de cuidado doméstico, expondo tensões latentes. Conforme Guimarães (2024, p.9) a pandemia atuou como um dinamizador de novos enlaces e contradições nas formas de cuidado

[...] Isso jogou luz sobre as múltiplas relações e contradições no provimento do cuidado. Mais ainda, a pandemia atuou como um catalisador de novos enlaces entre as formas do trabalho de cuidado: voltam para a casa tarefas antes externalizadas, ao tempo em que deixam a casa trabalhadoras antes essenciais à ordem familiar, ali onde o cuidado profissional remunerado era um recurso. Almeida e Wajnman (2023), observando o momento de auge do isolamento social (primeiro e segundo trimestres de 2020), documentaram que, entre as mulheres, as trabalhadoras domiciliares do cuidado foram as mais atingidas pelo risco de expulsão do mercado de trabalho: nada menos que 20% das cuidadoras e 17,6% das trabalhadoras domésticas passaram à inatividade, valores muito superiores ao que se observou no período para a média das mulheres (11,2%), mas também significativamente mais elevados que entre aquelas que atuavam no cuidado em instituições (de educação e saúde), cuja saída do mercado não alcançou mais que 8% das até então ocupadas.

A pandemia forçou uma reorganização imediata e paradoxal das responsabilidades. Por um lado, houve um retorno forçado de tarefas que antes eram delegadas (externalizadas) para o ambiente doméstico. Por outro lado, as trabalhadoras profissionais que eram essenciais para a manutenção da rotina das famílias contratantes foram as primeiras a serem dispensadas.

A crise, neste contexto, não se manifestou como uma súbita escassez de mão de obra gratuita (como visto no Norte global), mas sim como o colapso de um sistema edificado sobre a contingência. A dispensa abrupta de quase um quinto dessas profissionais revelou que o cuidado domiciliar era percebido não como infraestrutura social indispensável, mas sim como um custo flexível da unidade familiar.

Se o trabalho que garante a reprodução social (o cuidado) é construído sobre a exploração de grupos historicamente oprimidos, o sistema se torna extremamente frágil. Qualquer choque externo, como uma pandemia, revela que a base sobre a qual o bem-estar de muitas famílias de classe média se apoia é, na verdade, a insegurança econômica e social de outras mulheres.

Um reflexo direto dessa falha na organização social da reprodução é a insuficiência de políticas públicas de oferta de creches. Sorj (2019, p. 107-108) elucida essa relação, afirmando que

Concretamente, a presença marcante do trabalho doméstico remunerado se alimenta da oferta insuficiente de instituições de educação infantil. Apesar dos avanços no acesso à educação infantil, a frequência de crianças de 0 a 3 anos era de apenas 25,7% em 2015. Há diferenças importantes de acesso ligadas ao nível socioeconômico: a frequência a essas instituições dos 25% mais pobres é inferior à dos demais segmentos, atingindo a marca de apenas 15,1% das crianças, enquanto para os 25% mais ricos a marca é de 41,1%. Por outro lado, a demanda por creches no país é elevada, mostrando que as mulheres reivindicam compartilhar o cuidado das crianças com instituições extrafamiliares.

Essa carência na provisão estatal força a mobilização de outras estruturas de suporte. Em cenários urbanos marginalizados, as redes de sociabilidade (Telles, 2022) são criadas por meio das relações quotidianas- vizinhança, família e laços comunitários — que oferecem importante sustentação para a sobrevivência do grupo. Tais redes funcionam como um mecanismo de mediação, conectando as demandas concretas da vida com as estruturas formais da cidade, permitindo a resolução de urgências que o Estado omite.

Vieira (2017, p. 77) sintetiza a compreensão de que a subsistência popular se constrói através da diversidade de mecanismos, que incluem trabalhos mercantis, atividades não-mercantis (como o trabalho doméstico não remunerado e a autoprodução) e, crucialmente, recursos oriundos de circuitos relacionais (trocas de favores, doações e trocas de produtos).

Através dos circuitos relacionais e das redes de sociabilidade emergem os circuitos de cuidado que são arranjos sociais ativados durante crises ou períodos críticos de enfrentamento de problemas coletivos (Ferreira, 2025). Guimarães e Vieira (2020, p. 164) definem cada "circuito de cuidado" como um arranjo relacional voltado para diferenciar e nutrir laços sociais significativos.

Para fins analíticos, essa pluralidade de relações de trabalho no cuidado pode ser sistematizada em três eixos principais: o "cuidado como profissão", o "cuidado como obrigação" e o "cuidado como ajuda" (Guimarães e Vieira, 2020, p. 165).

Ao nos afastarmos da configuração tradicionalmente priorizada — o "cuidado como profissão" — as autoras dedicam atenção especial ao cuidado como ajuda. Guimarães e Vieira (2020, p. 162) definem este último ao notar que:

Nessa configuração, as atividades desempenhadas não costumam ser significadas como *trabalho, ocupação regular ou profissão*, bem assim, quem as exerce tampouco se identifica como cumprindo uma *obrigação* de cuidar. Desse modo, apartando-se dos sentidos mais uma obrigação decorrente de um *status*- as ações ganham, nesse circuito, um outro significado. Em recentes trabalhos de campo, observamos que, no caso brasileiro, tais atividades têm sido aludidas pelo recurso à palavra “ajudas”.

A noção de "cuidado como ajuda" conecta-se diretamente ao conceito de cuidado comunitário, ambos frequentemente são implementados como ações de solidariedade. Segundo Faur (2024), o cuidado comunitário constitui um conjunto de práticas e suportes fundamentais para a manutenção da existência que transcendem o âmbito estritamente privado. Essa modalidade se materializa através da organização coletiva, de redes de apoio territorial e de instituições sociais, consolidando-se como uma responsabilidade compartilhada para além do ambiente doméstico. Historicamente, os registros dessas iniciativas de base comunitária na América Latina remontam às décadas de 1980 e 1990, evidenciando uma trajetória de enfrentamento e suporte social na região.

As ações cotidianas de auxiliar — educar, cozinhar, socializar — transcendem o cuidado direto, contribuindo fundamentalmente para a dignidade e subsistência dos setores mais marginalizados. Assim, analisar o cuidado como ajuda ou cuidado comunitário revela o fio condutor que mantém o bem-estar das mulheres com menor acesso ao emprego formal (Faur, 2024).

As iniciativas de cuidado comunitário se intensificaram drasticamente sob o impacto da pandemia, um período marcado por risco, insegurança e incerteza (Ferreira, 2025). Neste cenário de crise, as características intrínsecas do cuidado como ajuda tornaram-se mais evidentes. Guimarães e Hirata (2020) detalham que, diferentemente dos outros circuitos, essas ações de cuidado não são vistas como deveres formais, mas são sustentadas primordialmente por relações de reciprocidade, frequentemente interindividuais, que podem se desdobrar em formas grupais ou comunitárias.

Nesses arranjos, o dinheiro raramente circula como retribuição pelo serviço prestado, embora seja bem-vindo devido à privação social enfrentada tanto por quem cuida quanto por quem é cuidado. Essa dinâmica torna a dimensão de classe extremamente saliente, acompanhada pelo viés de gênero e pela recorrente presença da população negra, elementos centrais na reprodução desse circuito de apoio mútuo. (Guimarães e Hirata, 2020)

Apesar de a família ter sido historicamente um eixo de suporte forte na periferia, sua rede demonstrou fragilidade crescente frente ao envelhecimento populacional e aos novos desafios demográficos. Com isso, o conceito de cuidado comunitário ganha intensidade, expandindo-se para além de sua tradicional ancoragem de familiares, vizinhos e pessoas próximas. Uma das formas mais dinâmicas e politizadas desse suporte é justamente a desenvolvida por movimentos sociais liderados por jovens mulheres.

Essas jovens ativistas fomentam uma cultura do cuidado que preenche a lacuna existente entre as esferas de cuidado íntimas, pessoais e interpessoais, e a noção de cuidado como dever institucional. Conforme Lo Schiavo e Rebughini (2025, p.28)

De modo geral, a pandemia afetou profundamente os laços e redes sociais em contextos territoriais e, durante esse período, a demanda por cuidado, entendida amplamente como um meio de fortalecer a solidariedade e a ação coletiva, tornou-se especialmente proeminente. (tradução nossa)

A intensificação da demanda por ação coletiva, evidenciada pelo impacto pandêmico, tornou inegável a eficácia das ações de cuidado comunitário, ao mesmo tempo em que expôs dramaticamente a ausência estrutural do Estado nesse provimento.

Diante desse quadro multifacetado, a crise do cuidado no Brasil opera em múltiplas frentes. O "cuidado como ajuda", ancorado na reciprocidade e estruturado pela desigualdade de classe e raça, garante a sobrevivência diária, mas permanece vulnerável à inação estatal. A fragilidade da família e a insuficiência de políticas públicas, como evidenciado pela carência de creches, impulsionam a transição deste suporte informal para a organização política. Os movimentos de jovens mulheres, ao consolidarem uma cultura do cuidado focada na solidariedade coletiva e na identidade, transformam a experiência vivida da reciprocidade em uma exigência clara por infraestrutura social. Assim, o cuidado deixa de ser apenas uma resposta de emergência e se consolida como um campo central de disputa por uma democracia mais solidária e menos dependente da exploração de mulheres em situação de vulnerabilidade.

3.3 O CONTEXTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A análise do contexto socioeconômico brasileiro nas últimas três décadas revela um período de profunda transformação institucional e de implementação de políticas públicas que exerceram impacto direto na vida de grupos específicos, como as jovens do coletivo Da Raiz ao Fruto. Este marco temporal abrange desde a consolidação da estabilidade monetária, passando pela expansão dos direitos sociais, até a subsequente crise fiscal e a reconfiguração da agenda política nacional.

Inicialmente, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi responsável por consolidar a estabilidade monetária através do Plano Real. Contudo, a despeito de programas sociais iniciais, este período demonstrou limitações na promoção de mudanças estruturais. Conforme aponta Almeida (2004, p. 10), houve uma lacuna na agenda de reformas: “Algumas áreas ficaram fora do processo de reformas: jamais se chegou a consensos mínimos sobre as

políticas de habitação e saneamento, e tampouco surgiram iniciativas inovadoras para as grandes cidades e metrópoles”.

Em contraste, a partir de 2003, o ciclo progressista, alicerçado no *boom* das *commodities*, redefiniu a prioridade estatal para o combate à pobreza. Este período se notabilizou pela expansão de programas universais de transferência de renda, com destaque para o Bolsa Família, que atende milhões de famílias de baixa renda. Essa política pública possui uma característica distintiva, notadamente após seu relançamento, que consiste na ampliação da proteção a crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, mantendo as mulheres como principais responsáveis pelos benefícios (Secretaria de Comunicação Social, 2023).

Esse período foi marcado pela inclusão social por meio da educação, com a implementação de iniciativas como Fome Zero, PROUNI e FIES. Segundo Aguiar (2016, p. 121), o PROUNI (Programa Universidade para Todos) consolidou-se como uma das políticas mais populares do governo Lula, pois

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que, malgrado toda expansão havida durante o governo FHC, em 2004 a escolaridade líquida da população de 18 a 24 anos ainda era de apenas de 10,4%, sistema classificado internacionalmente como de elite. Para compreender a dimensão desse elitismo, precisamos desagregar os dados por renda familiar per capita em salários-mínimos nessa faixa etária. Segundo Carvalho (2006, p.992) “observa-se que a proporção de alunos aumenta conforme as faixas de renda mais elevadas. Nas faixas acima de três salários-mínimos, a proporção de estudantes é superior a 35%, ao passo que, com a renda de até um salário-mínimo, apenas 1,5% frequentam a graduação”. Segundo a mesma autora, utilizando dados de Castro (2005), 86% da população na faixa etária 18-24 anos enquadra-se nos níveis de renda de menos de três salários-mínimos, público-alvo do ProUni.

Ao final do segundo mandato de Lula (Lula II), o PROUNI alcançou resultados expressivos, com 748 mil estudantes beneficiados, dos quais 69% detinham bolsas integrais e 48% eram autodeclarados afrodescendentes (Aguiar, 2016). Essa política foi interpretada como um mecanismo eficaz de "redistribuição indireta de renda" (Aguiar, 2016, p. 124), especialmente porque o sistema público, limitado em tamanho e com a maioria dos cursos oferecidos no período diurno, não conseguia atender à demanda dos estratos de baixa renda. Paralelamente, o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) foi reformulado, substituindo o antigo crédito educativo e oferecendo condições de contratação e quitação mais vantajosas, embora com juros elevados (3,4% ao ano) (Aguiar, 2016).

A agenda de inclusão educacional foi aprofundada durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff com a implementação da Lei nº 12.711/2012, a Lei de Cotas. Esta legislação reservou vagas em universidades e institutos federais para estudantes negros, indígenas e oriundos de escolas públicas, visando mitigar as desigualdades históricas no acesso. O impacto foi imediato

e significativo: segundo Flores (2023, p. 3), a presença de estudantes pretos e pardos nas universidades federais cresceu 227% entre 2012 e 2019, saltando de 92.975 para 304.249 discentes. Esse avanço na representatividade no ensino superior é fundamental para as jovens periféricas, pois atua como um vetor de ascensão social e qualificação profissional.

Adicionalmente, os governos de Lula e Dilma estruturaram um arcabouço de programas voltados ao trabalho, complementando a Lei do Aprendiz. O Jovem Aprendiz manteve sua função de dualidade formativa, garantindo experiência formal supervisionada. Contudo, a estratégia de qualificação foi ampliada com a inclusão de políticas focadas nos mais vulneráveis (Aguiar, 2016). Esses programas, junto com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, buscaram inserir o jovem qualificado no mercado, preparando-o para oportunidades que iam além do nível básico de escolaridade.

Para além da formação dual oferecida pela Lei do Aprendiz, a política de qualificação técnica foi estruturada em larga escala através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Criado para suprir a demanda por habilidades específicas em um mercado em expansão, o PRONATEC promoveu a abertura de milhões de matrículas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada. Assim como o PROUNI atuou no ensino superior, o PRONATEC focou na "base da pirâmide educacional", assegurando que a qualificação técnica fosse acessível a quem historicamente estava excluído, alinhado à lógica redistributiva dos governos progressistas (Aguiar, 2016).

Em um nível de intervenção mais focado na superação de barreiras estruturais, o ProJovem Trabalhador destacou-se como política direcionada ao segmento mais vulnerável, confrontado com a dupla exclusão: baixa escolaridade e vulnerabilidade familiar. Esta iniciativa articulava a certificação da educação básica com a qualificação profissional, sendo complementada por uma bolsa de incentivo. Tal subsídio era fundamental para mitigar a necessidade imediata de trabalho, permitindo que o jovem investisse no seu processo formativo. A existência do ProJovem materializa a estratégia estatal de intervenção direta nos ciclos intergeracionais de pobreza, fornecendo uma via de acesso estruturada e apoiada pelo Estado para os mais excluídos (Flores, 2023).

Um outro marco importante, foi a Emenda Constitucional nº 59, promulgada em 2009, durante o segundo mandato de Lula. Esta emenda promoveu a universalização do ensino médio, assegurando o acesso gratuito à educação, inclusive para aqueles que não a haviam concluído na idade regular. Conseqüentemente, a juventude foi diretamente beneficiada com a obrigatoriedade do acesso ao sistema educacional em diferentes níveis.

Os governos progressistas no Brasil e em outros países da América Latina, no período entre 2002 e 2015, foram marcados por um contexto econômico favorável que impulsionou transformações significativas nas esferas econômica, política, social e cultural. A ênfase central dessa agenda esteve na erradicação da pobreza e na redução das desigualdades, alcançada por meio da implementação de políticas de inclusão social, econômica e de trabalho. Nesse cenário, houve um foco claro na valorização de estratégias universais nos setores de educação, saúde e proteção social (Corrochano, Abramo, Abramo, 2017).

Em forte contraste, o período subsequente, de 2016 a 2022, foi definido por uma profunda reversão no ciclo de crescimento. Este cenário foi caracterizado pela estagnação econômica e por uma severa austeridade fiscal, que impactou diretamente as oportunidades juvenis. A recessão deflagrada em 2015–2016 preparou o terreno para a adoção do Teto de Gastos, restringindo o investimento público e resultando em um panorama macroeconômico de recuperação tímida. No âmbito das políticas de trabalho, houve uma mudança de foco: a expansão de direitos deu lugar à flexibilização, exemplificada notadamente pela Reforma Trabalhista de 2017 (Aguiar, 2016).

Essa restrição orçamentária, consequência direta do ajuste fiscal, limitou a capacidade de expansão de políticas cruciais para a qualificação e o acesso ao crédito educacional, especialmente para jovens da periferia. Embora programas como o PRONATEC e o FIES se mantivessem ativos, a limitação de recursos freou a dinâmica de inclusão observada nos anos anteriores. Mesmo com programas como o Jovem Aprendiz mantendo sua função dual de formação e inserção, e o ProJovem Trabalhador buscando resgatar os mais vulneráveis, a pressão fiscal comprometeu a sustentabilidade desses investimentos em educação técnica e superior. Dessa forma, o período compreendido entre os governos Temer e Bolsonaro demonstrou que, apesar da existência de arcabouços legais robustos, a eficácia das políticas de trabalho e educação depende intrinsecamente da estabilidade fiscal e da prioridade política concedida à inclusão dos estratos sociais mais baixos (Flores, 2023; Aguiar, 2016)

Prosseguindo na agenda de direitos sociais, o terceiro mandato do presidente Lula estabeleceu uma nova prioridade com a criação da Secretaria Nacional de Cuidados e Família (SNCF), liderada pela Dra. e Socióloga Laís Wendel Abramo. Por meio desta Secretaria, em 23 de dezembro de 2024, foi promulgada a Lei nº 15.069, que institui a Política Nacional de Cuidados e suas diretrizes.

Esta legislação é um avanço fundamental, pois amplia a definição dos trabalhadores do cuidado e reconhece formalmente como trabalhadoras do setor aquelas pessoas que exercem

atividades de cuidado sem remuneração. A política visa, portanto, garantir direitos e implementar ações públicas para quem necessita de cuidados, abarcando tanto os trabalhadores não remunerados quanto os remunerados, ao mesmo tempo em que desenvolve, aprimora e integra os serviços de cuidado. Inegavelmente, esta lei representa um grande salto para a valorização deste segmento, especialmente para as mulheres, que historicamente realizam a maior parte desses trabalhos, frequentemente invisibilizados socialmente e sem remuneração.

Os governos de orientação progressista, notadamente aqueles conduzidos por Lula e Dilma Rousseff, assumiram um papel central na implementação de políticas públicas e programas sociais focados na inclusão dos segmentos socialmente mais vulneráveis do país. Entre os grupos que mais se beneficiaram dessas iniciativas, destaca-se a juventude, que experimentou uma significativa ampliação nos investimentos em educação superior e a criação de programas específicos de incentivo ao ingresso no mercado de trabalho.

Consequentemente, a geração de jovens que vivenciou o ciclo entre 2002 e 2014 foi positivamente transformada pelas conjunturas socioeconômicas da época. Essas transformações proporcionaram oportunidades concretas de inclusão social, resultando em aumento da escolaridade, crescimento da renda familiar e maior acesso ao mercado de trabalho formal, o que, por sua vez, elevou a qualidade de vida de maneira expressiva.

Apesar dos avanços estruturais, é fundamental reconhecer que estes não foram suficientes para solucionar integralmente os desafios impostos à juventude brasileira. Desigualdades profundas, exclusão social persistente, precariedade e a instabilidade da inclusão continuam a ser entraves que exigem soluções definitivas (Corrochano, Abramo, Abramo, 2017). Em vista deste quadro adverso, torna-se imperativa a análise proposta por esta pesquisa, que se dedicará a retratar de perto os desdobramentos das relações sociais que o coletivo Da Raiz ao Fruto estabelece, avaliando seus impactos diretos frente a este contexto complexo.

As políticas públicas analisadas demonstram um claro desequilíbrio no investimento focado na juventude ao longo do tempo. O maior e mais consolidado aporte de recursos e atenção foi direcionado para as políticas educacionais. Essas ações, que incluíram a garantia do acesso universal ao Ensino Médio e o fomento ao Ensino Superior, formaram o pilar da inclusão social observada no início do século XXI. Em contrapartida, o enfoque nas políticas de trabalho permaneceu notavelmente incipiente e instável. As iniciativas de inserção formal enfrentaram a intermitência dos ciclos econômicos e foram severamente impactadas pela austeridade fiscal e pela mudança para a flexibilização legislativa, como visto após 2016.

Mais recentemente, a agenda de proteção social sinaliza uma nova prioridade setorial: o cuidado. A promulgação da Lei nº 15.069/2024 foca intensamente no reconhecimento e na regulamentação deste setor, especialmente para as trabalhadoras não remuneradas. Assim, o panorama geral aponta para uma atuação em ondas temáticas, onde a política de trabalho para a juventude, como um eixo transversal e contínuo, ainda se configura como o segmento menos priorizado e estruturalmente mais fragilizado.

4 CORPO E TERRITÓRIO: A SEMENTE, A LUTA, O COLETIVO

“Eu sou porque nós somos, ninguém faz nada sozinho, [...] todo mundo vive um coletivo [...].”

[Diana, 26 anos, mulher, negra, 29/01/24]

A primeira seção deste capítulo apresenta o percurso metodológico da pesquisa, em seguida, a segunda discorre sobre o território. A maioria das participantes reside nos distritos do Jardim Ângela, Jardim São Luiz e Capão Redondo, situados na zona sul da cidade de São Paulo. A territorialidade manifesta-se como um elemento estruturante de suas trajetórias, afetos e produções. Por meio de seus relatos, evidencia-se que a periferia não se restringe a um local de carência, mas constitui-se como um espaço cultural, do qual emerge uma multiplicidade de movimentos criativos, de potência e de resistência.

Na terceira seção do capítulo, o foco recai sobre a reconstrução da história do coletivo Da Raiz ao Fruto, subdividindo sua história em três fases temporais distintas. Essa segmentação permite compreender o coletivo como uma rede de mulheres articulada a partir de uma iniciativa autônoma e sem financiamentos externos. O grupo desenvolve-se nas margens e nas lacunas deixadas pelo Estado, que negligencia jovens mulheres, mães e moradoras das periferias.

4.1 PERCURSO METODOLÓGICO

A decisão por uma abordagem qualitativa nesta pesquisa⁷ está intrinsecamente relacionada ao compromisso de compreender em profundidade as vivências sociais e temporais das jovens integrantes do coletivo Da Raiz ao Fruto. Tal opção se justifica pela necessidade de captar experiências subjetivas complexas, compreendendo emoções, percepções e práticas cotidianas que se articulam com contextos sociais, econômicos e culturais específicos. Diferentemente de uma abordagem objetiva ou quantitativa, a pesquisa qualitativa não busca generalizações ou verdades universais, mas sim apreender a singularidade das experiências e os sentidos que os sujeitos atribuem às suas vivências (Minayo, 2012; Martins, 2004).

Minayo (2012) enfatiza que a pesquisa qualitativa reconhece a complexidade, as contradições e o contexto histórico-social como elementos centrais na construção do conhecimento. Nessa perspectiva, os sujeitos da pesquisa não são apenas objetos de estudo, mas agentes ativos, portadores de saberes situados e históricos, capazes de interpretar e redefinir as

⁷ A revisão linguística desta tese contou com o auxílio da plataforma Meu Guru (<https://www.meuguru.com/home>), visando assegurar a precisão e o rigor acadêmico do texto.

realidades em que vivem. Martins (2004) acrescenta que tal abordagem demanda interação proposital entre pesquisador e participantes, afastando a ideia de neutralidade, e fundamenta-se em relações éticas, dialógicas e de escuta atenta, nas quais o pesquisador se compromete emocional e intelectualmente com os fenômenos estudados.

No ano de 2021, iniciei o Doutorado em Educação na Universidade Federal de São Carlos, sob orientação da professora Maria Carla Corrochano, em um contexto pandêmico marcado pelas altas taxas de mortalidade provocadas pelo vírus SARS-CoV-2. Paralelamente, nesse período, tive meu primeiro contato com o projeto FAPESP intitulado “*Coletiva Jovem: um projeto de pesquisa e ação para suporte aos coletivos juvenis de produção nas periferias de São Paulo e Buenos Aires*”⁸. Coordenado pela professora Maria Carla e integrado por outros pesquisadores, o projeto objetivava mapear coletivos juvenis e instituições que atuam com jovens, fortalecendo vínculos, constituindo redes de apoio e promovendo alternativas de geração de trabalho e renda.

A partir desse contato, iniciei minha participação nas ações do projeto, refletindo sobre a possibilidade de desenvolver minha pesquisa de doutorado a partir dos dados já coletados. A análise inicial revelou a necessidade de ampliação do levantamento para complementar a investigação em andamento, além de identificar quais grupos de jovens estariam dispostas a colaborar. Para tanto, encaminhei mensagens via WhatsApp com informações sobre a pesquisa a cinquenta jovens participantes do projeto. Entre as respostas recebidas, Gabriela, integrante do coletivo Refavela, informou que, juntamente com Diana e Kiara, havia fundado o coletivo Da Raiz ao Fruto em setembro de 2021.

O coletivo Da Raiz ao Fruto é composto por jovens mulheres autônomas⁹, residentes em áreas periféricas da cidade de São Paulo, especialmente nos distritos de Jardim Ângela, Jardim São Luís e Capão Redondo. As integrantes atuam como empreendedoras ou trabalhadoras formais e informais, possuem percursos educacionais frequentemente concomitantes ao trabalho e desempenham atividades vinculadas aos afazeres domésticos e ao cuidado. O coletivo é fundado mediante a omissão estatal nesses territórios, aprofundada durante a pandemia — manifestada pela carência de políticas públicas essenciais, como creches, escolas integrais e transporte eficiente —, o que impõe a essas jovens a necessidade de criar

⁸ A presente pesquisa vincula-se ao projeto 'Coletiva Jovem', sob coordenação da Profª. Dra. Maria Carla Corrochano, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2018/12094-3. Os dados aqui apresentados derivam da submissão aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) vinculado ao referido projeto, estando em estrita conformidade com as diretrizes da Resolução CNS nº 510/2016, que regulamenta as normas éticas para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

⁹ Para consultar o perfil das jovens integrantes do coletivo Da Raiz Ao Fruto, vide Tabela 1 (seção 5).

estratégias próprias de sobrevivência. Após consulta às demais fundadoras, o coletivo aceitou participar da pesquisa, estabelecendo comunicação contínua e aberta, o que possibilitou a investigação aprofundada de suas dinâmicas internas, práticas e estratégias de sociabilidade.

Em paralelo aos primeiros contatos com o campo de pesquisa, no final de 2021, iniciei o levantamento teórico sobre a categoria *tempo*, consultando bancos de dados nacionais e internacionais, utilizando as palavras-chave “tempo”, “usos do tempo” e “tempos sociais”. O objetivo foi identificar as principais abordagens teóricas sobre a temática e compreender como a categoria vinha sendo discutida nos últimos anos, fundamentando a parte teórica da pesquisa.

Devido à pandemia, a pesquisa de campo teve início de forma remota, em janeiro de 2022, por meio da observação do grupo de WhatsApp e da conta de Instagram do coletivo, utilizados para divulgação das atividades e iniciativas empreendedoras das jovens. Nesse momento inicial, construí uma linha do tempo a partir de documentos, postagens e conversas informais, permitindo compreender a dinâmica do coletivo e aprofundar meu conhecimento sobre coletivos juvenis, tema até então pouco explorado em minha trajetória acadêmica, marcada por estudos em educação de jovens e adultos e relações de juvenilização.

Em setembro de 2022, com a melhora do contexto pandêmico, realizei entrevistas exploratórias presenciais com as fundadoras. Durante essas entrevistas, as jovens definiram o coletivo como uma rede de apoio baseada na troca de ideias, contatos, informações, serviços, cursos e leituras, fortalecendo vínculos e acolhendo diferentes gerações, desde mães/cuidadoras (Raíz) até crianças (Fruto). Relataram que, além dos empreendimentos e trabalhos, lidam com rotinas intensas e enfrentam dificuldades em acessar redes de apoio confiáveis fora do coletivo, evidenciando a relevância de investigar suas experiências sociais e temporais em profundidade.

A partir de novembro de 2022, a pesquisa migrou para observações presenciais, acompanhando todas as atividades do coletivo até maio de 2024, incluindo feiras criativas, lançamentos literários e eventos culturais. A participação ativa no cotidiano do grupo permitiu estreitar vínculos, compreender os desdobramentos territoriais e culturais do extremo Sul de São Paulo e observar práticas sociais, econômicas e culturais em contextos diversos. Combinar a pesquisa com trabalho, estudos, afazeres domésticos e cuidados exigiu ajustes temporais, incluindo mudanças de emprego, sendo atualmente minha atuação como professora no Jardim São Luís estratégica para proximidade territorial e análise mais detalhada das práticas do coletivo.

A pesquisa qualitativa adotada se ancora em conceitos fundamentais. Segundo Giddens (1978), aplica-se a “dupla hermenêutica”, na qual o pesquisador interpreta não apenas a

realidade social, mas também as interpretações que os sujeitos fazem de suas próprias experiências. A imaginação sociológica (Mills, 1982) orienta a análise ao conectar trajetórias individuais a estruturas sociais mais amplas, considerando as interações entre biografia e estrutura, anseios pessoais e imposições sociais. Assim, a análise não se limita à descrição superficial de eventos ou práticas, mas busca compreender as lógicas internas, conflitos e estratégias das jovens em suas ações cotidianas.

O percurso metodológico deste estudo articulou o uso de formulários sociodemográficos¹⁰, diários de uso do tempo¹¹ e entrevistas semiestruturadas¹² à observação participante ativa. Esta última, fundamentada em Dubet (1994) e Lapassade (2001), transcende a função de mero instrumento de produção de dados para se consolidar como uma postura ética, política e teórica. Sob esse prisma, torna-se possível captar movimentos espontâneos, contradições e os sentidos atribuídos às experiências das jovens, revelando nuances de criatividade e resistência no cotidiano marcado pela desigualdade. Tal perspectiva converge com a proposta de Dubet (1994) sobre a importância da escuta ativa e da validação das múltiplas expectativas dos indivíduos frente aos paradoxos sociais.

Como etapa preliminar da produção de dados, todos os instrumentos foram submetidos à apreciação das coordenadoras do coletivo Da Raiz ao Fruto, que contribuíram com sugestões e ajustes pertinentes. Posteriormente, antes da realização das entrevistas, o roteiro foi enviado individualmente as jovens via aplicativo de mensagens (WhatsApp). Essa etapa permitiu que as participantes analisassem as questões previamente, sanassem dúvidas e manifestassem qualquer desconforto em relação aos temas abordados, garantindo assim os preceitos éticos e a voluntariedade da participação.

Consolidada a etapa de preparação, a aplicação dos formulários sociodemográficos permitiu o mapeamento da escolaridade, classe social, renda familiar e território das participantes, evidenciando como tais variáveis estruturam as experiências temporais. Complementarmente, os diários de uso do tempo — aplicados às quartas-feiras e aos sábados (com cada jovem preenchendo um dia de semana e um de final de semana), sob a inspiração metodológica de Aguiar (2010) — possibilitaram analisar a organização cotidiana entre trabalho produtivo, reprodutivo, deslocamentos, autocuidado e lazer. Entretanto, como observa Aguiar (2010), os diários não captam motivações, afetos ou escolhas subjacentes, o que

¹⁰ Para consultar o modelo do formulário sociodemográfico, vide Anexo B.

¹¹ Para consultar os modelos dos diários do uso do tempo de quartas-feiras e sábados, vide Anexos C e D, respectivamente.

¹² Para consultar o roteiro de questões das entrevistas semiestruturadas, vide Anexo E.

demandou a integração de entrevistas semiestruturadas para proporcionar uma compreensão aprofundada das narrativas, ritmos e estratégias temporais adotadas. Estrategicamente, o preenchimento dos diários precedia a realização das entrevistas em uma semana, visto que a proximidade temporal dos eventos favorecia a precisão dos relatos. Ressalta-se que o cronograma de preenchimento foi individualizado para conciliar a disponibilidade da pesquisadora e a execução das entrevistas.

A aplicação dos instrumentos foi cuidadosamente planejada. Os formulários e os diários foram apresentados às jovens, acompanhados de explicações detalhadas e de auxílio direto no preenchimento. Após o preenchimento dos formulários, foram entregues às participantes os diários do tempo — um referente à quarta-feira e outro ao sábado. Especificou-se apenas o dia da semana, com o intuito de subsidiar a análise de um dia durante a semana e de um dia de fim de semana, sem a necessidade de uma data fixa. As jovens preenchiam os diários em suas residências e, na semana seguinte, os traziam para releitura do seu em conjunto com a pesquisadora em momento anterior à entrevista, o que gerou diversas reflexões sobre o tempo.

As entrevistas, realizadas por meio de um roteiro semi-estruturado, ocorreram em locais variados – Casa de Cultura do M’Boi Mirim, residências, praças e restaurantes – conforme a viabilidade das participantes, garantindo acessibilidade para jovens com baixa visão ou deficiência visual. As entrevistas permitiram às participantes expressarem-se livremente, transformando a interação em um espaço de partilha, confiança e reconhecimento, reforçando o papel das jovens como produtoras ativas de conhecimento (Andrade, 2004).

Na finalização das entrevistas, em 2024 o coletivo era composto por três coordenadoras e 33 integrantes da rede de apoio. Desse total, 13 são mulheres com mais de 30 anos e 23 são jovens na faixa etária entre 20 e 29 anos.

A parcela de jovens da amostra compreende 23 pessoas. Destas, aproximadamente sete encontravam-se fora da cidade de São Paulo durante o período de produção de dados, muitas vezes em outros estados, envolvidas em atividades acadêmicas ou de trabalho que inviabilizaram o contato direto e a aplicação dos instrumentos (formulário, diário de uso do tempo e entrevista). Das 16 jovens remanescentes, todas responderam ao formulário, enquanto 13 concluíram as entrevistas e os diários de uso do tempo. As ausências pontuais deveram-se a questões de saúde (um caso de hospitalização por dengue) e contratempos pessoais que impediram a participação nas etapas qualitativas.

Para resguardar a privacidade das participantes, foram utilizados nomes fictícios, que garantem o anonimato e a liberdade de autoidentificação. Todos os procedimentos observaram

rigorosos princípios éticos, incluindo a formalização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹³, que prevê, inclusive, a devolutiva dos resultados ao coletivo.

A articulação entre observação participante ativa, diários de uso do tempo e entrevistas semiestruturadas permitiu construir um conhecimento abrangente e profundo sobre as experiências temporais e sociais das jovens, evidenciando como estas organizam suas rotinas em meio a sobreposições de tarefas produtivas, reprodutivas e responsabilidades sociais, combinando trabalho, estudo e cuidado familiar. O percurso metodológico adotado não apenas valoriza a perspectiva das jovens como agentes ativos, mas também desafia hierarquias tradicionais que separam saber acadêmico e saber vivido, promovendo uma ciência social engajada, reflexiva e ética, capaz de interpretar a complexidade das relações e experiências juvenis em contextos periféricos.

Dessa forma, o percurso metodológico adotado possibilitou a construção de um conhecimento aprofundado, ético e reflexivo sobre as experiências sociais e temporais das jovens do coletivo Da Raiz ao Fruto, valorizando suas narrativas, interpretando escolhas temporais, observando práticas cotidianas e reconhecendo os sujeitos como agentes ativos na produção do conhecimento.

4.2 JOVENS MULHERES EM TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA: PERIFERIA É PODER!

[...] Então, a ditadura militar, ah, nunca houve um período de ditadura militar aqui, né? Sempre houve uma ditadura militar contínua e instituída na periferia. Eu lembro, e olha que eu nasci em 98, eu lembro de corpos mortos espalhados pelo Jardim Ângela, eu lembro de muita violência policial, eu lembro que a noite a gente não podia sair.

[Diana, 26 anos, mulher, negra, 29/01/24]

4.2.1 Do concreto ao coração da quebrada- Conhecendo o Jardim Ângela, Jardim São Luís e Capão Redondo

Diversos territórios se configuram no espaço urbano, e as periferias constituem exemplos emblemáticos de como a organização espacial reflete desigualdades sociais históricas e estruturais. Embora sejam frequentemente analisadas a partir de suas características físicas e de infraestrutura, essas áreas não se limitam a dimensões materiais: elas são produzidas

¹³ Para consultar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), vide Anexo A.

socialmente, atravessadas por relações de poder, segregação econômica e estigmatização cultural (Guimarães, 2011).

A compreensão desses territórios requer, portanto, uma análise que vá além do espaço físico, incorporando as experiências, percepções e práticas dos sujeitos que os habitam. Tal perspectiva permite reconhecer que a periferia não se apresenta como uma entidade homogênea ou estática, mas sim como um espaço dinâmico, multifacetado e permeável, cuja definição e significado emergem da interação entre estruturas sociais, históricas e econômicas e os percursos individuais e coletivas de seus habitantes.

Nesse sentido, Burgos (2008) argumenta que as periferias representam, em linhas gerais, territórios historicamente marginalizados, com acesso restrito a equipamentos públicos essenciais, como espaços de lazer, cultura e serviços de saúde, refletindo o empobrecimento relativo das metrópoles. No entanto, essa constatação não deve conduzir a leituras simplistas ou reducionistas que associem automaticamente esses territórios à ausência de recursos ou à criminalidade. A periferia, enquanto construção social, é atravessada por sentidos, afetos e práticas que não podem ser apreendidos exclusivamente por indicadores materiais. Feltran (2010, p.571) enfatiza que, por décadas, a representação da periferia na mídia, nas políticas públicas e no discurso social esteve impregnada de estereótipos

As periferias seriam então o lugar dos pobres, e todos sabem o que isso significa: trata-se de lugares subalternos socialmente, por vezes vistos como ‘submundos’, em que convivem misturados ‘trabalhadores’ e ‘bandidos’, que despertam piedade e insegurança. Esses estereótipos, reforçados no dia a dia das cidades [...]

Essa perspectiva estigmatizante, ao reduzir a complexidade social e cultural das periferias a uma narrativa de carência e subalternidade, consolida preconceitos, invisibiliza as práticas de resistência e criatividade e orienta políticas urbanas que reproduzem desigualdades. Telles (2015) argumenta que a análise da periferia deve romper com dicotomias rígidas, como centro-periferia ou inclusão-exclusão, pois essas categorias binárias não conseguem abarcar as múltiplas dimensões e experiências que caracterizam esses territórios. Novas fronteiras sociais emergem nas periferias, manifestando-se nas relações de vizinhança, no acesso desigual a bens e serviços, nas redes de solidariedade e nos modos de apropriação do espaço urbano.

O processo histórico de formação das periferias em São Paulo está intrinsecamente vinculado ao mundo do trabalho e às transformações econômicas da cidade. Burgos (2008, p.11) afirma que “[...] entende-se que a periferia urbana, enquanto forma correspondente a conteúdos sociais concretos, está diretamente relacionada com a reprodução da classe trabalhadora”. Nesse sentido, a periferia funcionava como um “bairro-dormitório”, destinado a

abrigar trabalhadores que se deslocavam diariamente para áreas centrais, produzindo riqueza que não lhes retornava na forma de infraestrutura, serviços ou acesso a oportunidades culturais.

Kowarick (1979, p.31) reforça essa perspectiva histórica ao caracterizar a periferia como: “[...] aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica”.

O surgimento das periferias em São Paulo remonta à década de 1930, período marcado pela expansão industrial e pela necessidade crescente de trabalhadores urbanos. As áreas periféricas foram então ocupadas por populações de baixa renda, que construíram suas moradias em locais distantes dos centros econômicos e sem acesso a serviços básicos. Entre 1960 e 1970, o crescimento demográfico acelerado, combinado à especulação imobiliária, levou à formação de “cidades-dormitório”, caracterizadas por densidade populacional elevada e infraestrutura insuficiente, consolidando um padrão de segregação urbana (Kowarick, 1979, p. 34).

A década de 1970 marcou também o início de políticas habitacionais formais, com a construção de conjuntos residenciais em áreas periféricas, coexistindo com processos de autoconstrução, expandindo a ocupação para além da zona leste e alcançando territórios da zona sul e norte (Burgos, 2008). Nas décadas seguintes, a reestruturação econômica, a difusão do automóvel, o aumento da violência no centro e a transformação do setor industrial favoreceram a expansão periférica e a intensificação da informalidade econômica. A periferia, assim, não apenas abrigava trabalhadores formais, mas também se consolidava como espaço de múltiplas estratégias de sobrevivência econômica, como subempregos e trabalhos informais, que sempre estiveram presentes na dinâmica urbana (Burgos, 2008).

Nos anos 1990, a intensificação do neoliberalismo, com desemprego crescente, enfraquecimento sindical e políticas públicas excludentes, aprofundou a vulnerabilidade social das periferias e reforçou estigmas de criminalidade e pobreza. Entretanto, esse contexto também promoveu formas de resistência cultural e social, visíveis na produção artística, musical e política dos jovens periféricos. D’Andrea (2020, p.25) destaca que o rap emergiu nesse período como forma de denúncia, denunciando as contradições e desigualdades que não eram captadas pelo discurso hegemônico:

Uma das principais dimensões qualitativas que periferia expressava naqueles anos 1990 era seu caráter de denúncia. Naquela década, as medidas neoliberais aumentaram o desemprego e enfraqueceram os sindicatos, fragilizando o trabalhador como categoria de representação. Em paralelo, o neoliberalismo se afirmava como sistema ideológico pregando o individualismo e o consumo, negando a existência das classes sociais e afirmando o triunfo definitivo do capitalismo. No discurso hegemônico, não se retratavam os efeitos do neoliberalismo sobre as classes populares.

Essa produção cultural evidencia que a periferia não deve ser compreendida apenas por sua função econômica ou pelos estigmas que historicamente lhe foram atribuídos. Pelo contrário, trata-se de um território ativo, onde os habitantes desenvolvem estratégias de resistência, solidariedade e criatividade, criando redes de apoio, circulação de informações e vínculos sociais que contradizem a narrativa de subalternidade. A periferia contemporânea é, portanto, um espaço multifacetado, marcado tanto por vulnerabilidade quanto por potencialidades, desafiando interpretações simplistas e unidimensionais (Burgos, 2008).

Compreender as periferias atuais de São Paulo exige considerar a organização territorial da cidade. A metrópole, com seus 96 distritos e 32 subprefeituras, apresenta uma distribuição heterogênea de infraestrutura, serviços públicos e oportunidades culturais, fortemente mediada por fatores socioeconômicos e raciais (Moreno, 2015). Esse quadro evidencia que a periferia não é um território homogêneo; ao contrário, é fragmentada, apresentando diferentes níveis de acesso, qualidade de vida e oportunidades de mobilidade social. Assim, cada território periférico carrega consigo especificidades históricas, econômicas e culturais que demandam análises contextualizadas e sensíveis às experiências vividas de seus habitantes.

Dessa forma, é possível afirmar que as periferias, embora historicamente marginalizadas e estigmatizadas, configuram-se como espaços complexos e dinâmicos, nos quais se articulam desigualdades, resistências, estratégias de sobrevivência e práticas culturais. A análise crítica desses territórios exige ultrapassar a mera observação material, incorporando perspectivas históricas, sociológicas e culturais que permitam compreender as múltiplas dimensões da vida periférica. Assim, a periferia contemporânea deve ser pensada como território ativo e multifacetado, cuja compreensão requer atenção às práticas sociais, econômicas e culturais de seus habitantes, reconhecendo sua agência, criatividade e capacidade de transformação diante de contextos urbanos marcados por desigualdade e exclusão.

4.2.2 Perfil dos distritos de Jardim Ângela, Jardim São Luís e Capão Redondo

Na busca por dados sobre essas regiões, foi consultado o *Mapa da Desigualdade* do município de São Paulo, publicado em 2022 pela organização Rede Nossa São Paulo. O documento reúne dados oficiais disponibilizados pela Prefeitura e por pesquisas já realizadas, que permitem análises detalhadas dos distritos do município. Assim, para a finalidade desta pesquisa, destacam-se abaixo os dados de maior relevância referentes aos distritos do Jardim Ângela, Jardim São Luís e Capão Redondo, bem como a média municipal e o dado considerado

pelo documento como o “melhor” de todo o município, de modo a possibilitar análises comparativas.

Os distritos em que residem as jovens estão entre os mais populosos do município de São Paulo. De acordo com os dados de 2021, o Jardim Ângela é o segundo distrito mais populoso, com 341.881 habitantes; em seguida, o Capão Redondo ocupa a terceira posição, com 298.611 habitantes; e, em quarto lugar, encontra-se o Jardim São Luís, com 295.722 habitantes. A média municipal é de 124.113 habitantes por distrito, sendo o distrito menos populoso Marsilac, com 8.463 habitantes.

No que se refere às características dessa população, observa-se que a maioria é composta por pessoas pretas e pardas. O Jardim Ângela apresenta o maior percentual dessa população no município, com 60,1% de seus habitantes; o Capão Redondo ocupa a oitava posição, com 53,9%; e o Jardim São Luís, a décima primeira, com 51,3%. A média municipal é de 37,1%, enquanto o distrito com menor proporção de população preta e parda é Moema, com apenas 5,8%.

Em relação à população feminina, os percentuais são bastante semelhantes entre os distritos: o Jardim Ângela apresenta 51,4% de mulheres; o Jardim São Luís, 51,8%; e o Capão Redondo, 52,4%. A média municipal é de 52,4%, sendo Marsilac o distrito com a menor proporção de mulheres (49,6%).

Quanto à população jovem, entre 15 e 29 anos, o Jardim Ângela concentra 47,8%; o Capão Redondo, 44,9%; e o Jardim São Luís, 43,3%. A média municipal é de 39,9%, e o distrito com menor número de jovens é a Consolação, com 22,7%. Dessa forma, a população dos distritos de Jardim Ângela, Jardim São Luís e Capão Redondo pode ser caracterizada como majoritariamente composta por pessoas pretas, pardas e jovens, configurando-se entre os quatro distritos mais populosos do município.

No que diz respeito à moradia, e considerando o número de domicílios localizados em áreas classificadas como favelas, o documento indica que 19,4% das moradias do Jardim Ângela se encontram em favelas, percentual que sobe para 20,6% no Jardim São Luís e 21,1% no Capão Redondo. A média municipal é de 9,4%. Há, entretanto, distritos que não possuem domicílios em favelas, como Alto de Pinheiros, Bela Vista, Cambuci, Consolação, Jardim Paulista, Moema, Perdizes, República, Santa Cecília e Sé.

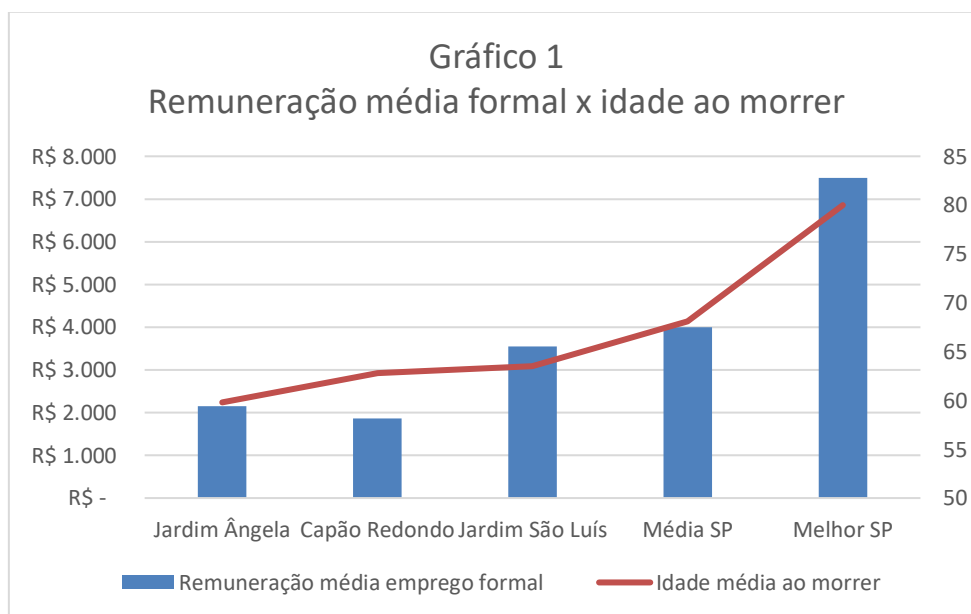
No que tange ao tempo médio de deslocamento por transporte público, o dado é obtido por meio da média ponderada das viagens realizadas pelos moradores durante o pico da manhã. Os habitantes do Jardim Ângela gastam, em média, 62 minutos; os do Capão Redondo, 59

minutos; e os do Jardim São Luís, 46 minutos. A média municipal é de 42 minutos, sendo Pinheiros o distrito com o menor tempo médio de deslocamento, apenas 25 minutos.

No tocante ao acesso a equipamentos públicos de cultura — indicador que expressa a proporção de equipamentos disponíveis para cada 100 mil habitantes —, o Jardim Ângela dispõe de 1,8%, o Jardim São Luís de 1,4% e o Capão Redondo de 1,3%. A média municipal é de 2,1%, e o distrito com maior disponibilidade de equipamentos culturais é a República, com 14,5%.

Com base nesses dados, verifica-se que o Jardim Ângela é a décima área mais favelizada do município, o Jardim São Luís a sétima e o Capão Redondo a sexta. São distritos cujos moradores dependem fortemente do transporte público. Além disso, o Jardim Ângela apresenta o sétimo maior tempo médio de deslocamento no pico da manhã, o Capão Redondo o nono e o Jardim São Luís o trigésimo sexto, todos com baixa proporção de equipamentos culturais disponíveis em comparação com as regiões mais desenvolvidas da cidade.

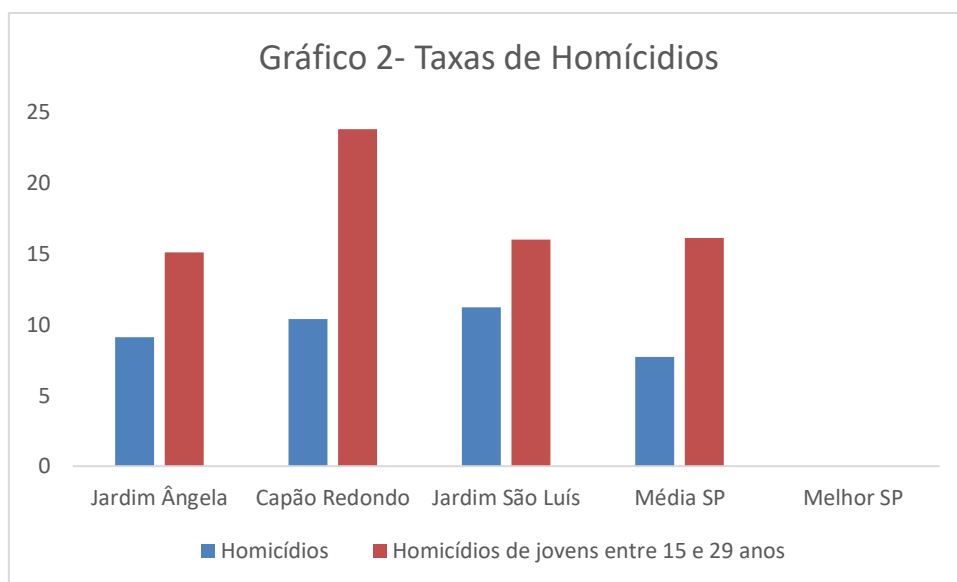
A seguir, são apresentados outros dados dispostos e combinados por meio de gráficos, que elucidam indicadores relevantes para o estudo dos distritos do município de São Paulo.



Fonte: Mapa da Desigualdade, 2022

No Gráfico 1, observa-se a combinação dos indicadores “Remuneração média dos empregos formais” e “Idade média ao morrer”. Percebe-se a existência de uma relação direta entre maiores remunerações e maior expectativa de vida. Em outras palavras, rendimentos mais elevados tendem a promover melhor qualidade de vida, moradias mais adequadas, maior acesso a serviços e residências localizadas em bairros com melhor infraestrutura.

Ao analisar o gráfico, nota-se que a diferença entre a idade média ao morrer dos habitantes do Jardim Ângela (59,8 anos) e a do distrito com melhor índice de São Paulo (80 anos) é de aproximadamente 20 anos. Considerando que o Jardim Ângela é o segundo distrito mais populoso do município e que sua população é majoritariamente composta por pessoas negras e jovens, evidencia-se um quadro de profunda desigualdade social, que pode ser compreendido como expressão do genocídio da população negra.



Fonte: Mapa da Desigualdade, 2022

No Gráfico 2, são apresentados dois indicadores registrados por distrito no ano de 2021: a taxa de homicídios da população geral e a taxa de homicídios de jovens, tendo como referência cada 100.000 habitantes. Neste último indicador, o documento explicita que há possibilidade de as mortes serem causadas por agentes do Estado.

No que se refere à taxa geral de homicídios, o Jardim Ângela registrou 9,8 ocorrências a cada 100.000 habitantes; o Capão Redondo, 10,4; o Jardim São Luís, 11,2; enquanto a média municipal é de 7,7. Já a região considerada como a de melhor desempenho não apresentou registros de homicídios.

Em relação aos homicídios de jovens, os dados indicam 15,1 ocorrências por 100.000 habitantes no Jardim Ângela, 23,8 no Capão Redondo e 16 no Jardim São Luís. A média municipal é de 16,1, enquanto os distritos da região com melhores indicadores registraram zero casos. Ou seja, existem áreas no município de São Paulo em que não há registro de nenhum dos dois tipos de homicídios no ano de 2021, ao passo que os três distritos em destaque apresentam índices elevados de mortalidade, sobretudo entre jovens.

Em síntese, os dados do *Mapa das Desigualdades*, publicado em 2022, evidenciam que as periferias do Jardim Ângela, Jardim São Luís e Capão Redondo configuram-se como regiões densamente povoadas, com um número expressivo de pessoas pretas, pardas e jovens, e que, em termos de gênero, apresentam relativa paridade entre homens e mulheres. Ademais, cerca de 20% da população de cada região reside em favelas; os empregos formais oferecem baixa remuneração; o tempo médio de deslocamento em transporte público, no horário de pico matutino, é de aproximadamente 60 minutos; e o acesso a equipamentos culturais é limitado. Por fim, a expectativa de vida é inferior à observada em outros distritos do município, e as taxas de homicídios são elevadas, sobretudo entre a população jovem.

Diante desse cenário, observa-se que, por meio do coletivo Da Raiz ao Fruto, as jovens mulheres buscam ressignificar não apenas suas relações sociais, vivências juvenis, temporais, de trabalho e de cuidado, mas também seus próprios territórios, na tentativa de romper com a associação da periferia exclusivamente à pobreza e à criminalidade. De acordo com Junior e Silva (2021, p. 187), “[...] a perspectiva de um lugar de construção, práticas e vivências dos sujeitos sociais inscritos pelo seu modo de existir”. Assim, as jovens não compreendem a periferia como um espaço de carência, mas como um território em constante produção, que expressa cultura, contradições e desigualdades sociais, econômicas e territoriais.

Dessa forma, as integrantes do coletivo Da Raiz ao Fruto, ao se afirmarem como mulheres periféricas, reconhecem a existência de um território localizado à margem; contudo, não se restringem a essa posição. Pelo contrário, utilizam essa condição para promover a criação de outros modos de vida e, conseqüentemente, de um “devir periférico”. Segundo Junior e Silva (2021, p. 193), “[...] devir-periferia seriam focos de liberdade potencializadores de processos de singularização da vida, no sentido de empreender deslocamentos dos estratos representativos que formam nossa sociedade [...]”. Assim, as jovens mulheres potencializam fissuras na ordem hegemônica e promovem, por meio do coletivo, processos de emancipação diante de uma lógica de ausências — ausências de trabalho, educação, tempo, relações de cuidado e de território — impostas a seus corpos.

4.2.3 A periferia segundo as jovens

No objetivo do coletivo e em seu Documento de Apresentação, as jovens mulheres do coletivo Da Raiz ao Fruto se identificam territorialmente com a periferia, especialmente nos distritos do Capão Redondo e do Jardim Ângela. No entanto, a partir da ampliação das atividades do coletivo e das entrevistas realizadas entre os anos de 2023 e 2024, constatou-se

que outro distrito periférico também integra a realidade de um número significativo de jovens participantes: o Jardim São Luís.

Acerca desses territórios, Diana, em sua entrevista, relata que

E é interessante ressaltar que anos 80 e anos 90 a gente tá falando de um território... De um território não, né? Dos territórios do Jardim Ângela, São Luís e do Capão, que eram considerados o triângulo da morte, né? A tríplice da morte. Havia muita violência policial. Muita, muita, muita, muita violência policial aqui [...]. Então, a ditadura militar, ah, nunca houve um período de ditadura militar aqui, né? Sempre houve uma ditadura militar contínua e instituída na periferia. Eu lembro, e olha que eu nasci em 98, eu lembro de corpos mortos espalhados pelo Jardim Ângela, eu lembro de muita violência policial, eu lembro que a noite a gente não podia sair. [Diana, 26 anos, mulher, negra, 29/01/24]

Os territórios do Jardim Ângela, Jardim São Luís e Capão Redondo foram denominados pela grande mídia nacional, à época, como o “Triângulo da Morte”, devido às elevadas taxas de homicídios em suas populações, sendo os jovens o grupo mais afetado (Pinto, 2018).

Ao contextualizar a realidade das periferias na década de 1990, D’Andrea (2020, p. 23) elucida que

Na década de 1990 havia um genocídio em curso. Nunca na história de São Paulo o índice de homicídios foi tão alto, e estes ocorriam principalmente na periferia. O principal alvo do genocídio eram (são) corpos negros masculinos. É por isso que a enunciação de periferia realizada nos anos 1990 partiu desse setor social, buscando principalmente três objetivos: denunciar as condições sociais, unir as quebradas em guerra e pacificar esses territórios.

Em meio a esse cenário de extrema violência, emerge o movimento do rap, cujo objetivo é denunciar o extermínio da população negra nas periferias. Nesse contexto, destacam-se os Racionais MC’s, que, em sua primeira música, “Pânico na Zona Sul”, lançada em 1989, retrataram a realidade vivenciada na quebrada já nos primeiros versos.

Então quando o dia escurece/Só quem é de lá sabe o que acontece/[...]/E nós estamos sós/Ninguém quer ouvir a nossa voz/Cheia de razões calibres em punho/Difícilmente um testemunho vai aparecer/E pode crer a verdade se omite/Pois, quem garante o meu dia seguinte.

Por meio desses versos, é possível perceber a sensação de insegurança em relação ao espaço territorial, o silenciamento e a ausência de compreensão por parte de habitantes de outros territórios acerca das experiências vivenciadas e relatadas pela população periférica.

Em consonância com esse contexto, Diana, ao rememorar a realidade da quebrada naquela época, recorda uma fala de uma pessoa que trabalhou com ela e que teve grande importância em sua vida: “[...] uma vez, ele me falou assim, Diana, a gente pensa de acordo com o lugar que a gente pisa [...]”.

A jovem, ao recordar sua infância, relata diversas ocasiões em que testemunhou corpos caídos em frente à sua residência. Além disso, ela presenciou tiroteios e recorda situações em que sua mãe a buscava às pressas, ambas se deslocando abaixadas da escola em que Diana estudava. O território ocupado pela jovem é o Horizonte Azul, localizado no distrito do Jardim Ângela.

Acerca desse distrito, Pinto (2018, p. 34) informa que

Em 2003, a taxa era de 176,8 em contraposição aos 105 homicídios juvenis por 100 mil habitantes na cidade, ou seja, a região possuía 68% mais mortes de jovens do que a cidade toda. Os assassinatos nos distritos do “Triângulo da Morte” não se distribuíam de forma igual entre eles, o infeliz destaque das estatísticas ficava com o Jardim Ângela, que, ao registrar os índices mais altos, foi indicado pela ONU como o distrito mais violento do mundo, seguido a ele, em ordem municipal, estavam o Jardim São Luís e o Capão Redondo.

Em resposta à designação dos três distritos como os mais violentos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1996 foi iniciado o movimento Marcha pela Paz. Desde então, a iniciativa ocorre anualmente no dia 2 de novembro. Durante a marcha, um grande número de pessoas percorre o trajeto do Jardim Ângela até o cemitério do Jardim São Luís, portando faixas temáticas que simbolizam os locais onde foram sepultadas as vítimas de violência.

Quanto aos resultados obtidos ao longo dos anos, Cícero (2023, p. 19) evidencia que

Dessa forma, graças às caminhadas muitas conquistas foram alcançadas. No campo da saúde, por exemplo, conseguimos o Hospital M’Boi Mirim, no Jardim Ângela; na segurança pública, as bases comunitárias da Polícia Militar; na educação, mais escolas; na Assistência Social, mais serviços como os CCA’s e os CJ’s.

Bianca nasceu e habitou por muito tempo no Horizonte Azul, além de residir e conhecer outros bairros próximos. Ela diz qual o seu sentimento em relação ao extremo sul “[...] E assim, se olha pro Jardim Ângela nos 90, era considerado o bairro mais perigoso do mundo. Do mundo! E tipo, cara, eu andando no Jardim Ângela sou uma pessoa muito mais tranquila do que eu andando no centro de São Paulo”.

Há uma relação desenvolvida pelas jovens com seus respectivos territórios de pertencimento e apego; é algo tão forte de ser dimensionado que é como se sujeito e território fossem um único ser. Acerca desse forte vínculo, Bianca relata

E é isso, a gente foi crescendo com o bairro e, claro, tem todos os estigmas, questão de periferia, é foda. Mas a gente não é simplesmente aquele olhar de quero crescer e quero sair daqui. Mano, eu quero crescer, quero que esse espaço cresça e que as pessoas que estão ali, que são muito, muito, muito sensacionais, cresçam também. [Bianca, 24 anos, mulher, negra, 02/02/24].

Diana não esconde sua satisfação com o território que habita e relata que sempre morou no Jardim Horizonte Azul. Alega ter ciência de que é um território complicado, mas o ama e tem apreço em residir no local. Mesmo refletindo em suas falas a conexão que possui com o território, não esconde que a realidade atual ainda é permeada por violência. Desse modo, a jovem retrata que

Então, enfim, esse triângulo da morte em que a gente, graças às políticas públicas que foram conquistadas pelas pessoas desse território, a gente se livrou desse momento. Ainda não tanto. Existe ainda a violência policial, existe uma violência institucional, mas que através de lutas populares, muitas políticas públicas foram criadas. [Bianca, 24 anos, mulher, negra, 02/02/24].

Além das políticas públicas criadas, tanto Bianca quanto Diana e outras jovens entrevistadas ressaltam que a arte e a cultura são importantes combustíveis para a juventude do extremo sul de São Paulo, e através dos movimentos culturais há a desmistificação desses territórios em relação a lugares exclusivos de violência e pobreza. Assim sendo, de acordo com D'Andrea (2020, p. 24-25), “aos poucos, o significado de periferia passava a englobar também cultura e potência. Os sentidos do conceito se alargavam, incluindo ainda atributos positivados”. Ao retratar alguns pontos relacionados à história da cultura no território, Diana cita

Então, por exemplo, Sociedade Santos Mártires, com o padre Jaime, meu, impossível falar do Capão sem falar do movimento hip-hop, sem falar dos Racionais Mc, sem falar do que eles retratavam nas letras. O movimento hip-hop salvou muita gente, né? O movimento hip-hop mostrou que a arte, mano, a arte de jeito preto é arte, tá ligado? Então, não podemos esquecer do Sarau da Cooperifa, aqui de cima no São Luís, sabe? Sarau da Cooperifa, há muito tempo aí, eu não sei quantos anos eles têm, mas sempre salvando a galera aí com a literatura, com a poesia marginal, então... falando de articulação do território, o Jardim Ângela, Capão e o São Luís, eles são territórios ricos culturalmente, porque houve pessoas, adolescentes na época, que se preocuparam com isso e viam que não era só isso. [Diana, 26 anos, mulher, negra, 29/01/24].

Dessa forma, vale ressaltar que o movimento do hip-hop, mencionado por Diana, foi um dos primeiros a abordar coletivamente temas relacionados à periferia, a partir de análises sobre a realidade social das quebradas, refletindo essas experiências nas artes visuais, na dança e na música (Nascimento, 2010). Além do hip-hop, diversas outras iniciativas culturais surgiram no final da década de 1990, inserindo-se no cenário artístico. Por conseguinte, essas manifestações reuniram artistas da periferia vinculados a “diferentes linguagens artísticas (como a música, o teatro, o cinema, as artes plásticas e a literatura)” (Nascimento, 2010, p. 117).

Embora o coletivo Da Raiz ao Fruto não tenha uma proposta cultural formal, suas atividades se desenvolvem por meio da cultura, não se limitando apenas à relação que suas

coordenadoras possuem com a arte. Ao analisar a imersão cultural de cada jovem, observa-se que Diana é cantora e integrante do grupo de cultura Espírito de Zumbi; Wanessa é poetisa e organizadora de Slams¹⁴; e Gabriela coordena a Fundação/Editora Lírio Negro e atua como escritora, com diversos títulos publicados.

Além dessa expressiva e diversa bagagem cultural, o coletivo desenvolve parte de suas atividades atualmente em conexão com o evento Panelafro, que, segundo Nascimento (2010, p. 120),

[...] o Grupo de Cultura Afrobrasileira Espírito de Zumbi, que oferece gratuitamente oficinas de capoeira, percussão e dança afro e que como principal vitrine de suas ações o “Panelafro”, um evento mensal que mescla performances de dança e música, privilegiando manifestações folclóricas, maracatu, coco, samba de roda e capoeira.

Atualmente, o coletivo Da Raiz ao Fruto possui uma parceria com o grupo Espírito de Zumbi e promove o Espaço Frutinhos dentro do evento Panelafro, além de participar de maneira fixa da Feira de Economia Criativa, que acontece no evento. Sobre movimento cultural presente no Panelafro, Diana expõe

Então, o Panelafro, ele surge dessa ideia de valorização mesmo da cultura popular brasileira. Então, a gente tá falando sobre maracatu, a gente tá falando sobre ciranda, sobre samba de coco, samba de roda, capoeira, jongo. Então, a gente tá falando sobre todos esses ritmos que permeiam aí a cultura brasileira. E, então, vem crescendo, né, o Panela que vai fazer 25 anos. [...] Então, surge em 99. [Diana, 26 anos, mulher, negra, 29/01/24].

4.2.4 O olhar das jovens sobre a experiência feminina no contexto periférico

Quando indagadas acerca do que significaria, em sua perspectiva, ser uma jovem mulher periférica, surgiram questões que vão além da dimensão territorial. Tatiana, por exemplo, destacou que ser uma jovem periférica envolve sua negritude e, ao cursar Artes Cênicas na Universidade de São Paulo (USP), por vezes se sente inferior, relatando travar uma constante luta para provar sua capacidade, tanto para os outros quanto para si mesma. Em diversos momentos da entrevista, o racismo presente nas universidades emergiu como tema central.

Gabriela, ao refletir sobre sua localização social e espacial enquanto jovem mulher periférica, ressaltou a insegurança do território físico, enfatizando que os jovens moradores de periferia frequentemente precisam antecipar seus movimentos em relação aos demais. Ela destacou que sempre carrega documentos de identificação por temor a abordagens policiais,

¹⁴ Slam (ou Poetry Slam) é uma batalha de poesia falada, focada em performance e oralidade, onde poetas (slammers) declamam textos autorais de até 3 minutos sem uso de cenários ou figurinos. Fonte: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/slam-e-voz-de-identidade-e-resistencia-dos-poetas-contemporaneos/>

salientando que, independentemente de quem seja ou do que faça, naquele contexto, é percebida apenas como um corpo periférico.

Além disso, Gabriela, em consonância com a fala de Tatiana, afirmou que, por ser uma jovem negra, sente a necessidade de constantemente validar suas falas, apoiando-se em teóricos ou dados. Ela comparou sua experiência enquanto mulher periférica à de sua mãe, observando que, embora seja negra, é percebida pela sociedade como branca. Gabriela relatou que, mesmo sua mãe não sabendo ler ou escrever, suas palavras são ouvidas e respeitadas, independentemente do conteúdo que apresenta.

Diana, confirmando os relatos de Tatiana e Gabriela, ao responder sobre o que significa, para ela, ser uma jovem mulher periférica, desdobra inúmeras camadas

É muito difícil, uô! Porque envolve... Não envolve só território, envolve a questão da negritude. Envolve a questão de cor, raça, gênero e... e muitas coisas. Então, eu acho que enquanto jovem [...] sei lá, eu acho que você não sente tantos pesos, sabe? Que te colocam, sabe? No sentido de, tipo, aquela famosa pirâmide, sabe? De que a mulher negra tá lá embaixo, sabe? As pessoas tentando tudo isso. Então, enquanto mais jovem, né, eu não... Não sei se eu não sentia esses pesos, talvez eu não visse, sabe? Eu não os reconhecesse. Agora sim. Agora existe um peso que eu reconheço, que eu vejo, que eu sei que tá ali. Então, existem muitas situações em que quem chega primeiro não sou eu, é a minha cor. O meu território, é a minha vestimenta. Acho que é isso, ser uma jovem- adulta, periférica, é muito complicado. É muito complicado porque são violências todos os dias, sabe? Para combater, para... coisas que a gente deixa passar, porque, mano, não dá tempo, sabe? Não tem tempo de discutir isso com você, sabe? Vamos para o próximo, sabe? Então, acho que é isso. [Diana, 26 anos, mulher, negra, 29/01/24]

A jovem ressalta que ao tomar consciência do lugar que a sociedade insiste em reservar para as mulheres jovens negras, essas dores causam mais sofrimento e tornam-se cada vez mais visíveis. Além disso, são incontáveis as violências cotidianas enfrentadas, que podem agravar-se se associadas a outras características, como, por exemplo, no caso de Oliver, que é um jovem indígena transperiférico, ou ainda no caso da Karen, que é uma jovem mulher negra nordestina e periférica.

Karen, inclusive, narrou diversas falas relacionadas às violências que sofre no ambiente universitário. Abaixo segue uma delas

Na minha aula, uma vez, o meu professor de Direito Penal estava falando, eu não sei qual era o exemplo que ele estava dando, mas aí ele foi e falou assim, por exemplo, lá na Bahia. Aí eu peguei, juro, eu peguei e falei, por que a Bahia? Tudo é a Bahia. Tipo assim, sabe quando a questão, os exemplos se voltam só para aquele estado? Fica tudo ali. Ah, pô, ele teve lá na Bahia, e assim, o professor comentou isso. Ah, pô, ele teve lá na Bahia, o pessoal não faz nada, lembra meio-dia. Aí tá eu, uma baiana, escutando isso, falando assim [...]. [Karen, 26 anos, mulher, parda, 01/02/24]

Para a jovem Daniela, ser uma jovem mulher periférica é bastante desafiador, visto que a mulher na sociedade possui uma posição definida e, ao adentrar a periferia, essa posição sofre um decréscimo. Ingrid, em consonância à fala de Daniela, ressalta que ser uma jovem mulher periférica é

[...] eu acho que é pegar um busão bem lotado. Que, tipo, às vezes vai demorar meia hora pra passar, às vezes é isso. Eu acho que é... Ah, infelizmente, assim, eu não me sinto tão segura pra andar pelo meu bairro em qualquer horário. Eu acho que em outros momentos é ter mais consciência de classe do que outras pessoas, mais consciência social. Porque apesar de eu não estar numa favela, eu tô vendo que não é todo mundo que tem acesso a muitas coisas que são importantes, né? Então acho que isso traz um senso de mundo maior, mais ampliado. Mas eu acho que ia ter muita força, porque eu vejo que a gente é bem mais resistente, sabe? Do que pessoas que, às vezes, têm uma condição social maior. Eu acho que a gente tem mais garra de ir atrás do que a gente quer. Isso, pra mim, é muito legal. [Ingrid, 21 anos, mulher, branca, 21/02/24]

Ingrid ressalta que as dificuldades e desigualdades presentes nas periferias fortalecem a resiliência e a capacidade de resistência dos moradores diante dos inúmeros desafios enfrentados.

Ser uma jovem mulher periférica, sob o olhar das jovens participantes da pesquisa, vai além de uma localização territorial, é uma condição combinada por diversos atravessamentos- como de raça, classe, gênero e identidade. As falas compartilhadas pelas jovens revelam o enfrentamento cotidiano de violências institucionais e simbólicas, como o racismo, o machismo, a xenofobia e a transfobia.

Simultaneamente, e desse espaço que emergem uma multiplicidade de potências. Mesmo diante das desigualdades instituídas, há uma força coletiva que se manifesta com consciência crítica e o território antes visto como um local de ausências, ganha centralidade como um espaço produtor de pertencimento e cultura. Nesse sentido ser uma jovem mulher periférica é carregar dores históricas e pessoais, mas também ser protagonista na construção de novos rumos, inventar outras formas de viver e resistir, com corpo e voz.

4.3 RAÍZES EM MOVIMENTO- A HISTÓRIA DO COLETIVO DA RAIZ AO FRUTO

O coletivo Da Raiz ao Fruto é uma iniciativa autônoma, que não recebe verbas nem públicas, nem de instituições privadas, as jovens mulheres buscam se manter por meio de recursos próprios adquiridos com os empreendimentos do coletivo que estão ligados a sustentabilidade- o brechó, o sebo (venda de livros usados) e as peças de fibra de coco. As jovens “se apresentam como redes de solidariedade com fortes conotações culturais” (Melucci, 2001). Se constituem enquanto uma estrutura que reivindica os direitos das jovens mulheres,

além disso criam formas simbólicas de pertencimento, cuidado e resistência no cotidiano e no espaço que as políticas públicas ainda não conseguem alcançar.

O coletivo possui alguns marcos temporais que o subdividem em três fases, entender essas fases é importante para compreender a configuração atual do movimento. Até mesmo, o coletivo não segue uma linearidade rígida, mas possui ritmos próprios, reconhecer essas fases é compreender o coletivo com um organismo que pulsa mediante os contextos sociais e constrói seus marcos e sentidos. As fases do coletivo Da Raiz ao Fruto demonstram não apenas sua história, mas a capacidade de adaptação e reinvenção constante das jovens.

Diante disso, a primeira fase é composta pela história por trás da fundação do coletivo e o movimento anterior, que foi gerador e culminou na organização do coletivo. Já o segundo período é traduzido a partir da fundação: contempla a época das medidas de flexibilização da covid-19 até o retorno das atividades presenciais. Por fim, a terceira fase contempla o retorno das atividades presenciais até os dias de hoje.

4.3.1 Primeira fase: motivação e composição inicial do coletivo Da Raiz ao Fruto

Dentre os aspectos que foram geradores do coletivo, tem-se os que são partilhados pelas jovens e os específicos. Em relação aos comuns, pode ser elencado um que é compartilhado pelas três jovens que iniciaram as atividades do coletivo: entre Diana, Gabriela e Kiara está o contexto pandêmico da covid-19, que “em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) como emergência global” (Lorenz et al., 2021, p. 2), sendo a covid-19 “uma doença infectocontagiosa causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2” (Brito et al., 2020, p. 54). Portanto, por conta das possibilidades de consequências letais ocasionadas pelo vírus, principalmente antes da vacinação da população, foram impostas medidas de distanciamento social e a quarentena no Brasil, na tentativa de conter a pandemia.

Como reflexo dessa conjuntura, as relações locais e globais foram afetadas. Acerca de sua motivação pessoal em relação à sua participação no coletivo, Diana expõe

Eu acho que a principal era que eu tava desempregada, né, então... Desempregada, tava pensando em sair da faculdade, então... pandemia, assim, zero contato com pessoas, então... E também eu já tava há um tempo já longe de atividades culturais. Então, acho que todas essas coisas se juntaram e quando veio essa ideia de formar o coletivo foi uma coisa tipo, ah, vai dar certo, sabe? É isso, a gente precisa disso, a gente tem força pra isso e vai dar tudo certo. [Diana, 26 anos, mulher, negra, 29/01/24]

Já Gabriela, ao descrever suas motivações iniciais para fundar o coletivo, cita que sempre teve sua vida atrelada à militância estudantil, participando de grêmios escolares em

conjunto com Kiara. Em 2020, com a pandemia, Gabriela passou seis meses — de março a setembro — em distanciamento social, tendo contato apenas com sua mãe, que é pertencente ao grupo de risco para a infecção da covid-19, dentro de sua casa. Durante o período mais restritivo da pandemia, nos anos de 2020 e 2021, Gabriela conta que as atividades culturais que ela participava pararam por completo, uma vez que “diversos serviços, estabelecimentos e instituições considerados não fundamentais para o funcionamento do país foram temporariamente fechados, com o objetivo de conter a proliferação do vírus e salvar vidas” (Silva et al., 2020, p. 150).

O companheiro dessa época de Gabriela tinha a guarda compartilhada da filha e ela sempre dividiu os cuidados da criança. Kiara ficou grávida em 2020 e teve sua bebê em 2021. Sobre esse cenário, Gabriela explica

E aí a realidade pós 2020 foi a gente já estar com crianças. No caso, na época eu estava com a Maitê. Eu tava com a Maitê, que ela tinha um ano. Um aninho. E aí ela tava com uma bebê também. E a gente pensou, como que a gente vai conseguir conciliar todo esse trabalho (empreender) que a gente já vinha fazendo com as crianças? E daí veio como que as outras pessoas também vão conseguir fazer isso estando com crianças nessa situação que a gente precisa estar ali próximo, que a gente precisa atender a necessidade da criança e dar seguimento aos trabalhos. [Gabriela, 24 anos, mulher, parda, 29/11/23]

A pandemia não apenas evidenciou demandas sanitárias, mas também desigualdades sociais, como questões de gênero, raça e classe, conforme Silva et al (2020, p. 150)

Problemas sociais anteriormente vivenciados pelas mulheres, como a violência doméstica e a sobrecarga pelas múltiplas jornadas, ganharam índices ainda maiores. Com o lema “fique em casa!”, escolas e empresas fecharam por tempo indeterminado, sendo assim toda a família passou a vivenciar mais horas de contato dentro do ambiente doméstico.

Com o aumento das horas de convívio no ambiente doméstico, um Estado neoliberal encolhido que não atendia os anseios da população menos favorecida, as jovens passaram a ter que combinar de forma ainda mais intensa, o trabalho, os estudos (quando presentes), os afazeres domésticos e as atividades de cuidado com terceiros — tudo isso, muitas vezes, sem contar com uma rede de apoio. As creches e escolas, que além de cumprirem uma função pedagógica também operam como espaços de suporte e cuidado, deixaram de estar disponíveis durante o período mais crítico da pandemia. Paralelamente, a família estendida — que poderia atuar como rede auxiliar — mostrou-se ausente em muitos casos: ora porque seus membros estavam imersos de forma exaustiva no trabalho produtivo e reprodutivo (antes e durante a pandemia), ora porque as relações familiares eram marcadas por fragilidades e vínculos afetivos esgotados em relação às jovens.

A partir desse cenário Gabriela e Kiara tiveram a ideia de juntas criarem, a princípio, uma rede de mães, pois, por conta da pandemia, as jovens não tinham um lugar de confiança que pudessem deixar as crianças e necessitavam trabalhar. Dessa forma, o coletivo funcionou em seu primeiro momento como uma rede de apoio, no qual enquanto uma parte das jovens mulheres empreendiam, as outras cuidavam das crianças. Refletindo os rearranjos temporais que as jovens necessitavam realizar para darem conta do trabalho produtivo e reprodutivo.

Além do contexto de Gabriela e Kiara, existia uma conexão anterior que também foi motivadora da constituição do coletivo neste formato: em 2019, Diana e Gabriela participavam do coletivo Refavela. Diana conta que:

O Refavela ajudou também a pensar o Da Raiz. O Refavela ajudou e aí, na verdade, deu experiência para que as pessoas pudessem construir o coletivo. Porque, na verdade, a Gabriela também fez parte do Refavela. Então a gente passou por experiências que a gente não queria que se repetisse dentro do coletivo, sabe? Então, a gente sabia que fazer um coletivo não era fácil, que era muito difícil. E que uma rede de apoio entre mulheres seria uma forma de... como posso dizer, uma forma de ser autossuficiente, sabe? E até uma forma mais branda, querendo ou não. Porque a gente tinha passado pelo Refavela, a gente tinha tido muitas tretas, principalmente por conta dos homens que estavam junto com a gente, então, houve muito essa questão dessa cultura machista, querendo ou não, que às vezes atravessa a gente. [Diana, 26 anos, mulher, negra, 29/01/24]

Acerca da fala de Diana, Lorde (2019, p.244/245) elucida que

Por causa da batalha contínua contra supressão racial que homens e mulheres negras compartilham, algumas mulheres negras ainda se recusam a admitir que somos oprimidas como mulheres, e que a hostilidade sexual contra mulheres negras é praticada não apenas pela sociedade branca racista, mas implementada também dentro de nossas comunidades negras. É uma doença que atinge o coração da nacionalidade negra, e o silêncio não fará com que ela desapareça, exacerbada pelo racismo e pelas pressões da impotência, a violência contra mulheres e crianças negras normalmente se torna um padrão dentro de nossas comunidades, um padrão pelo qual a masculinidade pode ser medida. Mas esses atos de ódio contra a mulher quase nunca são discutidos como crimes contra mulheres negras.

A questão de o machismo estar presente em coletivos culturais não é algo novo, por vezes, as propostas de emancipação racial não coincidem com as necessidades da rede em relação ao gênero e à sexualidade, por exemplo. Dessa forma, em alguns coletivos que englobam homens e mulheres, são vivenciadas relações hierarquizadas permeadas por posturas machistas, misóginas e homofóbicas (Barbosa e Pires, 2022). Em consonância a essa ideia, hooks (1995, p.467/468) reafirma que

Quando a maioria dos negros pensa em “grandes mentes”, quase sempre invoca mensagens masculinas. [...]. Na verdade, dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca, toda a cultura atua para negar às mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente, torna o domínio intelectual um lugar “interdito”.

Dessa forma, através de um olhar histórico, é possível perceber que há um esforço recente datado do século XX, com um alto crescimento a partir dos anos 2000, em relação ao surgimento de coletivos voltados (e na maioria dos casos exclusivos) para mulheres. Assim, buscando por meio da “[...] construção da identidade e a afirmação da cidadania de segmentos sociais, que se deparam com o vilipêndio de seus direitos e opressão em sua condição humana” (Torres, 2020, p. 433).

Deste modo, as jovens mulheres não se depararam com a violação de seus direitos apenas na esfera macro da sociedade, mas também em seus nichos formados por coletivos mistos e dentro de suas residências ao precisarem acumular tarefas durante a pandemia e não terem redes de apoio e parceiros em potencial para tal. Mediante às motivações expostas, Diana, Kiara e Gabriela fundam o coletivo Da Raiz ao Fruto.

4.3.2 Fundação do coletivo até a fase de retorno às atividades presenciais

O coletivo foi instituído em 04 de setembro de 2021, em um contexto ainda de quarentena, com creches e escolas em funcionamentos parciais ou em sistema de revezamento, sem vacinas para crianças e adolescentes. Gabriela relatou, durante a entrevista exploratória, que as fundadoras se questionavam como poderiam combinar o empreendimento com a maternidade em conjunto com uma educação respeitosa e o conforto das crianças. Com base nisso, alugaram um espaço físico situado no bairro Parque Independência (distrito do Jardim Ângela), no qual eram realizadas exposições e divulgações dos trabalhos, rodas de conversa com assuntos atuais e pertinentes, com espaços de fala e escuta assegurada, atividades culturais e incentivo ao consumo consciente.

Além da ideia de troca permear toda a constituição do coletivo, ele inicia suas atividades com três pilares estruturantes. O primeiro versa sobre o consumo consciente e responsável, materializado através das ações de venda de roupas no brechó e livros usados, divulgação e consumo do trabalho das jovens do coletivo. O segundo é o empoderamento dessas jovens mulheres, através da conscientização coletiva de temas pertinentes ao coletivo e à atualidade, concretizados através dos encontros do “Café Literário”¹⁵. Por último, o terceiro pilar é dedicado ao cuidado, que ganhou forma por meio do espaço brincante, que mais tarde se tornará o espaço Frutinhas.

¹⁵ O “Café Literário” eram encontros promovidos pelas jovens que buscavam estimular o debate de temas pertinentes ao cotidiano das jovens, relacionados, por exemplo, a educação de crianças e ao feminismo.

Dessa forma, Gabriela acrescenta que a organização do espaço físico era em três partes, em consonância com os pilares, e que além de receber as crianças filhas das integrantes do coletivo, outras crianças pertencentes à região também frequentavam o espaço brincante. Em relação à divisão de atividades internas, as jovens mulheres possuem tarefas específicas dentro do coletivo, de acordo com os eixos estruturantes, por exemplo: algumas organizam a parte do consumo sustentável, outras a parte do “Café Literário” e um terceiro grupo a parte do espaço brincante/de cuidado. Diana cita que em paralelo aos pilares, o coletivo Da Raiz ao Fruto possui valores que integram a sua base, como acolhimento, integridade, pluralidade e

[...] uma educação respeitosa e saudável é uma coisa que eu acho que bate em algumas vivências de cada uma de nós três porque foram períodos muito difíceis, cada um tem o seu problema familiar gigantesco e sempre esbarra nessa questão da educação então procurar uma educação saudável, tranquila que seja respeitosa com a criança, que tenha uma relação limpa com a criança, eu acho que isso também é um dos valores que permanecem dentro do coletivo, sabe? [Diana, 26 anos, mulher, negra, 29/01/24]

Os pilares e valores foram retratados no Documento de Apresentação criado pelas jovens do coletivo, que ao trazerem os objetivos e um pouco da estruturação do coletivo relatam ter como primazia o “auxílio com processos jurídicos e encaminhamento para tratamento psicológico” (p. 1). Nesse sentido, as coordenadoras e organizadoras do coletivo possuem proximidade com os funcionários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de suas respectivas regiões. Dessa forma, elas encaminham outras jovens mulheres, principalmente as que são vítimas de violência, para acompanhamento psicológico nestas unidades de saúde. Acerca do apoio e encaminhamentos jurídicos, eles são realizados pela jovem Karen, estudante de Direito. Ela ainda não atua na área, porém consegue direcionar os caminhos necessários para as situações que surgem. Essa membra da rede de apoio faz uma espécie de “consultoria jurídica” totalmente gratuita, e o alvo dessas ações em sua maioria são mulheres que sofrem violência doméstica.

Dessa forma, as jovens vivenciam o período de convivência em grupo por meio do coletivo e experimentam uma comunhão emocional, social e cultural, afastando-se da individualidade e compartilhando inclusive mazelas que elas carregam ao longo da vida. Juntas, tentam se reorganizar de acordo com seus ideais. Conseqüentemente, nos novos grupos de mulheres que surgem na contemporaneidade, em que o convívio em grupo é valorizado como forma de expressão, há a apreciação das trocas de ideias, lugares de fala, rodas de conversa e busca por significado na vida (Torres, 2020). Assim sendo, Torres (2020, p.438) acrescenta que

Um mundo diferente é proposto, a partir da perspectiva do estar junto, um gregarismo assimilado pelos novos coletivos de mulheres que buscam encontrar respostas para problemas que angustiam a humanidade, envolvendo as questões de gênero como o estupro, a violência doméstica, o aborto, o assédio sexual, enfim, as desigualdades de gênero.

A formação do coletivo inicialmente buscou suprir uma demanda de mães trabalhadoras que necessitavam de uma rede de apoio de confiança. Entretanto, conforme ele se materializava, ganhou contornos nos quais as jovens, em conjunto, procuravam suprir suas necessidades daquele presente momento, que era trabalhar/empreendimentos e cuidar das crianças, além de enfrentarem juntas a pandemia e demandas passadas e futuras ao procurarem reajustar as lacunas emocionais deixadas de alguma forma por conta de uma educação que não se aproximou do ideal que elas hoje acreditam. Mediante a isso, projetam para o futuro que com o coletivo é possível a construção de uma nova realidade que impactará positivamente a vida não apenas delas, mas também de pessoas próximas.

Nesse cenário, poucos meses após a fundação, Diana, Kiara e Gabriela convidam Wanessa para integrar a coordenação do grupo. Wanessa, ao lembrar desse momento, relata que

Ei, então, eu sou mãe, né? E aí o da Raiz ao Fruto entrou pra mim como, tipo, a perspectiva de poder fazer por outras crianças e poder incluir minha filha dentro do meu corpo. Tipo, fazer coisas em que dê pra eu encaixar ela dentro e o coletivo é real aconchegante. É o rolê perfeito pra que isso aconteça. [...] Então, eu conheci o coletivo por conta da tia Kiara, que é ex-integrante do coletivo. É, então, ela inclusive desenhou a nossa primeira... A nossa primeira imagem, enfim, e aí foi através dela, que também era mãe, e aí, tipo, numa conversa bem materna, ela me apresentou ao coletivo, e aí eu comecei ah, tipo, ser presente e ajudar no que eu pudesse, tipo, levar algumas coisas que sobravam, eu pedi brinquedos no trabalho, tá ligado? E aí eu levei esses brinquedos que saíram assim, e aí eu levei lá, e aí depois elas me fizeram um convite, na real, a Kiara fez a proposta e as meninas abraçaram. E aí quando eu entrei, as meninas me disseram que a Gabriela é quem tinha idealizado de primeiro, e aí foi uma ocasião bem... nada forçado, bem... Legal, bem natural, né? Bem natural, a partir de todas elas. [Wanessa, 24 anos, mulher, parda, 23/02/24]

Sobre sua entrada no coletivo, Wanessa reforça o objetivo principal ao qual o coletivo se propusera até o momento, que é ser uma rede de apoio em relação às atividades de cuidado confiável para jovens mulheres que trabalham e/ou possuem empreendimento. A partir da exposição de Wanessa e os fatores que motivaram a fundação do coletivo, é notório que as jovens possuem os mesmos atravessamentos. Acerca disso, Torres (2020 p. 439/440) acrescenta que atualmente “surgem formas organizativas que se voltam para a construção de diálogos no campo das lutas sociais, com socialização de culturas, informações e trocas em redes, para fazer frente aos problemas enfrentados no cotidiano da vida”. Diana descreve essa fase de fundação do coletivo e fala um pouco sobre as dificuldades que passaram

Olha, o coletivo, ele tem uma trajetória de muitas metamorfoses. [...] Então, a gente começa com o propósito. ter o espaço cultural, a gente tinha, tinha alugado. Porque em 2021 ali já estava começando a flexibilizar, só que aí final de 2021 já começa a fechar de novo. Teve aquela alta. Isso, então quebrou as nossas pernas, foi bem complicado. Então... e aí a gente perde o espaço cultural e se reestrutura, né? Então menos de seis meses a gente ia ter que se reestruturar de novo. [Diana, 26 anos, mulher, negra, 29/01/24]

O coletivo Da Raiz ao Fruto foi criado em meio à pandemia, por esse motivo, sofreu grandes impactos e precisou se reorganizar algumas vezes. Em 2021, principalmente no primeiro semestre, antes da criação do coletivo, o número de óbitos em consequência da pandemia foram os mais altos registrados até então (Gomes, 2023). Entretanto, entre agosto e setembro do mesmo ano houve uma queda significativa nesse número, o que possibilitou às jovens uma certa segurança para a criação do coletivo e seu exercício de maneira presencial. Em dezembro de 2021, todavia, ocorre uma alta no registro de óbitos (Gomes, 2023), o que gerou instabilidade para o coletivo e consequentemente nas atuações relacionadas ao trabalho remunerado das jovens, posto que era por meio do trabalho individual de cada uma que elas mantinham o espaço físico. Dessa maneira, elas se desfazem do espaço cultural físico e iniciam sua jornada como um coletivo itinerante em fevereiro de 2022.

Durante a entrevista, Gabriela reflete acerca do espaço físico e entende que mesmo que tivessem a viabilidade econômica de mantê-lo:

Então, esse dinâmica meio que pós pandemia, essa dinâmica que saiu a ter as feiras novamente, resultou a ter os eventos novamente, tornaria inviável a gente continuar mantendo um espaço físico em um lugar que era pouco movimentado, de uma forma ou de outra teríamos que recorrer a itinerância. [Gabriela, 24 anos, mulher, parda, 29/11/23]

Por meio da itinerância e do contato que já tinham com outras jovens mulheres, as coordenadoras optam por criar uma rede de apoio e colocam as mulheres que querem acessá-la em um grupo de conversas no aplicativo WhatsApp. Diana e Wanessa definem a rede de apoio sendo composta por mulheres que estão ali para oferecer e receber ajuda e informações. Com isso, foi gerada uma ampliação significativa do coletivo e do trabalho das coordenadoras. Em agosto de 2022, há o retorno das atividades presenciais, tendo como marco a primeira participação das jovens enquanto coletivo no retorno presencial do evento Panelafro.

4.3.3 Retorno das atividades presenciais até os dias atuais

Com o retorno das atividades presenciais e essa nova necessidade de fazer o coletivo, Diana relata

Porque idealizar foi muito fácil, né? Sentar, colocar as ideias e tudo, porque vai fazer isso, vai fazer aquilo, mas na hora da prática. Que foi... Que a gente errou muito e também é por isso que a gente criou a rede de apoio. A gente errava muito e não tinha pra quem correr. A gente juntava, né? Na época nós quatro e chorava nós quatro porque... Só tinha a gente, então... A gente foi conhecendo mulheres que também choravam aí sozinhas, né? [Diana, 26 anos, mulher, negra, 29/01/24]

Diana demonstrou que a criação da rede de apoio não apenas fortaleceu as mulheres que estavam chegando no coletivo, mas também auxiliou o núcleo da coordenação, que se sentiu amparado com a presença de mais mulheres. A jovem preza muito pela parte formativa e educacional do coletivo, e destaca o apoio que recebeu do espaço TEIA Mulher¹⁶ de Santo Amaro. Inclusive, a coordenadora desse espaço mais tarde integraria a rede de apoio do coletivo Da Raiz ao Fruto auxiliando em muitos casos as necessidades do coletivo.

Além disso, Gabriela diz, em relação ao retorno das atividades presenciais

[...] a gente começou fazendo bastante feira, e aí, todas as feiras que a gente ia, a gente levava o espaço brincante, o espaço frutinhos, Só que aí a gente começou a... Assim, tinha lugares que a gente ia, a gente queria levar o espaço, mas não tinha uma estrutura que abarcasse o espaço. E do início pra cá, a gente começou fazendo várias feiras e participando de vários saraus e tudo. [Gabriela, 24 anos, mulher, parda, 29/11/23]

Neste momento de retorno das atividades presenciais, a rotina ficou intensa: havia semanas em que as jovens compareciam em aproximadamente 3 ou 4 eventos. Um dos eventos que as jovens mulheres em 2023 começaram a integrar permanentemente, através de uma parceria, é o Panelafro, que acontece sempre nas últimas sextas-feiras de cada mês na Casa de Cultura M'Boi Mirim.

As jovens organizam o Fraldário, que é um ambiente para a troca das crianças pequenas, no qual as mulheres que estão no evento também compartilham fraldas e absorventes, com a finalidade de atender a quem precisa. Também, na maioria das vezes elas elaboram o Espaço Brincante, que em 2023 se tornou o Espaço Frutinhos e integra hoje a programação fixa do evento. Neste espaço as crianças têm atividades específicas voltadas para a sua faixa-etária. As jovens decoram e criam um lugar acolhedor para as crianças e mulheres do evento.

Há um esforço comunitário por parte das jovens mulheres para que elas consigam associar aos eventos que participam o empreendimento, o cuidado com os pequenos e o lazer. Conforme Junior e Silva (2021, p. 191), “[...] para esses coletivos, o lazer é um aspecto

¹⁶ O Espaço Teia Mulher é um equipamento que conta com estações de trabalho, computadores, Wi-Fi e salas de reunião para que as empreendedoras possam utilizar o local e desenvolver seus negócios. Além disso, oferece programação mensal gratuita de qualificação empreendedora. Cursos, oficinas e palestras, além de encontros de networking para ampliação de suas redes de contato. Fonte: <https://www.capital.sp.gov.br/w/noticia/prefeitura-inaugura-espaco-publico-de-trabalho-e-mais-um-estudio-de-podcast-na-lapa>

substancial no processo de comunicação com outros jovens e com a comunidade [...]”. Além das atividades presenciais, as jovens utilizam com frequência o Instagram e WhatsApp para se comunicarem e promoverem a divulgação dos produtos dos empreendimentos das jovens coordenadoras e das jovens pertencentes à rede de apoio.

Através deste novo formato de itinerância, Gabriela avalia que o pilar inicial que não conseguiram prosseguir foi o Café Literário, e alguns fatores acabaram sendo geradores de uma nova estruturação. No segundo semestre de 2023, Kiara deixou de compor o coletivo devido a situações familiares: o companheiro de Kiara apresentou posturas que as outras coordenadoras não aprovaram, o que foi dificultando a convivência de todos no mesmo círculo social.

Olivia, integrante da rede de apoio do coletivo, mãe de um menino de 8 anos, passou pela transição de gênero após sua entrada no coletivo. Quando Oliver (antes Olivia) iniciou seu processo de transição, Diana conta que

E é isso, e aí também a rede de apoio passa por um processo também, porque o início do projeto era só para mulheres, né? E o Oliver é muito importante nesse processo, porque nós estamos falando de uma rede de apoio só para mulheres, e tava lá, gente, só para mulheres, e o Oliver tava lá, e aí a gente falou, não, não é só para mulheres. E a gente estudou muito para falar o que a gente fala hoje. É uma rede de apoio para mulheres, cis, trans e pessoas não binárias. Porque são essas pessoas que sofrem diariamente com diversas formas de violência. Então, você vê, são muitos projetos que a gente teve que podar, que a gente teve que falar que não, e modificar algumas coisas, né? [Diana, 26 anos, mulher, negra, 29/01/24]

Gabriela demonstra que a transição de Oliver foi geradora de muitos debates internos dentro do coletivo e de uma nova reestruturação, afinal, a ideia era que Oliver se sentisse bem ao frequentar o coletivo, e não excluído. Assim, ela explica que

E a partir daí a gente começou a pensar como a gente vai conseguir abordar outras pessoas que socialmente estão na mesma situação, socialmente vão passar pelos mesmos problemas, pelas mesmas coisas no geral. [...] E aí a gente começou a pensar nessa reestruturação. Como que a gente vai... A gente fala do bem-estar da criança e da mãe, mas mesmo que na maioria das vezes nem sempre o responsável pela criança vai ser a mãe, ou vai ser o genitor ou a genitora. E aí a gente começou a pensar em formas de conseguir abarcar, englobar todas as pessoas dentro do coletivo, pra ficar ali uma proposta mais abrangente mesmo, pra gente não excluir ninguém que... Tem que. E aí a gente conversou bastante sobre toda essa questão pra gente não ser ofensivo também. E aí foi a partir... dele que a gente começou a modificar essa parte que a princípio era um coletivo de mães” (Gabriela, 24 anos, mulher, parda, 29/11/23)

A partir desse momento, há uma recomposição dos membros do coletivo. Até o início de 2023, o coletivo era basicamente composto por jovens até 29 anos que tinham alguma ligação com as relações de cuidado de terceiros, que trabalhavam e/ou empreendiam e estudavam, mesmo que de maneira não simultânea. Após 2023, entraram mulheres de várias idades no coletivo e o Da Raiz ao Fruto passou a ser flexível em relação à entrada de outros grupos. Até

o momento, o único grupo social que não possui previsibilidade de acesso ao coletivo são os homens cisgêneros. Inclusive, a logo¹⁷ do coletivo passou por mudanças. Gabriela sinaliza que [...] a gente foi abrindo, assim, justamente o ponto foi o Oliver, o ponto de partida pra gente mudar esse... até a nossa logo¹⁸, que na época simbolizava um parto mesmo, porque partindo daí, tem outras formas de maternar que não parir [...].

Atualmente, a logo¹⁹ do coletivo é uma árvore com frutos, não fazendo referência mais à maternidade²⁰. Outra mudança sinalizada pelas jovens, que também foi advinda desta última reestruturação, é a sobrecarga de eventos. Acerca disso, Gabriela relata

[...] a gente fez uma outra pausa pra gente refletir sobre como a gente tá levando essas coisas, né. Como a gente tá de fato conseguindo ser uma rede de apoio fazendo isso [...] porque nisso acabava que a gente ia pra feira, no meio de uma rotina super louca, acabava que a gente... A coordenação indo para as feiras, a coordenação indo para os Saraus, a gente cuidando ali do Espaço Frutinhos, expondo tudo ao mesmo tempo. E daí a gente parou pra refletir de novo, como que a gente tá sendo rede de apoio no meio dessa rotina muito louca que todo mundo tem. E todas as pessoas estão assim dentro de uma rotina assim... Tem os afazeres de casa e tem trabalho e tem estudo e tem todas essas coisas para fazer. [Gabriela, 24 anos, mulher, parda, 29/11/23]

Diante dessa necessidade de reavaliação das jovens, foi decidido pelas coordenadoras e pela rede de apoio que as feiras e demais eventos continuariam tendo a participação do coletivo. Porém, a rede de apoio assumiria a representatividade e as coordenadoras podem participar em situações específicas. Dessa forma, quando existem eventos para exposição de trabalhos/empreendimentos, as coordenadoras anunciam no grupo de WhatsApp e a rede de apoio se inscreve. Mesmo que todes não possam ir, há um revezamento respeitando as possibilidades de cada uma/um.

Além disso, os organizadores do Panelafro propuseram a fixação do Espaço Frutinhos no evento e um stand fixo na parte da Feira Criativa para o coletivo. Neste stand, as jovens coordenadoras expõem seus empreendimentos pessoais e os empreendimentos do coletivo, sendo estes últimos atualmente as peças de fibra de coco. Há, ainda, um revezamento para que as jovens da rede de apoio também exponham seus produtos neste stand. Dessa forma, Gabriela, Diana e Wanessa passaram a destacar seus espaços enquanto empreendedoras no coletivo, que até então estavam misturados com o próprio coletivo. Gabriela acrescenta que “E aí a gente núcleo, o que a gente faz? Nesse sentido das vendas, a gente destina 15% do que a gente vende

¹⁷ Aqui definida como a imagem que representa o coletivo Da Raiz ao Fruto.

¹⁸ Para consultar a primeira logo do Coletivo Da Raiz ao Fruto, vide Anexo F.

¹⁹ Para consultar a segunda logo do Coletivo Da Raiz ao Fruto, vide Anexo G.

²⁰ A primeira logo do Coletivo foi desenhada por Kiara no período de fundação.

para o coletivo [...] Da rede de apoio, 100% é da pessoa que tá expondo. Aí só entra o nosso mesmo, da coordenação.”

Além disso, as coordenadoras destacam a importância da participação em outros coletivos, pois, segundo elas, aumenta a possibilidade de trocas de experiências, ideias, fortalecimentos e parcerias. Nessa nova fase do coletivo, as jovens estão priorizando estabelecer parcerias com outros coletivos como uma maneira de garantir a sobrevivência e fortalecer a base do coletivo Da Raiz ao Fruto. As parcerias atuais são com: o coletivo Entre Nós e Fibra, que fabrica as peças de fibra de coco, com o Espírito de Zumbi, que organiza o evento do Panelafro, com a fundação Lírio Negro e com o projeto Apenas um Filho²¹.

Gabriela relata que nessa nova fase, os encaminhamentos para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) continuam acontecendo conforme o projeto inicial, e que Karen, que integra a rede de apoio, continua promovendo os atendimentos relacionados à parte jurídica que o coletivo e as mulheres necessitam. Gabriela informa que

Esse último ano (2023), do meio do ano pra cá, acabou não chegando, chegou um caso só. Mas sempre quando chegam esses casos, a gente faz através de campanhas pra gente conseguir suprir ali aquela primeira necessidade básica. Pra gente conseguir fazer uma arrecadação de alimentos. Ou fazer alguma coisa mais urgente que não sejam alimentos, pagar uma conta de luz ou uma conta de água. Pra gente ajudar primeiro ali nessa necessidade básica, e depois fazer os encaminhamentos. Tipo, direcionar a pessoa como ela vai fazer essa denúncia com segurança, como que ela vai se manter segura. E, também, essa parte do apoio psicológico. Que também é importante, e aí a gente vai fazendo essas pontes. [Gabriela, 24 anos, mulher, parda, 29/11/23]

Diana relata que com a intensificação das parcerias, o auxílio às mulheres em situação de vulnerabilidade e/ou violência está mais reforçado, possibilitando, inclusive, outras formas de ajuda. Gabriela exemplificou o caso de uma mulher que não fazia parte da rede de apoio e estava em uma situação de vulnerabilidade financeira e familiar. O coletivo Da Raiz ao Fruto fez uma parceria com o projeto Apenas um Filho e juntos conseguiram realizar os encaminhamentos necessários para que a mulher em questão conseguisse se restabelecer.

²¹ O Projeto Apenas um Filho busca alcançar os jovens e as jovens por meio do esporte, ressignificando o território do Capão Redondo. Além disso, proporciona apoio a vítimas de violência doméstica prestando, por exemplo, o apoio jurídico necessário. Tem por objetivo combater a desigualdade social e encorajar jovens vulneráveis ao caminho do esporte e disciplina. Fonte: [Home - Projeto Social Apenas Um Filho](#)

5 JOVENS MULHERES EM MOVIMENTO: O PERFIL DAS JOVENS DO COLETIVO DA RAIZ AO FRUTO

“Se você quer ir rápido, vá sozinho; se quer ir longe, vá acompanhado”

Provérbio Africano

Este capítulo tem como objetivo retratar o perfil das integrantes e do integrante do coletivo Da Raiz ao Fruto, fundamentado nos dados obtidos por meio de formulários sociodemográficos. Vale destacar que o coletivo atualmente possui uma configuração que mescla a participação de jovens com idade entre 20 e 29 anos, de mulheres acima dos 30 anos e de um jovem trans de 29 anos.

Para fins desta investigação, o público-alvo delimita-se aos integrantes com idade entre 20 e 29 anos. Apresenta-se, a seguir, a Tabela 1, que sintetiza as principais informações e características desse grupo.

Tabela 1- Perfil das jovens integrantes do coletivo Da Raiz ao Fruto											
Jovens	Data da Entrevista	Idade	Autodeclaração Cor/Raça	Escolaridade	Renda da Casa é de até:	Residem na Casa	Filhos?	Estado Civil	Religião	Distrito de Moradia	Ingresso no Coletivo Da Raiz ao Fruto
Silvia	31/01/24	20	Branca	Ensino Médio Completo	2 salários-mínimos	4	0	Solteira	Não tem, mas crê em Deus	Jardim Ângela	Abril de 2023
Tatiana	05/01/24	20	Parda	Superior Incompleto	3 salários-mínimos	4	0	Solteira	Evangélica	Jardim Ângela	Setembro de 2021
Ingrid	21/02/24	21	Branca	Superior Incompleto	4 salários-mínimos	4	0	Solteira	Santo Daime	Jardim São Luís	Dezembro de 2023
Ester	Não fez	22	Preta	Superior Completo	3 salários-mínimos	3	0	Solteira	Afro-brasileiras	Jardim Ângela	Sem informação ²²
Bruna	Não fez	23	Parda	Superior Incompleto	1 salário-mínimo	3	0	Solteira	Evangélica	Capão Redondo	Sem informação ²³
Bianca	02/02/24	24	Preta	Superior Completo	3 salários-mínimos	4	0	Solteira	Não tem, mas crê em Deus	Francisco Morato	Setembro de 2021
Daniela	06/02/24	24	Parda	Superior Incompleto	1 salário-mínimo	1	0	Solteira	Não tem, mas crê em Deus	Capão Redondo	Janeiro de 2022
Gabriela	29/11/23	24	Parda	Pós- Graduação Incompleta	1 salário-mínimo	1	0	Solteira	Afro-brasileiras	Capão Redondo	Setembro de 2021
Wanessa	23/02/24	24	Parda	Ensino Médio Incompleto	1 salário-mínimo	2	1	Solteira	Não tem mas crê em Deus	Capão Redondo	Dezembro de 2021
Zoé	07/02/24	24	Parda	Superior Completo	3 salários-mínimos	6	0	Solteira	Afro-brasileiras	Jardim Ângela	Janeiro de 2023

Jovens	Data da Entrevista	Idade	Autodeclaração Cor/Raça	Escolaridade	Renda da Casa é de até:	Residem na Casa	Filhos?	Estado Civil	Religião	Distrito de Moradia	Ingresso no Coletivo Da Raiz ao Fruto
Eliana	31/01/24	25	Parda	Ensino Médio Completo	2 salários-mínimos	6	0	Solteira	Católica	Jardim Ângela	Setembro de 2021
Diana	29/01/24	26	Preta	Superior Incompleto	3 salários-mínimos	2	0	Vive Junto	Afro-brasileiras	Jardim São Luís	Setembro de 2021
Karen	01/02/24	26	Parda	Superior Incompleto	1 salário-mínimo	1	0	Solteira	Católica	Cidade Tiradentes, Zona Leste	Novembro de 2021
Talia	Não fez	27	Preta	Ensino Médio Completo	2 salários-mínimos	6	0	Solteira	Afro-brasileiras	Jardim São Luís	Sem informação ²⁴
Keila	27/01/24	29	Parda	Superior Completo	2 salários-mínimos	3	0	Solteira	Afro-brasileiras	Interlagos	Abril de 2023
Oliver	26/01/24	29	Indígena/ Parda	Ensino Médio Incompleto	3 salários-mínimos	6	1	Vive Junto	Afro-brasileiras	Zona Leste	Fevereiro de 2022

Fonte: Dados do trabalho de campo. Elaboração própria.

²² Informação indisponível em razão da ausência de entrevista com a participante.

²³ Informação indisponível em razão da ausência de entrevista com a participante.

²⁴ Informação indisponível em razão da ausência de entrevista com a participante.

A análise dos formulários sociodemográficos aplicados as jovens do coletivo entre o final de 2023 e o primeiro semestre de 2024 revela um perfil multifacetado, marcado pela interseção entre escolaridade, identidade racial periférica e persistente vulnerabilidade econômica.

O grupo de jovens do coletivo é composto por jovens entre 20 e 29 anos, com a maioria concentrada na faixa etária de 20 a 24 anos. A composição racial estabelece a lente de análise do grupo: 87,5% das jovens autodeclaram-se pardas ou pretas. Este dado sublinha o foco implícito do coletivo nas experiências vividas pela juventude negra periférica. Além disso, há no coletivo a presença de um jovem trans.

Um dos pontos mais significativos é o alto nível de investimento educacional. Aproximadamente 69% das jovens estão em processo de formação superior (cursando, concluído ou em pós-graduação). Essa taxa expressiva aponta para o aproveitamento assertivo de políticas públicas educacionais, indica também o esforço dessas jovens, desafiando por vezes, os estereótipos associados aos jovens das periferias.

Contudo, essa conquista educacional não se traduziu em estabilidade econômica imediata. O contexto socioeconômico permanece restrito, com a renda familiar da grande maioria concentrada na faixa de até 3 salários-mínimos. Essa convergência entre alta escolaridade e baixa/média renda aponta para uma vulnerabilidade econômica persistente, indicativa de caminhos de ascensão social ainda em desenvolvimento.

É importante notar que aproximadamente 19% do grupo concluiu o Ensino Médio. 12,5% não concluiu o Ensino Médio, este último sendo um índice composto por Wanessa e Oliver, que são mães e consideram que exercer a maternidade e destinar tempo para os estudos como algo desafiador, alegam não terem abandonado os estudos por conta da maternidade.

A postergação da maternidade (Ribeiro, Ceneviva e Brito, 2015) se dá pela ampliação do acesso ao ensino superior, promovido por políticas públicas de incentivo ao ingresso de indivíduos das classes populares a universidade, realizadas pelos governos progressistas de Lula e Dilma (Aguiar, 2016; Flores, 2023), políticas estas materializadas pelo PROUNI, FIES e política de cotas.

Quanto às configurações familiares, observa-se que apenas Diana e Oliver compartilham o cotidiano com seus respectivos companheiros. Em contrapartida, as demais jovens permanecem solteiras e não manifestam, no momento, o desejo de estabelecer uniões estáveis ou de vivenciar a maternidade.

A dimensão geográfica reforça a coesão do grupo. 81,25% das jovens residem, entre 2023 e 2024, nos distritos do Jardim Ângela, Jardim São Luiz e Capão Redondo. Oliver e Bianca, mesmo residindo em outros lugares no momento da aplicação do formulário, compartilham que passaram a maior parte de suas vidas nesses mesmos territórios da Zona Sul. Isso solidifica a inferência de que o coletivo partilha não apenas espaços físicos, mas também contextos de mobilidade, acesso e experiências de vida similares.

Por fim, a fé revela a pluralidade do grupo: 45% declaram pertencer a religiões de matrizes africanas, evidenciando a força dessas tradições no coletivo. O restante se distribui entre aqueles sem religião, mas com crença em Deus (25%), evangélicos (12,5%), católicos (12,5%) e adeptos do Santo Daime (5%).

Essa análise sociodemográfica permite sintetizar o perfil do coletivo como um microcosmo das complexas dinâmicas de ascensão social e interseccionalidade na periferia urbana contemporânea.

Diante disso, a alta escolaridade convive com a vulnerabilidade econômica estrutural, evidenciada pela concentração de renda familiar. Isso sugere que, embora a universidade seja uma porta de entrada, ela ainda não garante a superação completa das barreiras socioeconômicas.

Em suma, o perfil do coletivo não é apenas um conjunto de estatísticas; é o retrato de uma juventude negra, engajada e territorialmente conectada, que navega a tensão entre o potencial conquistado pela educação e a realidade restrita do seu contexto socioeconômico imediato.

5.1 TRAJETÓRIAS EM MOVIMENTO: O PERCURSO DAS JOVENS E JOVENS ADULTAS

5.1.1 Jovens

“Bianca”

Bianca tem 24 anos, se autodeclara negra, mulher cisgênero, e trabalha como *freelancer* utilizando plataformas como intermediárias e diretamente para empresas na área de Comunicação. No momento, recebe em média meio salário-mínimo com os *freelas* (R\$ 706,00). Atualmente, exerce suas atividades remuneradas de casa, estuda com afinco para conseguir um emprego formal em sua área de formação no Ensino Superior (Comunicação Social, com bolsa pelo PROUNI) e não possui empreendimento.

Bianca começou a exercer atividades remuneradas aos 12 anos, como cuidadora de crianças do bairro. A jovem reside com mais três pessoas: o companheiro, a sogra e o sogro. Em virtude de ter uma menor participação financeira nas despesas da casa, acaba ficando sobrecarregada com os afazeres domésticos. Bianca relata dedicar pelo menos 40 horas semanais a esses afazeres.

Bianca chegou ao coletivo Da Raiz ao Fruto por ser amiga das fundadoras, tendo um laço de afetividade muito profundo com Diana e conhecendo profundamente o compromisso e o trabalho que cada uma delas realiza. Acredita na potência do coletivo e participa por confiar nas trocas realizadas. Bianca integra o coletivo desde setembro de 2021.

Os responsáveis por Bianca, na figura paterna e materna, estudaram até o Ensino Médio completo. Sua referência de figura feminina exerce a função produtiva de trabalhadora doméstica. Bianca relata que sua referência materna dedica em média 28 horas semanais ao trabalho reprodutivo e mais de 45 horas semanais ao trabalho produtivo.

Bianca viveu a vida toda no Jardim Ângela, gosta de lá e fala com muito apreço do distrito. Já residiu em vários bairros; atualmente, devido a questões financeiras, está com o companheiro em Francisco Morato, porém pretende retornar à capital assim que possível. Possui fortes vínculos nesse bairro e com os coletivos aos quais faz parte. Considera que o Jardim Ângela oferece mais oportunidades que Francisco Morato, e compreende esta última região como uma cidade-dormitório, carente de transporte e de equipamentos públicos como escolas e postos de saúde. Espera em média 1h30 de transporte para se deslocar nas ações do dia a dia em Francisco Morato.

A jovem é recém-formada em Comunicação Social, estudou em uma universidade privada com bolsa de estudos (PROUNI). Atualmente, realiza cursos de qualificação profissional de curta duração para se especializar e atualizar. Desde que iniciou seus estudos no Ensino Fundamental, nunca os interrompeu até o término da faculdade.

Considera que tempo são possibilidades que se apresentam diariamente, e que ter tempo é como ter possibilidades, e ter tempo livre é como ter a oportunidade de fazer o que se quer, como passeios e ações de autocuidado. Compartilha que seu companheiro é a pessoa que mais tem tempo em casa e que homens têm mais liberdade e, conseqüentemente, mais tempo livre. Sente-se sobrecarregada com os afazeres domésticos e, quando possui algum tempo livre, costuma frequentar as praças, teatros e bares da cidade onde reside no momento.

No decorrer da pandemia, Bianca estava em uma ocupação formal, e relata a sobrecarga no trabalho. Durante esse período, combinou a faculdade com o trabalho, que, em alguns

momentos, se dava de maneira remota e, em outros, não. Por vezes, seus estudos ficaram em segundo plano devido às demandas do trabalho. Para a jovem, estudar durante a pandemia foi cansativo, estranho e difícil; acredita que o isolamento colaborou com esse sentimento.

“Bruna”

Bruna tem 23 anos, se autodeclara parda, é mulher cisgênero, empreendedora de um bazar, e combina o trabalho com os estudos. Acumula mais de uma inserção laboral; além do empreendimento, cuida de crianças. Nesta última inserção, desloca-se em média 1 hora de sua residência até o trabalho e cumpre a carga horária de 40 horas. Bruna relata que, nos últimos sessenta dias (data anterior à aplicação do formulário), teve mais quatro ocupações na informalidade. Mesmo com as ocupações múltiplas que realiza, seu objetivo é ter um emprego formal na área em que está se formando.

Bruna começou a exercer atividades remuneradas aos 17 anos. Recebe em média, com as ocupações que exerce no momento, meio salário-mínimo mensalmente (R\$ 706,00) e compartilha que já ficou desempregada em diversos períodos da vida, recebendo o apoio de familiares. Relata dedicar aos afazeres domésticos, em média, 28 horas por semana ou mais.

A jovem reside com mais duas pessoas: a mãe e o padrasto. Os três exercem atividades remuneradas. Em relação aos estudos, seu padrasto possui o Ensino Fundamental I incompleto, e sua mãe é autônoma e tem o Ensino Médio incompleto. Bruna relata que a mãe se dedica a uma jornada de 40 horas semanais em trabalhos produtivos e 28 horas ou mais em trabalhos reprodutivos. Todos participam ativamente das despesas financeiras da casa.

Bruna vive no Capão Redondo, em uma casa alugada. Considera que a localização em que reside não atende às suas necessidades, possuindo poucos postos de saúde, além de esperar, em média, 1h30 pelo transporte público para se deslocar. Acredita que o local onde reside não possui oportunidades de trabalho disponíveis devido ao quantitativo de pessoas que moram lá ser muito alto. Até o momento, não conseguiu oportunidades de trabalho próximas à residência. Alega que pretende se mudar em algum momento da vida para um lugar que tenha mais oportunidades, “um bairro melhor”.

A jovem faz faculdade em uma instituição privada com bolsa, nunca interrompeu os estudos e, além da faculdade, se dedica a cursos de curta duração para sua qualificação profissional.

Em relação à categoria "tempo", a jovem pressupõe que os homens possuem um tempo mais favorável às suas perspectivas. Compartilha sobre isso que: “Meus amigos homens, todos

eles, não trabalham nos finais de semana”. Relata sentir-se sobrecarregada, mesmo expressando que todas as pessoas que residem com a jovem realizam os afazeres domésticos. Sua sobrecarga se dá principalmente devido à quantidade de atividades (tanto produtivas quanto reprodutivas) que realiza no decorrer do dia, e pondera que gostaria de ter mais tempo para o lazer. Para Bruna, ter tempo é ter qualidade de vida nesse tempo; considera tempo livre como um “tempo que você poderia utilizar da maneira que quisesse”, mas principalmente para se “distrair, divertir e relaxar”. Nos momentos de tempo livre, acessa, próximo ao lugar que reside, equipamentos de lazer como praças, *shopping*, cinemas e bares nas horas vagas.

Durante a pandemia, a jovem relata que ficou desempregada, continuou estudando e dividia os estudos com os afazeres domésticos. Relata que estudar de maneira remota não a favoreceu e que se sentiu prejudicada.

“Daniela”

Daniela tem 24 anos, se autodeclara parda, é mulher cisgênero, sua ocupação atual é como barista e não possui empreendimento. Mora sozinha e, na época da entrevista, estava prestes a iniciar a faculdade de Ciências Biológicas em instituição privada com bolsa (PROUNI). Está inserida no trabalho reprodutivo na esfera dos afazeres domésticos. Daniela começou a trabalhar aos 16 anos.

A jovem atualmente trabalha em uma cafeteria como empregada do setor privado com carteira assinada, desempenha uma carga horária de 40 horas semanais, em média 7/8 horas por dia, e cumpre a escala 6 por 1. Recebe um salário-mínimo com essa ocupação (R\$ 1.412,00). Em relação ao deslocamento, gasta em média 2 horas para ir e mais 2 horas para voltar. Declarou que nos últimos 60 dias não realizou outro trabalho.

Daniela entrou no coletivo em janeiro de 2022; ela começou a conhecer o coletivo por ser amiga de Wanessa. A partir da convivência com as demais jovens do coletivo, começou a se interessar e decidiu integrar a rede. Assim que iniciou suas atividades, Daniela cuidava mais da parte da produção e participação em eventos. A jovem foi coordenadora do coletivo nos anos de 2022 e 2023; por conta dos estudos, em 2024 decidiu integrar a rede de apoio e diminuir suas responsabilidades diretas no coletivo.

Atualmente, Daniela mora sozinha, em um local próximo à moradia da tia, e a tem como apoio em momentos pontuais de dificuldade. Sua tia é da área da saúde, tem o Ensino Superior completo e trabalha mais de 9 horas por dia em atividades produtivas e 28 horas ou mais

semanalmente em atividades reprodutivas. O pai de Daniela possui o Ensino Superior incompleto.

A casa em que reside atualmente é alugada. Daniela mora em uma área que é o limite entre o bairro do Capão Redondo e o município de Embu das Artes, e relata estar ali há mais de 5 anos. Compartilha que acessa equipamentos públicos dos dois lugares, entretanto, enxerga uma maior oferta no Capão. Costuma demorar em média 30 minutos aguardando o transporte público para se deslocar. Não teve oportunidades de trabalho próximas à residência e afirma que não existem vagas de trabalho no entorno de onde mora. A jovem declara que, quando tiver uma ocasião oportuna, pretende se mudar para áreas mais centrais do município de São Paulo. Considera que o quantitativo de escolas atende plenamente às suas necessidades e os postos de saúde atendem parcialmente.

Daniela relata que, durante a vida escolar até o Ensino Médio, não interrompeu os estudos em momento algum e que, atualmente, realiza cursos de curta duração que complementam a sua formação profissional.

Daniela relata sentir-se sobrecarregada diante do acúmulo de tarefas produtivas e reprodutivas, expressando o desejo de ter mais tempo livre — que ela define como “um tempo para descansar sem se preocupar”. No entanto, afirma que a renda que recebe limita diretamente a forma como vivencia esse tempo. Seus recursos financeiros restringem saídas, idas ao *shopping* e até o simples ato de pedir comida por aplicativos de entrega. Com pouco dinheiro disponível e diversas obrigações a cumprir, ela se vê forçada a economizar constantemente.

Compartilha que os jovens homens possuem mais tempo livre e que não se sentem sobrecarregados com o acúmulo de tarefas. Os poucos momentos de tempo livre que tem, costuma acessá-los em praças e bares, enquanto equipamentos de lazer.

Durante a pandemia, a jovem ficou desempregada e necessitou do auxílio de parentes e amigos para conseguir se manter.

“Ester”

Ester tem 22 anos, se autodeclara negra, mulher cisgênero. Atualmente, trabalha como Microempreendedora Individual (MEI) na área da cultura e recebe até meio salário-mínimo (R\$ 706,00). Nesta ocupação, trabalha uma vez por semana, cumprindo a carga horária de 5 horas. Começou a trabalhar aos 18 anos.

Declara ter tido, nos últimos sessenta dias (data da aplicação do formulário), mais dois trabalhos: um relacionado à escrita de um projeto e o segundo como cantora em um grupo de

cultura popular, não sendo remunerada por essas duas últimas ocupações. No momento, não está procurando trabalho. A jovem relata já ter ficado desempregada e que, nesses momentos, recebeu apoio de seus familiares para conseguir se manter.

A casa em que Ester mora é alugada, e residem com a jovem mais duas pessoas: seu irmão e sua mãe. A jovem relata que seu pai e mãe possuem pós-graduação; que sua mãe é professora, trabalha 8 horas em atividades relacionadas ao trabalho produtivo e em média 21 horas semanais em relação ao trabalho reprodutivo.

A jovem relata morar no Jardim Ângela há mais de 10 anos. O transporte público atende parcialmente às suas necessidades e demora em média 30 minutos esperando para se deslocar. Ester compartilha que seu local de moradia possui oportunidades de trabalho para ela e que já trabalhou próximo à residência, mas considera que seu trabalho não foi valorizado pelas pessoas que moram perto de sua residência. Em relação à oferta de escolas e postos de saúde, compartilha que atendem parcialmente às suas necessidades.

Ester tem o Ensino Superior completo no curso de Produção Cultural, formou-se em universidade pública. No momento, em relação aos estudos, dedica-se a cursos de línguas e outros idiomas. Durante seu percurso escolar, nunca necessitou interromper os estudos.

Na casa de Ester, todos os moradores dividem por igual as tarefas e responsabilidades com os afazeres domésticos. A jovem declara não se sentir sobrecarregada e compartilha que gostaria de ganhar mais dinheiro em suas ocupações para investir em outras atividades. Concebe que sua mãe e ela utilizam o tempo de maneiras diferentes.

Compreende a perspectiva do tempo de uma maneira mais filosófica e relativa, considera que o tempo tem a ver com o que você faz e propõe, apresentando um cunho religioso em sua definição: “Para mim, o Tempo é Orixá presente e que guia minha trajetória”. Entende como tempo livre o que “consigo passar com minha família, amigos, estudando coisas novas, saindo, assistindo coisas que gosto”. Nos momentos de tempo livre, costuma acessar os seguintes equipamentos de lazer: praças, teatros, cinemas, bares, casas de cultura e espaços alternativos de cultura.

Durante a pandemia, Ester vivenciou problemas financeiros, trabalhou e estudou de maneira remota. Considera que se prejudicou com o ensino remoto na faculdade de Produção Cultural “porque reduziu as vivências presenciais que teria dentro do curso”.

“Gabriela”

Gabriela tem 24 anos, se autodeclara parda, mulher cisgênero. Começou a exercer atividades remuneradas aos 11 anos. Na época da pesquisa, trabalhava em múltiplas ocupações; a que considera a principal é ser atendente em um café próximo à estação da Vila Olímpia, sem carteira assinada, recebe em média meio salário-mínimo (R\$ 706,00) e trabalha 20 horas semanais. Acerca do deslocamento, gasta aproximadamente 1h45 para ir e mais 1h45 para voltar.

Além deste trabalho, nos últimos 60 dias (data da aplicação do formulário), Gabriela estava inserida em mais 4 ocupações: sendo como orientadora social no Centro para Crianças e Adolescentes (CCA), como recepcionista de uma psicopedagoga clínica (os agendamentos eram feitos de maneira remota), e como prestadora de serviços de mediação editorial. Nestas demais ocupações, a jovem relata receber em média mais meio salário-mínimo (R\$ 706,00). Além disso, ela mantém um empreendimento que compreende a venda de peças artesanais feitas com fibra de coco — em parceria com o coletivo Da Raiz ao Fruto e outras duas mulheres (incluindo Silvia, jovem do coletivo e sua chefe no Café) — e a comercialização dos livros literários de sua autoria.

Gabriela fundou o coletivo Da Raiz ao Fruto com Kiara em setembro de 2021. Ambas utilizaram ideias e vivências anteriores para fundamentar a rede, além da necessidade de darem conta de suas vivências de maternidade. Além disso, Gabriela destaca que a ideia do coletivo é proporcionar a vivência comunitária e que esta ultrapasse os limites impostos às individualidades das jovens.

A jovem reside sozinha em uma casa própria que pertence a seu pai e sua mãe e que está emprestada, no terreno de tios e primos, o que facilita seu acesso a outras pessoas. A jovem se ocupa com atividades produtivas cerca de 9 horas ou mais por dia e com trabalhos reprodutivos cerca de 2 horas. O pai e a mãe de Gabriela não residem próximos a ela. Seu pai possui o Ensino Fundamental I incompleto, e sua mãe é do lar, analfabeta, e está inserida em trabalhos produtivos cumprindo em média 4 horas diárias e mais 4 horas diárias em trabalhos reprodutivos.

A jovem reside no distrito do Capão Redondo desde seu nascimento. Considera que o local atende parcialmente suas necessidades e demora em média 30 minutos aguardando o transporte público para se deslocar. Acredita que esse local de moradia possui oportunidades de trabalho e compartilha já ter trabalhado próximo à residência, mas que seu trabalho não era valorizado pelas pessoas do entorno. Acerca dos equipamentos de educação e saúde, afirma que o quantitativo atende parcialmente às suas necessidades.

Nunca necessitou interromper os estudos. Formou-se em universidade privada, com bolsa (PROUNI), no curso de Filosofia. Atualmente, faz um curso de pós-graduação em uma universidade pública. Faz cursos de idiomas como qualificação profissional, em busca de melhores oportunidades.

Em relação ao tempo, a jovem compartilha sentir-se sobrecarregada devido às muitas atividades que desempenha em relação às suas ocupações produtivas e ao trabalho reprodutivo. Compartilha que gostaria de ter mais tempo para “descansar e conhecer lugares novos”. Define o tempo como o “cumprimento de agenda” e o tempo livre como um tempo em que não precisa cumprir a agenda ou tarefas. Considera que utiliza o tempo de maneira diferenciada de sua mãe. Quando possui tempo livre, acessa praças, bares, eventos culturais, saraus e semelhantes.

Gabriela relata que, durante a pandemia, necessitou cuidar de sua mãe por um grande período devido a problemas de saúde pré-existentes. Em consequência disso, ficou desempregada e experimentou o excesso de afazeres domésticos e atividades relacionadas ao cuidado.

“Ingrid”

Ingrid tem 21 anos, se autodeclara branca, mulher cisgênero. No trabalho produtivo, sua ocupação principal é um estágio de Designer Gráfico em uma empresa de tecnologia; trabalha em média 42 horas por semana, acumulando este trabalho com mais duas ocupações. Em uma delas, atua como *freelancer* de Designer Gráfico para terceiros que já a conhecem em sua área de atuação e, por vezes, utiliza plataformas como mediadoras dessa relação de trabalho, através das quais acessa mais clientes. Além disso, possui um empreendimento de moletons que contém ilustrações autorais e personalizadas. Todas as ocupações em conjunto geram para a jovem uma renda mensal de aproximadamente 1 salário-mínimo e meio (R\$ 2.118,00).

A jovem relata que até o momento nunca ficou desempregada, que não está procurando novas oportunidades de trabalho e que começou a trabalhar aos 14 anos.

Ingrid começou a participar do coletivo Da Raiz ao Fruto por conta de uma amiga que frequenta o Panelafro e expõe produtos; essa pessoa acompanha e conhece o coletivo de perto. Essa amiga começou a dizer que Ingrid deveria conhecer o coletivo, pois tinha tudo a ver com ela, com seus produtos do empreendimento e com sua filosofia de vida. Assim Ingrid o fez, realizou contato com as coordenadoras do coletivo Da Raiz ao Fruto e integra a rede desde dezembro de 2023.

Ingrid mora com mais três pessoas: seu pai, seu irmão e sua irmã. Seu pai e sua mãe têm o Ensino Superior completo. A mãe é autônoma e possui um salão de cabeleireiro; ela exerce atividade produtiva 8 horas por dia. De acordo com a jovem, a mãe não exercia trabalhos reprodutivos quando ainda morava com o restante da família.

A jovem mora no Jardim São Luís desde que nasceu, reside em uma casa alugada e considera que o transporte público atende parcialmente suas necessidades, demorando em média 30 minutos aguardando o transporte para se deslocar. Considera que seu lugar de moradia possui algumas oportunidades de trabalho, mas nenhuma que remunere adequadamente e, ademais, as pessoas do entorno não costumam valorizar o seu trabalho. Em relação à quantidade de escolas do bairro onde reside, considera que atendem às suas necessidades, e os postos de saúde atendem parcialmente.

Ingrid relata que está se apropriando da riqueza do território ao qual reside agora, que não conhecia a ação de perto dos coletivos e que o coletivo Da Raiz ao Fruto é o primeiro ao qual participa.

Está cursando o último período do Ensino Superior do curso de Designer Gráfico, em uma faculdade privada com bolsa (PROUNI). Nunca interrompeu os estudos e, no momento, não realiza cursos extras de qualificação profissional.

Em relação ao tempo, Ingrid relata que gostaria de possuir mais tempo para estudar e que ter tempo é ter “qualidade de vida”. Não considera a divisão dos afazeres domésticos em sua residência justa, em virtude de seus dois irmãos possuírem menos atividades. Ao definir tempo livre, associa-o ao “tempo de descanso” e reflete que, se fosse do sexo masculino, sentir-se-ia mais à vontade em não contribuir com os afazeres domésticos. Nos momentos de tempo livre, costuma acessar praças, *shopping*, cinemas e bares como equipamentos de lazer.

Durante a pandemia, a jovem relata que teve crises muito severas de ansiedade, ficando com a saúde abalada. Trabalhou de maneira remota e estudou também nesse formato, mas não se adaptou. As tarefas domésticas lhe tomaram boa parte do tempo que tinha para dedicar às outras atividades.

“Silvia”

Silvia tem 20 anos, se autodeclara branca, mulher cisgênero. Como ocupação principal, trabalha em uma corretora de imóveis, recebendo até o momento meio salário-mínimo (R\$ 706,00), valor este sem as possíveis comissões que são adquiridas por meio das vendas. Trabalha em média 32 horas por semana; sua jornada de trabalho se inicia à tarde em alguns

dias, devido ao curso técnico em Designer que a jovem realiza no período da manhã. Silvia não recebe como corretora, pois, segundo a jovem, não possui o CRECI. Compartilhou que foi orientada a trabalhar um período sem o CRECI para testar se de fato irá se adaptar à profissão. Gasta em média 2 horas para ir ao trabalho e mais 2 horas para voltar.

Além desta ocupação, Silvia faz *freelancer* de designer gráfico e organização gráfica de redes sociais, utilizando plataformas como sistema de mediação na intenção de conseguir mais pessoas interessadas em seu trabalho. E, como terceira ocupação, possui um empreendimento de venda de peças artesanais feitas com fibra de coco, junto com Gabriela e mais uma pessoa externa ao coletivo, que é a proprietária do café ao qual ambas trabalhavam. Começou a trabalhar aos 16 anos, como auxiliar em uma fábrica de coleiras de cachorro.

Em relação ao trabalho reprodutivo, Silvia gasta em média 4 horas por dia com essas atividades, dividindo-se entre afazeres domésticos e os cuidados com a irmã mais nova.

Silvia começou a participar do coletivo Da Raiz ao Fruto em abril de 2023 a convite de Gabriela. Silvia destaca que entrou no coletivo pois via que era um lugar de acolhimento, onde as pessoas se apoiam e se acolhem.

Mora com a mãe, o pai e a irmã mais nova. Em relação à escolarização de seus pais, seu pai possui o Ensino Fundamental I incompleto e sua mãe o Ensino Fundamental II completo. A mãe de Silvia atualmente é do lar, dedicando 4 horas ou mais do seu dia a essas atividades; além disso, exerce atividade produtiva, dedicando-se 2 horas por dia a esse trabalho.

Há aproximadamente mais de 5 anos, Silvia reside no distrito do Jardim Ângela, na casa dos pais, que é própria. A jovem considera que o transporte público do local atende parcialmente suas necessidades e que demora em média 1 hora aguardando o transporte para se deslocar. Não vislumbra possibilidades de trabalho no local em que reside, mas já trabalhou perto de casa em um comércio que os pais tinham, porém não considera que as pessoas do entorno valorizam o seu trabalho. Em relação aos postos de saúde e escolas, considera que atendem parcialmente as suas necessidades.

A jovem fez o Ensino Médio em escola pública, atualmente faz o curso técnico em Designer e, durante o período em que esteve na escola, nunca interrompeu os estudos.

A jovem relata que passa por muitos preconceitos, sendo descredibilizada devido à baixa visão que tem nas duas vistas desde pequena. Silvia compartilha que na infância já percebia o preconceito; necessita, por vezes, até hoje, mostrar às demais pessoas que consegue ter autonomia e realizar suas atividades cotidianas, e, em alguns momentos, precisa se impor para não ser tida como incapaz.

Silvia não se sente sobrecarregada em relação aos trabalhos produtivos e reprodutivos que realiza. Enfatiza que, em sua casa, as tarefas são bem divididas e, como ela trabalha e estuda, fica com a menor parte. Compartilha que o seu tempo é “para que eu trabalhe, cuide das minhas coisas pessoais e estude”. Define tempo livre como “tempo que tiro para me organizar”. Costuma acessar *shopping*, teatros e cinemas nos momentos em que tem tempo livre.

Durante a pandemia, relatou ter tido muitas dificuldades para estudar; na época, estava cursando o Ensino Médio em instituição pública, teve problemas financeiros, ficou desempregada, além de ter que assumir o auxílio nas tarefas escolares de sua irmã mais nova. Silvia relata que a irmã estava aprendendo a ler e que foi um desafio muito grande ajudá-la, aumentando consideravelmente as atividades de cuidado relacionadas à irmã. Os desafios tecnológicos também foram citados, como a falta de uma boa rede de *wi-fi* e de dispositivos que comportassem as necessidades escolares da jovem.

“Tatiana”

Tatiana tem 20 anos, se autodeclara parda, mulher cisgênero, faz estágio no PUB-USP, recebe em média meio salário-mínimo por mês (R\$706,00) com esta ocupação, trabalha 12 horas por semana e recebe um auxílio permanência de renda de um pouco mais de meio salário-mínimo (R\$800,00). Cursa Artes Cênicas na USP, fez uso do sistema de cotas para o ingresso; o curso é integral, o que dificulta inserções em diferentes trabalhos que não sejam dentro da faculdade. Demora em média 2 horas para ir até a faculdade e 2h para voltar.

A jovem começou a exercer atividades produtivas com 17 anos. Em relação às atividades reprodutivas, Silvia cuida da irmã mais nova e auxilia a mãe nos afazeres domésticos, gastando em média umas 8 horas por semana com essas atividades.

Tatiana entrou no coletivo em setembro de 2021 a convite de Gabriela. Gabriela apresentou o coletivo à jovem e pediu auxílio nas atividades voltadas à moda sustentável; Tatiana prontamente quis participar do coletivo e ajudar no que fosse possível. Gabriela é tia de Tatiana.

Mora com a mãe, o padrasto e a irmã pequena. A mãe é contadora, trabalha produtivamente 9 horas ou mais por dia, tem ensino superior completo e dedica por dia mais de 4 horas com atividades reprodutivas.

Reside há aproximadamente dois anos na região do Capão Redondo, em uma casa alugada. Considera que esse local de moradia atende parcialmente às suas necessidades e aguarda o transporte público para se deslocar por aproximadamente 30 minutos. Não considera

que seu local de moradia possua oportunidades de trabalho. As pessoas que residem no entorno valorizam o seu trabalho. Considera que a quantidade de postos de saúde atende parcialmente às suas necessidades e a quantidade de escolas atende plenamente.

Define tempo livre como “um tempo para assistir séries, ficar com minha irmã, passar tempo com os amigos”. Quem possui mais tempo livre na casa é seu padrasto. Acredita que indivíduos do sexo masculino possuem mais tempo livre, pois não se responsabilizam pelas demandas reprodutivas da casa. Manifesta que gostaria de ter mais tempo para investir em atividades de lazer que lhe renderiam mais repertório profissional, como assistir a mais peças de teatro. Nos momentos em que possui tempo livre, costuma ir a teatros e cinemas da região.

Durante a Pandemia, Tatiana teve um aumento relacionado às atividades de cuidado, pois precisou auxiliar nos cuidados com sua irmã e, conseqüentemente, nas tarefas escolares. Ficou desempregada durante esse período e teve dificuldades em relação ao ensino remoto proposto pela escola pública a qual estudava. As dificuldades se relacionam com acesso ao *wi-fi* e equipamentos compatíveis com as atividades escolares.

“Wanessa”

Wanessa tem 24 anos, se autodeclara parda, mulher cisgênero, tem uma filha. Sua ocupação produtiva principal é como auxiliar de serviços gerais em uma creche conveniada no município de São Paulo; está lá há 5 anos, possui carteira assinada, trabalha 44 horas semanais e gasta 1h30 para ir ao trabalho e mais 1h30 para retornar. Recebe um salário-mínimo (R\$ 1.412,00). Ela possui um empreendimento de brincos artesanais, mas não consegue precisar quanto recebe por mês nesta segunda ocupação, pois é uma renda que oscila.

Começou a trabalhar com 16 anos. Dedicar em média 4 horas por dia a afazeres domésticos e atividades de cuidado com a filha. A jovem não está à procura de outro emprego.

A jovem começou a integrar o coletivo Da Raiz ao Fruto principalmente por ser mãe e por poder fazer pela filha dela e por outras crianças. Conheceu o coletivo por conta de Kiara, que é ex-coordenadora e integrante do coletivo. Ela começou no coletivo bem no comecinho, em dezembro de 2021, quando ainda havia o espaço físico, por ser um coletivo que ela poderia frequentar com a filha, de modo que ambas tivessem suas necessidades contempladas.

Wanessa mora em uma área que é o limite entre o bairro do Capão Redondo e o município de Embu das Artes, relatando estar ali há mais de 8 anos. Costuma acessar equipamentos públicos dos dois lugares; entretanto, enxerga uma maior oferta no Capão Redondo. Costuma demorar em média 30 minutos aguardando o transporte público para se

deslocar. Das vezes em que trabalhou próximo à residência, foi com vendas na rua. Não considera que as pessoas próximas valorizem seu trabalho, nem que haja oportunidade de trabalho nas redondezas. Acredita que o quantitativo de escolas atende plenamente às suas necessidades e os postos de saúde atendem parcialmente.

Parou de estudar no Ensino Médio, um pouco depois de ter tido a sua filha. Compartilhou que, na época, tinha rede de apoio para ficar com a bebê enquanto estudava; contudo, sentia-se muito cansada e desgastada, o que a levou a decidir parar os estudos. Considera que foi uma péssima escolha, pois, atualmente, necessita da formação e tem problemas em encontrar tempo para combinar as atividades produtivas, reprodutivas e os estudos.

Considera ter tempo como algo difícil em meio à sua rotina, pois sempre se vê assoberbada em relação às atividades de cuidado. Compreende que gerir uma outra vida é algo muito complexo. Possui uma organização rígida para conseguir dar conta de todas as suas atividades. Não considera ter tempo livre, mas tenta combinar as atividades dos SLAM que participa com a sua rotina; na maioria das vezes, leva sua filha para onde vai, no intuito de que ambas possam ter um pouco de lazer.

Durante a Pandemia, a jovem já estava no emprego atual. A creche a afastou por conta do fechamento das escolas, mas ela continuou a receber seu salário de maneira integral. Dividiu a casa com mais seis amigos, sendo uma delas Daniela, que também participa desta pesquisa, pois alguns estavam desempregados e não tinham como se manter; todos são artistas. A jovem compartilha que foi uma fase produtiva artisticamente, porém, passaram muitas dificuldades para se manterem. Os que conseguiam alguma renda colaboravam com as despesas, mantendo as contas em dia e a alimentação para todos.

“Zoé”

Zoé tem 24 anos, se autodeclara parda, mulher cisgênero. Trabalha produtivamente como atendente e operadora de caixa em uma loja de autopeças, possui carteira assinada, recebe entre um e dois salários-mínimos (aproximadamente R\$ 2.824,00) e cumpre a jornada de 44 horas semanais distribuídas na escala 6 por 1. Trabalha próximo à residência; leva menos de 10 minutos para ir até o trabalho e mais 10 minutos para retornar.

Como segunda ocupação produtiva, a jovem possui um empreendimento de produtos personalizados, como canecas e blusas. No empreendimento, recebe mensalmente em torno de meio salário-mínimo (R\$ 706,00). Começou a trabalhar com 18 anos, como atendente de

telemarketing, e já foi depiladora. Considera que, juntando todas as rendas que gera, não conseguiria manter a casa sozinha.

Zoé começou a participar do coletivo em janeiro de 2023; interessou-se em integrar a rede por ser empreendedora e o coletivo ter um viés muito forte nesse sentido. Gabriela apresentou o coletivo aos poucos a Zoé, e ela, por sua vez, decidiu participar.

Mora com mais cinco pessoas na casa em que reside: pai, mãe, irmão, cunhada e sobrinho. Em relação à escolaridade do pai, este possui ensino médio incompleto, e a mãe tem o ensino fundamental I completo e trabalha de cuidadora de idosos, trabalhando produtivamente mais de 9 horas por dia e destinando às atividades reprodutivas mais de 4 horas diárias.

Reside em casa própria no Capão Redondo há mais de 10 anos. Zoé relata que o transporte público atende plenamente às suas necessidades e que costuma esperar o transporte aproximadamente por 1 hora para se deslocar. Considera que o seu local de moradia tem oportunidades de trabalho e que já trabalhou em outras ocupações próximo de casa.

Cursou Ciências Biológicas no ensino superior em estabelecimento de ensino privado com bolsa do PROUNI, nunca interrompeu os estudos. Atualmente, não estuda. Relata que fez a faculdade por vontade de familiares próximos, que não levava a faculdade tão a sério e precisou fazer diversas dependências (DP). Também fez um curso de logística há aproximadamente 2 anos.

Relata não se sentir sobrecarregada em relação ao acúmulo de atividades reprodutivas e produtivas. Define tempo como “o momento para resolver as responsabilidades”. Divide os afazeres domésticos com a mãe; a cunhada, o irmão e o pai não realizam afazeres domésticos. Considera que se fosse uma pessoa do sexo masculino teria uma relação diferente com o tempo, principalmente porque, “visto que a cultura da minha residência, os homens não fazem afazeres, então seria um peso a menos para me preocupar”. A jovem esclarece que ter tempo livre para ela é “poder ter lazer”.

Durante a pandemia, trabalhou presencialmente em seu trabalho atual. Não relata ter passado dificuldades nesse período.

5.1.2 Jovens- adultas

“Diana”

Diana, 26 anos, se autodeclara negra, mulher cisgênero, trabalha na equipe de produção da Fábrica de Cultura do Capão Redondo, recebendo em média entre um e dois salários-mínimos (aproximadamente R\$ 2824,00) cumpre carga horária de 44 horas semanais em

jornada 6 por 1, gasta aproximadamente 1 hora para ir até o trabalho e mais 1h para voltar. Possui um empreendimento de moda sustentável. Além disso, organiza o evento Panelafro com o coletivo Espírito de Zumbi, esse coletivo está recebendo auxílio financeiro por meio de um edital que concorreu e venceu. Diana recebe desse edital menos que meio salário-mínimo (R\$ 706,00) como ajuda de custo para participar das atividades do coletivo. Começou a trabalhar com 18 anos como jovem aprendiz.

Gabriela e Kiara tiveram a ideia inicial do coletivo Da Raiz ao Fruto. Convidaram Diana para integrar a rede e ser uma das coordenadoras, devido à proximidade e por acreditarem no potencial de Diana frente ao potencial do projeto do coletivo. Diana compartilha que participar do coletivo a reestruturou, que ela estava perdida quando Gabriela e Kiara a chamaram para integrar o grupo, e que o impulso que ela ganhou através da rede a fez enxergar novas possibilidades pessoais e profissionais. Diana integra a rede desde setembro de 2021.

Diana reside com o noivo em casa alugada. Ambos possuem o nível superior incompleto: o noivo está cursando gastronomia, e a jovem, durante a pandemia, iniciou uma faculdade, porém não conseguiu se manter. O noivo e Diana dividem os afazeres domésticos de maneira equitativa; a jovem gasta entre 3 ou 4 horas com afazeres domésticos por dia. A jovem relata que o pai possui o ensino fundamental incompleto, e sua mãe terminou o ensino médio com mais de 50 anos, é costureira e dedica em média 9 horas de trabalho produtivo e 4 horas ou mais de trabalho reprodutivo diariamente.

Atualmente, mora na Piraporinha, no distrito do Jardim São Luiz; morou por 24 anos no Jardim Ângela. Espera em média 20 minutos o transporte público para se deslocar nas ações do dia a dia. Considera que seu lugar de moradia possui algumas oportunidades de trabalho, mas as pessoas do entorno não costumam valorizar o seu trabalho. Em relação à quantidade de escolas do bairro em que reside, considera que atendem às suas necessidades, e os postos de saúde atendem parcialmente.

Compartilha que teve um déficit grande na aprendizagem devido à ausência de professores de algumas matérias no Ensino Médio. Atualmente, cursa técnico em modelagem de vestuário na Escola Técnica Estadual (ETEC).

Define tempo como ter qualidade de vida. Entende que não possui tempo livre, pois o tempo que está em casa e que, em tese, estaria fazendo algo referente ao lazer, está sendo utilizado para conseguir descansar do trabalho e na organização das tarefas domésticas para uma nova semana. Relata se sentir sobrecarregada com as diversas demandas que possui de caráter produtivo, reprodutivo e com os estudos.

Durante a pandemia, a jovem estava fazendo um curso de Libras; contudo, precisou parar devido às demandas pessoais e à sobrecarga mental que teve durante esse período. Em relação ao trabalho, compartilhou que durante a pandemia trabalhou de maneira remota e gravava vídeos para as crianças do CCA.

“Eliana”

Eliana tem 25 anos, se autodeclara parda, mulher cisgênero, deficiente visual. Trabalha produtivamente auxiliando a mãe na venda de refeições; não possui empreendimento. A jovem é beneficiária do BPC previsto na LOAS, recebe um salário-mínimo (R\$ 1.412,00) com o benefício. Considera sua primeira inserção produtiva o trabalho que desempenhou como auxiliar em uma fábrica de coleiras, com 21 anos; era na informalidade e, antes de a jovem conseguir acesso ao benefício, já tentou se inserir novamente no mercado de trabalho, mas, por conta dos limites impostos por alguns empregadores e por sua família, não conseguiu. A jovem relata que, com o benefício que recebe, consegue se manter atualmente.

Eliana começou a participar do coletivo em setembro de 2021 a convite de Gabriela e relata que aceitou o convite, pois o coletivo lhe proporciona explorar a cidade com as jovens do coletivo, ou seja, acesso e mobilidade. A mãe de Eliana permite que ela saia com as jovens do coletivo, e isso ajuda Eliana a manter relações sociais significativas para a jovem.

Reside em casa própria com mais cinco pessoas: a mãe, o irmão, a irmã e o sobrinho. O pai é falecido e morava na mesma casa; tinha o ensino médio completo. A mãe recebe a pensão do falecimento do esposo, atende como voluntária no posto de saúde (em média duas horas por dia), possui o ensino médio completo e dedica 3 horas por dia a atividades reprodutivas. A irmã e o irmão de Eliana trabalham produtivamente. Eliana exerce atividades reprodutivas, aproximadamente 4 horas ou mais por dia; nestas costuma cozinhar, arrumar a casa e cuidar do sobrinho.

Mora no Jardim Ângela a vida toda. Considera que o local atende plenamente às suas necessidades e espera em média 30 minutos o transporte público para se deslocar em atividades cotidianas. Considera que seu local de moradia possui oportunidades de trabalho. Em relação à quantidade de postos de saúde e escolas, considera que atendem plenamente às suas necessidades.

Não estuda atualmente, mas pretende fazer o curso de massoterapeuta para atender em sua residência. Expõe que hoje sua maior dificuldade em fazer o curso é a locomoção, pois

precisa de alguém da família para levar e ir buscar. Eliana não anda sozinha nas ruas; compartilha que sua mãe possui medo dos perigos presentes nelas.

Nunca interrompeu os estudos e cursou até o ensino médio em escola pública. Relata que as escolas em que estudou eram acessíveis em relação à estrutura, entretanto, a que cursou o ensino fundamental não proporcionava conteúdos específicos para o cotidiano de uma pessoa com deficiência visual, como Eliana. A jovem compartilha que, já na escola do ensino médio, conseguiu ter acompanhamento no contraturno e aprender as ações do cotidiano, como se vestir, cozinhar, andar nos espaços e Braille.

Compartilha que não se sente sobrecarregada com as tarefas produtivas e reprodutivas, não considera que necessita ter mais tempo. Define tempo como “quando você tem horário para fazer as atividades de casa, estudar, trabalhar” e considera ser a pessoa que tem mais tempo livre na casa em que reside. Entende tempo livre como o “tempo de lazer, mexer nas redes sociais, fazer as coisas que quiser.”

Durante a pandemia, necessitou ajudar seu sobrinho com as tarefas escolares e cuidar maior tempo dele e de outras pessoas. Não trabalhou produtivamente na pandemia.

“Karen”

Karen tem 26 anos, se autodeclara parda, mulher cisgênero, trabalha produtivamente através de dois estágios na área de Direito; estes lhe rendem aproximadamente um salário-mínimo (R\$ 1.412,00). Está no último ano da faculdade, não possui empreendimento. Começou a trabalhar produtivamente com 24 anos, sempre com estágios na área de Direito em diversos lugares, e trabalha em média 4 horas por dia. Gasta 2h30 para chegar até o trabalho e mais 2h30 para retornar. Conta com a ajuda dos pais para se manter, afinal, com a renda dos estágios não consegue se sustentar integralmente.

Karen chegou até o coletivo por convite de Gabriela e está desde o começo do coletivo (novembro de 2021). Karen participa do grupo orientando as jovens mulheres acerca de assuntos jurídicos, como violência doméstica, ela presta uma espécie de assessoria gratuita e auxilia as jovens com os editais.

Mora sozinha em uma casa emprestada pela família de seu pai na Cidade Tiradentes, na Zona Leste de São Paulo. Seu pai possui o ensino superior completo, sua mãe, além dos trabalhos reprodutivos (que demandam em média 3 horas por dia), exerce atividade produtiva por 4 horas diárias e possui o ensino médio completo.

Mora aproximadamente há 5 anos na Zona Leste, reside sozinha e é responsável por toda a atividade reprodutiva da casa. Considera que a localidade atende plenamente suas necessidades, demora aguardando o transporte público aproximadamente 30 minutos para se deslocar no cotidiano. Não tem planos de sair de São Paulo quando se formar por considerar que aqui têm mais oportunidades de trabalho. Considera que os equipamentos de saúde e escolares atendem plenamente suas necessidades.

Em relação aos estudos, nunca os interrompeu, inclusive após concluir o ensino médio. Tentou o ENEM por três vezes, estudando sozinha até conseguir a pontuação para ingressar na faculdade de Direito, que sempre foi o seu objetivo. Faz cursos de idiomas no intuito de abrir mais possibilidades em seu meio profissional.

Acredita ter tempo, porém percebe que precisa de uma outra organização; por ora, da forma que está é o que é mais viável para a jovem. Se sente sobrecarregada com as demandas produtivas, reprodutivas e os estudos. Quando possui algum tempo livre, acessa equipamentos de lazer como praças, *shopping*, teatros, cinemas, circos e bares.

Durante a pandemia, relata que teve dificuldades financeiras e problemas em acessar o sistema de saúde. Estudou de maneira remota e considera que teve perdas significativas nas matérias, pois nem sempre a internet e o suporte tecnológico eram os adequados. Trabalhou de maneira remota e presencial durante esse período.

“Keila”

Keila tem 29 anos, se autodeclara branca, mulher cisgênero, é cosmetóloga e artesã. É empreendedora/autônoma e no último mês, com as ocupações que realiza, ganhou em torno de meio salário-mínimo (R\$ 706,00). Trabalha na área do bem-estar, 8 horas semanais; para se deslocar até o curso que realiza, leva 2 horas de ida e 2 horas de volta. Possui um empreendimento de artesanato e participa de diversas feiras. Em paralelo, a jovem relata que está procurando trabalho. Já ficou desempregada mais de uma vez e recebeu apoio dos familiares. Dedicar em média 6 horas diárias a afazeres domésticos. Começou a trabalhar com 15 anos.

Keila chegou ao coletivo por indicação de outra integrante, Telma. A jovem relata que participou de uma feira em conjunto com Telma no Sesc; quando terminou a feira, Telma indicou o coletivo para a jovem, e ela iniciou sua participação em abril de 2023.

Mora com mais duas pessoas: o pai, que possui ensino superior completo, e a mãe, que possui o ensino médio completo. Sua mãe trabalha mais de 9 horas diárias no comércio e dedica em média 1 hora com atividades reprodutivas.

Reside em Interlagos há mais de 10 anos, em casa própria, em uma área próxima ao Jardim São Luiz. Considera que o transporte público atende parcialmente às suas necessidades e aguarda aproximadamente 30 minutos para se deslocar em atividades cotidianas. Entende que seu local de moradia tem oportunidades de trabalho, mas que as pessoas não costumam procurar práticas relacionadas ao bem-estar; até o momento, não trabalhou perto de casa. A quantidade de escolas próximas à sua residência atende parcialmente às suas necessidades, e a quantidade de postos de saúde atende plenamente.

Interrompeu os estudos apenas na faculdade. Em um primeiro momento, fez faculdade de Eventos, porém trancou por falta de identificação com a área. Após essa primeira tentativa, ficou 4 anos tentando decidir o que gostaria de fazer, por se ver em diferentes profissões. Optou por Estética, estudou em instituição privada com bolsa, fez a faculdade, pois era um sonho de sua família, entretanto, a área que mais gosta é a massoterapia. Inclusive, realiza um curso técnico profissionalizante com bolsa nessa área no momento.

Define o tempo como momentos que são aproveitados com qualidade. Se sente sobrecarregada por ficar com a maior parte das tarefas reprodutivas. Considera que o pai é a pessoa que possui mais tempo por ter menos responsabilidade com os afazeres domésticos. A jovem compartilha que gostaria de ter mais tempo livre para se cuidar e socializar com outros jovens. Acredita que se fosse do sexo masculino teria uma relação diferente com o tempo e teria mais tempo livre. Nos momentos de lazer, costuma acessar os seguintes equipamentos: praças, *shopping*, cinemas e bares.

Na pandemia, Keila vivenciou problemas financeiros, trabalhou presencialmente, em seguida ficou desempregada e vendeu alguns produtos por meio de plataformas online. Teve um excesso de tarefas domésticas e cuidados com terceiros. Além disso, no auge da pandemia, a jovem estava nos últimos períodos da faculdade e relata grandes prejuízos em sua formação, pois o semestre que seria de atividades práticas necessitou ser de maneira remota, não lhe dando os subsídios práticos necessários para a aplicação de sua profissão.

Ademais, Keila experimentou níveis de ansiedade muito altos. Sua mãe continuou a trabalhar presencialmente, e seu pai, devido à idade avançada, alternou trabalhando em períodos muito críticos de maneira remota e em períodos menos críticos de maneira presencial. Keila, à época da entrevista, ainda usava máscaras. Relata que a pandemia afetou

profundamente sua vida social, que seu círculo de amigos diminuiu drasticamente. Como aspecto positivo, destaca que se conectou com mais pessoas de sua família. Keila entrou para o coletivo após a pandemia, em 2023, quando a doença já estava mais controlada.

“Oliver”

Oliver, 29 anos, se autodeclara indígena, homem transgênero, trabalha produtivamente como recepcionista em uma academia de Crossfit, recebe em torno de um salário-mínimo (R\$ 1.412,00), cumpre a carga horária de 35 horas semanais em jornada 6 por 1, não possui carteira assinada, demora em média 1h30 para chegar até o trabalho e mais 1h30 para retornar. Além dessa ocupação, possui um empreendimento de cookies e brigadeiros mágicos. Faz toda a produção dos alimentos e costuma vendê-los no trem/metrô e utiliza as plataformas de aplicativos de transporte para realizar a entrega das encomendas que são solicitadas. Todo o tempo ao qual não está se dedicando à sua ocupação principal divide entre o empreendimento, a venda dos produtos, os afazeres domésticos e o cuidado com o filho de oito anos.

Começou a trabalhar com 15 anos. O jovem relata que está à procura de um trabalho melhor, mas que no futuro pretende estabilizar seu empreendimento e sobreviver apenas dele.

O jovem relata que participa do coletivo desde fevereiro de 2022 e que chegou ao coletivo Da Raiz ao Fruto por meio de Diana, essa amizade se deu antes mesmo de Oliver ser mãe. Por meio dela logo após o coletivo ser formado, passou a integrar a rede.

Mora com o companheiro e mais cinco pessoas; é mãe de um menino de oito anos, tem um enteado e mais três sobrinhos que cria desde pequenos. Seu pai possui o ensino médio incompleto. Sua mãe é professora, possui o ensino superior incompleto, trabalha produtivamente mais de 9 horas por dia e, de acordo com o jovem, enquanto residia com sua mãe, ela não exercia atividades de cuidado ou afazeres domésticos.

Reside na Zona Leste, em uma casa emprestada, e está nesse local há aproximadamente dois anos. Durante a pandemia, mudou diversas vezes de casa por não conseguir pagar o aluguel e se manter. Considera que o local atual em que reside atende parcialmente às suas necessidades, demora em média 30 minutos aguardando o transporte público para se deslocar. As escolas e os postos de saúde atendem parcialmente às suas necessidades. Não vê oportunidades de trabalho próximas à sua residência, pois considera que todas exigem o ensino médio completo, e o jovem ainda não teve a oportunidade de concluir sua escolaridade nesse segmento.

Atualmente não estuda, tem o ensino médio incompleto. Já tentou retomar os estudos algumas vezes, porém, combinar a maternidade, as ocupações produtivas e reprodutivas é algo complexo. Além do que, geralmente as escolas não possuem espaços para receber os filhos dos estudantes, e Oliver necessitaria levar seu filho para conseguir concluir os estudos. Já necessitou interromper os estudos em outros momentos da vida, relata que, além da dificuldade na combinação do trabalho e do estudo, neste momento não se sente com a saúde mental boa para retornar.

Em relação à disponibilidade de tempo, reflete que homens cisgênero possuem mais tempo livre, principalmente por não terem compromissos com afazeres domésticos e com o cuidado. As tarefas domésticas da casa em que reside são divididas por igual, e todos se ajudam. Entretanto, o jovem se sente sobrecarregado devido ao excesso de atividades que realiza. Sente falta de ter tempo de qualidade para aproveitar da maneira que achar melhor com seus amigos e filho. Nos poucos momentos que consegue ter de tempo livre, tenta se distrair em casa e se diverte um pouco quando vai vender seus produtos no Centro da cidade de São Paulo.

Durante a pandemia, o jovem vivenciou diversos problemas financeiros e teve dificuldades no acesso ao sistema de saúde. Necessitou voltar a morar com os pais por um período, sobreviveu apenas do dinheiro que o empreendimento rendia, entretanto, durante um pedaço significativo da pandemia não conseguiu vender seus produtos. Foi um período difícil, e precisou lidar com tudo isso sem ter pausas; foi muita correria para que todos sobrevivessem e se alimentassem durante esse período.

“Talía”

Talía tem 27 anos, se autodeclara negra, mulher cisgênera, trabalha produtivamente com carteira assinada na realização de atividades culturais, recebe um salário-mínimo (R\$ 1.412,00), cumpre uma jornada de 44 horas semanais, trabalha em escala 6 por 1. Demora 2h para ir até o trabalho e mais 2 horas para retornar. Além dessa ocupação principal, também possui um empreendimento de moda sustentável em conjunto com outro coletivo ao qual também faz parte: o Amora Brechó. Talía não recebe nenhuma remuneração nessa ocupação.

A jovem compartilha que está procurando um outro trabalho há aproximadamente um mês, que começou a trabalhar com 16 anos, já ficou desempregada mais de uma vez na vida e que recebeu o apoio de outras pessoas nesse momento. Talía, além da jornada produtiva, dedica em média 5 horas ou mais a afazeres domésticos e atividades de cuidado.

Mora desde que nasceu no distrito do Jardim São Luís e reside com mais seis pessoas; dessas, quatro trabalham produtivamente. Seu pai possui o ensino médio completo, e a mãe possui o ensino médio incompleto. Esta última trabalha aproximadamente 9 horas produtivamente no comércio e em média 4 horas ou mais entre afazeres domésticos e cuidados com terceiros.

Mora em casa própria, considera que a localidade atende plenamente às suas necessidades, demora em média 30 minutos aguardando o transporte público para se deslocar em ações do dia a dia. Ainda não trabalhou próximo à sua residência, mas considera que existem oportunidades de trabalho próximas devido à quantidade de equipamentos culturais disponíveis. Acredita que as pessoas que residem no entorno de sua residência valorizam o seu trabalho e que as escolas e os postos de saúde disponíveis atendem plenamente às suas necessidades.

Não estuda atualmente, tem o ensino médio completo, cursou em instituição pública, não interrompeu os estudos, frequenta cursos na área de oficina de arte e cultura e cursa Moda.

Em relação ao tempo, Talia considera que na sua casa as tarefas reprodutivas são divididas entre todos os membros da família. Se sente sobrecarregada com as tarefas produtivas, reprodutivas e os estudos. Ter tempo para a jovem é ter qualidade de vida, e tempo livre consiste em ter liberdade para realizar o que deseja. Quando possui momentos livres, costuma utilizar os seguintes equipamentos de lazer: praças, *shopping*, cinemas e bares.

Durante a pandemia, ficou desempregada por um longo período e vivenciou o falecimento de pessoas próximas. Talia compartilha que não conseguiu estudar durante a pandemia.

6 IMERSÃO E CONVIVÊNCIA: OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NO COLETIVO DA RAIZ AO FRUTO

“Quero apagar a minha cor, meu filho não irá sofrer assim. No que depender de mim.

Mas, para trás desse tempo: Reis, rainhas, músicos, artistas Banhados a ouro

Fazem parte da nossa história. Vale ressaltar que não somos

Descendentes de escravos, mas sim do povo preto!”

Assunção e Rodrigues, (2023, p.64)

Entre os meses de novembro de 2022 e maio de 2024, realizei observações participante em eventos e atividades as quais o coletivo Da Raiz ao Fruto participou. O objetivo dessa imersão foi compreender como as jovens organizam suas vivências coletivas, de que maneira estruturam o Espaço Frutinhas e como experienciam suas temporalidades — perpassando as esferas da juventude, do trabalho produtivo e reprodutivo e dos estudos —, bem como analisar como esses tempos são afetados pelas dinâmicas da sociedade atual.

Este capítulo busca aproximar o leitor do campo de pesquisa, compartilhando cenas, reflexões, encontros e aprendizados construídos ao longo do processo de convivência. A proposta é demonstrar as características das práticas observadas, configurando as dinâmicas relacionadas ao tempo e à coletividade do grupo.

6.1 VIVÊNCIAS E TEMPORALIDADES DO COLETIVO DA RAIZ AO FRUTO-PRIMEIRAS IMPRESSÕES DO CAMPO PESQUISADO

Minha primeira observação presencial da organização do coletivo ocorreu em 25 de novembro de 2022, na Casa de Cultura M’Boi Mirim, durante o evento Panelafro. Embora tivesse realizado anteriormente duas entrevistas exploratórias e contatos iniciais com algumas integrantes, tais encontros não foram suficientes para apreender, de fato, a dinâmica do grupo.

Com a melhora da pandemia, o Panelafro foi retomado em agosto, e as jovens do coletivo organizaram seu retorno para setembro. Optei por não iniciar as observações simultaneamente ao retorno delas, preferindo uma aproximação gradual que respeitasse o espaço necessário para a reorganização do grupo. A escolha de comparecer em novembro foi estratégica: por ser a edição temática da Consciência Negra, tratava-se do período com maior fluxo de público, o que me permitiu observá-las em momentos de descontração e em diversas situações sociais. Além disso, notei que minha presença inicialmente causava certa apreensão; por isso, escolhi aguardar que elas retomassem suas atividades com calma.

Ao chegar à Casa de Cultura, observei diversas crianças brincando e grupos artísticos realizando passagens de som e breves ensaios. O clima familiar do encontro tornou-se explícito pelo modo como os frequentadores, de idosos a crianças, cumprimentavam-me ao passar.

Quanto à organização espacial, há uma área externa descoberta que serve de acesso principal. Na lateral esquerda, localizam-se os estandes de economia criativa; ao fundo, encontram-se os empreendimentos gastronômicos e, centralizado à frente, o palco principal. A lateral direita abriga uma sala ampla com acesso à cozinha e um espaço cimentado livre, isolado do restante do público. Próximo ao palco, há um teatro utilizado como camarim pelos organizadores — o coletivo Espírito de Zumbi.

Ademais, no entorno da Casa de Cultura, há outros vendedores que comercializam comidas e bebidas, inclusive alcoólicas. Durante o evento, percebi que os frequentadores costumam consumir bebidas adquiridas com esses ambulantes externos ou trazem seus próprios itens, enquanto optam pela alimentação oferecida pelos empreendedores do evento. Vale ressaltar que, internamente, não há comercialização de bebidas alcoólicas.

Após essa observação inicial do local, aguardei a chegada das jovens. Gabriela, ao chegar, veio ao meu encontro e convidou-me para acompanhá-la até o estande do coletivo. Por seu intermédio, conheci pessoalmente Wanessa, Kiara e Daniela. Auxiliei Gabriela na organização do espaço e na montagem da arara de roupas do brechó de Moda Sustentável. Na ocasião, a jovem explicou-me a dinâmica do estande: ele é dividido entre a venda de produtos do próprio coletivo e a exposição de itens provenientes dos empreendimentos individuais das integrantes.

As demais jovens estavam envolvidas em outras frentes do evento. Kiara e Wanessa montaram o fraldário — espaço inicialmente localizado próximo ao banheiro, equipado com itens de higiene como fraldas, lenços umedecidos e absorventes, destinados ao suporte de mães e mulheres presentes. O local foi decorado com cuidado para garantir o máximo de acolhimento. Já Diana, que também estava presente, integrou a apresentação do coletivo Espírito de Zumbi, enquanto Daniela dedicou-se à organização da oficina de bonecas Abayomi²⁵.

Naquele dia, as jovens organizaram uma rifa em prol de uma mulher externa ao coletivo que se encontrava em situação de vulnerabilidade. Mãe de cinco filhos e sem o apoio financeiro

²⁵ A boneca Abayomi, importante símbolo de resistência negra na cultura brasileira, foi criada pela artesã maranhense Lena Martins no final da década de 80, quando se discutia a marcha pela farsa de 100 anos da abolição e o movimento das mulheres negras passava por um intenso período de produção de conhecimento e crescente visibilidade. Fonte: <https://www.bonecaabayomi.com/>

ou presencial do ex-companheiro, sua condição foi compartilhada no grupo de WhatsApp do coletivo, gerando uma mobilização imediata para auxiliá-la.

É relevante observar que as ações são decididas coletivamente. No caso da rifa, o grupo deliberou sobre o valor de venda, a logística organizacional e o momento ideal para a abordagem ao público. Diana complementou a explicação de Gabriela, destacando que as tarefas são distribuídas conforme áreas específicas de atuação: algumas jovens responsabilizam-se pela frente de moda e consumo sustentável, outras pelo Café Literário, e um terceiro grupo pela organização do Espaço Brincante/Frutinhos.

As jovens demonstraram profundo carinho e afetividade, tanto entre si quanto comigo; sempre solícitas, questionavam-me constantemente sobre como eu me sentia no ambiente e se estava confortável e acolhida. Tais atitudes revelam que o coletivo se fundamenta na perspectiva do cuidado comunitário (Faur, 2024) ou do cuidado como ajuda (Guimarães e Hirata, 2020). Notei, ainda, a presença dos companheiros de Kiara, Wanessa e Diana, que circulavam pelo evento e interagiam com o grupo. Ao questionar Gabriela sobre a relação deles com a dinâmica coletiva, ela esclareceu que os parceiros participam ativamente das atividades e que os familiares das integrantes são sempre bem-vindos.

Nessa edição do evento, Kiara estava acompanhada de sua filha, Nicole, de quase dois anos. O Panelafro é um evento intenso, composto por diversas atividades que demandam dedicação integral. Nicole recebeu cuidados de todas as integrantes do coletivo, além do apoio constante do pai, que esteve presente com a filha durante todo o tempo. Nos momentos em que Nicole estava sob os cuidados de Gabriela, esta compartilhou comigo, com entusiasmo, que as primeiras palavras da bebê foram pronunciadas justamente no convívio do coletivo.

6.2 A INCORPORAÇÃO DO ESPAÇO FRUTINHOS NO CONTEXTO DO PANELAFRO E ALGUNS DESAFIOS

Um dos pilares estruturantes do coletivo é o Espaço Brincante que, a partir de fevereiro de 2023, passou a denominar-se Espaço Frutinhos. Esse ambiente é dedicado ao acolhimento de crianças, cujos cuidados são realizados de maneira compartilhada entre as integrantes.

Inicialmente, as coordenadoras dispunham de uma sede física para a realização das atividades do Espaço Brincante. Durante o período em que as crianças permaneciam no local, eram promovidas diversas ações lúdicas e educativas, permitindo que as mães pudessem trabalhar, expor seus empreendimentos ou participar de outras frentes do coletivo. Para viabilizar essa dinâmica, as integrantes organizavam um sistema de revezamento no

acompanhamento das crianças. Com a descontinuidade do espaço físico, as jovens passaram a desenvolver o projeto de forma itinerante, acompanhando a nova configuração das demais atividades do grupo.

Com a retomada do Panelafro, as jovens organizaram-se para solicitar ao coletivo Espírito de Zumbi a cessão de uma sala que permanecia sem uso durante o evento. O intuito era estruturar o local que, em referência direta ao coletivo, passaria a se chamar Espaço Frutininhos. Em fevereiro, tive a oportunidade de conhecer e vivenciar as atividades nesse ambiente, que era cuidadosamente preparado pelas jovens para acolher as crianças enquanto suas mães participavam das programações.

Além da área de recreação, o "Cantinho do Fraldário" foi integrado ao ambiente físico do Espaço Frutininhos, com o intuito de proporcionar maior tranquilidade e privacidade às mães e crianças. Acima dos itens de higiene disponíveis, as jovens fixaram uma placa com os dizeres: "Deixe o que quiser e pegue o que precisar". A iniciativa simboliza a proposta comunitária do local, incentivando o compartilhamento, o fortalecimento e o cuidado comunitário entre as mulheres.

Ademais, o espaço disponibiliza colchonetes e cobertas em um canto reservado para o sono das crianças menores. As jovens presentes também se responsabilizam pelo cuidado durante esses momentos de descanso. É relevante notar que a maioria das mães que acessam o Espaço Frutininhos são mães solo.

Conforme observado, o coletivo distribui tarefas específicas durante os eventos. Wanessa, Daniela e Gabriela são as principais responsáveis pelo Espaço Frutininhos, embora outras coordenadoras e integrantes da rede de apoio auxiliem em diferentes momentos. As jovens consideram que a definição de responsáveis diretas gera um ganho significativo na organização das atividades. Assim, o trio coordena jogos e brincadeiras de expressão lúdica, assegurando um ambiente acolhedor, afetuoso e criativo para o público infantil.

Apesar da importância já evidenciada do Espaço Frutininhos para as mães e para a viabilização dos eventos, suas ações alcançam, por vezes, dimensões que transcendem o planejamento inicial. Em 30 de junho de 2023, durante o Panelafro, recebemos uma nova criança, Quirino. Sua mãe, demonstrando desconfiança inicial, tentou adaptá-lo aos novos colegas e, em pouco tempo, o menino entrosou-se e começou a brincar. Notamos que, embora tenha se afastado do local, a mãe retornava constantemente para verificar como ele estava. Em uma dessas ocasiões, ela compartilhou a dificuldade de socialização do filho, relatando que as

peças costumam ser impacientes com ele, que apresenta falta de foco e está sob investigação médica.

Após o desabafo, a mãe emocionou-se ao falar sobre os desafios que enfrenta. Wanessa acolheu-a, pedindo calma e assegurando que Quirino estava bem; enfatizou que, no Espaço Frutinhos, ele teria liberdade para expressar sua subjetividade e que, até aquele momento, não havia apresentado comportamentos discrepantes em relação às outras crianças.

Essa situação evidencia o peso da maternidade na vida das mulheres. A mãe de Quirino, que exerce a maternidade de forma solo, buscava apoio e socorro em outras mulheres, tentando garantir ao filho um espaço de interação onde não fosse julgado. Percebe-se, assim, que o Espaço Frutinhos ultrapassou seu objetivo original para aquela mãe: além do acolhimento prático, ela buscava, sobretudo, que seu filho fosse aceito em um ambiente social.

Algumas crianças que frequentam o evento também participam de atividades regulares da Casa de Cultura, como a capoeira, e realizam apresentações em todas as edições. As jovens do coletivo, inclusive, viabilizam lanches para que as crianças se alimentem durante o Panelafo, utilizando recursos provenientes de doações ou de verbas próprias do grupo.

Dentre o público infantil da capoeira, duas crianças especificamente já despertavam nossa atenção, pois seus pais permaneciam durante todo o evento dentro do Espaço Frutinhos. No dia 28 de julho de 2023, ocorreu um episódio de racismo envolvendo essa família. O filho mais velho do casal, uma criança branca de aproximadamente oito a dez anos, circulava pelo local enquanto outra criança, negra e de idade semelhante, brincava com uma bola. Ao ser chutada, a bola esbarrou acidentalmente na criança branca.

O pai, ao presenciar a cena, interpelou o menino negro de forma agressiva, gritando e repreendendo-o. Samuel, companheiro de Diana, interveio imediatamente em defesa da criança negra. Em resposta, o homem proferiu falas racistas e desrespeitosas contra todos os presentes. Diante da gravidade, Samuel solicitou que o responsável se retirasse do local. As jovens ficaram profundamente abaladas, e a criança, alvo da agressão, demonstrou extremo desconforto e tristeza com o que ouviu. Afinal, o esbarrão fora involuntário e, ainda que fosse proposital, a reação do pai foi inteiramente desproporcional. Naquele momento, eu estava na entrada do Espaço Frutinhos organizando o fluxo das crianças e questionei-me: se fosse uma criança branca a esbarrar em seu filho, a reação teria sido a mesma?

As integrantes do coletivo e Samuel reportaram o ocorrido aos responsáveis pela capoeira e pela organização do evento, que se comprometeram a tomar as providências cabíveis. Considerando que 80% das crianças atendidas no Espaço Frutinhos são negras — perfil que se

estende ao público geral do evento —, o episódio convida à reflexão de que, mesmo em territórios que deveriam ser de segurança, acolhimento e celebração da africanidade, como o Panelafro, o racismo e suas diversas facetas permanecem presentes.

A existência do Espaço Frutininhos demonstra não apenas a solidariedade entre as mulheres, mas também a criação de condições para que as mães possam acessar a cultura, expor seus empreendimentos e usufruir de momentos de lazer. Tais iniciativas emergem como resposta às ausências do Estado e à sobrecarga feminina relacionada ao cuidado. Além disso, confrontam uma sociedade neoliberal que promove a fragmentação dos tempos, impondo o domínio do tempo de trabalho sobre todas as outras dimensões da vida e das temporalidades juvenis.

6.3 MINHA INSERÇÃO NO CAMPO ENQUANTO MULHER E PESQUISADORA

O fato de ser mulher e buscar aproximação com um coletivo feminino que debate temáticas correlatas às da minha pesquisa foi, sem dúvida, um fator facilitador. Contudo, notei que minha presença inicial no campo provocou alterações superficiais em certas relações, especialmente naquelas estabelecidas entre as integrantes e seus companheiros. Foi somente por meio das incursões contínuas que pude compreender, de fato, como se dão as convivências no cotidiano.

Recordo minha primeira visita ao Panelafro, onde o objetivo era analisar as dinâmicas de atuação das jovens e os vínculos estabelecidos com seus parceiros, filhos e demais presentes. Nesse contexto, um casal despertou minha atenção pelo aparente entrosamento. Enquanto Kiara se dedicava intensamente às atividades do grupo, as demais integrantes cuidavam de sua filha; com a chegada do companheiro, este assumiu a responsabilidade pelo cuidado da criança, dispensando atenção e carinho a ambas. Todavia, em observações subsequentes, notei o afastamento progressivo dessa jovem, que deixou de frequentar as atividades e de participar ativamente das comunicações no grupo de WhatsApp do coletivo.

Posteriormente, indaguei às organizadoras do coletivo sobre o paradeiro da jovem. Elas relataram que Kiara reduziu sua participação nas atividades e, por fim, desligou-se do grupo devido a conflitos relacionais envolvendo seu companheiro. A notícia causou-me surpresa inicial, visto que minha impressão anterior havia sido oposta. Ao confrontar as organizadoras com as percepções que tive naquela ocasião, elas esclareceram que minha presença alterou o comportamento do jovem; habitualmente, ele não apoiava a companheira, tratando-a com hostilidade e cerceando sua liberdade por meio de atitudes violentas. As integrantes enfatizaram

que, naquele momento, Kiara não possuía condições de atuar como rede de apoio para outras mulheres, pois ela própria necessitava de suporte para enfrentar tal situação.

A ausência de Kiara foi sentida em diversos momentos subsequentes; as jovens relembavam-na afetuosamente e ressaltavam sua importância fundamental na fundação do coletivo.

Ao refletir sobre a perspectiva de Padovani (2019), compreendo que meu corpo assume, nesse contexto, a localização social de pesquisadora. Ao ocupar essa posição geopolítica, aproximo-me do saber científico, o que pode gerar um distanciamento da identidade feminina ao ter minha imagem associada à Ciência — historicamente uma produção masculina (Chassot, 2004). Adentro, portanto, uma categoria distinta. Tais localizações sociais materializam-se nas relações de poder vivenciadas por indivíduos em "processo de deslocamento" (Padovani, 2019, p. 9). Assim, como houve o entendimento de que a pesquisadora detinha o poder de observação, o jovem adequou sua conduta ao que acreditava ser socialmente aprovado por mim.

6.4 MATERNIDADE E RESISTÊNCIA NAS MARGENS

Em dezembro de 2022 e janeiro de 2023, o evento Panelafro entrou em recesso. Em seu retorno, em 24 de fevereiro de 2023, conheci outras integrantes da rede de apoio, bem como jovens que iniciavam sua participação no coletivo. Entre elas estava Estela, com quem, juntamente a Wanessa, coordenadora do grupo, estabeleci conversas profundas e significativas.

Durante nosso diálogo, Estela relatou ser mãe e integrante de um coletivo de *Hip Hop*, por meio do qual gera renda para sua subsistência. Contudo, em decorrência da pandemia, a jovem enfrentou severas dificuldades financeiras, sendo compelida a entregar sua residência e a confiar os cuidados da filha de quatro anos à avó materna. Somado a isso, enfrentou obstáculos para obter vaga em escolas próximas à sua moradia e desconhecia o fato de que a prefeitura disponibiliza transporte escolar para crianças que residem a mais de dois quilômetros da instituição, fator que dificultou ainda mais o acesso da filha à educação.

Ao referir-se ao pai de sua filha, Estela compartilhou que ele se recusa a exercer funções básicas de paternidade e cuidado, oferecendo à criança alimentos industrializados de baixo valor nutricional e negligenciando sua higiene fundamental. Essa recusa fundamenta-se na divisão sexual do trabalho, na qual os afazeres domésticos e as atividades de cuidado são destinados integralmente às mulheres (Kergoat, 2009).

Sem alternativas de moradia, Estela retornou à casa do antigo companheiro, mesmo tendo sido vítima de diversas formas de violência perpetradas por ele. Esse retorno foi motivado

pela ausência de uma rede de apoio sólida naquele momento de crise; a relação com sua mãe, além de conflituosa, não seria suficiente para sustentar financeiramente a jovem e a criança. Diante do dilema entre enfrentar a violência doméstica ou a situação de rua, Estela é colocada em uma posição de vulnerabilidade extrema. Como esclarece Bhattacharya (2023), situações desse tipo refletem que a luta pela sobrevivência das mulheres trabalhadoras é atravessada por escolhas que, na realidade, representam imposições estruturais, e não decisões livres.

Ao ouvir o relato de Estela, Wanessa compartilhou um pouco de sua vivência. Aos 22 anos e mãe de Maya, de 6 anos, ela também enfrentou períodos de instabilidade. Em momentos de maior vulnerabilidade e dificuldades financeiras intensas, Wanessa precisou confiar os cuidados da filha à avó materna. Tão logo obteve uma reestruturação mínima e condições de moradia, ela retomou o convívio e os cuidados diretos com a menina.

Wanessa relatou que o pai de Maya também demonstra negligência, devolvendo a criança sem os cuidados básicos de higiene e sem a alimentação adequada. Além disso, ela mantém uma relação conflituosa com a própria mãe, o que revela outra faceta da crise da reprodução social: o esgotamento e a vulnerabilidade das redes de apoio familiares. (Bhattacharya, 2023)

Ambos os relatos evidenciam como a crise da reprodução social, a inexistência de uma divisão sexual do trabalho e a carência de políticas públicas efetivas atingem severamente as mulheres periféricas e as mães solo. Nesse cenário, os coletivos emergem como instrumentos fundamentais de resistência, cuidado, solidariedade e estratégia de sobrevivência coletiva.

6.5 REPLANTANDO A ÁRVORE: NOVOS SÍMBOLOS, NOVAS VIDAS

Nas observações iniciais, notei um tema recorrente: a necessidade de atualizar a identidade visual do grupo diante da ampliação de suas pautas políticas. Um ponto central dessa mudança é a revisão do símbolo gráfico do coletivo que, até o primeiro semestre de 2023, consistia na imagem de uma árvore com o formato de uma mulher em trabalho de parto. Embora essa representação tenha sido significativa durante um longo período, a transição de gênero de Oliver — que se identifica como homem trans não binário — e a maior aproximação de mulheres trans evidenciaram uma limitação. As coordenadoras perceberam que a imagem estava atrelada a uma concepção cisnormativa de maternidade, o que dificultava o reconhecimento de outras vivências de gênero e formas de cuidado naquele espaço.

A decisão de ressignificar o símbolo gráfico e expandir as narrativas do grupo alinha-se aos debates contemporâneos sobre gênero, que o compreendem não como uma essência fixa,

mas como uma construção performativa engendrada por discursos e práticas sociais. Nesse sentido, a simbologia que associa a mulher exclusivamente à maternidade biológica reforça processos de exclusão e invisibiliza mulheres trans, homens trans e pessoas não binárias.

Em uma dessas reflexões, Diana mencionou que notava Oliver um pouco deslocado. Embora ele permanecesse identificando-se como mãe e engajado nas atividades e trocas coletivas, a jovem acreditava que a identidade dele não estava mais plenamente representada na iconografia do grupo; em outras palavras, ele não era retratado em sua totalidade. Essas preocupações demonstram a abertura do coletivo para reconfigurar seus símbolos e práticas, buscando acolher a pluralidade de corpos e identidades que o compõem.

O esforço do coletivo em alterar seu símbolo gráfico reflete uma prática de disputa simbólica, visando à reformulação de representações hegemônicas e abrindo margem para novas formas de existência. Nesse processo, o conceito de “fruto” — até então associado exclusivamente à figura do bebê — passou por uma significativa expansão de significado. O grupo passou a reconhecer que os “frutos” englobam, além dos filhos biológicos, filhos por via de adoção, outros familiares sob cuidado (como irmãos e sobrinhos), bem como projetos e parcerias desenvolvidos pelas integrantes. Dessa maneira, as relações de cuidado transcendem o determinismo biológico (Haraway, 1995).

Essa abertura do coletivo, que posteriormente abarcou também mulheres de outras faixas etárias, configura um espaço que se afirma não apenas como suporte à maternidade, mas como um território político que reconhece a diversidade das identidades e das variadas práticas de cuidado.

6.6 COLETIVIDADE E RENDA- A AMPLIAÇÃO DAS INICIATIVAS EMPREENDEDORAS DO GRUPO

As integrantes destinam parte dos rendimentos de seus empreendimentos para compor um fundo próprio do coletivo, utilizado para a manutenção de atividades como o Espaço Frutinhas. Até então, essa renda provinha exclusivamente da venda de roupas e livros usados no brechó. Com o objetivo de ampliar esses recursos, Gabriela e Silvia estabeleceram uma parceria com um café localizado na Vila Olímpia, às margens da Marginal Pinheiros, voltada à fabricação de peças com fibra de coco.

Gabriela explicou-me que o estabelecimento comercializa grandes quantidades de coco diariamente e sua proprietária, Samara, buscava alternativas para o volume expressivo de

resíduos gerados. A partir dessa inquietação sobre a destinação do material, consolidou-se a parceria entre Samara, Gabriela e Silvia para a produção dos objetos artesanais.

Em abril de 2023, visitei o café, conheci a proprietária e acompanhei a confecção das peças. Juntas, as três desenvolveram um processo artesanal e sustentável de reaproveitamento, extraíndo a fibra do coco e transformando-a em objetos ecológicos. Durante a visita, observei itens finalizados, como vasos, cestos de frutas, porta-condimentos e suportes para plantas, além de presenciar todas as etapas de fabricação. O processo inicia-se com a quebra manual dos cocos; em seguida, as fibras são hidratadas para facilitar o desfiamento e secas ao sol até atingirem uma textura semelhante à palha. Uma vez secas, são misturadas a uma cola de polvilho, resultando em uma massa moldável que dá origem às peças. Durante o período em que estive no local, participei de todas as fases, aprendendo a técnica na prática.

O processo produtivo é compartilhado: Gabriela encarrega-se da hidratação e do desfiamento do coco, enquanto Silvia dedica-se à modelagem das peças. Samara, por sua vez, cede a matéria-prima e o espaço físico do café para a confecção dos itens. É relevante destacar que a própria ambientação do café é composta por materiais reaproveitados, como rolos de fios e latões adquiridos em ferros-velhos, além da própria fibra de coco. Samara compartilhou que acredita na sustentabilidade e enxerga na parceria com o coletivo uma forma de incentivar transformações reais e duradouras.

Gabriela ressaltou que a produção com fibra de coco possui baixo custo e elevado potencial de crescimento. O objetivo é utilizar a estrutura do coletivo e as parcerias em eventos para impulsionar as vendas e, futuramente, expandir o negócio. Samara reforçou seu apoio à iniciativa, manifestando o desejo de construir com as jovens algo inovador e sustentável que fortaleça a rede de mulheres.

Além da parceria comercial, Gabriela e Silvia mantêm com Samara uma proximidade afetiva e ideológica, consolidando um compromisso com a produção de alternativas sustentáveis. Em feiras subsequentes, acompanhei a comercialização das peças, que obtiveram excelente aceitação e fluxo de vendas. Diante desse sucesso, as jovens iniciaram a organização de oficinas para que outras integrantes também aprendam a técnica de reaproveitamento da fibra de coco.

6.7 COLETIVO DA RAIZ AO FRUTO EM AÇÃO- REGISTRO NA “FEIRA DO CHICO”

A sétima e última edição da Feira do Chico ocorreu na Fábrica de Cultura do Capão Redondo, em 16 de abril de 2023. O evento, criado em 7 de dezembro de 2019, reúne jovens empreendedores locais e periféricos, tendo pausado suas atividades nos momentos mais críticos da pandemia. Financiada por meio de edital, a feira nasceu com a proposta de divulgar talentos e produtos fabricados na periferia, valorizando a economia criativa, o consumo consciente e a arte local.

Na ocasião, Zoé comercializava itens personalizados de seu empreendimento em um estande; Wanessa expunha seus brincos artesanais; e Talia ocupava outro espaço com seu brechó. O coletivo, por sua vez, vendia peças de vestuário de moda sustentável ao valor simbólico de cinco reais, com o intuito de esgotar o estoque. Diana compartilhou que o grupo ainda enfrenta dificuldades para lidar com a ideia de lucratividade; contudo, com o tempo, as integrantes perceberam a necessidade de gerar recursos para a autossustentação do coletivo.

Segundo Diana, após a entrega da sede física, o grupo ainda não alcançou uma reorganização financeira plena. Por esse motivo, a liquidação das peças do brechó é vista como uma estratégia de transição, visando ao investimento em frentes que possuam maior identificação com o coletivo, como a produção sustentável a partir da fibra de coco. A busca por alternativas que gerem renda e, futuramente, empregabilidade, tem sido tema recorrente nas falas das integrantes, evidenciando que o coletivo ainda busca consolidar sua autonomia financeira.

As vendas das peças em jeans eram realizadas de maneira humanizada: as jovens incentivavam o público a experimentar as roupas nos banheiros do evento e alertavam sobre eventuais pequenos defeitos. Um episódio marcante foi o de uma cliente que procurava uma peça *plus size*, numeração ainda escassa no acervo do brechó. Diana conseguiu localizar uma vestimenta adequada, resultando na satisfação e no agradecimento da jovem atendida.

Durante o evento, Diana apresentou-se como cantora e Wanessa recitou uma poesia autoral, evidenciando o profundo envolvimento artístico das integrantes, que transcende a atuação em seus empreendimentos. A oferta de um espaço reservado com lanches a todos os participantes reforçou o caráter acolhedor e inclusivo da feira.

Diana comentou com entusiasmo a reformulação da identidade visual do grupo — agora representada por uma árvore frutífera com diversos frutos —, destacando que a nova logo refletirá a pluralidade que o coletivo atualmente abarca. Outro aspecto relevante foi a estrutura

da Fábrica de Cultura do Capão Redondo; em minha primeira visita a esse equipamento, impressionei-me com a riqueza e a diversidade das atividades oferecidas. Diversos jovens presentes identificaram-se como pesquisadores do Capão Redondo, manifestando um nítido sentimento de pertencimento, conhecimento e orgulho territorial.

Por fim, revelou-se notável observar como, simultaneamente à dedicação aos empreendimentos e às vendas, as jovens desfrutam de momentos de diversão e exercem o cuidado mútuo e com terceiros. A Feira do Chico evidenciou a pluralidade, a potência e o movimento constante da cultura juvenil periférica. É perceptível o processo de amadurecimento coletivo e a evolução das dinâmicas do grupo.

6.8 O LANÇAMENTO DO LIVRO “VERSOS DE UMA NOITE DE OUTONO E OUTRAS NOITES... A MÃO QUE DEIXA A ESMO NÃO É A MESMA QUE COLHE OS FRUTOS”

O lançamento do livro *Versos de uma noite de outono e outras noites* ocorreu na livraria Africanidades, situada na Vila Brasilândia¹, zona norte de São Paulo, no dia 29 de abril de 2023. Confesso que explorar novos territórios me causa certa apreensão; embora eu percorra a cidade e suas diversas localidades, esse receio advém do fato de eu ser oriunda do estado do Rio de Janeiro, onde nasci e trabalhei, por muitos anos, em uma cidade de porte médio (Duque de Caxias). Por vezes, a extensão e a complexidade urbana de São Paulo ainda me impressionam.

Tive dificuldade em localizar o estabelecimento, visto que a placa indicativa é discreta, fixada ao portão em uma espécie de lona que se confunde com os detalhes decorativos da fachada. Ao chegar, fui prontamente atendida pela responsável e pude adentrar o local, onde a decoração, os detalhes e até mesmo os tapetes e panos de prato fazem referência a temas africanos e posturas antirracistas. O espaço físico ocupa o andar térreo de uma estrutura residencial de dois pavimentos. Após minha chegada, as integrantes do coletivo e os demais convidados foram se acomodando gradualmente.

Gabriela, Diana, Samuel, Bárbara, Heitor e Tomás participaram do lançamento com poesias autênticas e profundas, publicadas na obra. Samuel é companheiro de Diana; Bárbara é uma jovem de aproximadamente 15 anos que encontra inspiração em Gabriela; já Heitor e Tomás são amigos que integravam o Coletivo Refavela junto a Diana e Gabriela. As demais integrantes do grupo compareceram para prestigiar o evento e auxiliar nos preparativos do lançamento.

Samuel liderou a preparação dos aperitivos para o lançamento; juntos, lavamos folhas de erva-cidreira e outras ervas para os chás, além de prepararmos torradas e patês. Enquanto estávamos na cozinha, Sabrina compartilhou as dificuldades enfrentadas no curso de Artes Cênicas na USP, destacando a baixa representatividade — com apenas dois professores negros em toda a graduação — e o convívio com estudantes que, por possuírem uma visão superficial sobre as estruturas raciais, acabam por reproduzir racismos no cotidiano acadêmico. Naquele espaço, dialogamos sobre temas diversos, como racismo, artes, gastronomia e vivências pessoais, em um ambiente permeado por música e descontração. Pude também conversar com Samuel e notar sua postura de apoio não apenas a Diana, mas a todas as frentes do coletivo.

Gabriela demonstrava apreensão devido ao atraso do evento. Além das integrantes, o público era composto por familiares, como o irmão de Gabriela, e amigos de diferentes localidades. Após a finalização dos aperitivos, organizou-se uma roda de conversa na livraria, permitindo que os autores expressassem seus sentimentos em relação à obra, editada pela Lírio Negro — editora fundada por Gabriela e Karen, ambas integrantes do coletivo Da Raiz ao Fruto.

Durante a atividade, Diana, em uma fala emocionante, ressaltou a irmandade e a partilha entre as jovens, enfatizando como o coletivo traz leveza ao cotidiano, mesmo diante da escassez de tempo e do desafio de combinar estudos, trabalho produtivo e reprodutivo. Ela lembrou que sua amizade com Gabriela completou nove anos e que, ao reler diários antigos, percebeu o quanto sua vida foi atravessada por questões de autoestima, depressão e ansiedade. Diana compartilhou, ainda, que as exigências da vida adulta tendem a afastá-la de seu lado artístico, o qual, segundo sua percepção, estaria mais intrinsecamente ligado às vivências juvenis.

Antes de partir, despedi-me das integrantes e de Samuel, que afirmou a Diana que eu era uma “White”²⁶ legal e que seria sempre bem-vinda no “Quilombo” deles. Ele solicitou que Diana compartilhasse os próximos compromissos para que eu pudesse comparecer. Diana mencionou que, entre os dias 4 e 7 de maio, ocorreria a Feira das Mulheres Empreendedoras no Sesc Santo Amaro; sugeriu que eu me organizasse para visitá-las, pois estariam comercializando os produtos do grupo: o brechó, as peças de fibra de coco e os exemplares do livro recém-lançado.

Embora eu já tivesse participado de diversos encontros na presença de Samuel, sempre o percebi como alguém reservado. Naquele momento, compreendi que tal postura decorria de uma tentativa de resguardar-se contra possíveis experiências negativas relacionadas ao racismo no contato com pessoas brancas. Diferente do caso do companheiro de Kiara, a distância inicial

²⁶ Termo que se refere a eu ser uma pessoa de pele branca.

de Samuel não se devia à minha posição de pesquisadora, mas sim à minha condição de pessoa branca, representante dos privilégios inerentes a essa posição e do racismo estrutural perpetuado por esse estereótipo.

Minha impressão ao final do evento foi de que a ancestralidade se fez profundamente presente. Pude notar a potência da juventude negra, materializada em uma obra produzida por jovens negros, em sua maioria mulheres. Concluí que, mesmo diante da escassez de tempo, essas jovens se constroem e se reconstroem diariamente enquanto coletivo.

6.9 A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NO COLETIVO DA RAIZ AO FRUTO

Minha aproximação com o Coletivo Da Raiz ao Fruto transcendeu a posição de mera observadora; busquei envolver-me com as demandas do grupo e colaborar de forma ativa durante minhas permanências no campo. Foi a partir dessa postura de engajamento, escuta e auxílio que pude apreender os sentidos das experiências compartilhadas pelas integrantes.

A opção pela observação participante ativa fundamenta-se na premissa de "estar junto", contribuindo com o coletivo em vez de adotar um comportamento voltado exclusivamente à condução da pesquisa. Assim, atuei como voluntária em diversas frentes: no acolhimento às crianças do Espaço Frutinhas, no suporte às vendas nos estandes e no incentivo ao consumo consciente dos produtos artesanais. Para além de uma técnica metodológica, a observação participante ativa reconhece a pluralidade da vida social e os saberes produzidos por diferentes corpos. Nas práticas e vivências das jovens mulheres periféricas com quem caminho e aprendo, esse método exige um compromisso ético que demanda reflexão constante, sensibilidade e escuta ativa.

Nesse sentido, compreendo os sujeitos sociais não apenas como reflexos das estruturas, mas como atores plurais e protagonistas de suas próprias trajetórias (Dubet, 1994). Partindo dessa perspectiva, minha presença no campo foi guiada pelo desejo de compreender os significados que as jovens atribuem às suas vivências e temporalidades.

Diante disso, o Coletivo Da Raiz ao Fruto configura-se não apenas como um espaço de articulação política, econômica ou ideológica, mas como um território produtor de experiências, de reconstrução de subjetividades, de reformulação das atividades de cuidado e de reelaboração de si mesmas. Observar essa riqueza exige mais do que a presença física; demanda permitir-se mover e sensibilizar-se, discernindo que as fronteiras entre pesquisadora e pesquisadas são vivas e permanecem em constante negociação.

Recordo-me de dias em que, devido ao desgaste do trabalho produtivo ou a indisposições físicas, sentia-me exausta. No entanto, empenhava-me em comparecer aos eventos, especialmente ao Panelafro, pois sabia que a atmosfera de alegria e sociabilidade era revigorante. Era impossível não se contagiar diante da determinação e do entusiasmo demonstrados pelas jovens.

Ao estabelecer um comparativo entre o auxílio na comercialização dos produtos de economia solidária e o apoio no Espaço Frutininhos, percebi que, embora ambas sejam frentes essenciais, elas promovem experiências distintas. Na área de vendas, as jovens desfrutam de maior liberdade para dialogar com o público, estabelecer redes de contatos com outros empreendedores e divulgar seus produtos com foco. Em suma, esse ambiente proporciona visibilidade e a construção de alianças profissionais.

Por outro lado, no Espaço Frutininhos, voltado ao cuidado infantil, a atenção das jovens é direcionada integralmente às crianças, o que gera uma desconexão temporária com o fluxo geral do evento, limitando a participação nas demais atividades. No entanto, esse espaço é a condição necessária para que as mães e cuidadoras do próprio coletivo consigam expor seus empreendimentos. Para mitigar esse isolamento, as jovens adotaram a estratégia do revezamento de funções, permitindo que todas usufruam das variadas experiências do encontro, o que reafirma a lógica horizontal e colaborativa do grupo. Em campo, busquei vivenciar todas as funções possíveis, no intuito de captar sentimentos e ações que residem nas entrelinhas e não são compartilhados de forma explícita ou oralizada.

Dessa forma, a organização do tempo altera-se conforme o espaço ocupado pelas jovens: enquanto nos empreendimentos o tempo é voltado à circulação de informações, ideias e produtos, no Espaço Frutininhos ele é integralmente dedicado ao cuidado.

Ao longo da observação participante ativa, compreendi que meu compromisso direto como voluntária foi essencial para a formação de vínculos horizontais com as jovens. Essa convergência entre os papéis de pesquisadora e colaboradora ativa permitiu que elas se sentissem mais à vontade para se expressarem espontaneamente, compartilhando vivências pessoais com naturalidade. A convivência prolongada com o grupo não apenas enriqueceu minha escuta e sensibilidade, como também possibilitou que eu vivenciasse os atravessamentos inerentes às relações sociais do coletivo. Além disso, houve um movimento recíproco: o compartilhamento de saberes universitários com as jovens, fomentando conexões entre o conhecimento acadêmico e as tecnologias sociais produzidas por elas em seus territórios.

Por meio dessa imersão, tornou-se evidente que os tempos de trabalho produtivo e reprodutivo exercem centralidade na vida da maioria das jovens observadas. Tal centralidade dialoga com os fundamentos da sociedade neoliberal, pautada na lógica constante do desempenho, que promove a interiorização de uma produtividade ininterrupta, inclusive em esferas externas ao ambiente de trabalho. Essa hegemonia do tempo de trabalho sobre as demais dimensões da vida acaba por comprimir e afetar o tempo livre.

Entretanto, mesmo imersas nessa lógica da aceleração (Rosa, 2019), as integrantes buscam construir espaços que permitam a fruição de outras temporalidades, como o tempo livre associado à condição juvenil. Tais práticas, ainda que localizadas, representam estratégias simbólicas e culturais de resistência (Melucci, 1997), por meio das quais as jovens tentam imprimir um ritmo próprio aos tempos sociais impostos. Assim, nas vivências cotidianas, elas buscam escapar da colonização de seus tempos operada pela lógica da produtividade.

7 ENTRE O ANTES, DURANTE E O AGORA: AS VIVÊNCIAS TEMPORAIS DAS JOVENS DO COLETIVO DA RAIZ AO FRUTO

“Eu consegui ter uma maior consciência de como eu administro o meu tempo. Porque, por exemplo, eu vejo que basicamente só estudo e vivo para casa, né? Eu não tenho meio que um tempo, apesar de que eu até tenho um tempo para mim, mas acho que poderia ter mais tempo.”

[Keila, 29 anos, mulher, branca, 27/01/24]

Neste capítulo, busca-se analisar e debater a articulação dos tempos sociais vivenciados pelas integrantes e pelo integrante do coletivo Da Raiz ao Fruto. As reflexões iniciais acerca da temporalidade fundamentam-se nos dados extraídos de entrevistas e de diários de uso do tempo, preenchidos em quartas-feiras e sábados.

Observa-se que as jovens apresentam uma organização temporal cíclica, com tendências de repetição semanal, o que revela uma rotina marcada por baixa variação de experiências. Essa circularidade evidencia uma pressão constante pelo cumprimento de prazos, sejam eles impostos socialmente ou internalizados por meio de processos de autorregulação.

Nesse contexto, manifesta-se uma nítida demanda pela disponibilidade de tempo livre: um espaço temporal que permita o investimento autônomo em necessidades pessoais, desvinculado do peso de responsabilidades advindas de outros tempos sociais. Nota-se que tanto o tempo produtivo quanto o reprodutivo exercem centralidade na vida das jovens, tensionando as vivências destinadas especificamente ao tempo juvenil. Contudo, identifica-se um posicionamento de resistência que visa assegurar a possibilidade de experimentar outras temporalidades. Por fim, ressalta-se que o período da pandemia afetou diretamente a dinâmica temporal das jovens pesquisadas.

7.1 OS DIÁRIOS DO USO DO TEMPO

Para capturar a dinâmica diária e o ritmo de fim de semana, a investigação sobre a distribuição do tempo das jovens do coletivo Da Raiz ao Fruto foi estruturada em dois momentos distintos: diários registrados às quartas-feiras, representando um dia típico da semana, e diários realizados aos sábados. O registro detalhou cinco categorias cruciais de atividade: tempo de trabalho produtivo, tempo de trabalho reprodutivo, tempo livre, tempo de estudo e tempo de deslocamento. A organização destes dados permitiu uma dupla leitura quantitativa: os totais destacados em verde em cada tabela indicam a duração média do dia

ativo de cada jovem, fornecendo uma métrica de sua rotina diária. Paralelamente, os totais apresentados em laranja, localizados ao final de cada seção, agregam o volume total de horas dedicadas por todas as participantes àquela determinada categoria de tempo, permitindo uma visão panorâmica do esforço coletivo investido.

A distribuição temporal observada através destas métricas quantitativas transforma-se, inevitavelmente, em um poderoso manifesto silencioso sobre as hierarquias de valor impostas pela estrutura social. Ao observar onde as horas são investidas majoritariamente, revelam-se as pressões e prioridades de vida. O volume dedicado ao trabalho produtivo, por exemplo, compete diretamente com o tempo de estudo — uma via estratégica de mobilidade social — e é constantemente ameaçado pela carga do trabalho reprodutivo, que se mantém elevada mesmo em casas com mais moradores. Assim, o registro do uso do tempo não é apenas uma descrição de rotina; é uma denúncia visual das demandas não negociáveis que moldam a experiência feminina, onde o tempo livre, o espaço da subjetividade e do descanso, se torna o indicador mais sensível da sobrecarga estrutural.

7.1.1 Os diários do uso do tempo- quartas-feiras

Abaixo segue a tabela dos diários do uso do tempo aplicados as quartas-feiras, esta resume as rotinas das jovens mulheres referente a este dia para análise posterior.

Tabela 2 - Diários do uso do Tempo - Quartas-feiras

Jovem	Tempo de Trabalho Produtivo	Tempo de Trabalho Reprodutivo	Tempo Livre	Tempo de Estudo	Tempo de Deslocamento	Total
Bianca	3h	3h	2h	7h	0h	15h
Diana	8h	2h	0h	3h	6h	19h
Daniela	7h	4h	1h	0h	3h10	16h10
Eliana	0h	8h	4h	0	0	12h
Gabriela	7h	2h	2h	0	4h	16h
Ingrid	8h	3h	0	4h	4h	19h
Karen	6h	3h	0h	2h	4h30	15h30
Keila	2h	5h	2h	3h	3h30	15h30
Oliver	14h	3h	0h	0h	2h30	19h30
Silvia	3h	6h	2h	3h	2h	16h

Tatiana	0h	2h	1h	3h	6h	12h
Wanessa	9h	6h10	2h	0h	2h	19h10
Zoé	11h	4h	2h	0	20min	17h20
Média em horas	6h	3h56	1h24	1h55	2h55	16h30
Média em porcentagem	25%	15%	5,2%	6,5%	11%	62,7%

Fonte: Dados do trabalho de campo. Elaboração própria.

A análise dos diários de uso do tempo registrados às quartas-feiras revela que as atividades de trabalho produtivo e trabalho reprodutivo consomem a esmagadora maioria do tempo social das jovens. Esta carga de trabalho se manifesta de maneiras distintas, profundamente influenciadas pelos papéis sociais e arranjos domésticos. Jovens com responsabilidades familiares diretas, como Wanessa e Oliver, cujas jornadas diárias são as mais longas em horas totais, demonstram como a maternidade se soma à jornada produtiva, elevando o volume total de obrigações. De forma similar, Silvia e Eliana evidenciam a sobrecarga do trabalho reprodutivo ao dedicarem horas significativas ao cuidado de crianças pequenas na família, sublinhando a externalização do cuidado para dentro da rotina dessas jovens.

Essa divisão do trabalho doméstico e de cuidado é sensivelmente modulada pela estrutura de moradia. Observa-se que as jovens que residem sozinhas, como Gabriela, Karen e Daniela, desfrutam de uma maior flexibilidade percebida na distribuição das tarefas domésticas, não tendo a pressão de dividir o trabalho reprodutivo com pessoas que dividem a casa. Contudo, está "flexibilidade" possui um outro lado, pois significa, em contrapartida, a solidão na responsabilidade, onde a totalidade do encargo doméstico recai sobre uma única pessoa, sem a possibilidade de mitigação pela divisão das tarefas.

Central a este quadro de tensões está a disputa fundamental entre a necessidade de geração de renda imediata (trabalho produtivo) e o investimento estratégico no capital humano (estudo). Agregando os dados, o trabalho produtivo alcança uma média de 25% do dia, superando drasticamente os 6,5 % dedicados ao Estudo. Essa disparidade quantitativa é um reflexo direto da lógica econômica que prioriza a subsistência visível, fazendo com que a dedicação formal à aprendizagem seja relegada a segundo plano.

O impacto dessa prioridade econômica se traduz em perfis contrastantes: o grupo que foca intensamente no trabalho produtivo — exemplificado por Oliver (14h), Zoé (11h) e Wanessa (9h) — frequentemente sacrifica a formação, como evidenciado pelas 0 horas de

estudo de Oliver. A implicação simbólica é o aprisionamento em um ciclo onde o trabalho de hoje consome a energia necessária para a qualificação de amanhã. Em oposição, jovens como Bianca (7h de estudo) demonstram uma estratégia de resistência ao adicionarem o estudo a uma jornada já sobrecarregada (3h produtivo e 3h reprodutivo). Para estas, o estudo não é uma substituição, mas algo negociado nas margens de um dia estruturalmente preenchido, provando que, no cotidiano feminino, a busca por um futuro melhor se dá por meio da tensão do uso do tempo contra as restrições impostas.

Um dado que chamou inclusive a atenção das jovens durante a releitura dos diários nas entrevistas foi o tempo de deslocamento que elas despendem até os locais de estudo e/ou trabalho. Esta categoria de tempo, frequentemente marginalizada nas análises de rotina, emerge dos diários de quarta-feira como um ponto de profundo desgaste psicológico e ineficiência sistêmica. A experiência de Daniela cristaliza essa realidade, expondo as fissuras da infraestrutura urbana voltada para as classes populares

O que me mais chamou a minha atenção foi sobre essa questão do transporte, realmente ele é um ponto muito importante porque o transporte público é o ponto principal do estresse do meu dia. [...] Porque eu olho para aquele ponto, é lotado, é lotado de gente, é muita gente. E aí, tipo assim, todo mundo vai pegar o mesmo ônibus, todo mundo vai pegar o terminal Capelinha. Então, tipo assim, todo mundo vai pegar o mesmo ônibus e é lotado, lotado. E o ônibus não chega, ele não chega nunca. É tipo assim, eu tenho um milhão de coisas pra fazer. Eu preciso arrumar minha casa, eu preciso fazer comida porque senão eu simplesmente não janto. [...] E aí se eu não fizer comida ninguém vai fazer, eu preciso fazer todos os dias. Então eu tenho um milhão de coisas pra fazer e nada da bosta do ônibus chegar. Às vezes eu faço meu fechamento correndo, eu saio 7h10 e eu pego o ônibus 8h. E isso é o que mais me revolta. Porque tipo assim, se eu tivesse feito meu fechamento na paz. Eu teria ficado menos tempo no ponto e eu ia pegar a bosta do mesmo ônibus. E aí, nossa, isso é o que mais me frustra. E o que me deixa mais puta é que grande parte das vezes que pra mim ter paz... E chegar em casa em um horário mais ou menos, eu preciso pagar uma condução a mais. Porque aí eu pego qualquer ônibus, desço no Brooklyn, vou de metrô e pego um ônibus dentro do Capão que sempre tem e venho para casa. Nesses dias eu chego mais cedo, porque aí eu gasto do meu bolso mais uma condução... o que eu faço? Nossa, muitas vezes dos 25 dias trabalhados, porque minha escala é 6 por 1, de 25 dias trabalhados eu gasto, tipo assim, uns 15 dias vindo de metrô. Porque nesses dias eu digo que eu quero ter paz, sabe? Que eu falo, não, não vai me estressar. Eu vou pegar qualquer ônibus e eu vou de metrô até o Capão e pegar um ônibus lá. Mas de resto, meu, o transporte público me frustra muito. Nossa, me estressa demais. [Daniela, 24 anos, mulher, parda, 06/02/24]

O relato de Daniela expõe como o tempo se torna, para as jovens das periferias, uma matéria-prima escassa que exige otimização constante e sobreposição de tarefas. Essa dinâmica é um reflexo direto da aceleração do ritmo de vida nas sociedades contemporâneas (Rosa, 2022), mas manifesta-se concretamente na ineficiência do transporte público que atende às classes populares. Diante da frota reduzida, horários irregulares e superlotação, a jovem é

forçada a gerenciar o tempo de deslocamento como se fosse uma extensão do seu próprio trabalho.

Além disso, há uma escolha imposta entre o custo financeiro e o custo psicológico. Para conseguir cumprir sua extensa jornada reprodutiva — que inclui não apenas as tarefas diárias, mas também a preparação da refeição do dia seguinte, sustentando indiretamente seu trabalho produtivo —, Daniela frequentemente opta por pagar uma condução adicional. Esta "taxa de estresse" transforma o tempo de deslocamento em um custo econômico direto, um pagamento deliberado para diminuir a ansiedade gerada pela espera e garantir o mínimo de paz na transição entre o trabalho produtivo e o cuidado doméstico.

A ineficiência da política urbana somada à ausência de suporte dos empregadores em relação às condições de trabalho fora da jornada (como o tempo de deslocamento), revela que o sistema exige que a jovem utilize sua energia pessoal, e não apenas o tempo formalmente pago, para compensar as falhas públicas. O resultado é a transformação de cada minuto de espera em um momento de estresse profundo, onde a pressa para realizar o trabalho doméstico essencial "preciso fazer comida porque senão eu simplesmente não janto" se choca violentamente com a paralisação forçada do transporte que "não chega nunca".

A constatação generalizada do longo tempo de deslocamento foi um ponto central nas entrevistas e emergiu como um fator de inflexão na percepção da própria rotina das jovens. O problema não se resume à logística urbana de São Paulo, mas sim a uma questão socioespacial crítica que penaliza as pessoas que residem nas periferias. Nas entrevistas, ganhou destaque a ineficiência do transporte público, agravada pelo trânsito e pelas grandes distâncias entre os distritos de moradia e as áreas centrais de trabalho ou estudo. Essa realidade se materializa no dado agregado: as jovens gastaram em média 11% de seu tempo apenas em trânsito em um único dia de quarta-feira, sinalizando que a localização geográfica impõe um custo diário substancial sobre suas vidas.

Após as análises feitas em conjunto entre a pesquisadora e as entrevistadas, principalmente na releitura dos diários, o tempo de deslocamento revelou-se muito maior do que o esperado. Wanessa, por exemplo, se espantou ao notar o espaço dedicado aos trajetos, relatando "quebras de duas horas" em seus dias, Tatiana teve a mesma expressão e compartilhou que o que mais lhe chamou a atenção no preenchimento do seu diário foi "A quantidade de tempo que eu passo em transporte. [...] Um 4 a 5 horas, dependendo. Então é muito tempo."

Este espanto coletivo é um poderoso indicativo de como o estresse crônico e a urgência das jornadas fazem com que a perda temporal seja normalizada. O tempo gasto no trânsito

torna-se um "tempo fantasma", uma perda silenciosa que só é reconhecida como custo real quando visualizada numericamente no registro, expondo a extensão da dedicação necessária para simplesmente cumprir a rotina diária. Silvia verbaliza a tentativa de resgatar esse tempo, adotando uma postura de multifuncionalidade

Eu nunca tinha parado para pensar a quantidade de tempo que passo no transporte público [...] é uma hora e meia, mais ou menos, pra ir, uma hora e meia pra voltar. [...] É por isso que eu coloquei na... É, eu coloco que geralmente eu faço alguma coisa enquanto estou no ônibus. Ou eu estou respondendo mensagem, ou eu estou lendo... Atendendo cliente. [Silvia, 20 anos, mulher, branca, 31/01/24]

No entanto, essa tentativa de otimização é frequentemente frustrada pela própria estrutura, Keila aponta que, devido ao ônibus lotado, ela não consegue sequer se sentar para ler ou trabalhar. O desconforto físico e o volume de passageiros, mesmo fora dos horários de pico, impõem um limite à produtividade do tempo de trajeto. O ônibus lotado torna-se, simbolicamente, um espaço de exclusão onde o capital intelectual e produtivo não pode ser aplicados.

Este tempo de deslocamento já identificado como extenso e frustrante, não é meramente uma transição; ele é um dreno energético significativo. No ambiente metropolitano, o trajeto carrega consigo estresse constante, desconforto físico e até mesmo o risco de exposição à violência, consumindo um valioso capital mental que poderia ser direcionado para o descanso ou para o estudo. O impacto mais direto desse dreno é a erosão do tempo disponível para formação e recuperação.

Observa-se extremos alarmantes, como Tatiana e Diana, que dedicaram impressionantes 6 horas cada ao deslocamento. Em um dia de 24 horas, isso representa quase um quarto do seu tempo ativo consumido em um trajeto que não gera renda, não avança o conhecimento e não proporciona prazer ou liberdade. Se essas 6 horas fossem redirecionadas, o investimento educacional do grupo aumentaria drasticamente, ou, alternativamente, proporcionaria uma recuperação essencial da exaustão acumulada.

A análise da distribuição do tempo revela uma clara disparidade socioespacial onde a proximidade física ao trabalho ou estudo se transforma em um gerador de tempo. Enquanto a maioria é penalizada por morar longe dos centros de oportunidade — seja por restrições financeiras na moradia ou por laços familiares que as mantêm nas periferias —, algumas, como Zoé, experimentam uma realidade de tempo mais maleável.

Zoé, ao refletir sobre o preenchimento de seu diário, reconhece explicitamente essa vantagem “Ah, o quanto é corrido mesmo. Ainda bem que eu tenho esse privilégio de trabalhar

perto de casa. Então, eu consigo aproveitar bem o meu tempo, vamos dizer assim. Eu consigo fazer muitas coisas, então é possível ver isso na rotina”.

O "privilégio" que Zoé menciona é a ausência do longo percurso que afeta as demais. Para aquelas que gastam horas em trânsito, o deslocamento se soma à sobrecarga do trabalho reprodutivo, tornando o tempo de deslocamento um vetor que aprofunda a desigualdade. A proximidade de Bianca (0h de deslocamento), por realizar suas atividades na residência e a experiência de Zoé demonstram, em contraste direto, que a localização geográfica estabelece barreiras concretas, não apenas para a mobilidade social futura, mas, crucialmente, para o acesso imediato ao lazer e ao bem-estar no presente.

Essa realidade vivida pelas jovens periféricas encontra ressonância direta em Martuccelli (2012, p.246)

O tempo de vida dedicado ao trabalho é sempre acompanhado de um tempo coercitivo gasto em transportes. O volume de tempo dedicado à dupla trabalho e transporte assume[...] verdadeiras proporções cronofágicas, cruzando gêneros e até setores sociais.

O peso deste constante fluxo de exigências temporais se torna tão internalizado e automático ao longo da vida que não há justificativa plausível para o tempo de deslocamento, exceto pela cruel lei da obrigatoriedade econômica, que organiza esse “roubo do tempo” ou *cronofagia* como um destino imutável. O que as jovens sentem como frustração diária é, portanto, a *cronofagia*, que, como Martuccelli (2012, p.246) evidencia, é mais acentuada em trabalhadores precários:

O resultado é a sensação massiva de uma vida devorada pelo trabalho. Mas é provavelmente entre os trabalhadores independentes e os trabalhadores assalariados em situação precária que esta atitude é mais acentuada. Entre estes últimos, de facto, a existência de um mercado de trabalho definido pela precariedade e pela flexibilidade mal regulada, alimenta uma distribuição desequilibrada do tempo.

A naturalização das exigências do trabalho na sociedade contemporânea interfere profundamente no uso do tempo individual. O volume de horas dedicado não só à jornada formal, mas também ao tempo de deslocamento diário, exerce um consumo desenfreado sobre os indivíduos. A *cronofagia* não se define apenas pela quantidade de horas estabelecidas em contrato, mas pela organização cotidiana de uma vida cativa do trabalho produtivo e de suas exigências de deslocamento.

Inserções de trabalho precárias, jornadas exaustivas como a escala 6 por 1, e empreendimentos baseados em torno da necessidade, são os principais motivos desse consumo excessivo de tempo (Machado da Silva, 2002; Costa, 2024). Esse “roubo de tempo”, por vezes,

representa uma perda dos ritmos temporais (Rosa, 2019). O tempo se torna escasso e distribuído de forma profundamente desigual, espelhando as disparidades sociais no mercado de trabalho neoliberal (Fontes, 2023). Enquanto uma parcela da população consegue negociar e organizar sua liberdade temporal, para as jovens, o tempo exerce uma opressão silenciosa, moldando toda a rotina em torno da sobrevivência, deixando um espaço mínimo para projetos pessoais e momentos de descanso.

Essa estruturação da vida em função das obrigações — marcada por jornadas irregulares, múltiplas fontes de renda e longos deslocamentos — gera uma alienação temporal. As jovens majoritariamente vivem para o tempo de trabalho produtivo e reprodutivo.

É crucial notar que o tempo de trabalho produtivo não se restringe à jornada formal da tabela. As jovens que têm empreendimentos frequentemente relatam uma segunda atividade concomitante: a confecção de produtos, divulgação do negócio ou planejamento de vendas. O único tempo que não é vivido simultaneamente é a jornada de trabalho formal, o que corrobora a sensação, reportada em paralelo com Martuccelli (2012), de que o trabalho consome a vida de maneira voraz. Antes da reflexão gerada pelos diários, as jovens tendiam a não considerar o empreendimento como "trabalho produtivo", tratando-o como um *hobby* ou sonho, apesar de sua influência financeira direta na sobrevivência.

Em contraste com essa sobrecarga, a análise da distribuição de horas revela uma relação inversamente proporcional entre estudo e trabalho para algumas, como Bianca e Tatiana, que dedicam mais tempo ao aprendizado em detrimento do tempo dedicado ao trabalho formal. Exceções como Ingrid e Diana, porém, demonstram uma rotina exaustiva que combina uma longa carga de trabalho produtivo simultaneamente a um tempo significativo de estudo.

As jovens demonstram não conseguir dissociar o tempo reprodutivo: as tarefas domésticas e de cuidado (com crianças maiores, não de primeira infância) são realizadas concomitantemente. Essa sobreposição confirma a ausência de fronteiras nítidas entre as esferas da vida, onde o cuidado se mescla inevitavelmente aos afazeres domésticos.

Além do gasto com o trabalho reprodutivo, o trabalho produtivo (25%) e o deslocamento (11%) consomem a maior parte do tempo das jovens, o tempo livre, que totaliza apenas uma média de 5,2% do tempo para as treze participantes, emerge como o recurso mais escasso e, conseqüentemente, o mais revelador da restrição de suas vidas. Em média, cada jovem dispõe de apenas 1h24min de tempo livre por dia.

Diante disso, o lazer não se configura como um tempo de reenergização plena ou de emancipação individual, mas sim como um tempo residual, negociado nas margens de

obrigações exaustivas (Rosa, 2019; Severiano e Estramiana, 2012). A análise anterior demonstrou que o trabalho produtivo e o reprodutivo são frequentemente vividos em sobreposição, e o deslocamento funciona como um dreno temporal. O tempo livre que sobra é, por natureza, um tempo atravessado pelo cansaço.

Daniela forneceu a chave para entender essa qualidade do lazer, ela precisa usar seu domingo (seu maior bloco de tempo livre) para "descansar" antes da próxima semana de trabalho, além de resolver afazeres domésticos e ver o namorado. Isso sugere que o tempo livre não é puramente um tempo de lazer ativo (Maya, 2008), mas sim um tempo de manutenção mínima ou de recuperação obrigatória para garantir a capacidade de continuar a jornada produtiva e reprodutiva na segunda-feira. Em outras palavras, o "descanso" é mercantilizado, pois seu propósito principal se torna garantir a sustentabilidade do tempo vendido ou dedicado ao trabalho no dia seguinte.

A ausência de tempo livre significativo (com jovens como Diana e Ingrid registrando 0h) simboliza a ausência de espaço para a subjetividade não produtiva. Em uma sociedade que valoriza o tempo ativo, o tempo livre escasso é o indicador mais claro de opressão temporal, onde a vida não é vivida, mas sim gerenciada em função da sobrevivência e das demandas externas. A rigidez imposta pela logística urbana (deslocamento) e pela demanda econômica (trabalho) deixa pouco ou nenhum espaço para a livre escolha, rebaixando o lazer ao *status* de luxo caro ou privilégio geográfico (Marcassa, 2002).

7.1.2 Os diários do uso do tempo dos sábados

Abaixo segue a tabela dos diários do uso do tempo aplicados aos sábados, esta resume as rotinas das jovens mulheres referente a este dia para análise posterior.

Tabela 3 - Diários do uso do Tempo - Sábados

Jovem	Tempo de Trabalho Produtivo	Tempo de Trabalho Reprodutivo	Tempo Livre	Tempo de Estudo	Tempo de Deslocamento	Total
Bianca	0h	3h	5h	6h	0h	14h
Diana	4h	5h	3h	3h	2h	17h
Daniela	6h	3h	4h	0h	2h30	15h30
Eliana	0h	8h	5h	0h	0h	13h
Gabriela	9h	0h	1h	3h	2h	15h
Ingrid	4h	5h	7h	0h	1h	17h

Karen	0h	6h	6h	0h	1h	13h
Keila	3h	5h	2h	3h	0h	13h
Oliver	15h	3h	0h	0h	1h	19h
Silvia	4h	6h	3h	0h	0h	13h
Tatiana	0h	6h	2h	0h	1h	9h
Wanessa	0h	8h	4h	0h	1h	13h
Zoé	7h30	3h	6h	0h	1h	17h30
Média em horas	4h24	4h42	3h42	1h05	58min	14h34
Média em porcentagem	18%	19%	15%	4,4%	2,5%	58,9%

Fonte: Dados do trabalho de campo. Elaboração própria.

A análise comparativa entre os diários de quarta-feira e sábado revela uma dinâmica temporal complexa, profundamente marcada pela desigualdade de gênero. O sábado, em contraste com a semana dominada pelo trabalho formal e longos deslocamentos, funciona como um espelho que reflete a verdadeira extensão das responsabilidades não remuneradas destas jovens.

Os dados demonstram que, há uma queda do trabalho produtivo (em média de 25% para 18%), do deslocamento (de 11% para 2,5%) e do tempo de estudo (de 6,5% para 4,4%). Embora haja um aumento líquido no tempo livre, esse saldo é simultaneamente contrabalançado pela elevação do tempo dedicado ao trabalho reprodutivo.

O total de horas destinadas ao tempo livre salta em média de 5,2% acumuladas na quarta-feira para 15% do tempo de sábado das jovens. Embora este seja o dado mais positivo em termos de volume, ele exige cautela. Historicamente, o fim de semana deveria ser o espaço de recuperação plena; contudo, neste contexto, o tempo livre é crucialmente consumido pelo cansaço acumulado (Adorno, 2020). O lazer, portanto, não é plenamente ressignificado: ele se torna, em grande parte, um tempo de recuperação passiva, necessário para suportar a exaustão da semana subsequente, confirmando que a rotina, embora previsível, é extremamente restritiva.

Outro ponto crucial para entender a função do tempo livre é o seu destino. As jovens que possuem empreendimento sinalizaram que utilizam este tempo para planejar, confeccionar produtos e realizar divulgações de seus negócios. A venda em espaços físicos é o único

momento verbalizado como "empreendimento de fato", visto que as vendas virtuais são igualmente executadas durante o tempo livre.

O tempo destinado ao coletivo Da Raiz ao Fruto e a outros coletivos concentra-se integralmente nesta dinâmica do tempo livre. Isso significa que, mesmo sendo uma categoria restrita — especialmente às quartas-feiras (cada jovem possui em média 1h24min) —, as horas disponíveis são prioritariamente destinadas aos empreendimentos e às ações dos coletivos. O coletivo Da Raiz ao Fruto configura uma tentativa de ressignificação do tempo juvenil, transformando o lazer e as demais atividades por meio do cuidado comunitário.

Existe uma exigência estrutural imposta ao tempo livre: as jovens dedicam uma parcela pequena a projetos pessoais e uma parcela ampla à manutenção de seus respectivos lares, reafirmando o papel central feminino no trabalho reprodutivo.

A estrutura de obrigações se mantém central: o trabalho reprodutivo (cuidado e afazeres domésticos) destaca-se como uma atividade com aumento de horas, subindo de 3h56min para 4h42min. Este incremento comprova que a casa não descansa no fim de semana; ela exige uma dedicação ainda mais concentrada quando as demandas externas (como trabalho formal e estudo) diminuem.

O sábado, portanto, não se configura como um dia de descanso somente, mas sim como um período de intensificação do trabalho invisível. Além disso, nesse cenário, a redução do deslocamento ocorre de forma desigual, enquanto a maioria das jovens opta por atividades de lazer em áreas próximas — distanciando-se dos longos trajetos da semana —, Zoé surge como exceção. Mesmo submetida à escala 6x1, ela consegue converter a redução do trânsito da cidade em uma oportunidade de desfrutar de momentos de lazer mais distantes.

7.2 REFLEXÕES TEMPORAIS DAS JOVENS ENTREVISTADAS A PARTIR DOS DIÁRIOS DO USO DO TEMPO

7.2.1 Estruturas invisíveis do cotidiano- o trabalho reprodutivo

Durante as entrevistas, as jovens submeteram suas rotinas ao exame pormenorizado dos diários de uso do tempo, não apenas mapearam a distribuição de suas horas, mas expuseram as estruturas invisíveis que direcionam seus dias. As reflexões geradas a partir deste registro temporal são cruciais para entender a dinâmica do cotidiano.

O relato de Bianca assume um papel importante, pois transcende a mera descrição de uma rotina agitada, ele se estabelece a partir das tensões do trabalho reprodutivo não reconhecido no contexto contemporâneo. Sua avaliação inicial — de que sua rotina atual é

satisfatória em contraste com a anterior — já sinaliza o peso da carga antecedente que define o seu parâmetro de "satisfação".

A fala de Bianca, quando confrontada com a possibilidade de recontar os últimos dois meses, revela a dimensão emocional de sua vivência

Se a gente estivesse conversando há dois meses atrás, ela seria menos bacana do que ela é agora, seria uma rotina muito mais cansativa, antes, como eu falei, né, eu tava toda hora preocupada em arrumar, em fazer, me sentindo frustrada, não me sentindo reconhecida, e isso ia gerando uma série de sentimentos negativos que transparecem de várias formas, né?" [Bianca, 24 anos, mulher, negra, 02/02/24]

Este sentimento de frustração e não reconhecimento é o ponto chave do relato. No momento da entrevista, morando com o namorado na casa dos sogros e enfrentando o luto de uma perda gestacional, Bianca dedicava-se intensamente aos afazeres domésticos como substituto da contribuição financeira que ela não podia oferecer.

A estrutura social, no entanto, impõe uma barreira, sua dedicação, embora essencial, não é trocada por reconhecimento equivalente ao trabalho remunerado dos outros membros da casa (Benston, 1969; Davis, 2016; Davis, 2019; Arruza, 2019). A moradia na casa de terceiros a isola, transformando seu trabalho em um produto que, simbolicamente, pertence à família do companheiro.

Fougeyrollas-Schwebel (2009, p. 257) define o trabalho doméstico como o “[...] conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família — domicílio conjugal e parentela — trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres”. A rotina de Bianca, então, era composta por uma dedicação quase total ao trabalho reprodutivo, drenando o tempo necessário para seus trabalhos produtivos (*os freelas*) e seu tempo de estudos.

A invisibilidade deste trabalho se aprofunda, como aponta Benston (1969), ao notar que ele não gera mercadorias com valor de troca imediato. Contudo, a análise de Melo e Castilho (2009) e, crucialmente, a de Arruza (2019) nos forçam a um passo além, Arruza (2019) insere o trabalho doméstico no campo do valor de mercadoria, pois se torna passível de pagamento quando externalizado. Bianca estava, portanto, subsidiando o custo de produção da família do companheiro, sem receber o salário implícito ou explícito que a sociedade reconhece como valor.

A recente modificação de sua rotina, impulsionada por melhorias em sua saúde física e mental, não eliminou a carga, mas introduziu zonas de resistência, a alocação de tempo fixo

para estudos e *freelas*. Este ato não é apenas a distribuição do uso do tempo; é uma afirmação de subjetividade e potencial produtivo em um ambiente que o negava.

Enquanto o relato de Bianca evidenciou a subordinação direta e a invisibilidade de seu trabalho no espaço doméstico — onde a ausência de reconhecimento financeiro se traduz em frustração e dependência familiar do companheiro —, o caso de Wanessa evidencia a autodisciplina imposta como mecanismo de sobrevivência perante a solidão da maternidade e a exigência do mercado de trabalho formal.

Wanessa, que reside somente com a filha pequena, detém um cotidiano que ela própria reconhece como "agitado e cansativo". Contudo, sua análise mais profunda revela o cerne da sua exaustão: a necessidade de estabelecer uma organização fixa e inflexível. A precisão com que cumpre sua rotina pré-estabelecida, mesmo diante dos imprevistos— como chegar tarde devido a compromissos ou ao transporte público —, denuncia a fragilidade de seu equilíbrio.

A oscilação de sua rotina é mínima; mesmo os eventos de SLAM, que são expressões de sua arte e subjetividade, ocorrem de forma a preservar a regularidade do trabalho reprodutivo. Por não se sustentar pela arte ou pelo empreendedorismo, Wanessa é obrigada a blindar seu trabalho formal remunerado. A rigidez, portanto, não é uma escolha estética, mas uma necessidade estrutural, afinal, quebras de rotina prejudicam seu desempenho no trabalho produtivo e reprodutivo com sua casa e filha.

Essa rigidez compulsória dialoga diretamente com a tese de que o trabalho não assalariado é o alicerce invisível do sistema. O trabalho reprodutivo sustenta as bases do trabalho produtivo; o local onde a jornada remunerada é cumprida não basta para garantir a produção física e intelectual do trabalhador (Davis, 2019). A esfera da reprodução social exige que o trabalhador seja alimentado, cuidado e sustentado emocionalmente fora do expediente, um papel exercido, majoritariamente, pelas mulheres (Federici, 2019; Bhattacharya 2023), sendo essa função essencial para o capitalismo.

Esta necessidade de disciplina extrema se torna ainda mais evidente quando contrastada com outras realidades. No caso das jovens que residem sozinhas como Karen, Gabriela e Daniela elas próprias se produzem e se sustentam tanto produtivamente, quanto reprodutivamente, através de uma rotina minimamente pré-estabelecida. A pressão é menor porque a esfera do cuidado não se estende a terceiros não remunerados. Já no caso de Oliver e Wanessa que possuem filhos, além de se manterem nestas duas perspectivas necessitam de uma rotina rígida para conseguirem sustentar também reprodutivamente os seus respectivos

filhos. Afinal, estes últimos exercem o cuidado dedicado a outras pessoas ou *care* em tempo integral (Avril 2019; Hirata, 2019).

Se Bianca lutava contra a invisibilidade em um ambiente dependência material, Wanessa contra a rigidez da autodisciplina imposta pela maternidade solo, Ingrid revela como o aprisionamento espacial — proporcionado pelo trabalho remoto — intensifica a apropriação do tempo feminino, mesmo em um arranjo onde a divisão do trabalho doméstico parece ser mais compartilhada.

A reflexão inicial de Ingrid sobre o preenchimento dos diários é reveladora, o registro torna a pulverização do tempo tangível, fazendo com que a vivência pareça mais longa do que é. Este artefato analítico desnuda a sobrecarga. A frustração que ela manifesta é sutil, mas potente, surgindo do esforço mútuo com o pai, que não é suficiente para reverter a expectativa familiar

“Então, eu já tinha parado pra pensar porquê aqui em casa isso é uma pauta que vem muito, assim, porque eu e o meu pai somos as pessoas que mais fazem coisas, né? Tipo, ontem, por exemplo, o meu horário de almoço não foi pra academia, foi fazer comida e foi limpar a cozinha que tava muito suja. Então, tipo, a gente tá sempre falando sobre isso, mas eu ainda fico... Às vezes, isso ainda me frustra um pouco, sabe? Que eu fico tipo assim, nossa, esse tempo aqui que eu podia estar fazendo qualquer coisa tá sendo pra casa, né? E tudo bem, também é minha responsabilidade, assim. Mas podia ser um pouquinho melhor distribuído, assim, sabe?” [Ingrid, 21 anos, mulher, branca, 21/02/24]

Para os irmãos, o fato de Ingrid trabalhar remotamente significa que sua presença física a torna automaticamente a principal provedora do trabalho doméstico. O tempo de almoço, que poderia ser dedicado ao autocuidado (academia), é redirecionado para manter a esfera reprodutiva.

Esta dinâmica confirma a observação de Fougeyrollas-Schwebel (2009, p. 258): “A família ainda é vista como o espaço onde as mulheres são exploradas economicamente; dessa forma, os homens se apropriam do trabalho delas, independentemente de seu papel na família — seja como esposa, mãe, filha ou irmã”. Ingrid, como filha, não está isenta da apropriação, mesmo trabalhando formalmente.

Guimarães (2024, p.4) compartilha que

O cuidado pode ser provido, e recebido, como algo que “nada mais é que” uma “obrigação”. Ora, por ser assim percebido e nomeado, o trabalho que se performa resulta invisível, naturalizado ao se transmutar no desempenho de um papel social compulsório, pelo qual não se paga, ou que se paga com recompensa afetiva, com “amor”. Ademais, embora se trate de uma obrigação, há que ter em conta que esta é seletiva — pesa nos ombros das mulheres, tal como a literatura, em todos os quadrantes, tem se encarregado de demonstrar (ILO, 2018)⁵. Tais obrigações marcam o cotidiano não apenas das “esposas” (companheiras e/ou mães), mas também das

“meninas” (filhas, irmãs, sobrinhas, netas, “crias da casa”) e das “avós” — fazendo-o de um modo ainda mais intenso quando essas são mulheres negras, tal como fartamente documentado no Brasil (Pinheiro; Tokarski & Posthuma, 2021).

Homens e mulheres, mesmo integrantes de uma mesma unidade familiar, não compartilham do mesmo grupo social, uma vez que a dinâmica da exploração capitalista impõe configurações distintas para cada indivíduo, incluindo suas corporeidades (Bhattacharya, 2023). Dessa maneira, essa disparidade permanece evidente mesmo no âmbito familiar, no qual as mulheres experienciam formas específicas de opressão e exploração, marcadas pelo acúmulo de tarefas e pela invisibilização de seu trabalho reprodutivo.

O capitalismo se sustenta não apenas pela mais-valia do trabalho produtivo de homens e mulheres, mas também pelo trabalho reprodutivo das mulheres (Bhattacharya, 2023). A divisão sexual do trabalho intensifica essas relações de poder que estruturam a dominação dos corpos femininos (Kergoat, 2009).

Para Keila, o preenchimento dos diários de uso do tempo funcionou como um momento de ruptura, proporcionando uma consciência da organização temporal de seus dias. Sua reflexão imediata aponta para um reconhecimento fundamental, ela percebe que sua existência cotidiana está absorvida à dupla jornada da manutenção doméstica e da busca por qualificação produtiva, inclusive relata ter percebido que basicamente vive para a casa e para o estudo e que gostaria de ter mais tempo para ela. O ato de registrar, pela primeira vez, conduziu-a a quantificar o tempo dedicado ao cuidado de terceiros, antes invisível.

A estrutura familiar de Keila é um microcosmo da divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009). Ela reside com os pais, ambos trabalhadores produtivos, mas em um arranjo no qual a mãe em conjunto com Keila assumem integralmente os afazeres domésticos e o pai se mantém isento. Este contexto impõe uma expectativa implícita sobre Keila, que se encontra em uma zona limítrofe entre a herança de seu papel de gênero e a pressão social moderna de ter um trabalho produtivo rentável.

O trabalho reprodutivo de Keila que torna todas as outras formas de trabalho possíveis em sua residência (Davis, 2019). É a sua dedicação, ou a da mãe, que garante a sustentação material para que todos possam sair para trabalhar.

Essa realidade conflita com a dimensão ideológica do cuidado, que, sob uma perspectiva acrítica, é frequentemente revestida por atributos de afeto, como o amor e a benevolência — qualidades historicamente naturalizadas como femininas no âmbito doméstico (Avril, 2019). Contudo, Keila identifica que essa dedicação benevolente compromete seu desenvolvimento produtivo. Ela almeja um tempo de lazer qualificado e manifesta a necessidade de priorizar

atividades voltadas à esfera produtiva, como os estudos, o artesanato e o empreendedorismo, em detrimento da sobrecarga de tarefas domésticas.

Embora pretenda ampliar seu engajamento na esfera da produção, ela se depara com a estrutura sistêmica que pressupõe a manutenção gratuita e invisibilizada do trabalho reprodutivo (Kergoat, 2009), evidenciando a tensão entre as aspirações de autonomia e as barreiras da divisão sexual do trabalho.

Tatiana tenta impor uma organização rígida, impulsionada principalmente pelo tempo demandado pela faculdade, mas seu relato denuncia a invisibilidade do trabalho doméstico. Sua intenção declarada de "participar mais para não sobrecarregar a mãe" indica que, embora haja um esforço em dividir, a estrutura familiar ainda a posiciona como candidata primária a este apoio (Fougeyrollas-Schwebel, 2009). Seu ato de "avaliar e reavaliar a rotina" é um sintoma da luta para inserir o tempo de estudo — considerado tempo útil — sem negligenciar o cuidado que a mãe provê. O fato de nunca ter refletido sobre "afazeres domésticos e tempo de qualidade em casa" sugere que, até o registro, o tempo reprodutivo era invisível, e não um tempo de trabalho a ser alocado e negociado.

A situação de Zoé expõe a sobrecarga do trabalho produtivo duplo somado ao doméstico. Ela não está apenas escolhendo entre lazer e casa, mas entre dois eixos de sustentação financeira: o emprego formal (em escala 6x1) e seu empreendimento. O significado da sua angústia é a escolha forçada entre capitalizar seu futuro (empreendedorismo) e manter a base material presente (afazeres domésticos). A ausência de participação masculina — pai e irmão que residem com ela não participam da execução das tarefas domésticas — reforça a aplicação da divisão sexual do trabalho, onde a responsabilidade pelos afazeres domésticos e o cuidado recai sobre as mulheres da casa, independentemente da sua carga profissional. (Hirata e Kergoat, 2007)

A experiência de Eliana introduz uma dimensão: a percepção do tempo. Sua dificuldade em demarcar horários cronológicos, guiando-se pelo tempo da natureza (dia/noite) (Melucci, 1996; Martins e Zanetic, 2002; Haubert, 2019), evidencia como as estruturas sociais e as normas de produtividade linear são impostas a corpos que experienciam o mundo de forma diferente. O desejo de Eliana em dedicar mais tempo a tarefas produtivas e a consideração de que este é um tempo útil demonstram uma internalização da métrica capitalista de valor, apesar de sua vivência temporal ser heterogênea. Seu foco no cuidado com o sobrinho a ancora firmemente na esfera reprodutiva, em conflito com a necessidade de validar-se pela produção.

A experiência de Gabriela demonstra a adaptação forçada a um regime de sobrevivência. Sua rotina não é planejada intencionalmente, mas sim construída por uma hierarquia de urgências (Rosa, 2019; Rosa 2022). Ela "encaixa as coisas ao longo do dia", priorizando o que tem necessidade imediata. A jovem demonstra vivenciar o tempo com uma ausência pré-estabelecida de controle e em modo reativo.

[...] Na verdade, as atividades domésticas elas sempre acabavam ficando em segundo ou terceiro plano. Porque assim, eu saindo de casa às 5 e pouquinho da manhã, chegando em casa entre 8, 9 e 10 horas da noite. E aí fazia ali o básico necessário, de extrema necessidade que tinha que fazer e dormir para outro dia. [Gabriela, 24 anos, mulher, parda, 29/11/23]

Gabriela, inserida em múltiplas ocupações precárias, executa apenas o básico necessário do trabalho reprodutivo para garantir a continuidade da sua exaustiva rotina produtiva. Seu tempo de trabalho reprodutivo não é um tempo de afazeres domésticos planejado, mas sim o resíduo que sobra entre o trabalho remunerado e a necessidade fisiológica de sono.

Em contraste, Silvia representa a normalização da exaustão dentro de um arranjo familiar desigualmente estruturado. Ela considera sua rotina "organizada e planejada", envolvendo trabalho, estudo, afazeres domésticos e cuidado com a irmã. O contraste com o pai, pouco envolvido, e a mãe, sobrecarregada, é aceito como uma "rotina normal de adulto", porém essa rotina é destinada às mulheres. Esta aceitação ideológica anula o potencial crítico, transformando o acúmulo de tarefas em um estado de ser esperado para a mulher adulta (Hirata e Kergoat, 2007).

A reflexão mais impactante sobre a colonização do tempo livre vem de Diana²⁷. Ao mudar de residência, ela esperava um ganho em lazer, mas o registro dos diários provocou uma redefinição dolorosa do que ela considerava "tempo livre".

Eu realmente percebi quanto tempo eu passo no transporte público e quanto tempo eu passo... eu dedico para o lazer por conta do... de descanso, né? Acho que foi um momento que foi divertido, a gente falando o que faz e tudo, mas me pôs pra refletir nesse sentido aqui no final de semana. Acaba não sendo muito lazer, acaba sendo descanso. Lazer no sentido de ficar em casa e assistir um filme, mas... É isso, de comer, dormir e descansar dessa correria que é São Paulo e tudo, e repor energia pra continuar a próxima semana e estudar também, né? [Diana, 26 anos, mulher, negra, 29/01/24]

Diana desmonta a falsa dicotomia entre "trabalho" e "lazer". Para ela, o tempo fora do trabalho remunerado (incluindo o tempo com os coletivos e estudo) não é lazer autônomo, mas sim tempo de não-trabalho obrigatório, dedicado unicamente à reposição física e emocional

²⁷ Diana havia se mudado a cerca de um mês do bairro Horizonte Azul, no distrito do Jardim Ângela para a Piraporinha, bairro do distrito do Jardim São Luiz na época da entrevista.

para sustentar a jornada 6x1 e os compromissos intelectuais. Seu tempo livre é, na verdade, o custo de manutenção da sua força de trabalho. Na concepção de Diana, o tempo livre não deveria complementar as ações do trabalho, mas sim representar o lazer e/ou ócio (Luz, 2017).

De acordo com, Aquino e Martins (2007, p. 481) “No caos entre as necessidades econômicas e existenciais, o homem contemporâneo se vê dividido entre as obrigações impostas por suas atividades laborais e o desejo de libertar-se dessas tarefas e, assim, poder usufruir de um tempo para si”.

A percepção de que o lazer é secundário ressoa na ideia de que o tempo livre socialmente possui uma menor legitimidade se comparado com as demais temporalidades. Consequentemente, este tempo é sistematicamente suprimido da vida das jovens ou, pior, capturado pelos tentáculos do tempo do trabalho em suas mais variadas faces, como o tempo de deslocamento e o descanso. (Martuccelli, 2012)

A sociedade privilegia o tempo produtivo e o tempo de manutenção da força de trabalho (deslocamento/descanso) em detrimento do tempo de expansão subjetiva. No que concerne ao lazer, vale destacar que é uma prática social e histórica influenciada pelas circunstâncias do cotidiano e as vivências culturais, individuais e coletivas. Como evidenciado no caso de Diana, ter tempo disponível não necessariamente resulta em momentos dirigidos ao lazer (Brenner, Dayrell e Carrano, 2008). A exaustão imposta pela rotina de estudo e trabalho impede que o tempo de "folga" seja, de fato, lazer.

Além disso, a qualidade do lazer é um espelho das disparidades sociais. Inclusive, para Padilha (2000) o lazer, por vezes, é composto por uma série de atividades estruturadas, ou ainda, pode ser um revelador das desigualdades sociais por estar atrelado a uma experiência relacionada ao consumo. Isso sugere que, mesmo que as jovens tivessem mais horas livres, o acesso a um lazer não estruturado e não mediado por consumo (o verdadeiro ócio existencial) permanece um privilégio de classe.

O jovem Oliver propõe um diferencial no estudo da divisão do trabalho reprodutivo. Ao analisar sua rotina por meio dos diários, ele relata não ter dificuldades na organização, pois seus dias são muito estruturados. Contudo, ele também não dispõe de tempo livre no momento. Sua organização, embora rigidamente mantida, é sustentada por um fator ausente nos casos anteriores: a cooperação ativa e negociada com as pessoas que dividem a casa, especialmente o padrinho de seu filho (Kergoat, 2009). Esse apoio transforma a exaustão em algo mais "leve", embora a sobrecarga do trabalho produtivo e reprodutivo persista

Então, demorei um pouco pra eu criar essa organização também, né? E tipo, o que me ajuda bastante é não ficar sozinho nesse processo. Porque se não, eu também não conseguiria ir trabalhar, não conseguiria fazer muitas coisas que eu consigo fazer hoje, né? Então, tipo, eu tenho a ajuda das pessoas que moram comigo também. Não obstante, eu divido mais minhas tarefas com uma pessoa só. Que é o padrinho do meu filho. E aí tá sendo muito mais leve nesse sentido. Apesar de pesado, não tá pesando tanto assim, mas dá pra gente conciliar. Mesmo assim, a gente não para, né? A gente não para, então, assim, passo. Também não vou dizer que é. De qualquer jeito, sobrecarrega, porque são muitas coisas ao mesmo tempo, né? É muita coisa pra pensar. E como... Mesmo com tanto trabalho, eu não recebo tanto quanto eu preciso pra poder ter uma vida tranquila, assim, de poder pausar mais dias, de poder ter mais tempo livre, assim, de fazer as coisas. Então é uma coisa que é constante e meio que tem que ser assim por enquanto, sabe [...] E pra manter, na verdade, também, né. Porque, tipo, a gente tem a ideia de chegar num lugar mas não é só a gente correr atrás que ele cai do dia pra noite, assim, sabe. A gente ainda tem muitas coisas pra manter, tipo, comida tá muito cara, sabe. Tipo, as coisas são um absurdo. O que a gente mais gasta aqui é com comida. E não dá pra não comer, né? Pô, penso muito nisso. Eu me cobro muito de fazer, na verdade. Acontece que nem sempre eu consigo, né? Tipo... Eu sei o que tem que fazer, o que tem que ser feito. Mas com o cansaço e com o tanto que tem que fazer, às vezes eu acabo sequelando um pouco. Porque também são coisas que nunca acabam, né. Tipo, sempre tem que voltar a lavar uma louça sempre tem que estar arrumando, sempre tem que estar dando uma varrida. E aí, é meio... sei lá, tem vezes que eu não consigo. Então, eu fico muito feliz por morar com outras pessoas. Porque quando um não consegue... O outro consegue e a gente se entende nesse lugar, sabe? Que às vezes não dá e é fogo. Mas sim, é porque é muita coisa, né? São muitos afazeres. E a pressão de ter que fazer é pior, às vezes, né? [Oliver, 29 anos, homem trans, indígena, 26/01/24]

O jovem demonstra uma consciência do trabalho constante — "sempre tem que voltar a lavar uma louça", "sempre tem que estar arrumando" — mas sua narrativa está centrada na valorização da rede de apoio que impede o colapso total. Ele compreende que a pressão econômica ("comida tá muito cara") o impede de "pausar mais dias", mas a divisão interna das tarefas domésticas é vista como justa, onde a falha de um é compensada pelo outro.

Diana demonstra uma ruptura explícita com o padrão de gênero tradicional ao refletir sobre a divisão dos afazeres domésticos. Definindo-se como uma mulher não-convencional, ela expressa não se identificar com as atividades centrais do trabalho reprodutivo (cozinhar, lavar, passar). Em sua residência, a divisão é distinta: seu noivo, Samuel, assume a maior parte dessas tarefas. Essa dinâmica se alinha à tese de Hirata e Kergoat (2007, p. 602) sobre a "reorganização simultânea do trabalho no campo assalariado e no campo doméstico".

Contudo, o significado simbólico dessa aparente equidade reside no conflito social que ela gera, embora com uma maior participação masculina, ainda não houve uma mudança de perspectiva geral sobre a responsabilização feminina acerca do trabalho reprodutivo (Fraser, 2020). A pressão externa se manifesta na incompreensão e crítica de parentes próximos sobre a redistribuição das tarefas. Este atrito expõe como a estrutura interna do casal, apesar de funcional, ainda desafia a norma socialmente imposta sobre o papel feminino. Diante disso, Diana expõe

Então, e aí, é nessas horas que a gente até escuta o barulho do tabu quebrando, sabe? De verdade, sabe? Porque a gente vê os olhares, a gente vê os parentes, meu Deus, sabe? Vocês estão fazendo isso como se fossem normal e não é normal. E a gente está tudo bem. [...] Já aconteceu situações de, tipo, a minha família, né? [...] Mas de, tipo, situações assim, de estar com a minha família, aí tipo, você não vai servir o Samuel, né? Não, ele tem mão, aí todo mundo...Meu Deus do Céu! E aí o Samuel cai na risada, né? Começa com as piadas dele, né? [Diana, 26 anos, mulher, negra, 29/01/24]

O panorama comum retratado pelas jovens na interpretação de seus diários do uso do tempo revela também um cenário de exaustão crônica. Karen, por exemplo, descreve a rotina como um regime de desgaste contínuo, onde o tempo parece não ter pausas: “Uma rotina que talvez me consuma muito e... Cansativa? Não sei... Cansativa, exaustiva, puxada, muito agitada. Não sei o que é parar pra nada. E as coisas vão sendo resolvidas no ônibus, na ida, na volta. [...] Estudo a todo o tempo”.

A maioria dos relatos aponta para uma rotina marcada pelo esgotamento, na qual o tempo se fragmenta e se torna reativo. Seja por estarem imersas na dependência familiar sem reconhecimento (Bianca), por precisarem de disciplina para sustentar a produtividade como mães solo (Wanessa), ou por terem sua presença física no trabalho remoto confundida com disponibilidade doméstica (Ingrid), a lógica é a mesma: o trabalho reprodutivo atua como a base invisível que sustenta toda a esfera produtiva e social (Bhattacharya, 2023; Arruzza, 2019). A pressão para maximizar a produtividade (Keila) não anula a demanda do cuidado resultando em um ciclo constante de excesso de demandas. O tempo dedicado à manutenção da vida não é considerado tempo de trabalho legítimo, exceto quando a ausência dessa manutenção ameaça a produção (Gabriela). Assim, o tempo feminino é estruturalmente colonizado pela reprodução social, mesmo quando mediado por novas formas de trabalho ou por rearranjos domésticos.

Nesse cenário, se torna visível o potencial de mudança social em casos singulares como Diana e Oliver. A emergência de divisões paritárias nos afazeres domésticos (Kergoat, 2009), exemplificada por eles, sugere um ponto de reconfiguração dos afazeres domésticos. As exceções observadas não anulam a regra, mas sim destacam o custo social e emocional de desafiá-la.

Nota-se, entretanto, que a menor inserção de algumas jovens nas tarefas domésticas está condicionada a períodos de intensa dedicação acadêmica, como ilustrado pelo caso de Tatiana. Por possuir um alto valor social agregado, o tempo de estudo legitima a redução temporária de suas responsabilidades no âmbito reprodutivo. Essa validação externa, somada à naturalização da sobrecarga feminina, pode produzir uma percepção ilusória de harmonia. Em casos específicos, como os de Gabriela e Silvia, o relato de um suposto equilíbrio entre os diferentes

tempos sociais — e a conseqüente ausência de uma demanda por mais tempo livre — revela como a aceitação das normas de gênero pode mascarar a desigualdade na distribuição das tarefas.

A compreensão dessas dinâmicas e a visualização de tais possibilidades só foram alcançadas, segundo Aguiar (2010), graças à combinação metodológica entre os diários de uso do tempo e as entrevistas. Enquanto os diários fornecem a evidência empírica de que a divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009) continua a impor um fardo desproporcional sobre os corpos femininos — exigindo o sacrifício do lazer para garantir a reprodução da força de trabalho (Federici, 2019). Essa união metodológica trouxe um olhar mais amplo para as temporalidades sociais das jovens, “[...] indo bem além das indicações da divisão sexual do trabalho ao especificar e situar a dimensão de cuidados com as crianças e os idosos e as atividades mais sujeitas à redistribuição [...] (Aguiar, 2010, p. 77),”.

7.2.2 O poder do prazo e a retirada da autonomia

Durante a investigação, observou-se que as jovens estabelecem uma relação com a temporalidade estruturada em ciclos repetitivos, marcados pela periodicidade e pela intensidade. Essa organização faz com que os tempos vividos apresentem uma delimitação rígida semana após semana, resultando em rotinas com escassa variação de experiências (Rosa, 2019; Rosa, 2022). Essa padronização e o conseqüente esvaziamento de novas experimentações representam um risco à complexidade da experiência temporal contemporânea, uma vez que a subjetividade acaba confinada a uma repetição mecânica do cotidiano (Melucci, 1996).

Os dados revelam a hegemonia de um tempo externo, ditado pelo controle rigoroso de relógios e calendários (Melucci, 1996), que se funde a uma autorregulação inflexível. Como aponta Elias (1998), os sujeitos internalizam as pressões sociais, convertendo o controle externo em um autopolicimento temporal contínuo voltado ao cumprimento de prazos. No caso das jovens, essa rigidez é acentuada pelo conflito entre o tempo do trabalho produtivo e o tempo do trabalho reprodutivo. A tentativa de combinar essas esferas, muitas vezes de modo exaustivo, reduz a margem para vivências que fujam à lógica da produtividade ou da obrigação doméstica.

A fala de Diana ilustra com precisão a tensão entre o anseio por ordenamento e a realidade das interrupções: “Eu sou uma pessoa que gosta... Eu gosto de organizar a rotina. Vou cumprir? Não sei”. Depreende-se que, embora exista um esforço subjetivo da jovem para articular suas tarefas, a imprevisibilidade inerente ao seu dia a dia inviabiliza uma coordenação plena. Diana habita um estado de negociação permanente, no qual a 'organização' figura mais

como um horizonte de estabilidade do que como uma prática viável, compelindo-a a decisões fragmentadas sobre suas prioridades imediatas.

Essa dinâmica é explicada pelo que Rosa (2019, p. 273) define como a força imperativa das urgências

O poder do prazo” determina a sequência das atividades e faz que, sob condições de recursos temporais escassos, objetivos que não estejam vinculados a prazos ou compromissos sejam gradualmente perdidos de vista, pois o peso daquilo que deve ser resolvido (antes) os esmaga- deixando atrás de si um vago sentimento de que não conseguimos fazer “nada” Estamos constantemente apagando incêndios que continuam a surgir no bojo das complexas obrigações de coordenação de nossas atividades, sem conseguirmos desenvolver, e muito menos seguir, objetivos de longo prazo [...].

A "política de apagar incêndios" não é apenas uma estratégia de sobrevivência, mas um reflexo direto da erosão da autonomia dessas jovens. O "prazo" converte-se em um dispositivo de poder que coloniza a temporalidade subjetiva, estabelecendo uma hierarquia na qual o imediato e o punível — representados pelas esferas do trabalho, dos estudos e dos afazeres domésticos — prevalecem sobre projetos de vida de longo prazo ou do lazer. Sob essa lógica, a sensação de "não ter feito nada" revela o esgotamento de uma jornada que, embora produtiva para as engrenagens sociais, revela-se subjetivamente alienante, pois retira do sujeito a capacidade de projetar o próprio futuro.

Diante da pressão exercida por esse tempo externo e inflexível, observa-se que algumas jovens optam por uma redução drástica das ações que compõem suas rotinas. Essa escolha, contudo, não deve ser lida como um exercício de liberdade, mas como uma tentativa de mitigar o sentimento de frustração advindo da impossibilidade de cumprir todas as exigências. O relato de Ingrid exemplifica essa retração: limitada a tríade trabalho produtivo, reprodutivo e estudos, ela renuncia a outras dimensões da vida para evitar o sofrimento do fracasso temporal: “E aí, eu queria fazer mil coisas num dia e nunca dava tempo, então eu me frustrava muito. Aí agora, tipo, não, beleza. Tenho três atividades no dia, já é muita coisa, tá ótimo”.

Essa suposta “harmonia” alcançada por Ingrid é na verdade a aceitação da redução do tempo disponível para sua vivência juvenil. Essa estratégia de sobrevivência, no entanto, nem sempre é eficaz. O caso de Karen demonstra que, mesmo ao restringir a rotina ao essencial, a exaustão permanece presente. Para ela, a diminuição das atividades não resultou em alívio, mas em um estado de esgotamento que a impede até mesmo de realizar aquilo a que se propôs inicialmente. Esse fenômeno aponta para o fato de que o problema não reside apenas na quantidade de tarefas, mas na intensidade e na pressão normativa que as cercam. (Rosa, 2019; Rosa, 2022)

Essa sensação de estar subjugada por uma estrutura que não permite pausas é reforçada por Daniela e Zoé, que descrevem suas vivências como uma "vida no automático e com prazos apertados". Esse "automático" representa a perda do protagonismo da própria vida: as jovens deixam de agir deliberadamente sobre seu tempo para apenas reagir aos estímulos e cobranças externas. Esse cenário de compressão temporal é validado pela perspectiva de Rosa (2022, p. 28), ao afirmar que "estudos empíricos indicam que as pessoas nas sociedades ocidentais de fato se sentem sob grande pressão do relógio e de fato reclamam da escassez de tempo".

A escassez de tempo, longe de ser um problema de organização pessoal, é uma imposição estrutural que transforma a vida em uma sucessão de prazos a serem cumpridos, deixando pouco espaço para o desenvolvimento de uma subjetividade que não esteja atrelada à produtividade ou à reprodução.

A redução da compreensão temporal a uma dimensão meramente instrumental — pautada pela produtividade e pela eficiência — promove um profundo distanciamento das capacidades reflexivas das jovens. Essa perspectiva não apenas fragmenta o cotidiano, mas desarticula as possibilidades de construção de identidade e de resistência frente às imposições sociais que recaem sobre suas temporalidades. Ao priorizar o cumprimento de metas externas, o sujeito perde de vista sua própria autonomia, tornando-se incapaz de contestar as estruturas que ditam seu ritmo de vida. Melucci (1996, p. 22) elucida essa tensão

Nossa busca pela unidade nos coloca em confronto diário com a realidade da crescente contradição entre o tempo do relógio/calendário e os tempos internos — uma contradição que constantemente nos desafia a encontrar uma ligação ou uma continuidade entre os vários reinos da experiência. (tradução nossa)

Sob essa ótica, o tempo deixa de ser uma estrutura cronológica neutra para se revelar como uma categoria política essencial que modula as vivências sociais e subjetivas. Ele condiciona a autopercepção das jovens e sua relação com o mundo, atuando como um filtro que valida apenas as experiências que geram algum tipo de retorno produtivo.

Além dos prazos, do tempo cronológico e linear, emerge nos relatos uma associação intrínseca entre o tempo e o capital. No cotidiano dessas jovens, o tempo é percebido como um ativo cuja disponibilidade é diretamente proporcional ao capital financeiro detido pelo indivíduo. Nessa relação o tempo se torna um privilégio de classe, para aquelas com menores recursos, o tempo é uma mercadoria escassa, consumida quase integralmente pelas exigências da sobrevivência e do trabalho reprodutivo. Já para quem detém capital, o tempo pode ser "comprado" ou "liberado" por meio da delegação de tarefas a terceiros (Davis, 2019; Faur, 2024). Nesse sentido, a desigualdade social projeta-se sobre a temporalidade, submetendo as

jovens a um ciclo de privação no qual a carência de recursos financeiros impõe uma expropriação contínua de seu tempo e de sua autonomia subjetiva.

Nesse cenário de pressões externas, as jovens ressaltam a dificuldade em delimitar as fronteiras entre as atividades cotidianas, muitas vezes ignorando a própria passagem do tempo devido à execução simultânea de múltiplas tarefas. O que se observa é uma sobreposição de responsabilidades — estudos, trabalho produtivo, afazeres domésticos e cuidado com terceiros — que resulta em um entrelaçamento de tempos sociais indistinguíveis. Essa simultaneidade não é apenas uma estratégia de execução, mas um sintoma da compressão temporal (Rosa, 2019; Rosa, 2022): as jovens não habitam plenamente nenhum desses tempos, pois estão sempre atravessadas pelas demandas urgentes de outro.

Ao refletirem sobre essa fragmentação, uma grande parcela das entrevistadas vincula a noção de temporalidade à ideia de disponibilidade, personificada no conceito de tempo livre. Esse fenômeno dialoga diretamente com Rosa (2019, 2022) e a aceleração social, na qual o ritmo da vida moderna é ditado por um descompasso estrutural: enquanto a velocidade das transformações sociais e técnicas aumenta, a capacidade subjetiva de assimilação dessas experiências não acompanha tal fluxo. Para Rosa, o ritmo contemporâneo impõe uma "fome de tempo", em que a aceleração das atividades cotidianas gera uma sensação de constante atraso, independentemente da produtividade alcançada.

Para essas jovens, o ritmo não é uma cadência escolhida, mas uma pressão externa que fragmenta a experiência cotidiana em episódios pontuais e desprovidos de sentido narrativo. Emerge dos relatos uma inquietação profunda pelo desejo de um tempo autônomo, investido conforme suas próprias escolhas, sem a intervenção das obrigações que emanam das demais esferas sociais. Esse anseio por projetos pessoais, desvinculados do trabalho produtivo ou reprodutivo, situa o lazer como um horizonte de resistência contra a colonização do ritmo vital pelas exigências sistêmicas. Afinal, o tempo livre, além de ser uma dimensão isenta das obrigações de trabalho e domésticas, pressupõe a desvinculação das ações de autocuidado obrigatório, tendo como princípio fundamental a liberdade (Rosa, 2019; Severiano e Estramiana, 2012; Waichman, 2002).

Nesse cenário, a dimensão do "ter tempo" está intrinsecamente associada à qualidade de vida — um estado de bem-estar que, paradoxalmente, elas relatam ainda não ter alcançado. Rosa (2022) explica que, sob o domínio de um ritmo acelerado e compulsivo, o sujeito perde a capacidade de entrar em "ressonância" com o mundo e consigo mesmo; as atividades são executadas sob uma lógica de gerenciamento de tarefas, mas não chegam a ser verdadeiramente

vivenciadas. Nos relatos, é possível depreender que o tempo livre deixou de ser uma experiência orgânica para se tornar uma mercadoria de luxo ou um objetivo inatingível. Em alguns casos, essa desapropriação é tão severa que o tempo livre é ressignificado apenas como um intervalo para a coordenação de outras obrigações, servindo para o ordenamento dos tempos de estudo ou trabalho (Martuccelli, 2012).

Mais alarmante, contudo, é a parcela de jovens que alega sequer saber definir o que seria o tempo livre. Em suas trajetórias juvenis, a ausência de experimentação dessa temporalidade desimpedida revela um vácuo existencial: se o tempo é a matéria de que é feita a vida, a submissão a um ritmo puramente utilitário resulta em uma juventude expropriada de sua própria capacidade de sonhar e de se reconhecer fora das lógicas de utilidade e cuidado. A aceleração do ritmo transforma o tempo em um recurso escasso a ser gerido, em vez de um espaço de desenvolvimento e liberdade.

7.3 TEMPO E JUVENTUDE

7.3.1 Jovens (20 a 24 anos)

A juventude constitui-se, fundamentalmente, como um reflexo da temporalidade, estabelecendo uma interdependência constante entre o indivíduo e o tempo. Para explorar essa dinâmica, esta seção e a subsequente segmentam as participantes em dois eixos análises: jovens (20 a 24 anos) e jovens-adultas (25 a 29 anos). Tal divisão visa contrastar as vivências dessas faixas etárias, evidenciando tanto as suas convergências quanto as suas especificidades.

7.3.1.1 “Juventude é uma pessoa que se desculpa, me perdoa”

Bianca oferece uma visão idealizada, porém contestadora, da juventude como um tempo de "vida, é viver, é inconstância, embate, descoberta, contestação da lógica dominante, "e de forte vivência coletiva. No entanto, essa percepção colide com as exigências sociais. A jovem aponta que, apesar de os jovens possuírem um desenho autônomo sobre suas trajetórias, a sociedade, em especial no âmbito profissional, aguarda uma trajetória linear e segundo determinados padrões (Pais, 2003).

A juventude, na definição de Ingrid, é intrinsecamente ligada ao tempo de descoberta e aprendizagem, um período que, em sua essência, permite o erro sem a sanção imediata da culpa e das consequências. Contudo, essa liberdade de experimentação se confronta rapidamente com a materialidade da vida. Ingrid pressupõe que o teste de novas abordagens envolve falhas que

acarretam consequências reais, especialmente em termos financeiros para os jovens das classes populares.

Dessa forma, o tempo juvenil se estabelece como um promotor de desafios, forçando a reestruturação contínua de estratégias e métodos para enfrentá-los. A juventude deixa de ser um campo aberto de possibilidades ilimitadas para se tornar um campo de riscos. Ingrid narra essa tensão interna

Por exemplo, eu quero muito morar sozinha um dia, então desde agora eu já penso em guardar bastante dinheiro, que eu tenho que começar a me estruturar, porque não vai vir outra pessoa por mim. Então eu já tenho que ter esse senso, tipo assim, nossa, vai passar muito rápido. Eu tenho que me preparar, assim. Mas ao mesmo tempo, também, mano, é uma época de... de descobertas, né? Então, é muito gostoso esse lado de ser jovem, esse sentido de que eu posso fazer qualquer coisa. Embora realmente não possa, eu posso fazer o que eu posso. [Ingrid, 21 anos, mulher, branca, 21/02/24]

O relato de Ingrid evidencia o conflito estrutural: a tentativa de combinar o desejo de liberdade inerente à fase com a urgência da estruturação para a vida adulta. Essa tensão interna faz com que a compreensão teórica da juventude como tempo propício à experimentação se esvazie, uma vez que um número expressivo de jovens é forçado a construir seus planejamentos futuros de maneira antecipada. Por isso, o que deveria ser um espaço para a vivência de inúmeras possibilidades acaba se convertendo em um momento de decisões criteriosas.

Essa limitação estrutural é detalhada por Dayrell (2007, p.1108/1109), que retrata a importância de situar o lugar social dos indivíduos, fator determinante para seus limites e possibilidades

Inicialmente, é importante situar o lugar social desses jovens, o que vai determinar, em parte, os limites e as possibilidades com os quais constroem uma determinada condição juvenil. Podemos constatar que a vivência da juventude nas camadas populares é dura e difícil: os jovens enfrentam desafios consideráveis. Ao lado da sua condição como jovens, alia-se a da pobreza, numa dupla condição que interfere diretamente na trajetória de vida e nas possibilidades e sentidos que assumem a vivência juvenil. Um grande desafio cotidiano é a garantia da própria sobrevivência, numa tensão constante entre a busca de gratificação imediata e um possível projeto de futuro.

Logo, a juventude é um período com particularidades que podem vir a proporcionar experimentações diversas, entretanto, conforme Dayrell (2003, p. 42) “[...] Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e das regiões geográficas, dentre outros aspectos”.

Essa determinação estrutural molda a forma como as jovens percebem o equilíbrio entre o tempo dedicado à liberdade e o tempo exigido pelo dever. No que se refere a essa associação

com responsabilidades, Tatiana, Zoé e Wanessa demonstram uma percepção que oscila entre a juventude ideal e a necessidade de equilíbrio.

Essas jovens articulam a juventude em termos do uso do tempo. Tatiana compreende o tempo da juventude como um momento de ter obrigações, mas com carga menor que a adulta, defendendo a necessidade de ter momentos de lazer “É ter responsabilidade, mas também saber curtir um pouquinho da juventude, fazer as coisas e aproveitar”. Zoé e Wanessa reforçam essa ideia de desprendimento momentâneo: Zoé afirma que ser jovem é "não ter muita responsabilidade, né? Que tem aquela questão de ser jovem sem ser adulto, já. Mas viver a vida, não deixar de viver," enquanto Wanessa sintetiza a perspectiva com foco no presente: “Juventude é de fato vivenciar a perspectiva do agora” (Oliva-Augusto, 2002).

Essa necessidade de equilibrar o dever e o lazer se apoia no potencial inerente à juventude. Silvia compreende a juventude como uma janela de disponibilidade temporal e física, ressaltando a plenitude dos recursos para a ação “[...] a gente tem disposição para fazer um monte de coisa. Tem tempo também, né? Para fazer” (Margulis e Urresti, 1996; Franch 2018; Melucci, 1997)

Dessa forma, as jovens se encontram em uma negociação constante com suas temporalidades juvenis. Mesmo que o desejo seja a "vivência do agora" (Wanessa), a simples menção de responsabilidade (Tatiana) sugere que a fase de experimentação plena – o tempo idealizado – já se encontra mitigado pela consciência do dever social inerente à sua condição.

A percepção sobre o tempo e a juventude revela perspectivas que variam da definição focada na capacidade de ação a estritamente cronológica. Gabriela, por exemplo, adere a um entendimento minimalista, associando a juventude exclusivamente à faixa etária: “É ter pouca idade.” a definição de Gabriela expõe a persistência do senso comum etário. Tal visão ignora a complexidade estrutural que, como demonstrado no relato de Ingrid e nas análises de Dayrell (2003), delimita essa mesma disponibilidade para uma parcela significativa dos jovens.

Em contrapartida às noções de disponibilidade (Silvia) ou de deveres e ação (Tatiana, Zoé, Wanessa), Daniela introduz uma concepção de juventude centrada na maturidade reflexiva.

[...]quem eu sou, o que eu quero, pra onde eu quero ir, de onde eu vim, a importância do que eu sinto, né? Sobre entender nossos próprios sentimentos. Eu acho que a juventude é um momento onde a gente deveria aprender sobre nós mesmos, se conhecer, né? Eu acho que a adolescência é o momento em que você tem maturidade para refletir sobre seu corpo, refletir sobre suas ideias, sobre o seu posicionamento no mundo. Eu acho que a juventude deveria ser isso, né? [Daniela, 24 anos, mulher, parda, 06/02/24]

Daniela, portanto, desloca o foco da ação externa para a introspecção, concebendo a juventude como um período essencial para o amadurecimento emocional e a construção da identidade, moldando a consciência individual de forma desenvolvimentista e pessoal. Essa perspectiva afasta-se da noção comum de impulsividade juvenil, propondo, em vez disso, uma escuta apurada do corpo e da mente através das experiências internas juvenis, contestando a ideia de que os jovens carecem de habilidade para reflexões mais profundas. Ao enfatizar a grandeza do autoconhecimento, Daniela propõe uma nova visão sobre essa fase da vida: uma que é menos marcada por padrões externos e mais centrada na capacidade do jovem de estruturar sua existência de maneira crítica e sensível.

O questionamento sobre a autoidentificação – se se consideram jovens ou jovens-adultas – revela, mais uma vez, a tensão existente entre a liberdade inerente à juventude e o dever antecipado do mundo adulto. Bianca, por exemplo, se posiciona como jovem. Apesar de seu tempo cotidiano ser ocupado e subdividido entre afazeres domésticos, estudo e trabalho produtivo autônomo (*freelas*) (Leccardi, 2005), ela sente a urgência de amadurecer seus planos para o futuro e sua esfera produtiva. Essa urgência surge da dúvida sobre dedicar-se à sua formação em Comunicação Social.

Bianca demonstra buscar mecanismos no presente que se alinhem ao futuro que deseja, mas se vê presa em reflexões inconclusivas sobre como agir agora para alcançar sua idealização futura. Segundo a jovem, essa estagnação reflexiva é agravada pelas inúmeras vontades profissionais que nutre, as quais, mesmo com a formação superior concluída a impedem de se decidir por uma área específica.

Ingrid se autoidentifica como jovem, sua justificativa reside na dependência financeira, para a jovem a verdadeira adulez é marcada pela independência

É, porque eu acho que adulto, assim... Eu tenho mais responsabilidades do que eu tinha quando eu era estudante, início do ensino médio, com certeza. Mas eu ainda sou bancada por uma pessoa, né. Então eu acho que eu vou me sentir mais adulta quando eu tiver minha independência financeira... assim. Mas... de poder morar sozinha e tudo isso. Mas, ao mesmo tempo, eu já sou responsável pelas minhas ações. Então é um pouco engraçada essa sensação. [Ingrid, 21 anos, mulher, branca, 21/02/24]

O relato de Ingrid ilustra o limiar ambíguo entre as fases, onde a responsabilidade pelas ações já existe, mas o marco da independência econômica ainda não foi atingido. Em contraste, Gabriela revela um processo de maturidade forçada que a leva a se autodefinir como adulta, pois seu tempo juvenil foi, em suas palavras, "roubado". Devido a circunstâncias familiares (mudança dos pais, responsabilidades com parentes mais velhos e questões de saúde da mãe), ela fragmentou sua vivência temporal no início da juventude entre trabalho produtivo,

reprodutivo e estudo, assumindo ocupações múltiplas e precárias. Essa experiência segundo a jovem a levou diretamente da infância à vida adulta, gerando dificuldades em lidar com seus pares mais jovens.

Daniela ao se ver como jovem-adulta entende que a adulez está ligada as responsabilidades e à ausência de suporte imediato, evidenciando a solidão. Para enfrentar as dificuldades ela precisa de uma autossustentação emocional realizada por meio de pequenas ações que não a permitam desistir e se erguer em meio as dificuldades

Ah, eu acho que hoje em dia, depois dos meus 24 anos talvez, entre os meus 23 e 24 anos, eu acho que eu passei a me considerar jovem- adulta, mas principalmente porque eu já morava sozinha. Eu moro sozinha desde os 20, então isso influenciou muito. Mas me considerar adulta foi só depois dos 23 anos, que eu acho que nesse momento... Não é que eu passei a entender a responsabilidade de ter uma casa, de cuidar de uma casa, isso eu já entendia, mas eu passei a entender a responsabilidade de cuidar de mim mesma. Tipo assim, olha, você tem 23 anos e não é sobre... acorda pra vida e vai fazer uma faculdade. É acorda pra vida e vai almoçar, vai tomar um café da manhã. Vai cuidar do seu psicológico, vai fazer sua comida, vai arrumar sua casa, arrumar sua cama. Levanta a cabeça, se vira, procura um trabalho, procura se ocupar. Eu acho que nesse momento onde a gente cria a consciência sobre a nossa importância pra nós mesmos. É o momento que a gente entende que a gente tá sozinho. E que a gente precisa se virar, a gente precisa estar em pé. E a gente precisa ser forte, lutar e não desistir. Eu acho que a partir desse momento a gente se torna adulto. [Daniela, 24 anos, mulher, parda, 06/02/24]

Tatiana e Silvia se autoidentificam como jovens-adultas apesar das idades. Silvia verbaliza essa dualidade ao questionar seu status, reconhecendo o peso das obrigações adultas, mas ressaltando a ausência de sustentação financeira: “Acho que eu sou... Eu sou uma jovem-adulta? Porque eu tenho as minhas responsabilidades de adulta. Mas eu ainda sou jovem, eu ainda não me mantenho financeiramente. Ah, eu tenho uma vida de jovem, eu acho”. Tatiana se considera jovem-adulta em decorrência do acúmulo de tarefas e responsabilidades assumidas, de necessitar de uma agenda para anotar seus compromissos fielmente, devido as inúmeras atividades que realiza. A jovem complementa dizendo

Então eu acho que uma jovem-adulta no sentido de que ao mesmo tempo que eu tenho meus momentos de lazer com os meus amigos. Eu sei que eu tenho minhas responsabilidades é aí que eu falo adulto, porque é bastante. Tem coisa de casa, tem coisa fora. Eu trabalho, eu estudo, eu sou professora. [...] Eu estudo e trabalho na segunda, na terça e na sexta. [Tatiana, 20 anos, mulher, parda, 05/01/24]

Zoé se identifica como jovem pela posse de tempo livre, um recurso que sua estrutura familiar lhe possibilita vivenciar, apesar de seus compromissos nos tempos sociais de trabalho produtivo e reprodutivo. Essa experiência ressoa diretamente com a licença social associada à fase. Franch (2018, p. 106) elucida que, “Nos meios populares, sobretudo, ser jovem amiúde

significa ter certa licença para a distração, uma vez que a vida adulta comporta privações e dificuldades de todos conhecidas.”

Wanessa expressa uma visão dual, oscilando entre o ser jovem e o ser adulta com base na natureza de suas ações. Ela se percebe jovem nos momentos de impulsividade inerente à idade, mas assume o senso de jovem-adulta quando reflete sobre o legado que está sendo construído através de sua arte, que já é transmitido a gerações posteriores e a maternidade vivenciada diariamente

Em relação a se considerar jovem ou adulta Wanessa responde que “Eu acho que eu oscilo. Eu acho que eu sigo, eu acho que tem momentos que eu me considero jovem, assim, que eu me considero... Eu acho que tem momentos que eu não consigo, tipo, acompanhar a minha realidade de vida, sabe? Tipo assim, momentos em que eu, por exemplo, corto o meu cabelo sem pensar por que eu simplesmente cortei. Ou, não, é sério mesmo, ou tipo assim... Por exemplo, quando alguém recita pela primeira vez porque eu a incentivei ou porque ela conheceu meu trabalho e começou a recitar, é tipo uma sensação de continuidade, tá ligado? E aí eu acho que eu me sinto adulta cada vez que eu faço, que eu tenho essa sensação de fazer algo para que continue, tá ligado? Sei lá, tipo, na minha perspectiva, eu acho que só continuação mesmo, porque é só outras pessoas fazendo outras coisas, tá ligado? [Wanessa, 24 anos, mulher, parda, 23/02/24]

A análise dos relatos demonstra que a experiência juvenil contemporânea está longe de ser uma vivência homogênea. Em vez disso, ela se configura como um campo de tensões complexas, onde o tempo se desdobra de maneira desigual e contraditória.

O paradoxo central da experiência da temporalidade juvenil das jovens consiste na dissonância entre o ideal de tempo livre para experimentação e autodescoberta (Melucci, 1997) e a imposição acelerada de responsabilidades adultas. As jovens se encontram submersas em um tempo presente sobrecarregado pela necessidade de construir algo para o futuro ou de garantir a sobrevivência imediata (Oliva-Augusto, 2002).

Além disso, a condição social atua como principal fator de modulação dessa experiência. Enquanto algumas jovens, como Zoé, desfrutam de uma "licença para a distração" (Franch, 2018), outras, confrontadas pelas responsabilidades familiares precoces ou pela solidão a partir da ausência de familiares diretos como Daniela, Gabriela e Wanessa têm seu tempo juvenil modificado, sendo forçadas a se posicionar como jovens-adultas prematuramente.

Em suma, a juventude é o período em que se negocia ativamente a liberdade inerente à fase contra as demandas de uma vida adulta que exige planejamento criterioso e autossustentação, muitas vezes sem o suporte adequado.

7.3.1.2 “A gente precisa o tempo todo pensar um passo à frente”

Os desafios enfrentados pelas jovens mulheres mapeiam barreiras que transcendem a esfera individual e do gênero, inserindo-se em dinâmicas estruturais de raça e localização.

Para Bianca, a esperança em ser uma jovem mulher reside no coletivo e na militância, sinalizando um horizonte de mudança construído pela ação coletiva de jovens mulheres. Contudo, a realidade material impõe um obstáculo severo: o desafio se define quando, apesar da dedicação, a recompensa é negada. De acordo com a jovem “o desafio é você possuir qualificação e não conseguir um trabalho de acordo com a sua qualificação por conta do seu local de moradia e cor da pele.”

Essa experiência demonstra que a mobilidade social prometida pelo investimento na educação é bloqueada por atravessamentos interseccionais. A estrutura social historicamente marginaliza corpos racializados, especialmente em certos contextos geográficos. A militância, portanto, não é apenas um ideal, mas uma necessidade de sobrevivência econômica e social diante de um mercado de trabalho codificado por preconceitos estruturais.

Ingrid articula seus contratempos na sociedade atual por meio de uma dupla restrição: a regulação da expressão sexual e a ameaça constante à segurança no espaço público. Ela sintetiza essa pressão ao afirmar que a

[...] liberdade de existir tá sempre atrelada à moral, Tá sempre num padrão, assim, que a gente tem que se colocar fora porque a gente não precisa ser, né, dos caras... Por exemplo, a nossa sexualidade é sempre muito... A forma que a gente expressa a nossa sexualidade é sempre muito pautada... E aí, a segurança também, né? Tipo, eu não me sinto à vontade, por exemplo, de voltar do Panela sozinha. Eu fico com medo, né? Tipo, a gente fica, mano, tá maior tarde, tô aqui na rua sozinha. Qualquer pessoa pode fazer qualquer coisa comigo. Então, eu acho que é ser vulnerável muitas vezes. Isso é uma desvantagem. [Ingrid, 21 anos, mulher, branca, 21/02/24]

Através do relato da jovem é possível perceber que a sexualidade feminina é retirada do domínio privado e transformada em um campo de disputa pública, constantemente avaliado e "pautado" para não ameaçar a hegemonia ou as expectativas masculinas. Essa pressão normativa se manifesta, inclusive, na insegurança física das mulheres.

A vulnerabilidade urbana vivenciada por Ingrid — sua insegurança ao transitar sozinha à noite — funciona como a manifestação prática da fragilidade do corpo feminino que Zoé identifica como um ponto central das barreiras em ser uma jovem mulher. Zoé, ao aprofundar essa experiência, estabelece um nexos: quanto mais jovem a mulher, menos os homens demonstram respeito. Essa dinâmica a forçou a adotar mecanismos de sobrevivência

quando mais nova, como ceder a assédios²⁸, principalmente verbais, para evitar que as situações escalassem para problemas maiores.

Este enfrentamento constante da ameaça ressoa diretamente com a reflexão de Lorde (2019, p.245) sobre a dominação masculina, que pondera que

[...] O estupro está aumentando, comunicado ou não, e estupro não é sexualidade agressiva, é agressão sexualizada. Como diz Kalamu Yang Salaam, um escritor negro. “Enquanto existir a dominação masculina, o estupro irá existir. Só com as mulheres se revoltando e os homens se conscientizando de sua responsabilidade em lutar contra o sexismo é que o estupro pode ser coletivamente detido”.

Wanessa identifica um avanço significativo - a liberdade e a independência percebidas hoje são maiores do que as experimentadas por suas mães e tias. Isso sugere que a militância e as lutas anteriores abriram fissuras no rígido controle social sobre os corpos femininos.

Complementando essa visão de luta contínua, Daniela percebe a juventude feminina como um campo pautado pela resistência e determinação, que, apesar da vulnerabilidade, invisibilidade e descredibilidade impostas aos seus corpos, permite a evolução.

O caso de Wanessa ilustra como a estrutura de gênero impõe uma vivência diferenciada ao período de experimentação juvenil. Aos 16 anos, a maternidade que a jovem considera precoce a forçou a assumir simultaneamente o trabalho produtivo (o emprego) e o trabalho reprodutivo (o cuidado com a filha, que tinha sete anos na época da entrevista). O tempo livre e as oportunidades de erro e tentativa que as jovens relatam ter na juventude Wanessa considera que não estão mais disponíveis para ela.

Essa realidade ecoa as reflexões de Guimarães (2024, p. 5), que reitera como as desigualdades no cuidado, exercido como "obrigação", possuem um forte componente geracional. Segundo a autora

Nesse sentido, as desigualdades no cuidado que se exerce como “obrigação” têm um forte (embora pouco estudado) componente geracional, além da reconhecida desigualdade de gênero e etária. Isso porque, se na geração das nossas mães, as mulheres estavam em ampla maioria retidas em casa, especializadas em prover esse cuidado não remunerado e invisibilizado, na nossa geração, as mulheres, independentemente de classe e cor, estão crescentemente inseridas no mercado, produzindo e provendo rendimentos, ao tempo em que seguem responsabilizadas pelo trabalho doméstico não remunerado. A “obrigação” de cuidar, nesse sentido, pesa nos ombros de mulheres que acumulam jornadas de trabalho profissional e de cuidado.

²⁸ Zoé durante a entrevista citou que considera assédio condutas realizadas por pessoas do sexo masculino que causam intimidação e constrangimento, podendo ser verbais, não verbais e físicas, essa última manifestada principalmente pelo toque em partes do corpo da jovem sem consentimento.

Isso aponta para uma assimetria dupla imposta pelo gênero: não só a mulher é a principal responsável pelo trabalho reprodutivo, mas a maternidade, por vezes, precoce a penaliza com a perda do tempo socialmente designado para a formação de identidade e o erro inerente à juventude. Inclusive Wanessa em seu relato compara que, se fosse o pai de sua filha ao invés da mãe, a cobrança seria bem menor.

Tal comparação revela uma responsabilidade assimétrica: a sociedade permite que o homem mantenha sua juventude e suas oportunidades ao se tornar pai, enquanto a mulher é imediatamente reclassificada para o papel de provedora e cuidadora primária, limitando seu potencial futuro.

Silvia aponta que seu atravessamento mais desafiador é a baixa visão, que atrai não apenas preconceito, mas também a tentativa de a subjugar ao lugar de vítima e digna de pena. A juventude de Silvia é, portanto, moldada não apenas pela sua identidade de gênero, mas pela forma como sua deficiência é lida socialmente, reforçando uma narrativa de dependência.

Para Tatiana, ser uma jovem mulher negra e periférica, mesmo ingressando em instituições de elite como a USP, gera um desafio existencial complexo: a luta contra o sentimento de inferioridade gerado pelo racismo estrutural. A jovem reflete que além de ter que provar constantemente sua capacidade para os outros, também tem que provar para si e que quando se vê frente a algum desafio relacionado aos estudos se sente em uma eterna luta para demonstrar sua capacidade. Este sentimento vincula-se diretamente ao racismo estrutural, Gomes e Laborne (2018, p.13) elucidam que

O racismo não é uma mera consequência da violência que assola a juventude negra brasileira. Ele também não é um epifenômeno da questão de classe ou somente uma questão do Estado. O racismo é violento e produz violência. Uma violência que incide sobre determinados sujeitos, portadores de sinais diacríticos específicos, frutos de uma ancestralidade negra e africana. No imaginário sociorracial, aos portadores desses sinais soma-se tudo de negativo que a violência racista construiu no contexto das relações de poder, na luta de classes, na desigualdade de gênero e sexual.

Em resposta a essa violência internalizada e externa, emerge a necessidade de espaços seguros e a visão de resistência. Tatiana encontra refúgio e cumplicidade ao compartilhar suas inseguranças com outras jovens negras e periféricas. Isso valida a ideia de que a compreensão da opressão estrutural exige corpos que a vivenciem simultaneamente; uma jovem branca, segundo Tatiana, não conseguiria compreender a profundidade desse racismo.

Gabriela ao situar os atravessamentos que sofre, cita também o racismo estrutural, exemplificado em um evento no Clube do Livro no Centro de São Paulo, que estava na companhia de Diana.

O primeiro indicativo foi o custo estrutural do acesso: quatro horas de deslocamento e a necessidade de dividir um exemplar para realizar a leitura prévia. Ao chegarem, a disparidade se confirmou no ambiente: o público era composto por indivíduos brancos, mais velhos e de status econômico elevado, que consumiam o debate sobre a realidade periférica como algo distante, ignorando os atravessamentos raciais e territoriais.

O ponto culminante e mais revelador dessa divisão social ocorreu quando questionadas sobre o que não esquecem ao sair de casa, as jovens prontamente responderam o RG para identificação caso paradas pela polícia. O choque e o desconforto dos demais participantes evidenciaram a profunda divisão econômica, social e temporal instaurada. Essa revelação prova que a violência estrutural que incide sobre corpos racializados não é um conceito abstrato, mas uma realidade diária que exige precaução constante, contrastando radicalmente com a segurança presumida do espaço privilegiado que as rodeava.

Em concordância com a experiência de Gabriela, Gomes e Laborne (2018, p.15) ilustram essa disparidade com a fala de uma mãe negra militante

Em um evento, uma mulher negra e militante do movimento dos povos e comunidades tradicionais disse para o público: “Ser mãe de um jovem negro, hoje, é uma operação de alto risco. Enquanto a mãe branca de classe média diz ao seu filho para levar o agasalho quando este sai no sábado à noite, nós, mulheres e mães negras, dizemos aos nossos filhos: cuidado com a polícia, se for parado não responda com grosseria, leve os documentos sempre, não ande sozinho.

Esta citação reflete diretamente a não contemporaneidade dos contemporâneos, conceito elucidado por Rosa (2019). Ou seja, embora sujeitos compartilhem o mesmo tempo histórico, eles não necessariamente dividem as mesmas vivências ou ritmos. A desigualdade social se manifesta nessa "dessincronização," que ocorre frequentemente quando atores sociais de diferentes classes ou culturas se encontram, possuindo "práticas e orientações temporais notavelmente distintas" (Rosa, 2019, p.38).

Logo, torna-se inviável compreender a opressão de gênero de maneira isolada, pois ela é inerente a outras formas de desigualdade social (Hirata e Kergoat, 2007). Kergoat (2010) reforça essa perspectiva ao propor que gênero, classe e raça não operam de forma isolada, mas de maneira coordenada e correlacionada. Essas dimensões não se aglutinam como uma soma mecânica; elas se entrecruzam, delineando as vivências sociais de maneira singular e profunda.

7.3.1.3 “Nossa, minha mãe não teve liberdade de nada, ela vivenciou muita repressão, engravidou cedo e foi expulsa da igreja”

A vivência do tempo juvenil feminino revela-se como um campo de tensões onde se cruzam a herança de restrições das mães e as novas possibilidades de autonomia das filhas. Ao analisar os relatos de Ingrid, Tatiana e Daniela, percebe-se que a diferença entre as gerações não reside apenas no passar dos anos, mas na qualidade política e social do tempo vivido. Enquanto o tempo das mães era frequentemente marcado pela interdição e pela urgência da sobrevivência, o das jovens busca a expansão de horizontes e a construção de projetos de vida próprios.

No relato de Ingrid, o contraste temporal é estabelecido pela transição entre o espaço privado e o público. A "forte repressão" mencionada sobre a geração de sua mãe e tias sugere uma temporalidade enclausurada, onde o corpo feminino era destinado precocemente ao matrimônio e à maternidade. Implicitamente, Ingrid identifica que o tempo dessas mulheres era um tempo sequestrado que interditava os anseios e a mobilidade. Ao conquistar o direito de transitar, Ingrid ressignifica o que é ser jovem: “De ser livre, assim, para me relacionar com quem eu quisesse, pra... Pra sair de casa, né? De viver o meu tempo livre. E a minha mãe não podia, tinha que ficar em casa. Aí eu pude sair, descobrir o que é a cidade”.

Para a jovem, o "tempo livre" deixa de ser apenas a ausência de obrigações para tornar-se o tempo da descoberta. A cidade deixa de ser um território proibido e passa a ser o palco da sua autonomia. A liberdade de "relacionar-se com quem quisesse" indica que, ao contrário de sua mãe, Ingrid detém a soberania sobre sua cronologia afetiva e sexual.

A narrativa de Tatiana aprofunda a compreensão de como o tempo das jovens hoje é, em larga escala, "financiado" pelo esforço materno. O tempo da mãe de Tatiana foi regido pela fragmentação e pela sobrecarga: a maternidade solo, o abandono paterno e o acúmulo de funções produtivas e reprodutivas. O relato expõe a dureza de uma temporalidade sem pausas

Ela me teve com 21 anos e foi bem quando ela conseguiu a faculdade e tudo mais. Ela me teve muito jovem, ela ficou grávida comigo com 20 anos. E o meu pai, vamos dizer o famoso ditado, foi comprar cigarros. Para não dizer que apareceu com outra mulher dois tempos depois. E agora tem duas filhas com ela, mas a gente não conversa sobre isso. Mas, tipo, ele desapareceu nessa e a minha mãe teve que ir sozinha dar conta de tudo. Então, tipo, uma diferença que eu considero é porque eu é eu, tipo, eu... Eu não pago pela minha faculdade, minha mãe pagava pela faculdade dela. Eu consegui trabalho, mas eu consegui um trabalho lá. Então minha locomoção é mil vezes mais fácil do que a da minha mãe. Porque ela tinha que trabalhar, estudar, cuidar de mim, ter que pagar escolinha, ter que pagar... Eu fiquei muito com babá. Durante muitos períodos da minha vida eu fiquei com babá ou eu ficava tempo integral na escola. E eu chegava a ver minha mãe só de noite ou final de semana. Então, é diferente [...] passou por momentos muito difíceis. Teve momentos, pelo que ela me

fala, que, tipo, foi muito complicado. Mas ela nunca desistiu. Tipo... Forte, sabe? Incrível. [Tatiana, 20 anos, mulher, parda, 05/01/24]

A "leveza" vivenciada por Tatiana no presente é fruto de uma rede de proteção tecida por sua mãe. Ao assumir a maior parte dos encargos financeiros e domésticos, a mãe atua como um anteparo que impede que a precariedade invada o tempo de estudo da filha. Há aqui uma inversão simbólica: o tempo da mãe foi sacrificado para que o tempo da filha pudesse ser investido em capital cultural. A organização atual da casa permite que Tatiana não precise repetir o ritmo frenético de sobrevivência que marcou a juventude materna.

Daniela, ao comparar a vida da mãe e da tia com a sua, identifica a ausência de orientação como um fator de aceleração do tempo. A gravidez da tia e da mãe aos 17 anos é lida pela jovem como um evento que "interrompe" a juventude devido ao silêncio dos adultos. Para a jovem, a falta de diálogo é, em si, uma forma de vulnerabilidade que expõe as jovens ao risco de uma vida adulta precoce.

A mudança fundamental reside na qualidade da comunicação. A abertura para "falar sobre inúmeras coisas" com sua tia representa uma nova forma de habitar o tempo juvenil: um tempo com mediação e proteção. Para Daniela, o diálogo funciona como um escudo preventivo que permite que ela permaneça em sua fase de desenvolvimento sem os atropelos causados por uma maternidade não planejada. Uma conversa franca entre gerações substitui a repressão do passado, garantindo que a jovem mantenha o controle sobre seu caminho.

No relato de Daniela, observa-se uma interessante inversão de significados sobre a "liberdade". A jovem descreve uma criação marcada pela rigidez da tia — uma figura que impunha limites escolares severos — mas que, paradoxalmente, foi a garantidora de sua autonomia. A rigidez de sua tia não era um fim em si, mas uma ferramenta de proteção social para uma jovem de classe popular.

O tempo da tia, marcado por desafios práticos e escassez de orientações, foi transformado em um "tempo pedagógico" para a sobrinha. Daniela destaca

Minha tia, ela me prendia mais do que meu pai, não é que eu vivia presa, mas a minha tia me prendia mais do que meu pai, porque minha tia sempre foi mais rígida. A minha tia sempre me exigiu ir pra escola e estudar, e fazer a lição, e se eu não fizesse a lição, eu não ia sair, eu não ia dar rolê. Então, a minha tia, ela sempre foi mais rígida do que meu pai. Mas ainda assim, a minha tia sempre me deu liberdade. Tipo assim, eu queria sair e beber com os meus amigos. Ela me levava no rolê, ela me buscava no rolê. Independente se eu estava bêbada ou não, se ela ia brigar comigo ou não. Ela me buscava e ela me levava sempre em segurança, sabe? E ela sempre conversou muito, tipo assim, não tem problema você perder a virgindade, você ficar com as pessoas, você pode transar. Mas usa camisinha, estuda, não tem filho. Então a minha tia, ela sempre me acompanhou muito. Principalmente porque a minha tia é da área da saúde. A minha tia nunca foi o tipo de pessoa que chegou em você e te deu um abraço e chorou e disse que te ama. Porque a minha tia, ela não é... Não sabe expressar, assim,

esses sentimentos. Mas sempre deu uma abertura para conversar sobre qualquer coisa, sabe? Tipo, sempre esteve aqui, sempre considerou em pauta tudo que eu dissesse. [Daniela, 24 anos, mulher, parda, 06/02/24]

A atuação da tia permitiu que Daniela estabelecesse um ritmo temporal no qual a maternidade não fosse um evento impeditivo ou antecipado. A "abertura para conversar sobre qualquer coisa" funciona como uma tecnologia de prevenção que atrasa responsabilidades adultas e preserva o tempo juvenil. O afeto, que não se manifesta pelo contato físico ou pelo choro, materializa-se na presença constante e na valorização da voz da jovem, permitindo-lhe uma configuração de vida distinta da vivenciada pelas gerações anteriores.

Se em Daniela o tempo é mediado pelo diálogo, em Wanessa ele é marcado pelo silêncio e pelas cicatrizes do racismo estrutural. A dificuldade da jovem em acessar a história de sua mãe reflete uma temporalidade de traumas acumulados. A revelação de que a avó, uma mulher negra, exercia racismo contra os próprios filhos por não serem "brancos o suficiente" expõe como a opressão racial fragmenta as identidades e as memórias familiares.

A mãe de Wanessa personifica o "tempo da exaustão". Ao engravidar jovem e emendar sucessivas maternidades, sua vida foi consumida pelo acúmulo de trabalho produtivo e reprodutivo, resultando em um distanciamento afetivo que perdura. Wanessa, embora tenha repetido o evento da gravidez na juventude, demonstra uma agência diferente sobre sua própria rotina. Wanessa conseguiu, mesmo com dificuldades e um controle de tempo rígido, estabelecer a sua divisão temporal de uma maneira que mesmo com tantos afazeres tivesse algum tempo livre.

Diferente de sua mãe, que se tornou "distante" pela sobrecarga absoluta, Wanessa busca fissuras no cotidiano para reivindicar o seu "tempo livre". Dessa forma, a jovem busca não ser totalmente devorada pelas funções domésticas. Enquanto a mãe foi silenciada pela sucessão de filhos e pela hostilidade racial, a filha tenta articular uma vida onde o tempo não seja apenas uma sucessão de deveres, mas contenha lapsos de subjetividade e presença, mesmo sob o peso de uma realidade desafiadora.

As trajetórias de Daniela e de Wanessa ilustram que o tempo juvenil das mulheres contemporâneas é um campo de disputa entre o que lhes foi herdado e o que elas conseguem projetar. No caso de Daniela, a rede de apoio feminina atuou como um catalisador de oportunidades e proteção. No caso de Wanessa, a luta é contra a inércia de um ciclo de exaustão e racismo que tentou apagar a individualidade de sua mãe.

Ambos os relatos confirmam que a possibilidade de uma vivência temporal "mais leve" ou mais organizada depende diretamente da capacidade de romper com o isolamento e com a

falta de orientação. A juventude, portanto, afirma-se como a conquista de um tempo que permita à jovem ser protagonista de suas escolhas, retardando ou reconfigurando os pesos da vida adulta que, para suas mães, foram inevitáveis.

7.3.2 Jovens- adultas (25 a 29 anos)

7.3.2.1 “O que as pessoas consideram jovial eu ainda tenho isso dentro de mim”

Entre parte das jovens-adultas, a relação com o tempo e a juventude se expande para além da idade, focando na permanência do estado de espírito. Diana e Keila defendem que o tempo juvenil é, acima de tudo, composto por esperança e ideais, constituindo um “espírito jovem” que transcende a faixa etária e poderia ser aderido por qualquer pessoa (Ferreira, 2009). Oliver reforça essa visão, ligando a jovialidade à essência pessoal, mesmo com o amadurecimento das percepções.

Essa concepção idealizada do espírito jovem se apoia em um ideal social de juventude eterna, frequentemente associada à aparência e ao consumo. Simbolicamente, o "corpo jovem" torna-se uma referência de reverência, mantida enquanto for possível aparentar vigor físico, fomentando um ciclo estimulado pela mídia (Ferreira, 2009; Peralva, 1997; Groppo, 2017).

Existe uma contradição estrutural nesse entendimento de tempo juvenil, as jovens, já sobrecarregadas por múltiplas responsabilidades e com tempo juvenil escasso, se apegam a esse conceito de "espírito jovem" como refúgio. Essa idealização alimenta a esperança de que, em algum dado momento da vida, poderão, finalmente, vivenciar a experimentação de maneira plena inerente à juventude.

Em contrapartida à mera idealização, a percepção prática do tempo varia drasticamente. Para Eliana, a juventude está intrinsecamente ligada à disponibilidade para o lazer — o tempo para fazer o que se gosta. Contudo, Karen elenca um critério estrutural e prático para o uso desse tempo: morar com os pais. Para ela, a real disponibilidade do tempo juvenil reside na menor responsabilidade sobre os compromissos adultos, como trabalho, afazeres domésticos e cuidados, evidenciando o privilégio do suporte estrutural

Mas quando chega em casa, tem a mãe, tem o pai pra dar todo o suporte, ter comida feita. Sei lá, só sai pra estudar, mesmo que fique o dia fora. Quando chega em casa, tá tudo lindo e maravilhoso. Não ter preocupação com contas, não ter preocupação com... De fazer afazeres domésticos, a comida está feita. Pra mim, não, né? [...] Os jovens não têm essa preocupação, talvez, né? Porque é realmente essa questão de que tem quem faz. E já pra mim, se eu não fizer, ninguém vai fazer por mim [Karen, 26 anos, mulher, parda, 01/02/24]

A distinção feita por Karen revela que a dependência familiar funciona como um subsídio material, prolongando o tempo juvenil. Isso separa aqueles que já internalizaram a autogestão total da vida (como ela) daqueles que ainda usufruem desse suporte estrutural.

A ruptura desse arranjo — o ato de deixar o lar parental — é o que aciona a assunção de novos papéis na constituição familiar e social. Essa transição exige imediatamente liderança, provimento financeiro, e a execução de tarefas de cuidado e moradia (Corrochano, Abramo, Abramo, 2017).

Contudo, para sujeitos que enfrentam identidades não-normativas, essa transição é dramaticamente intensificada pelo custo social de existir. Oliver descreve sua juventude como um "mix de sensações muito grandes," frequentemente marcadas por dor, "corre" e angústia, impulsionadas por sua identidade

É muitas coisas misturadas, né? [...] Pra mim, assim, tem sido uma mistura de muita dor, sabe? De muito corre, muito suor. E repetido em ciclos. E o corre é uma das coisas que me deixam mais animado, assim. no meu, na minha vida, assim, tá ligado? Porque é o que eu tenho, entendeu? E eu faço muito bem, mas o meu corre é muito dificultado por essas questões, né? Por ser trans, por ser mãe, por ser recém-transicionado, essas coisas. Então, é uma caminhada de muita dor. Pode ter um momento de alegria, obviamente, né? Nem todo mundo sofre o tempo todo, mas é muito corre, é muita... Muita angústia, muitas das vezes. E eu posso resumir a isso, tá ligado? Não que ser trans é resumido a dor. Mas em questão de rotina, em questão de... A minha juventude, eu posso dizer que é uma coisa que dói muito, sabe? É fogo, porque a gente se encontra... isolado, de certa forma. É como se a gente tivesse que correr o dobro, o triplo, às vezes. E minha juventude foi basicamente isso, correria e sempre ter que ficar em pé, independente do que acontece, porque eu tenho que fazer isso, tem que acontecer. [Oliver, 29 anos, homem trans, indígena, 26/01/24]

A aceitação social — o simples ato de ter seu gênero e identidade reconhecidos — se transforma em uma demanda temporal diária e não remunerada. Para Oliver, a rotina é atravessada pela necessidade constante de explicar sua identidade de gênero, sua transição e sua maternidade. Essa tarefa, que não é exigida de indivíduos cisgênero, consome energia mental e física, configurando mais um trabalho de acordo com o jovem.

Essa marginalidade, imposta pela rigidez do sistema binário de gênero e pelas leituras normativas dos corpos (Pereira, Gaudenzi e Bonan, 2021), obriga Oliver a um esforço adicional que transcende a sobrecarga comum. Tal exigência se soma à pressão de manter-se em pé socialmente, resultando em uma intensificação da dessincronização dos ritmos de vida (Rosa, 2019). Em outras palavras, a luta por validação e o enfrentamento da transfobia consomem o tempo que, para outros, poderia ser dedicado à experimentação (o ideal juvenil) ou ao lazer, transformando a juventude em uma correria constante para manter a própria existência.

Essa experiência de exaustão imposta pela estrutura social encontra um eco mensurável na percepção das demais jovens entrevistadas desse grupo. Elas revelaram que a autoidentificação como jovens ou jovens-adultas é diretamente influenciada por uma métrica calculável: a distribuição de horas dedicadas ao trabalho produtivo e reprodutivo. Segundo elas, quanto maior o acúmulo de responsabilidades e menor o tempo livre, mais próxima as jovens se sentem da vida adulta e conseqüentemente mais distantes da juventude. Os momentos de lazer e a liberdade de escolha, por outro lado, funcionam como indicadores de permanência na fase juvenil. Conseqüentemente, o tempo dedicado ao trabalho produtivo é visto como o caminho direto para a emancipação e para o "ser adulta".

A maneira como os tempos são divididos no cotidiano exerce, portanto, influência direta nas percepções temporais das jovens e no sentimento de pertencimento ao "ser jovem". Isso valida a premissa de que o tempo é uma categoria essencial na experiência social (Melucci, 1997), operando em um fenômeno de reciprocidade: a juventude molda a percepção do tempo, e a distribuição temporal vivida redefine o que significa ser jovem (Feixa, 2003).

Ao ser aplicada essa lente teórica sobre a autoidentificação, percebe-se um padrão: as jovens desse grupo se declaram majoritariamente jovens-adultas a partir de uma percepção de sobrecarga temporal, na qual a autogestão exige a coordenação simultânea de múltiplas esferas da vida. Karen, por exemplo, que começou a morar sozinha aos 21 anos, sente o peso dessa gestão em todas as áreas, incluindo o autocuidado, necessitando se restabelecer sozinha mesmo doente. Diana oscila, mas demonstra consciência dessa métrica, priorizando trabalhos sazonais para garantir flexibilidade entre o tempo de trabalho produtivo (que considera adulto) e o tempo de estudo/coletivos (que considera jovem)

Essa rotina sobrecarregada leva Karen à sensação de estar constantemente "apagando incêndios" ou vivendo apenas no presente imediato, onde a prioridade muda constantemente (Oliva-Augusto, 2011). O excesso de experiências vividas por unidade de tempo, como ela narra, colabora para a aceleração e o descompasso dos ritmos de vida (Rosa, 2019), reduzindo a existência a uma "sucessão de presentes" desconectados.

Entretanto, Keila e Eliana demonstram que a sobrecarga não anula totalmente o sentimento juvenil. Ambas se veem como jovens-adultas pela quantidade de responsabilidades e pelo cuidado com terceiros, mas conseguem delimitar o "ser jovem" através da manutenção do lazer. Eliana sintetiza essa dualidade: "Eu sou jovem-adulta [...] Porque eu sou jovem, sou muito feliz, alegre com a vida e posso fazer um pouco do que eu quero. Ah, e adulta porque eu

faço as minhas coisas de casa, né?”. Assim, o lazer se torna o ponto de ancoragem que permite a elas reivindicarem a identidade juvenil, mesmo diante das obrigações adultas.

A análise dos relatos revela que a juventude contemporânea, longe de ser uma fase coesa de transição, está profundamente marcada por um paradoxo central: ela é simultaneamente idealizada como um tempo de potencial ilimitado — seja pela esperança ("espírito jovem"), ou pela disponibilidade física (Silvia) — e, na prática, vivenciada como um período de aceleração e restrição estrutural.

A métrica pela qual as jovens avaliam seu pertencimento a esta fase é o tempo: a divisão entre o tempo produtivo/reprodutivo e o tempo livre. Quando o dever se sobrepõe à liberdade, a autoidentificação pende para a "jovem-adulta", indicando que a emancipação é medida pelo fardo da responsabilidade assumida.

A maneira como as barreiras materiais e sociais se dispõem intensificam essa aceleração. A dependência familiar, como exposta por Karen, confere uma "licença" temporária, enquanto a sobrecarga interseccional, como no caso de Oliver, impõe um custo temporal altíssimo apenas para garantir o reconhecimento social e a sobrevivência. Assim, a juventude se torna um tempo de gestão de crises —sobrevivência (Karen) ou a crise de validação (Oliver) — substituindo a experimentação calma pela necessidade de "apagar incêndios" (Karen).

Em suma, a juventude para as jovens é um tempo de tensão constante, onde a possibilidade de ser se choca com a exigência de *ter* (independência financeira, reconhecimento social, estrutura de vida), forçando os sujeitos a um estado de dessincronização rítmica (Rosa, 2019), aguardando o dia em que o tempo lhes pertencerá integralmente.

7.3.2.2 “Bom, realidades totalmente diferentes- Ela tinha menos tempo ainda”

A transição geracional entre mães e filhas revela uma mudança profunda na natureza do tempo vivido. Enquanto para as gerações anteriores o tempo era frequentemente um recurso escasso, consumido pelo esforço físico e pelo dever do cuidado, para as jovens contemporâneas ele se apresenta como um espaço ensaístico de uma possível autonomia e experimentação. Ao analisar os relatos de Karen e Keila, percebe-se que essa transformação é impulsionada tanto pelo avanço tecnológico quanto por uma ruptura consciente com padrões históricos de gênero.

Karen, ao estabelecer um comparativo entre a sua juventude e a de sua mãe, identifica nas inovações tecnológicas um fator determinante para a transformação das condições de vida feminina. Para a jovem, o aparato tecnológico não representa apenas um marco de modernidade,

mas um recurso que ampliou significativamente o bem-estar e a autonomia das mulheres. Como exemplo, a jovem citou a lavagem de roupas, que antes eram lavadas a mão e hoje por meio de máquinas.

Para Karen, a tecnologia não é vista apenas como modernização, mas como um agente de libertação do corpo feminino. O contraste entre a lavagem de roupas manual e a automatizada simboliza a transição do trabalho braçal para a praticidade. Essa mudança sinaliza uma alteração na densidade do tempo: o que antes era um tempo pesado, marcado pelo desgaste físico e pela lentidão do esforço manual, torna-se um tempo acelerado e simplificado.

A substituição do trabalho braçal pela mediação das máquinas permite que Karen disponha de uma celeridade nos afazeres que sua mãe não possuía. Esse tempo "poupado" não é apenas um ganho cronológico, mas uma abertura para que a jovem possa investir sua energia em dimensões que transcendem a mera manutenção da vida doméstica. A tecnologia, portanto, funciona em alguns casos como uma aliada na preservação de outras experiências juvenis.

A narrativa de Keila introduz a crítica ao amadurecimento forçado, fenômeno que sequestrou a juventude de sua mãe e tias. O tempo dessas mulheres foi marcado por uma antecipação do ser adulta, imposta pela necessidade de cuidado com irmãos menores e pela entrada prematura no mundo do trabalho. Keila reflete

Ela começou a trabalhar mais cedo do que eu. Ela foi mãe cedo, né? Acho que ela meio que foi adulta mais cedo [...] Bom, eu vejo isso pela minha mãe e pelas minhas tias. Eu acho que elas se tornaram adultas muito cedo, porque, por exemplo, do lado da minha mãe, são sete filhos. E como as meninas são as mais velhas, elas meio que tiveram que cuidar dos irmãos mais novos. E aí, conseqüentemente, cuidar da casa, tudo mais, e começar a trabalhar muito cedo. Minha mãe começou a trabalhar com 15 para 16 anos, então ela se tornou adulta muito cedo. E as minhas tias também foram meio que nesse embalo todo. E eu acho que essa é a dificuldade. E a dificuldade que eu acho que a gente enfrenta é tentar quebrar a barreira que foi criada nas gerações passadas, que é histórico, né? [Keila, 29 anos, mulher, branca, 27/01/24]

A análise de Keila sobre a mãe e as tias revela que os papéis de gênero construídos socialmente funcionaram como uma "barreira histórica" que acelerou ou interrompeu etapas fundamentais do desenvolvimento humano. O senso de dever e a responsabilidade com terceiros sobrepunham-se aos anseios juvenis, transformando a juventude em um tempo de renúncia e assistência. A quebra desse padrão é a grande conquista de Keila, que hoje pode direcionar sua divisão temporal para os estudos e para a construção de si, sem a pressão de uma maternidade ou de um cuidado doméstico como da geração de sua mãe.

A evolução das dificuldades mapeadas por Keila demonstra que a autonomia atual é o resultado de uma estratégia de sobrevivência e ascensão desenhada pela geração anterior. A

transição de uma estrutura familiar de sete filhos para uma filha única é um indicativo de que a mãe de Keila buscou oferecer à filha um contexto de maior abundância temporal.

A jovem sintetiza essa dívida histórica com uma metáfora potente: “As nossas mães, nossas avós correram muito pra gente estar engatinhando”. Essa afirmação sugere que o "engatinhar" da juventude atual — o ato de experimentar, de errar, de estudar e de viver sem pressões imediatas — só é possível porque houve uma "corrida" geracional pela subsistência. A liberdade de Keila em não ter filhos e focar em sua formação, por vezes, é a materialização do projeto de futuro de suas antecessoras. O tempo juvenil deixa de ser um campo de exaustão e passa a ser um campo de investimento subjetivo.

No relato de Oliver, a temporalidade da mãe é descrita como um cenário de escassez absoluta, no qual o tempo individual foi consumido por uma maternidade numerosa e pela ausência de redes de apoio após a migração da Bolívia para o Brasil. Em seu relato, depreende-se o sentido de um tempo fragmentado pela sobrecarga acumulada; o distanciamento afetivo da mãe é interpretado não como uma escolha deliberada, mas como o sintoma de um profundo esgotamento temporal.

Oliver utiliza essa memória como um "parâmetro negativo", um modelo de vida que ele recusa habitar. Sua "revolta" atua como uma ferramenta de agência, permitindo-lhe romper com o ciclo de conformismo

Bom, realidades totalmente diferentes. A minha mãe era mãe de vários filhos. Eu tenho nove irmãos. Depois que ela se separou do meu pai, era só ela, né? Então ela não tinha muito... Ela tinha menos tempo ainda, assim. Porque eu acho que ela não tinha muita vontade, né? Mas eu compreendo ela como pessoa, sabe? A gente não tem uma conexão lá muito de mãe e filho, mas é por causa de história mesmo, ela nunca esteve lá. Então, assim, tipo... Eu compreendo ela como pessoa de não ter conseguido dar conta de tudo isso de filho, de realmente dar atenção e entendo que ela não quis, basicamente. Não concordo, mas é isso, né? É o que é. eu já me vejo um pouco mais revoltado. Eu acho que eu me revoltei um pouco com a minha realidade. Eu acho que também tive muito mais acesso às informações, ou assim, nem tanto às informações, mas à revolta dentro de mim, de não me conformar em viver as mesmas coisas, ou ser submetido a uma realidade que eu não queria. Eu acho que me levou às informações que eu precisava para poder mudar um pouco o jeito que eu queria viver. Eu consegui... Sempre foi muita correria, não que eu tenha feito boas escolhas, mas eu era mais revoltadinho. Eu consegui... Eu vivo da autonomia desde que eu morava com ela, basicamente. Trabalhei em casa, nos lugares, comecei a trabalhar bem cedo. Mas acho que essa é a diferença também, eu saí mais cedo. Eu saí mais cedo. Ela teve uma estrutura, assim, minimamente boa, e depois teve muitos filhos. E a gente mora longe, então ela não teve também rede de apoio. Eu casei e basicamente. E, na verdade, eu nem esperava. Eu sempre fui tão sozinho, eu não realmente esperava um dia ter pessoas que realmente... me amassem. [Oliver, 29 anos, homem trans, indígena, 26/01/24]

A busca de Oliver pela autonomia financeira e habitacional é, no fundo, uma busca pela soberania sobre o seu próprio ritmo de vida. Ao planejar um futuro em que possa estar presente

para sua família, ele tenta curar a ausência que marcou sua própria infância, transformando o tempo de "correria" em um tempo de presença e cuidado consciente.

A comparação estabelecida por Eliana destaca o papel das redes de proteção — tanto familiares quanto estatais — na preservação da juventude. Enquanto o percurso da mãe foi marcado pelo imperativo do trabalho produtivo precoce como estratégia de sobrevivência, Eliana usufruiu de uma configuração temporal que permite a existência do lazer e do convívio social.

O acesso ao apoio financeiro dos pais e ao benefício LOAS funcionam como garantidores de experiências juvenis, ou seja, um período em que a jovem pode se dedicar ao seu desenvolvimento sem ser integralmente consumida pelas responsabilidades do mundo adulto. Para a mãe de Eliana, o tempo juvenil era sinônimo de produção; para Eliana, o tempo juvenil incorpora o direito ao descanso e ao lazer.

As trajetórias analisadas confirmam que as mudanças na organização do tempo não são acidentais, mas fruto de processos históricos. As jovens adultas reconhecem que os avanços proporcionados pelos movimentos sociais e feministas foram fundamentais para romper o controle rígido que antes sufocava as escolhas das mulheres.

Compreende-se que a realidade atual, ainda que demande novos progressos, representa uma ruptura significativa com o modelo geracional anterior. Ao analisarem o modo como suas referências femininas dividiam suas temporalidades, as jovens percebem que habitam um novo tempo social. Se no passado o tempo era majoritariamente destinado ao "outro" (filhos, patrões, casa), hoje há uma busca legítima por uma divisão que contemple o "eu", demonstrando que a autonomia e a liberdade de escolha são as novas bússolas que orientam o ser jovem na contemporaneidade.

7.4 A COMBINAÇÃO ENTRE TEMPO DE ESTUDO E TEMPO DE TRABALHO

7.4.1 Jovens (20-24 anos)

7.4.1.1 “Eu trabalho, eu estudo, eu sou professora”

O tempo de estudo analisado em um primeiro momento a partir das trajetórias de jovens como Bianca, transcende a mera dimensão cronológica ou curricular, revelando-se uma construção complexa ligada à busca por pertencimento e segurança do uso do tempo juvenil. A experiência de Bianca demonstra que o espaço escolar foi ressignificado como um refúgio

contra um ambiente familiar marcado por inseguranças e vivências consideradas desfavoráveis pela jovem.

Diante disso, evidenciando como a apropriação proativa do tempo escolar se tornou um mecanismo central para construir essa inclusão, Bianca relata

Nossa, várias situações foram bem traumáticas pra mim, mas segui. No ensino fundamental, ali na sétima série, a escola abriu atividades extracurriculares e eu me inscrevi em todas elas. Todas elas. E depois que terminavam as atividades, eu ainda ficava e conversava com os professores, e trazia sugestões, ideias e implementações, e às vezes ia andando com eles até o estacionamento, batendo papo. E aí eles perceberam que eu não queria ir embora da escola, que eu necessitava ocupar meu tempo ali. E aí, ao invés de me colocarem pra fora, eles me abraçaram. E isso mudou a minha vida. A diretora me colocou como assistente dela. [Bianca, 24 anos, mulher, negra, 02/02/24]

No relato de Bianca é possível perceber uma estratégia ativa de autoproteção e ocupação de tempo. A jovem buscava, implicitamente, estender sua vivência juvenil para longe da esfera de violência e incerteza de seu lar por meio da apropriação do espaço escolar como um ato deliberado de resistência e construção identitária. Dessa forma, a escola foi decisiva na construção de expectativas e projetos.

Essa projeção identitária e a necessidade de atuação social, fortalecidas pela escola, encontraram seu campo de desenvolvimento inicial na participação organizada. Tanto Bianca quanto Gabriela destacam que a escola desempenhou um papel fundamental em suas atuais participações em coletivos. Através da gestão democrática escolar, que se materializou em suas vidas por meio dos grêmios estudantis, elas tiveram seus primeiros contatos com a formação de grupos coletivos. Essas experiências foram posteriormente refletidas nos coletivos que mais tarde vieram a integrar na sociedade.

No entanto, é fundamental reconhecer que o incentivo escolar e a continuidade dos estudos são moldados por fatores diversos. Daniela relata que seu percurso escolar foi muito incentivado pela tia, que, mesmo diante de obstáculos, como a repetição de dois anos letivos, continuou estudando e sem dúvidas a recorrência do estímulo mantém a jovem no sistema educacional formal

Então, eu sempre estudei porque a minha tia sempre fez a gente estudar. Então, eu estudei de maneira recorrente, eu nunca parei de estudar, mas eu repeti. Eu repeti duas vezes, mas continuei estudando, nunca parei, nunca fiquei um ano sequer fora da escola. Eu morei com meu pai uma parte da minha vida. E eu voltei a morar com a minha tia, eu tinha 16 anos. E nesse período minha tia me botou em muito curso, montador e reparador de hardware, teatro, cinema, musical. Nossa, eu fiz muito curso mesmo, inglês. Porque minha tia sempre falou que a gente precisava estudar. E aí eu fiz muita coisa, nem todas eu queria, nem todas foram legais. Depois que eu terminei a escola eu fiquei... eu fiquei dois anos sem estudar nada, até que eu comecei a fazer faculdade de história, mas aí eu não gostei do curso, eu tranquei o curso, comecei a

fazer enfermagem, não terminei a enfermagem e agora eu vou começar a fazer Biologia. [...] Enfim, sempre estudei, sempre foi recorrente o estudo na minha vida. [Daniela, 24 anos, mulher, parda, 06/02/24]

Com formação superior em Enfermagem, a tia de Daniela exerceu forte influência, expondo a jovem a um vasto campo de possibilidades formativas. Essa estratégia visava garantir a experimentação, ainda que o processo de escolha e identificação pessoal de Daniela nem sempre acompanhasse a diversidade das ofertas propostas.

O hiato de dois anos após o Ensino Médio, seguido por trocas sucessivas de graduação (História, Enfermagem, e a escolha atual por Biologia), aponta para uma desconexão entre o hábito de estudar imposto e a escolha vocacional autônoma de Daniela. O estudo foi uma rotina, mas a direção do estudo (a escolha do curso) levou tempo para se concretizar, sendo influenciada, por fim, pela viabilidade prática e que fosse possível a combinação trabalho e estudo, afinal a jovem escolheu “uma área que gosto, que é biologia, mas também pensei em algo que fosse viável de manter os custos e próximo ao meu trabalho”.

Zoé também compartilhou que fez o curso superior em Biologia não por identificação, mas por sua mãe cobrar que a jovem tivesse um diploma de ensino superior para ter uma melhor inserção no mercado de trabalho. A mãe de Zoé estudou até o 5º ano.

Tatiana compartilha o forte incentivo e parceria de sua mãe e o quanto a mãe se sacrifica se sobrecarregando tanto na esfera produtiva como reprodutiva para que Tatiana pudesse escolher e realizar o curso universitário que deseja, a mãe da jovem possui o ensino superior em contabilidade.

Em contraste, das jovens pesquisadas, apenas Wanessa interrompeu os estudos no ensino médio ao se tornar mãe e enfrentar a difícil combinação entre trabalho produtivo, trabalho reprodutivo e a escola. É relevante notar que este não é um evento isolado, visto que sua mãe também precisou interromper os estudos ao engravidar no início da juventude, sinalizando um padrão geracional de priorização da responsabilidade reprodutiva sobre o tempo de estudo.

Enquanto Wanessa representa uma ruptura de longo prazo por conta do trabalho reprodutivo, as demais jovens que combinam trabalho e estudo enfrentam formas de colapso diário e contínuo, intensificadas na pandemia.

O período pandêmico foi identificado como o momento de maior desafio para a combinação entre trabalho e estudo, uma vez que as fronteiras temporais entre as esferas da vida se dissolveram. De acordo com a maioria das jovens, essa sobreposição de demandas permanece exaustiva e não retornou aos patamares anteriores à crise sanitária. Embora a rotina

pré-pandemia não fosse isenta de dificuldades, os relatos de Gabriela, Tatiana e Ingrid convergem para a percepção de que, naquele cenário, ainda era possível encontrar momentos de respiro e maior previsibilidade nos fluxos cotidianos.

Essa desestruturação dos limites temporais revela uma hierarquia: o tempo dedicado ao trabalho produtivo e ao reprodutivo passou a invadir e, por vezes, a invalidar o tempo reservado ao estudo. Observou-se que, quando a formação acadêmica é relegada a meras 'sobras' de tempo, sua eficácia é drasticamente comprometida. Isso ocorre porque a concentração necessária para a aprendizagem é constantemente suplantada pela urgência das demandas imediatas, impossibilitando a dedicação plena que a vida estudantil exige.

O relato de Bianca expressa um microcosmos dessa tensão, durante boa parte da pandemia a jovem se dedicou aos tempos de estudo e tempo de trabalho produtivo. Bianca tinha acabado de ingressar na faculdade, no trabalho permaneceu presencialmente em uma empresa de marketing que nos momentos mais intensos da pandemia exercia suas atividades à distância. Sua dedicação ao trabalho produtivo consumiu a maior parte do seu tempo, prejudicando o desempenho do tempo dedicado aos estudos. Aqui, o tempo alocado ao salário, mesmo com a possibilidade de trabalho remoto, demonstrou ser o competidor mais voraz pelo tempo de estudo.

Contudo, a sobrecarga não se limitou ao aspecto remunerado. A negligência do trabalho reprodutivo — que inclui o autocuidado — criou um efeito cascata. A dificuldade em gerenciar tarefas domésticas e de manutenção pessoal se manifestou no aspecto mais básico da sobrevivência diária: a alimentação. A jovem relata que, devido a este fator, não cuidou de suas refeições e se alimentava a maior parte do tempo por lanches, cujas compras eram realizadas em aplicativos de entrega. A falha no autocuidado básico comprometeu a base física e mental necessária para sustentar a concentração exigida no estudo.

Além disso, o medo da infecção e o isolamento social a deixou longe de vivências relacionadas a coletivos, adicionando uma camada de estresse e ansiedade que minou ainda mais a capacidade de focar em conteúdos complexos. A busca de suporte social e a insegurança existencial atuaram como fatores atenuantes da motivação intrínseca para o estudo.

A pandemia aprofundou as desigualdades sociais já existentes, principalmente na tentativa de combinação entre estudo e trabalho (Venturi e Torini, 2014). Existe um conflito entre o tempo linear da escola e o tempo cíclico e urgente da necessidade material. A tentativa de combinar essas esferas produz um "sujeito fragmentado". Enquanto a política educacional pressupõe um estudante em tempo integral, a realidade social impõe as jovens a figura do

"estudante-trabalhador" ou do "trabalhador que estuda", cuja aprendizagem disputada com o cansaço do trabalho. Essa desigualdade, sinalizada por Venturi e Torini (2014), manifesta-se no fato de que o trabalho, para jovens como Bianca, muitas vezes deixa de ser um complemento e passa a ser o eixo ordenador da vida.

Ingrid relata que, durante toda a pandemia, estudou e trabalhou de maneira remota. Para ela, o tempo de estudos foi prejudicado pela delegação do trabalho reprodutivo por parte de sua mãe, a jovem ilustra através de sua vivência como a divisão sexual do trabalho opera no ambiente doméstico (Kergoat, 2009). O tempo de estudo da jovem é tratado pelos seus familiares como um recurso secundário frente às necessidades de manutenção do lar.

Nesse cenário, o tempo de Ingrid não lhe pertence plenamente; ele é sequestrado por demandas externas. A tentativa de "dar conta das necessidades" aliando o estudo ao trabalho reprodutivo resulta em um não aproveitamento do tempo de estudo. Afinal, o ato de estudar exige concentração e tempo contínuo, elementos que são rompidos pela interrupção constante das tarefas domésticas.

Como consequência, desse contexto e da pandemia, a jovem descobriu níveis de ansiedade que nunca tinha experimentado antes, necessitando de ajuda médica. A ansiedade surge, portanto, do descompasso entre o desejo de produtividade acadêmica e a realidade de uma sobrecarga física e emocional. O corpo de Ingrid manifesta o cansaço de uma mente que tenta habitar dois lugares simultaneamente: a sala de aula virtual e os afazeres domésticos.

A experiência de Tatiana e Silvia, que atravessaram o ensino médio estudando juntas, permite a análise do tempo de estudo não apenas como uma métrica de produtividade individual, mas como um processo de socialização e construção de identidade. Para jovens nessa fase, o "estudar juntas" configura-se como um suporte mútuo que vai além do conteúdo programático; é a criação de um território simbólico de pertencimento.

A pandemia, ao impor o isolamento social, não subtraiu apenas a carga horária escolar; ela desarticulou o ritmo coletivo que sustentava o engajamento das jovens. Quando Tatiana e Silvia relatam que o "tempo de estudos foi o mais afetado", subentende-se que, na ausência do olhar mediador e da presença física dos pares, o tempo torna-se amorfo, desregrado e despido de propósito. O ato de estudar, outrora um evento compartilhado e socialmente validado, transmutou-se em uma tarefa solitária e confinada, onde a privação da alteridade gera uma profunda desorientação temporal. Esse cenário é agravado pela perda de vínculo: as jovens destacam que o prejuízo pedagógico foi indissociável da fragilização do contato humano com a comunidade escolar.

Cursar o ensino médio em meio a uma crise global adiciona uma camada de angústia existencial: a percepção de que o tempo "escorre" justamente em um marco crucial de transição para a vida adulta e o ensino superior. Ao apontarem o estudo como a dimensão mais prejudicada, Tatiana e Silvia evidenciam a ruptura de um contrato social implícito com a instituição escolar. Onde o tempo deveria ser de proteção, rito de passagem e preparo, instalou-se uma temporalidade de incerteza, transformando o horizonte de expectativas em um campo de vulnerabilidade.

Dialogando com a percepção de perda, Silvia aprofunda essa análise ao descrever as barreiras concretas e subjetivas que enfrentou. Ao avaliar os impactos da pandemia em relação ao tempo de estudos, descreve que

Enfim, eu acho que já tive várias perdas no sentido de... no sentido... dos estudos mesmo. Tiveram várias coisas que eu não consegui aprender por causa da pandemia, que se fosse no presencial eu tinha conseguido, mas eram coisas que simplesmente eu não tive. Por exemplo, tiveram várias matérias que eu não aprendi, porque não tinha quem passasse. Na época que eu tava fazendo só o núcleo (em referência a organização do Ensino Médio), eu não tive aula, eu só tive atividade pra fazer, mas aula mesmo eu não tive nenhuma. [...] E também, parando pra pensar aqui, eu lembro, quando você fala assim, eu lembro da minha irmãzinha. Minha irmãzinha, ela passou... Ela era pequenininha na época da pandemia, foi na época da alfabetização dela que ela ficou na pandemia. Então, teve um atraso grande nela também por causa disso, por causa da pandemia, porque não tinha como aprender direito em casa. Aí, eu tentei ajudar no que eu pude, e aí foi por isso que ela conseguiu. Mas eu vejo que vários amiguinhos dela, até hoje, assim, não sabem ler e escrever, sabe direito. E tipo, eles já estão indo para o sexto ano, e é uma coisa que pesa bastante [Silvia, 20 anos, mulher, branca, 31/01/24]

A experiência da jovem expõe uma faceta crítica do período pandêmico: a redução do ato educativo ao cumprimento burocrático de tarefas. Ao relatar que "não tive aula, eu só tive atividade pra fazer", Silvia desvela o significado de um "tempo de estudo vazio". A perda mencionada não é apenas de conteúdo, mas da própria função social da escola como mediadora do conhecimento.

Essa lacuna produz o que a jovem identifica como "coisas que simplesmente eu não tive", evidenciando que o ensino remoto, em muitos contextos, não foi uma alternativa de ensino, mas uma interrupção do processo de desenvolvimento intelectual. O tempo, aqui, não é aliado da aprendizagem, mas um marcador de ausências.

O relato de Silvia ganha uma dimensão ainda mais profunda quando ela desloca o olhar de si para a irmã em fase de alfabetização. Surge aqui a figura do "estudo como cuidado". Silvia assume o papel de tutora, evidenciando como a ausência do Estado e da instituição escolar sobrecarregou as jovens mulheres, que precisaram mediar a aprendizagem dos mais novos enquanto lidavam com suas próprias perdas acadêmicas (Silva et al, 2020).

7.4.1.2 “Minha mãe não teve oportunidade de estudar, então ela quer muito que eu estude”

A organização do tempo de estudo nas trajetórias juvenis contemporâneas reflete avanços significativos no acesso à educação e na percepção de direitos (Aguilar, 2016; Flores, 2023). Ao contrastarem suas vivências com as de suas mães, Bianca, Zoé e Gabriela evidenciam que o tempo para o aprendizado não é apenas uma escolha individual, mas uma construção política e social que envolve desde a presença do Estado até a representatividade racial e o suporte familiar.

Bianca identifica que a principal distinção entre o seu tempo de estudo e o de sua mãe reside na presença de infraestrutura estatal e simbólica. Enquanto o caminho da mãe foi cerceado pela ausência de políticas públicas educacionais, Bianca reconhece que sua própria caminhada foi amparada por esses mecanismos. Diante disso, o Estado atua como um regulador da velocidade do progresso individual: sem políticas, o tempo de estudo é estagnado; com elas, ele se torna um motor de mobilidade social.

Além da dimensão institucional, Bianca destaca a dimensão subjetiva da representatividade, já que considera que na época de sua mãe não havia referências de jovens mulheres pretas bem-sucedidas, inclusive, complementa dizendo que na sua própria infância esse referencial era escasso, mas que agora na juventude já contempla uma perspectiva de mudança.

A escassez de modelos identitários na geração anterior funcionava como uma barreira invisível, limitando o horizonte de expectativas. Para Bianca, habitar um tempo em que mulheres negras ocupam espaços de sucesso permite que o estudo deixe de ser apenas um dever e passe a ser um projeto de afirmação e pertencimento.

O relato de Zoé expõe a limitação imposta pela localização geográfica na organização do tempo. A mãe, que morava no interior de Pernambuco, enfrentava uma temporalidade regida pela distância física, caminhava cerca de dez quilômetros para acessar a escola, simbolizando um tempo de estudo "caro", pago com esforço físico. A migração para São Paulo, embora tenha aberto portas para o trabalho produtivo, manteve a mãe presa a uma tríade temporal rígida: deslocamento, estudo e trabalho.

Zoé percebe que, na contemporaneidade, a velocidade da informação e o acesso tecnológico reconfiguraram essa dinâmica. No entanto, a jovem faz uma ressalva, embora o acesso ao conhecimento tenha se acelerado, o tempo livre e o lazer permanecem como artigos de luxo. Mesmo com uma divisão temporal diferente da de sua mãe, a juventude de Zoé ainda

luta para encontrar espaços de fruição que não estejam atrelados à produtividade acadêmica ou profissional.

O percurso de Gabriela e sua mãe revela a face mais drástica da desigualdade regional e de gênero. A mãe, oriunda da Caatinga baiana, teve seu tempo de infância e juventude integralmente confiscado pelo trabalho na roça e pelos afazeres domésticos, conseguindo acessar apenas um ano de escolaridade formal. Aqui, o tempo de estudo não era um direito, mas uma impossibilidade diante da urgência da sobrevivência.

O relato de Gabriela mostra que sua garantia de estudar é fruto de um "pacto de proteção" estabelecido pela mãe. Ao incentivar a independência da filha e protegê-la das demandas domésticas, a mãe de Gabriela — apesar de seus próprios problemas de saúde física e mental — atua como uma barreira que tenta impedir a repetição do ciclo de exaustão. Dessa forma, Gabriela conseguiu garantir seu tempo de estudos que considera como algo essencial.

Embora Gabriela também sinta que não teve tempo para "vivências juvenis" experimentais, há uma distinção qualitativa fundamental: o tempo dela foi convertido em capital cultural. O estudo torna-se a âncora que impede que ela seja devorada pela mesma precariedade que marcou a vida de sua mãe.

O relato de Silvia ilustra diferenças abissais na qualidade do tempo vivido. O percurso da mãe, fragmentado entre o trabalho na roça e a responsabilidade doméstica compulsória, serviu como o parâmetro negativo que impulsionou o projeto de vida da filha. Nessa dinâmica a mãe atua como um escudo social: ao assumir as tarefas domésticas e as pressões da sobrevivência, ela cria um espaço para Silvia experimentar vivências juvenis.

Essa garantia do tempo de estudos e das vivências juvenis permite que Silvia construa sua identidade fora da lógica do serviço e do desgaste físico. A mãe, ao abdicar do auxílio da filha no lar para priorizar sua educação, investe na ruptura de um destino que parecia selado pela herança de classe e gênero. O estudo, portanto, torna-se a ferramenta de emancipação que transforma o trabalho braçal do passado em possibilidade de escolha profissional no presente.

Logo, o incentivo à independência financeira e à escolha da profissão via estudos representa o desejo de que as filhas possuam o que lhes faltou: a soberania sobre a própria trajetória. Com exceção do caso de Wanessa, onde o silenciamento e a distância predominam, as mães veem no sucesso acadêmico das filhas uma forma de reparação simbólica. Elas compreendem que a formação educacional é o único mecanismo capaz de adiar responsabilidades adultas e permitir que o tempo juvenil seja vivido próximo a sua plenitude.

7.4.1.3 “Nossa, eu quero muito conseguir levar o meu trabalho para mais pessoas. E pessoas daqui também, da região, né?”

O percurso de Bianca, quando analisado sob a lente da racionalidade neoliberal, evidencia a diluição das fronteiras entre o tempo de trabalho e o tempo de vida. Conforme discutido por Viana e Silva (2018) e Rosa (2019, 2022), o neoliberalismo não se limita à extração da força de trabalho, mas avança sobre a colonização da subjetividade do trabalhador. No caso da jovem, o "tempo produtivo" extrapola a execução de tarefas técnicas para exigir uma performance de sociabilidade que ela — situada em uma intersecção específica de classe e raça — não consegue performar nos moldes da branquitude²⁹ corporativa.

O retorno recebido por Bianca em uma multinacional revela as expectativas gerenciais: não bastava ser produtiva; era necessário pertencer a um ecossistema de consumo e convivência do qual ela era economicamente excluída. A "interação social" mencionada pelas chefias funciona, na verdade, como um filtro de classe. Quando a jovem opta pela marmita por uma questão de viabilidade financeira, ela é punida simbolicamente por não possuir o capital econômico para acompanhar o ritmo de consumo de seus pares.

O relato de Bianca é emblemático ao expor o abismo entre os salários de diferentes funções, evidenciando como a estrutura neoliberal ignora as condições materiais do sujeito em favor de uma suposta "cultura organizacional" homogênea

O feedback que eu recebi na última empresa que eu estava foi referente a eu ... eu não ia almoçar com os meus colegas de trabalho. Eu almoçava onde eu trabalhava, tinha um restaurante e meu salário era de estagiária, né? Então, você não tem como comparar o salário de uma estagiária com o de um analista, de um consultor, enfim. E aí, na empresa, a marmita era muito baratinha, assim, preço muito bom, sei lá, 13, 14, 15 reais. Eu almoçava todos os dias. Quando eu não levava a marmita, eu almoçava na empresa. O pessoal queria almoçar nos restaurantes. Eu falei, gente, não tem como ir nesse restaurante. E o feedback foi esse, eu não ia almoçar com meus colegas de trabalho. [Bianca, 24 anos, mulher, negra, 02/02/24]

As exigências da empresa, pautadas nas redes de relacionamento que a jovem deveria construir fora do horário remunerado, evidenciam uma tentativa de captura da totalidade do sujeito. O tempo de almoço — legalmente um período de desconexão e reposição de energias — além de não remunerado, passa a ser ressignificado pela gestão como um tempo de investimento social obrigatório.

²⁹ Bento (2022) define branquitude como um acordo silencioso de preservação de privilégios, onde redes de influência e a falsa retórica da meritocracia asseguram a hegemonia branca nos espaços de poder, perpetuando a exclusão da população negra.

O parecer recebido por Bianca sinaliza que a empresa não valorizava apenas a entrega técnica, mas a disposição da jovem em converter seus "tempos sociais" em capital para a organização. Há uma perversa responsabilização da jovem, ela é penalizada por não possuir meios financeiros para sustentar interações em restaurantes caros, transformando sua condição de classe em uma "falha" de integração. O tempo de trabalho tenta, assim, colonizar as demais temporalidades, impondo um padrão de convívio que ignora as desigualdades materiais.

Bianca relembra que ao ingressar nesta multinacional teve um grande entusiasmo cogitando um possível crescimento profissional “[...] uma multinacional, falei, caramba, que legal, vou pra lá, né, a possibilidade de crescer, e eu fui e acabei com o meu psicológico”. No entanto, o desfecho dessa experiência revela o custo subjetivo imposto pela sociedade do desempenho (Rosa, 2019). A expectativa de "crescer" é confrontada com uma estrutura que não apenas exige produtividade, mas que consome a saúde mental da jovem em um processo de desgaste contínuo.

Ademais, a distribuição desigual de recursos na sociedade extrapola a dimensão estritamente financeira, manifestando-se também na disparidade de acesso ao tempo, à segurança e à informação (Melucci, 1996). A experiência de Bianca durante a pandemia ilustra essa assimetria: ao alternar entre as modalidades presencial e remota, a jovem era obrigada a transportar o equipamento de trabalho em seus deslocamentos. O ato de levar o computador para casa, em um contexto de crise sanitária, revela uma vulnerabilidade multifacetada. Para Bianca, o trabalho remoto não significava apenas a proteção do lar, mas a exposição ao medo — fosse o risco da contaminação em transportes públicos lotados, ou o receio material de sofrer algum incidente com o objeto de trabalho sob sua responsabilidade durante o trajeto.

Essa instabilidade reflete-se, adiante, em sua percepção sobre a atual ocupação. Ao referir-se às suas atividades como "bicos" ou "freelas" (Corrochano, 2024), Bianca opera uma distinção semântica crucial: para ela, tais ocupações não tem o status de "trabalho". Implicitamente, sua fala revela que o trabalho só é validado quando mediado por uma renda fixa e pela proteção de direitos — elementos ausentes em sua ocupação atual.

O percurso de Bianca é culminado por uma ruptura que exemplifica a face mais perversa da precarização, mesmo em espaços de atuação política progressista. Seu último vínculo formal, sob o regime de Pessoa Jurídica (PJ) junto ao gabinete de uma vereadora, demonstra como a "pejotização" mascara a ausência de garantias fundamentais. O encerramento do contrato após a descoberta de sua gravidez em dezembro de 2023 não é apenas um término administrativo, mas um ato de exclusão que ignora a função social do trabalho e a proteção à

maternidade, evidenciando que a vulnerabilidade da jovem trabalhadora é acentuada quando o suporte legal é substituído pela fragilidade dos contratos de prestação de serviço (Machado da Silva, 2002).

Mesmo possuindo um currículo sólido, Bianca colide com as barreiras invisíveis, porém rígidas, do mercado de trabalho formal. O racismo estrutural manifesta-se aqui como uma engrenagem de desvalorização: Bianca observa que a branquitude opera como um capital simbólico que garante oportunidades a indivíduos menos qualificados, enquanto para ela e outros jovens negros, o esforço exigido é desproporcional e, frequentemente, insuficiente para romper as hierarquias corporativas. (Gomes e Laborne, 2018)

Implicitamente, o relato de Bianca revela que as ocupações formais que exerceu foram espaços de subjugação multidimensional. Ela não era avaliada apenas por sua competência técnica, mas lida através de estigmas associados à sua cor, à sua classe econômica e ao território que habita. Essa tripla penalização transforma o ambiente de trabalho em um local de violência simbólica e adoecimento, onde a estrutura organizacional reproduz as desigualdades históricas da sociedade brasileira.

Nesse cenário, a sugestão de seu companheiro para que ela se volte ao empreendedorismo não surge como uma mera busca por autonomia financeira, mas como uma estratégia de preservação e refúgio. O empreendimento aparece aqui como uma alternativa para não necessitar acessar ambientes tóxicos e racistas. Diante disso, para o jovem negro, o trabalho autônomo pode representar a única via para exercer sua profissão sem o constante monitoramento e a depreciação de sua identidade, funcionando como um mecanismo de defesa contra o sofrimento.

Ao refletir sobre seus planos para o futuro, Bianca elucida que avalia seu percurso de vida e trabalho como bem-sucedidas, fundamentando essa percepção no rompimento de ciclos

Eu sou a primeira da minha casa a não ser empregada doméstica. Minha mãe, a minha avó e a minha tia trabalharam na mesma casa. Eu sou a primeira a terminar o ensino médio no período correto. A única da minha geração que não engravidou adolescente, dos meus primos, enfim. Então, por ter rompido esses hábitos, essa especulação que já tinha a meu respeito, nossa, pra eles já venci demais. [Bianca, 24 anos, mulher, negra, 02/02/24]

A fala de Bianca evidencia uma das desigualdades históricas mais persistentes na estrutura social, o destino compulsório das mulheres negras ao emprego doméstico. Esta realidade dialoga com as reflexões de Davis (2019, p. 21)

[...] Quase todas as pessoas negras da minha geração nos Estados Unidos podem localizar laços familiares com o trabalho doméstico, que é uma das várias maneiras

como a escravidão tentou se reinventar. Minha mãe, por exemplo, não teria tido como pagar seus estudos, no ginásio e na universidade, se não tivesse encontrado trabalho como empregada doméstica.

No Brasil, a herança colonial e escravocrata materializa-se na composição do trabalho doméstico, exercido majoritariamente por mulheres negras sob condições de informalidade e baixa remuneração (Hirata, 2019; Sorj, 2019). O relato de Bianca revela que havia uma "especulação" estrutural sobre seu destino, uma lógica já traçada que a vinculava ao cuidado e ao trabalho invisibilizado. Assim, o trabalho doméstico permanece como um espaço de subalternização crucial para compreender as intersecções entre racismo e capitalismo, perpetuando hierarquias coloniais no presente (Davis, 2019).

Bianca é a primeira mulher de sua família a não ocupar o posto de empregada doméstica, a concluir uma faculdade e a não engravidar na adolescência, ela rompe com um ciclo de reprodução social de pobreza e servidão. A jovem personifica a ascensão social através da educação, mas sua experiência demonstra que o diploma, embora rompa tradições familiares de subalternidade, ainda encontra limites na estrutura racializada que organiza o mercado de trabalho.

Ademais, Bianca demonstra ter rompido barreiras temporais que eram replicadas de geração em geração. Ao concluir os estudos na idade adequada e não engravidar na adolescência, ela pode vivenciar sua juventude/ adolescência sem a subdivisão do tempo com as atividades de cuidado. Essa autonomia temporal segundo a jovem lhe possibilita planos para o futuro, Bianca deseja atuar na coordenação de projetos de impacto social voltados para a educação, visando transformar a perspectiva de jovens em territórios periféricos semelhantes ao seu.

As jovens pesquisadas começaram a dedicar parte de seu tempo ao trabalho produtivo, em sua maioria, entre os 15 e 17 anos. Contudo, os relatos de Gabriela e Bianca expõem uma realidade ainda mais precoce: o início das atividades remuneradas no final da infância, entre os 11 e 12 anos. Embora a legislação contemporânea proíba o trabalho infantil, as inserções precárias e informais persistem como estratégias de sobrevivência ou de auxílio familiar, operando à margem da proteção estatal.

O relato de Gabriela é emblemático ao naturalizar uma jornada que se estende sem interrupções desde os 11 anos “Eu comecei a fazer, tipo, atividade remunerada... tinha 11 anos [...]em uma fábrica de... de artigos de pet shop”.

Esse trajeto de "não-parar" de trabalhar consolida uma identidade nas múltiplas ocupações e na sobreposição de funções. Gabriela descreve um cotidiano de polivalência e auxílio direto em negócios familiares ou sem vínculo formal, como demonstra no trecho abaixo

A gente reformava as mesas, os jogos, a gente fazia parte da programação dos jogos também, essas máquinas de música, a gente fazia atualização, daí eu fazia esse serviço junto com ele. Eu trabalhei com ele de 2016 até 2019, até metade do ano de 2019. E aí, em paralelo, eu já comecei a fazer o trabalho com os livros e com a editora sempre como um trabalho paralelo a outro trabalho. [Gabriela, 24 anos, mulher, parda, 29/11/23]

A fala de Gabriela revela a fragmentação das experiências de trabalho, onde estar inserida em mais de uma ocupação não é uma exceção, mas a regra. A centralidade do trabalho na vida de Gabriela manifesta-se por meio de uma subdivisão incessante de seu tempo entre múltiplas atividades remuneradas.

Para a jovem, estar inserida em diversas atividades não é uma escolha de carreira, mas uma estratégia de viabilização da existência: a soma das rendas obtidas em ocupações precárias é o que permite a manutenção de suas despesas básicas (Fontes, 2023). Contudo, essa fragmentação do fazer produtivo impõe uma rotina acelerada que anula as fronteiras entre o tempo de trabalho e o tempo de vida.

Além disso, o trabalho não se apresenta como uma carreira linear, mas como um mosaico de ocupações que buscam garantir a subsistência enquanto tenta, simultaneamente, construir um espaço de atuação em áreas de maior interesse pessoal ou formação (Fontes, 2023).

A jovem revela que, nos raros momentos de pausa, sente-se incomodada, como se o ócio fosse algo proibido ou uma falha de caráter. Essa percepção atinge um nível crítico quando ela associa a ocorrência de um quadro depressivo ao fato de possuir "tempo livre". Aqui, o tempo sem trabalho não é lido como descanso ou lazer, mas como um vazio angustiante. O sofrimento manifesta-se quando a exclusão e a precarização ferem a dignidade da jovem, fazendo com que ela sinta que sua utilidade social depende exclusivamente do seu esgotamento físico e mental.

Gabriela parece habitar um tempo simultâneo, onde não há intervalos ou ritos de passagem entre uma tarefa e outra (Oliva Augusto, 2002; Leccardi, 2005). O cansaço relatado por ela e por outras jovens não é apenas físico, mas uma exaustão existencial diante da impossibilidade de vislumbrar pausas ou descansos saudáveis. A ausência de uma rede de proteção ou de uma estabilidade mínima submete essas jovens a um estado de alerta permanente, onde o "parar" é percebido como um risco à própria sobrevivência. O trabalho, que iniciou aos 11 anos, moldou uma identidade que desconhece o direito ao repouso, transformando a vida em um ciclo ininterrupto de produção e reprodução da precariedade.

Essa dinâmica de esgotamento pessoal é, muitas vezes, ampliada e viabilizada pelas novas estruturas de trabalho. A configuração contemporânea do trabalho evidencia o fenômeno do "trabalho sem fim" (Pochmann, 2010), onde o avanço tecnológico permite que as obrigações produtivas colonizem esferas anteriormente reservadas ao descanso. Nos casos de Gabriela, Zoé, Wanessa, Ingrid e Silvia, essa realidade manifesta-se em empreendimentos que não possuem horário delimitado (Lima, 2024). Para essas jovens, o empreendedorismo surge de motivações distintas, mas que convergem na busca por autonomia ou sobrevivência: enquanto Gabriela e Silvia buscam uma alternativa sustentável e renda extra a partir do reaproveitamento de fibra de coco, Wanessa utiliza a confecção de brincos com mensagens críticas para garantir o sustento próprio e de sua filha.

Para Zoé e Ingrid o empreendedorismo carrega um significado de resistência e esperança: a confecção de produtos personalizados é vista como um passaporte para, no futuro, desvincularem-se das pressões do mercado de trabalho formal. Contudo, essa busca pela liberdade através do próprio negócio frequentemente impõe uma autodisciplina rígida, onde a gestão das redes sociais, por exemplo, exige uma disponibilidade integral, transformando o lazer em tempo de monitoramento e engajamento comercial.

Mesmo para as jovens inseridas em vínculos formais, a invasão do trabalho nas demais temporalidades é uma experiência compartilhada. Daniela, sob uma exaustiva jornada 6x1, ilustra como as ferramentas de comunicação digital anulam o tempo de repouso: “É, sempre eu tenho uma mensagem, [...] sempre alguém mandando mensagem ali no WhatsApp, seis, sete horas da manhã. Eu entro uma hora da tarde no trabalho e as vezes a mensagem é seis, sete horas da manhã, sabe?”.

O relato de Daniela expõe a fragilidade dos limites contratuais diante da conectividade compulsória. Conforme aponta Pochmann (2010), o tempo de trabalho produtivo, associado às tecnologias de informação, transmuta qualquer espaço e tempo em locais de trabalho. O que se observa é a onipresença das demandas produtivas: não importa onde o corpo da jovem esteja ou qual seja o horário oficial de sua jornada; a expectativa de resposta imediata e a vigilância digital garantem que ela permaneça vinculada à lógica da produção, exacerbando o desgaste físico e mental.

Nas inserções formais, as jovens demonstram uma dedicação que frequentemente extrapola as atribuições de seus cargos, realizando atividades além das que lhes são destinadas. Wanessa, por exemplo, que trabalha há cinco anos como auxiliar de serviços gerais em uma creche conveniada pela Prefeitura de São Paulo, compartilha o esforço para ser "além da tia da

limpeza", auxiliando crianças e adultos sempre que necessário. Já Zoé narra que, em dias de grande movimento na loja de autopeças, que trabalha em escala 6 por 1, renuncia a sua pausa para o lanche, alimentando-se de forma discreta entre um atendimento e outro.

Implicitamente, essas estratégias revelam uma tentativa de se moldarem como "trabalhadoras ideais". Para mulheres, e especificamente para mães como Wanessa, a eficiência extrema é utilizada como um escudo contra o estigma que ronda a maternidade, visando diminuir as chances de um possível desemprego em um mercado que as enxerga como descartáveis.

Apesar de terem consciência das jornadas exaustivas que desempenham, as jovens que acessam o trabalho formal, ainda que em condições precárias, manifestam um sentimento contraditório de privilégio. Daniela e Wanessa compartilham a percepção de que possuir um registro em carteira é uma conquista. Daniela ilustra essa busca por reconhecimento ao afirmar “Enfim, como ser barista é uma profissão e tem carteira assinada, eu gosto da ideia de permanecer sendo barista porque eu acho que vai me ajudar bastante a sempre ter uma estabilidade financeira”.

O relato de Daniela revela que o sentido da "profissão" está intrinsecamente ligado à assinatura da carteira de trabalho. Assim sendo, o documento se torna um símbolo de segurança e dignidade, funcionando como uma prova material de que essas jovens ocupam um lugar reconhecido socialmente. A formalidade oferece um anteparo — ainda que frágil, tendo em vista que Daniela cumpre jornada de trabalho 6 por 1— contra a invisibilidade da informalidade, representando a promessa de uma estabilidade que, embora não anule o desgaste físico, oferece o suporte simbólico de pertencerem a uma estrutura produtiva legítima.

Essa segurança jurídica manifesta-se de forma contundente na experiência de Wanessa durante a pandemia. Ao ser afastada de suas funções como auxiliar de serviços gerais, mas mantendo o recebimento de seu salário, a jovem experimentou uma proteção social raramente acessível às trabalhadoras sem vínculo empregatício formal. Sobre esse período, ela relata “Não, então, a gente foi afastada, a gente ficou um tempo afastada, e eu continuei recebendo, mesmo afastada, porque como a gente é meio que contratada, a gente continua recebendo”.

O "continuar recebendo" sem a contrapartida imediata do esforço físico revela a face mais protetiva do vínculo formal. Para Wanessa, isso representou o privilégio de ter tempo disponível com segurança financeira, um fenômeno que contrasta drasticamente com seu momento anterior. Antes de ingressar na creche, sua inserção no mercado era marcada pela total

desproteção, Wanessa trabalhou vendendo balas e outros objetos nas ruas, além de atuar no cuidado informal de crianças.

A transição da rua para o contrato formal simboliza mais do que uma mudança de ocupação; representa a saída de um estado de vulnerabilidade absoluta, onde a renda dependia da exposição direta e diária ao espaço público, para um estado de maior previsibilidade. Assim, a carteira assinada é lida por essas jovens como uma fronteira de cidadania, onde o direito ao salário e ao afastamento remunerado em momentos de crise valida sua condição de sujeitos de direitos perante a sociedade.

Daniela, por sua vez, iniciou sua jornada produtiva aos 16 anos, vendendo cursos de telemarketing no centro de Santo Amaro. Ao concluir o Ensino Médio, ingressou no McDonald's, mas a rotina exaustiva da rede resultou em um esgotamento físico e mental em apenas um ano, levando-a a pedir demissão. Esse movimento de saída, embora necessário para sua preservação, resultou em um longo período de desemprego, no qual sua subsistência dependeu do suporte de sua tia, que desempenha o papel materno em sua vida.

A dificuldade de reinserção no mercado formal conduziu Daniela ao trabalho mediado por plataformas, atuando como *camgirl*³⁰ no *Camera Prive*³¹. Através dessa modalidade, a jovem conseguiu manter sua autonomia financeira.

O percurso de Daniela revela a face punitiva do mercado de trabalho formal para a juventude: as ocupações de entrada, como o setor de alimentação rápida, impõem um ritmo tão massacrante que o direito ao trabalho se torna incompatível com o direito à saúde. A saída desse sistema, contudo, gera um hiato de proteção que obriga a jovem a buscar alternativas nas plataformas.

O trabalho como *camgirl* surge como uma estratégia de sobrevivência frente à exclusão do mercado tradicional. Embora ofereça a renda necessária para sua manutenção, essa atividade opera em uma zona de ambiguidade, ao mesmo tempo que provê independência financeira, carece do "anteparo da cidadania" conferido pela carteira assinada, deixando a jovem exposta às incertezas de uma ocupação sem garantias institucionais.

Para além da precariedade contratual, o amadurecimento de Daniela trouxe à tona um conflito entre a ocupação na plataforma e sua própria identidade. O seu relato revela um sofrimento, no qual a atividade exercida passa a ferir sua percepção de si. Daniela relata

³⁰ Modelos que trabalham na plataforma, fonte: <https://cameraprive.com/br/support/kb/site/what-is-site>

³¹ *Camera Prive* é um site que promove interações entre jovens e adultos com mais de 18 anos, funciona com recursos de uma rede social e as interações podem ter teor erótico/ sexual, fonte: <https://cameraprive.com/br/support/kb/site/what-is-site>

que se sentia “enojada” de trabalhar ali e que a função “começou a me deixar mal comigo mesma”. Esse mal-estar indica que o trabalho na produção de conteúdo erótico para adultos, ao exigir a mercantilização da imagem e da intimidade, pode gerar um processo de estranhamento e desvalorização pessoal que a renda, por si só, não é capaz de compensar.

Diante desse conflito, Daniela decide romper com a plataforma, iniciando um itinerário de inserções breves e fragmentadas — passando por uma tabacaria, pelo serviço de ascensorista em um hospital e pelo setor de eventos. Essa busca incessante por alternativas informais ou temporárias reflete a urgência em manter a autonomia e o aluguel em dia, sem sucumbir ao retorno para a atividade que lhe causava sofrimento psíquico.

Atualmente, embora inserida em uma ocupação formal, como barista, Daniela vivencia o que se pode chamar de limiar da sobrevivência. Seu relato sobre o salário atual expõe a face da precarização que persiste mesmo dentro da formalidade

[...] é o suficiente para me manter sem viver, sabe? Controlando ao máximo, não posso comprar muita coisa, tenho que controlar muito gasto. Eu não consigo comprar duas coisas caras no mês. No mês que eu comprei um ventilador, só no outro eu consegui comprar um aspirador de pó [...]” [Daniela, 24 anos, mulher, parda, 06/02/24]

A distinção feita pela jovem entre "se manter" e "viver" revela uma percepção sobre a precariedade, sua remuneração atual permite apenas a reprodução física de sua força de trabalho — o básico para comer e morar —, excluindo as dimensões do lazer, do bem-estar e da tranquilidade financeira. A necessidade de planejar a compra de itens básicos, como um ventilador ou um aspirador, em meses distintos, evidencia uma existência marcada pelo cálculo escasso, onde a "estabilidade" da carteira assinada garante a sobrevivência, mas ainda não provê a dignidade de uma vida confortável.

Essa limitação material, que restringe a vida da jovem fora do expediente, projeta-se e ganha novos contornos dentro do espaço de trabalho. A trajetória de muitas jovens brasileiras é frequentemente atravessada por uma dualidade, ao mesmo tempo em que ocupam espaços produtivos, são compelidas a reproduzir papéis domésticos e de cuidado dentro do ambiente profissional. O relato de Daniela é emblemático dessa dinâmica, revelando como a organização do trabalho na cafeteria é pautada por uma divisão sexual do trabalho imposta de maneira arbitrária, na qual homens e mulheres vivenciam graus distintos de exploração (Kergoat, 2009; Bhattacharya, 2023).

Daniela expõe o cotidiano de uma estrutura onde a autoridade e a execução técnica são dissociadas da manutenção do espaço, sendo esta última delegada exclusivamente à figura feminina

Então eu passo muito estresse mesmo, eu fico muito nervosa. Eu trabalho com três homens, eu sou a única menina da loja, o meu chefe é um homem. [...] Quando o meu chefe chega, qualquer coisa suja, ele pede para mim limpar. Eu sou a pessoa que mais limpa a loja porque qualquer coisa da loja, qualquer organização que os meninos fazem, isso não é ser perfeccionista... [...] E aí o lixo não está trocado, o chão tá imundo. Aí você precisa chegar e se comportar como mãe dentro do seu ambiente de trabalho. [...] Além do fato de que eu sou a funcionária mais velha da loja. [...] Eu sou a única que sabe recolher o açúcar, eu sou a única que sabe fazer o café dele. [...] sendo que existe um master ali, sabe? Que deveria tomar isso à frente e ir lá e fazer." [Daniela, 24 anos, mulher, parda, 06/02/24]

O discurso de Daniela permite depreender que a hierarquia de gênero transcende as funções formais. Embora desempenhe o papel de barista, sua inserção é atravessada por uma "maternalização" compulsória. Ao afirmar que precisa "se comportar como mãe", Daniela identifica o sentido de sua presença naquele espaço: ela não é vista apenas como uma força de trabalho técnica, mas como a responsável pelo cuidado do ambiente. Seus pares masculinos e seu superior (o "barista master") usufruem de uma legitimidade social que lhes permite ignorar a sujeira e o caos organizacional, delegando à jovem a responsabilidade de "recolher o açúcar" ou "trocar o lixo".

Ao ser interpelada pelo chefe para limpar o que os colegas sujam ou ao sentir-se na obrigação de "se comportar como mãe" no balcão, Daniela evidencia que o mercado de trabalho não é um espaço neutro. Pelo contrário, ele se apropria de socializações de gênero prévias para extrair um "trabalho gratuito" de cuidado que não consta em contrato, mas que é exigido tacitamente. Assim, a invisibilidade das tarefas de organização e limpeza na cafeteria corrobora para a desvalorização da jovem como profissional qualificada, naturalizando um excesso de tarefas que sobrecarrega o corpo feminino e reforça sua posição subalterna na hierarquia produtiva. (Kergoat, 2009)

Essa dinâmica ilustra o que Kergoat (2009) define como a naturalização do trabalho das mulheres. As tarefas reprodutivas — limpeza, organização e cuidado — são socialmente atribuídas a Daniela como se fossem inerentes à sua condição feminina, e não parte de uma carga laboral que deveria ser partilhada. Como resultado, o trabalho produtivo da jovem é invisibilizado por essas atribuições, tornando-se complementar ao padrão masculino, que é tido como a norma.

Bhattacharya (2023) reforça que essas atividades, embora fundamentais para a manutenção da vida e do próprio funcionamento do mercado, são sistematicamente desvalorizadas. No caso de Daniela, a exploração não se dá apenas pela carga horária, mas pela opressão de gênero que a sobrecarrega. A resistência da jovem surge, então, como um mecanismo de autopreservação: ao decidir "abrir mão" do perfeccionismo e "não se

sobrecarregar mais", ela opera uma ruptura subjetiva contra um sistema que exige dela uma entrega total em troca de um reconhecimento inexistente.

A experiência de Daniela revela que a precarização das relações de trabalho para as jovens mulheres é indissociável das opressões de gênero. A hierarquia presente na cafeteria é um microcosmo de uma estrutura maior, onde a competência técnica feminina é frequentemente trocada pela expectativa social do servir, transformando o ambiente de trabalho em um território de constante disputa por dignidade e visibilidade.

Essa subjetividade forjada na obrigação do cuidado e na subalternidade de gênero reverbera na forma como as jovens interpretam sua inserção no mercado. As múltiplas inserções demonstram um contexto definido pela naturalização da precariedade. Observa-se que não há um reconhecimento imediato de que as condições em que os trabalhos são desempenhados sejam problemáticas; ao contrário, há uma compreensão da sobrecarga de tarefas, da ausência de tempo e do "trabalho sem fim" como ritos de passagem ou pré-requisitos inevitáveis da vida adulta.

Essa percepção está fortemente atrelada à internalização de uma lógica que transfere exclusivamente ao indivíduo a responsabilidade sobre sua produtividade e sucesso. Sob essa ótica, o empreendedorismo e as ocupações múltiplas são apresentados como os únicos caminhos para a independência financeira. Dessa forma, vivências que revelariam a vulnerabilidade social e a fragilidade dos vínculos são mascaradas como exigências de amadurecimento. Esse processo colabora para a reprodução das desigualdades de gênero, raça e classe, pois enfraquece a reflexão crítica sobre as estruturas de exploração e torna invisível o avanço da precarização.

Nesse movimento de reconfiguração das formas de trabalho, a plataformização ganha centralidade (Abílio, Amorim e Grohmann, 2021). A intermediação tecnológica das plataformas não é apenas uma inovação técnica, mas um modelo que se consolida pela ausência de garantias e regulamentações fundamentais, como a proteção previdenciária. Ao atribuir os riscos e os custos da atividade integralmente ao trabalhador, a plataformização aprofunda o estado de alerta permanente dessas jovens, que passam a gerir a própria sobrevivência sem qualquer rede de proteção institucional, transformando a flexibilidade em uma nova forma de sujeição.

Os percursos de Bianca, Silvia e Ingrid nas plataformas digitais revelam uma faceta central do trabalho contemporâneo: a insuficiência da renda obtida por meio de uma única fonte e a necessidade de gerir constantemente múltiplas ocupações. Para essas jovens, os "freelas"

em plataformas não garantem a subsistência plena, mas funcionam como elos em uma rede complexa de sobrevivência.

No caso de Bianca, sua atuação nas plataformas vai além do ganho monetário imediato; trata-se da busca por capital social. Ela destaca que o aspecto positivo dessas inserções é a ampliação de sua rede de relações profissionais, o que abriu portas em grandes empresas e até em um gabinete parlamentar. O fato de um trabalho mediado por plataforma ter evoluído para um contrato com prazo estipulado demonstra como a jovem utiliza a precariedade do "freela" como uma vitrine para tentar acessar vínculos menos instáveis, tentando converter a volatilidade da plataforma em uma oportunidade de inserção institucional.

Por outro lado, Ingrid e Silvia ilustram a imersão profunda na lógica da "viração" (Abílio, 2021). Nessa dinâmica, o trabalho não se apresenta como uma carreira linear, mas como uma somatória de esforços fragmentados para alcançar o mínimo necessário à sobrevivência. A rotina de Ingrid é o exemplo dessa sobrecarga: ela cumpre uma jornada de 40 horas semanais em uma empresa de tecnologia, realiza trabalhos por plataforma e ainda gere o próprio empreendimento de moletons autorais ilustrados.

Apesar dessa tripla jornada, o resultado financeiro ainda é insuficiente: Ingrid consegue manter seu sustento pessoal e auxiliar nas despesas domésticas, mas não atinge a autonomia plena para manter todas as demandas de uma casa. Dessa forma, a exaustão é como norma: a jovem trabalha em tempo integral e ainda precisa "empreender" e "plataformizar" suas horas de descanso para não sucumbir à escassez. Conforme aponta Abílio (2021), os trabalhos por plataforma tornam-se o destino de jovens, em sua maioria periféricos ou vulneráveis, que se encontram marginalizados dos postos de trabalho que oferecem garantias reais.

Essa "viração", portanto, não é uma escolha de liberdade ou flexibilidade, mas uma imposição estrutural. A plataforma aparece como uma ferramenta que captura a urgência dessas jovens, transferindo a elas a tarefa de serem as únicas responsáveis pela articulação de diversas fontes de renda que, isoladas, são incapazes de prover uma vida digna. A jornada dessas jovens confirma que a modernização tecnológica, longe de superar a precariedade, a sofisticou, exigindo que o trabalhador se torne um mantenedor permanente de sua própria sobrevivência em um mercado que oferece cada vez menos e exige cada vez mais disponibilidade.

Ao analisarmos as ocupações das jovens integrantes do coletivo Da Raiz ao Fruto, percebemos que suas trajetórias não seguem uma linha reta, mas um movimento de constante adaptação. Essa dinâmica de instabilidade é descrita com precisão por Pais (2003, p.14)

Hoje em dia, muitos jovens rodopiam por uma multiplicidade de trabalhos precários, intervalando inserções provisórias no mundo do trabalho com desinserções periódicas. Para estes jovens não há realidade que se encaixe no conceito tradicional de trabalho. Em lugar de uma rotina estável ou de uma carreira previsível, atributos que caracterizavam os tradicionais postos de trabalho, há um enfrentamento com um mercado de trabalho flexível.

O "rodopiar" mencionado pelo autor ganha materialidade nos relatos das jovens, que transitam entre o formal, o informal e as plataformas para garantir o sustento imediato. Entretanto, o significado de seus percursos revela uma dualidade profunda: de um lado, o trabalho como fardo necessário para a sobrevivência; de outro, o empreendedorismo como o território da realização subjetiva.

Para essas jovens, os empreendimentos próprios não são vistos apenas como "negócios", mas como âncoras de sentido em meio à fragmentação do mercado. Ao associarem suas produções autorais — como os moletons ilustrados ou peças de fibra de coco — a sonhos e *hobbies*, elas tentam resgatar a autonomia que o mercado de trabalho convencional lhes nega. O desejo de "viver do empreendimento" em algum momento da vida é, no fundo, o desejo de unificar o tempo de trabalho ao tempo do prazer e da identidade pessoal.

Essa busca por realização interna através dos próprios projetos atua como um mecanismo de resistência psicológica. Enquanto as ocupações externas (o "trabalho para os outros") são marcadas pela exaustão e pela ausência de futuro, o empreendimento surge como o único horizonte onde é permitido projetar desejos e conquistas. Assim, o trabalho assume um caráter ambivalente: é a fonte do cansaço que consome o presente, mas também o veículo para os sonhos que tentam construir um amanhã menos precário.

Os relatos evidenciam que a juventude, para as jovens pesquisadas, é uma categoria indissociável da imperatividade do trabalho produtivo. Mais do que uma etapa de experimentação, o trabalho surge como um recurso fundamental para a sobrevivência material. Essa inserção, contudo, ocorre em um cenário de precariedade estrutural, caracterizado por vínculos informais, jornadas exaustivas (como o regime 6x1) e a crescente dependência de plataformas digitais e trabalhos intermitentes (freelances).

Embora, em alguns casos, as jornadas de trabalho parciais sejam percebidas como uma possibilidade de combinação com os estudos, essa dinâmica revela uma sobrecarga temporal. A tentativa de equilibrar os "empreendedores de si" (Machado da Silva, 2002) com as demandas acadêmicas não configura uma escolha livre, mas uma estratégia de adaptação a um mercado que exige flexibilidade total das jovens, muitas vezes à custa de sua saúde e do aprofundamento de sua formação intelectual.

7.4.2 Jovens- adultas (25 a 29 anos)

7.4.2.1 “Eu fico exausta, estudo, trabalho e ainda tem os afazeres domésticos. Parece que nada é suficiente nunca, né?”

O tempo destinado ao estudo, para as jovens adultas, não se apresenta como um fluxo linear ou universal, mas como uma construção atravessada por marcadores sociais de classe, raça, deficiência e gênero (Hirata 2018; 2022). Ao analisarmos os relatos de Diana, Eliana e Karen, percebe-se que a temporalidade escolar repercute tanto em lacunas de aprendizagem quanto em processos de emancipação.

Para Diana, o tempo de estudo é marcado por um "vazio" pedagógico que se projeta no presente. O déficit educacional relatado, principalmente por conta da ausência de professores das disciplinas de exatas no Ensino Fundamental, revela uma falha estrutural do Estado que compromete a segurança subjetiva da jovem.

A apreensão de Diana ao pensar em prestar vestibular demonstra que o tempo escolar não foi apenas um período de aprendizagem, mas de produção de uma insegurança que reverbera na vida adulta. Ao comparar sua trajetória com a de sua mãe, Diana estabelece um diálogo geracional sobre o trabalho precoce e o direito ao estudo

Eu acho que a questão do estudo, minha mãe terminou o ensino médio com cinquenta e poucos anos. Ela conseguiu terminar em 2016. Eu segui tudo certinho. A minha mãe começou a trabalhar muito cedo. Com 7 anos de idade ela já estava trabalhando. Então com certeza viveu muitas violências. [Diana, 26 anos, mulher, negra, 29/01/24]

Diana revela a percepção do estudo como um privilégio conquistado mediante árduo esforço, evidenciando uma tensão geracional em que o direito à educação foi historicamente condicionado pela classe e pela raça. Enquanto sua mãe teve o tempo da infância usurpado pelo trabalho produtivo — uma manifestação de violência estrutural que retardou sua escolarização por décadas —, Diana, apesar de ter conseguido "seguir tudo certinho", ainda carrega as cicatrizes de um ensino público fragmentado, demonstrando que a permanência na escola, embora represente um avanço em relação à geração anterior, não anula as inseguranças produzidas por uma formação deficitária.

Em contraste, a narrativa de Eliana ressignifica a função social da escola. Para ela, sua trajetória escolar não foi focada apenas na parte acadêmica, mas na construção da autonomia cotidiana. A escola aparece como o lugar onde se aprende a "viver" (vestir-se, cozinhar, comunicar-se).

O fato de Eliana não apresentar questões negativas em relação à sua deficiência sugere que o tempo escolar cumpriu seu papel de mediação tecnológica e social. Ao utilizar aplicativos de leitura e áudios, ela subverte barreiras comunicacionais. Para a jovem, a inclusão real ocorre quando o tempo de estudo respeita o ritmo do sujeito e oferece ferramentas para a independência, transformando a deficiência em uma característica, e não em um impedimento.

Para Karen, o tempo de estudo é sinônimo de prioridade e sacrifício. O caminho de estudar "dois ou três anos em casa, sem auxílio de terceiros" para ingressar no curso de Direito evidencia o fenômeno do autodidatismo forçado pela escassez de recursos.

Há uma tensão implícita entre o desejo de formação e a realidade econômica: a universidade só seria possível se fosse "pública ou com bolsa integral". O tempo de Karen é um tempo de espera e de resistência, onde a entrada no Ensino Superior não é um rito de passagem natural, mas uma conquista contra as probabilidades financeiras. Sua narrativa reforça como o acesso ao curso de Direito ainda é atravessado por um filtro de classe que exige do estudante das camadas populares um tempo de dedicação muito superior ao esperado.

A combinação entre estudo e trabalho para as jovens adultas não é apenas uma questão de organização individual, mas um reflexo das pressões estruturais que impõem escolhas excludentes. O tempo, aqui, funciona como um recurso finito disputado pela necessidade de subsistência e pelo desejo de mobilidade social.

Para Diana, o tempo de estudo é articulado através de uma estratégia de compensação. Ao flexibilizar sua jornada de trabalho conforme a demanda acadêmica, ela exerce uma agência possível sobre seu cotidiano. Em contrapartida, a trajetória de Oliver revela uma ruptura forçada pela rigidez do mundo do trabalho e da própria instituição escolar

É, eu parei de estudar depois que eu entrei no meu primeiro emprego, que foi bem difícil conciliar o trabalho. Eu trabalhava até a hora de ir para a escola. E às vezes eu chegava atrasado, e tem toda aquela parada, mesmo sendo educação de jovens e adultos, a galera ainda pega um pouco no seu pé, né, sobre essas coisas. E aí eu comecei a desanimar também, já estava desanimado, estava ganhando muito dinheiro, né, numa idade bem novinho, assim. Então eu optei por me manter, né, financeiramente. E aí eu parei a primeira vez. Definitivo, eu voltei uns anos depois só, que as coisas estavam mais de boa, eu estava fixo numa... uma parte lá de São Gonçalo, Rio de Janeiro, que eu morei lá um pouco. E aí eu consegui terminar o ensino fundamental. Quero terminar de fazer o ensino médio. Eu queria fazer faculdade, mas... Não sei, eu fico entre a minha autonomia, que é uma coisa que pra mim já é certa, e fazer uma faculdade, porque eu quero também ter essa opção, sabe? [Oliver, 29 anos, homem trans, indígena, 26/01/24]

O relato de Oliver demonstra as tensões inerentes ao jovem trabalhador que tenta ocupar o espaço escolar. Sua narrativa evidencia que o "tempo de estudo" não é apenas um cronômetro, mas um território de disputa entre o que a instituição exige e o que a vida permite.

Oliver aponta uma contradição, embora estivesse matriculado na Educação de Jovens e Adultos (EJA) — modalidade que, por princípio, deveria ser adaptada às singularidades do estudante-trabalhador —, ele enfrentou o que denomina "pegar no pé" devido aos atrasos causados pelo emprego.

Diante disso, a escola falha em sua função de acolhimento ao manter uma rigidez temporal que ignora a realidade de quem trabalha até a hora de ir para a escola. Esse descompasso entre o tempo de trabalho e o tempo de estudo gera o desânimo; a escola, ao invés de ser um espaço de possibilidades, torna-se um local de vigilância e cobrança normativa, atuando como um fator de expulsão que empurra o jovem para a evasão.

A decisão de Oliver de interromper os estudos ao "ganhar muito dinheiro numa idade bem novinho" reflete o peso da autonomia financeira em contextos de vulnerabilidade. Nesses cenários, o retorno financeiro imediato possui uma concretude e uma urgência que o título acadêmico não oferece a curto prazo.

No entanto, a sua intenção de retornar aos estudos demonstra que essa autonomia baseada apenas na renda mesmo que atualmente sendo algo estável torna-se insuficiente. Ele percebe que, sem a escolarização formal, suas opções de trânsito e ascensão no mundo do trabalho permanecem limitadas. O jovem pretende buscar o estudo não apenas como uma obrigação, mas como uma ferramenta estratégica de liberdade de escolha

Eu quero ter a opção de poder trabalhar com outras coisas se eu quiser. E se eu mudar de ideia também. Eu gosto muito de biologia, muito de ecologia. Aí eu queria tentar cursar. Eu acho da hora. Aí eu queria tentar terminar pra poder estudar mais coisas, estudar mais sobre o que eu gosto. E isso ser uma opção. [Oliver, 29 anos, homem trans, indígena, 26/01/24]

É fundamental notar que o desejo de Oliver em cursar Biologia e Ecologia nasce de uma identificação pessoal ("eu acho da hora"). Neste ponto, o tempo de estudo transcende o mero "treinamento para o mercado" para se tornar um tempo de subjetivação e afirmação de si. Sendo um homem trans e indígena, a busca por estudar o que gosta constitui um ato de resistência política e existencial, é a reivindicação do direito de não ser reduzido a um corpo destinado apenas ao trabalho braçal ou precário.

Essa projeção de liberdade, contudo, é confrontada pela rigidez das subdivisões dos tempos sociais, especialmente no que tange às responsabilidades de cuidado. O impedimento de Oliver de permanecer com seu filho na escola de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na qual estudava— relatado por Diana — revela como a ausência de políticas de permanência estudantil sequestra o tempo de quem exerce a maternidade.

A maternidade, embora não constitua impeditivo de ordem moral ou intelectual, impõe um replanejamento compulsório de metas. Nesse cenário, a dedicação ao estudo torna-se, por vezes, temporariamente inviável diante do peso da exaustão e da falta de suporte institucional, que falha ao não reconhecer as especificidades da vida do estudante-mãe.

Karen e Keila compartilham um outro viés do esgotamento, vivenciam o tempo de estudo como um "investimento solitário" e desgastante. Para Karen, ingressar no curso de Direito exigiu anos de estudo, agora, ao combinar estágios remunerados com a faculdade, ela encara uma jornada exaustiva que testa os limites de sua saúde mental. Já Keila, ao priorizar o estudo em detrimento do trabalho produtivo, evidencia que a dedicação acadêmica integral é, muitas vezes, uma escolha de risco financeiro. Em ambos os casos, o estudo emerge como um campo de resistência onde o sucesso depende da capacidade individual de suportar a sobrecarga.

O tempo de estudo exercido durante a trajetória escolar de Eliana oferece uma perspectiva distinta sobre a utilidade do tempo escolar. Para ela, a escola foi o locus da conquista de autonomia prática (aprender a ler, cozinhar e se comunicar via tecnologias assistivas). Todavia, seu tempo é hoje atravessado por uma tensão: o medo familiar dos perigos da cidade a impedem de circular. O tempo de Eliana é um tempo protegido, mas também interditado, evidenciando que a inclusão escolar precisa ser acompanhada pelo direito ao espaço público.

As vivências das jovens adultas demonstram que o estudo é o principal vetor de alteração de destino. No entanto, a diversidade dessas trajetórias — que oscilam entre o "tempo de faltas" de Diana, as conquistas práticas de Eliana e os "tempos de sacrifício" de Oliver, Karen e Keila — revela que as barreiras estruturais ainda ditam o ritmo de cada caminhada. Nesse sentido, o direito ao tempo de estudo configura-se menos como uma garantia plena e mais como uma constante e exaustiva prova de resistência.

Essa resistência foi levada ao limite com a pandemia, período em que a delicada combinação entre estudo e trabalho foi drasticamente reconfigurada. O relato de Diana, em especial, torna-se emblemático ao demonstrar como a organização pré-existente entre essas esferas foi desarticulada

Então, de vez em quando a gente ia lá pra trabalhar durante a pandemia. Na pandemia, o SUS se lotou de coisa, né? Frente social e tal. Nós que fazíamos as cestas básicas. A gente se juntava e passava o dia inteiro montando cesta básica. Nós fazíamos atividades remotas, então a gente filmava, a gente tinha que estar lá, então a gente ia lá filmar, fazer uma atividade para mandar para as crianças. Nós construímos uma apostila de atividades para as crianças e um caderno de anotações para os adolescentes, né? Porque a gente também tinha os adolescentes, então... Então a gente trabalhou pra caramba, assim. [Diana, 26 anos, mulher, negra, 29/01/24]

Essa desestruturação manifesta-se na forma como a jovem descreve suas temporalidades cotidianas, que passaram a ser tensionadas entre as exigências do trabalho — tanto produtivo quanto reprodutivo — e o tempo dedicado aos estudos. Diana cursava o ensino superior, o que representava a materialização de seu “projeto de futuro”; contudo, diante das barreiras impostas pelo ensino remoto, viu-se forçada a abandonar o curso. Ela narra que a pandemia foi um período de profunda adversidade, marcado não apenas pelo contexto coletivo de medo e perdas, mas também por um luto particular: o encerramento de seu sonho acadêmico. A centralidade do trabalho produtivo emerge com tal voracidade que se sobrepôs às demais dimensões da vida, exaurindo o tempo que seria destinado à formação intelectual.

Karen vivenciou a complexa combinação entre o trabalho e o estudo no formato remoto, relatando obstáculos que evidenciam a precarização dessas esferas durante a pandemia. Em seu depoimento, a jovem destaca que o tempo dedicado à formação acadêmica foi severamente comprometido pela invasão das demandas de trabalho, que, sob a lógica do trabalho remoto, assumiram uma característica de "trabalho sem fim" (Pochmann, 2010).

O "trabalho sem fim" (Pochmann, 2010) mencionado por Karen revela um sentido crucial: a perda do direito ao desconectar-se. No ambiente doméstico, as fronteiras físicas que separavam o trabalho da vida privada e dos estudos foram dissolvidas. O trabalho não apenas se sobrepôs ao estudo, mas colonizou o tempo de descanso, tornando a jornada de trabalho uma presença constante e ininterrupta.

Somada à exaustão temporal, Karen enfrentou severas limitações financeiras decorrentes de cortes orçamentários em órgãos públicos, que reduziram o valor de sua bolsa de estágio pela metade. Essa precariedade econômica gerou um paradoxo material: enquanto as demandas do trabalho remoto consumiam vorazmente sua franquia de dados, a redução de seus rendimentos impedia a ampliação do plano de internet. Como resultado, o acesso à educação foi diretamente comprometido, uma vez que a escassez de dados impossibilitava o acompanhamento das aulas simultâneas. Esse cenário revela uma camada profunda da exclusão digital, onde a ferramenta de trabalho compete com a ferramenta de estudo, sacrificando o estudo da jovem. A internet para Karen deixou de ser um acessório para se tornar a "sala de aula" e o "escritório".

Keila traz um outro elemento em relação a vivência das temporalidades de estudo e trabalho na pandemia: a interrupção do rito de passagem acadêmico. No último semestre da graduação em Estética — período crucial para a transição ao mercado de trabalho —, a jovem

viu a dimensão prática de sua formação ser transmutada para o formato remoto, gerando um sentimento de desorientação coletiva

Porque tava todo mundo, tudo bem, tava todo mundo meio perdido, assim, a gente não sabia muito o que fazer. E era o semestre mais importante, que era o semestre de prática. Prática e atendimento. Então, atendimento que a gente tinha ao público, plano de tratamento com o pessoal que a gente ia atender, tinha algumas práticas que a gente tava esperando, o curso inteiro ia ter no último semestre, então tava todo mundo perdido assim, sabe? [Keila, 29 anos, mulher, branca, 27/01/24]

A jovem aponta a perda das técnicas na prática da graduação. O estar “perdida” revela a angústia de uma formação esvaziada. Em cursos de caráter prático e clínico, como Estética, o contato com o público e o "saber-fazer" são os pilares da identidade profissional. A pandemia impôs uma lacuna na qual a teoria não pôde ser corporificada, gerando uma insegurança quanto à própria competência para o futuro exercício da profissão.

Dessa forma, a impossibilidade de exercer a prática no momento de conclusão do curso gera uma insegurança: a jovem se forma com o título, mas sem a segurança da vivência, o que projeta incertezas sobre sua própria competência para o futuro exercício da profissão. A interrupção deste rito de passagem acadêmico representa, portanto, um prejuízo que transcende o currículo, afetando a confiança da jovem em sua entrada no mundo do trabalho.

No que tange ao trabalho, Keila vivenciou uma jornada híbrida e fragmentada, atuando simultaneamente no formato presencial, com atendimentos de estética, e no ambiente digital, voltado às vendas. Essa combinação, somada às tarefas de casa (o trabalho reprodutivo), fez com que o tempo de trabalho crescesse tanto que se sobrepôs ao tempo de estudos.

A substituição de uma vida social ativa por uma rígida agenda de compromissos revela como a precarização das temporalidades, intensificada pela pandemia, resultou em um empobrecimento sistêmico das esferas de liberdade. Ao analisar os relatos de Diana, Karen e Keila, observa-se que o tempo de estudos foi um dos eixos mais fragilizados, sofrendo perdas tanto quantitativas quanto qualitativas.

Sob o aspecto quantitativo, a sobreposição das jornadas de trabalho produtivo e reprodutivo reduziu as horas disponíveis para a dedicação acadêmica ao mínimo necessário para a sobrevivência burocrática no curso ou, em casos mais graves, ao abandono total. Qualitativamente, o prejuízo é ainda mais profundo: o estudo exige um "tempo de maturação" e um estado de concentração que a ansiedade e o esgotamento físico tornaram impossíveis. Não se tratava apenas de "ter tempo", mas de ter condições subjetivas para estudar.

É nesse cenário de fragilidade, durante a pandemia ou não, que a resistência dessas jovens encontra sustentação, demonstrando que a permanência acadêmica não ocorre em um

vácuo de esforços puramente individuais. Os percursos educacionais dessas jovens, embora singulares, convergem em pontos de sustentação fundamentais: a mediação de políticas públicas — como o PROUNI, o Bolsa Família e o LOAS — que oferecem o suporte material mínimo necessário e a influência decisiva das figuras maternas. O incentivo das mães ultrapassa o apoio moral e afetivo, configurando-se como um direcionamento estratégico que, ao priorizar o cuidado e a instrução, sustenta o avanço educacional das filhas frente às adversidades estruturais.

No relato de Keila, o tempo de estudo aparece, inicialmente, como um tempo "sofrido", pois está intrinsecamente ligado ao anseio da mãe em oferecer a melhor escola que pudesse para Keila. Dessa forma, o acesso à escola particular não foi apenas uma escolha pedagógica, mas um projeto de vida sustentado por uma jornada de trabalho de 16 horas.

Olha, sendo bem honesta, no começo estudar foi sofrido, porque eu sou a primeira que foi para a escola particular. E aí a minha mãe ficava tipo 16 horas trabalhando pra conseguir pagar a escola, pagar os livros, pagar tudo. E aí eu era daquelas que tinha umas coleguinhas que não era rica, mas que tinha uma condição da mãe falar assim, você tá estudando demais, vai faltar hoje um pouquinho? Eu era a que morria de inveja disso. Mas eu aprendi a gostar de estudar. Quando eu fico sem eu sinto falta. Às vezes, eu fico caçando coisa, que nem agora nas férias do curso. A gente teve 40 dias de férias. Nesses 40 dias, eu achei o curso EAD livre na UNISA, tudo gratuito. Eu fiz seis. E eu sou tão bitolada com estudo que tem um livro que o professor pediu para gente ler Ele sugeriu porque é o tema dos temas de uma das matérias do curso. Têm mil páginas, eu fui a única que chegou no terceiro capítulo. [Keila, 29 anos, mulher, branca, 27/01/24]

A "inveja" mencionada por Keila revela o peso simbólico do estudo em contextos de ascensão social: para ela, o estudo não poderia ser um tempo de lazer ou de interrupção, pois era um tempo comprado com o sacrifício materno. Enquanto para suas colegas o estudo era um direito que permitia pausas, para Keila ele era um dever que exigia uma entrega total em respeito ao investimento realizado.

A influência da mãe de Keila vai além do financiamento; ela atua na definição das metas. A exigência por um curso superior, em detrimento de cursos técnicos ou profissionalizantes, demonstra uma percepção clara da hierarquia acadêmica e do valor do diploma como passaporte para a autonomia "E aí eu ficava entre Estética ou Massoterapia, e aí a minha mãe falou assim, Estética é a única que tem graduação, então você vai fazer a graduação, porque eu quero um diploma de faculdade, aí eu fiz." Para a mãe, o diploma é a materialização de uma segurança que ela não teve.

A jovem evidencia que o maior fruto do incentivo materno reside na transição do "estudo sofrido" para a consolidação de um desejo intrínseco pelo saber. Ao se autodescrever como "bitolada" — termo que, em sua fala, denota uma dedicação profunda e proativa — e ao

buscar ativamente cursos extracurriculares e leituras densas durante os períodos de férias, a jovem demonstra que a temporalidade do estudo deixou de ser uma imposição externa para se converter em uma necessidade subjetiva. O sentido dessa mudança revela que Keila internalizou o valor do conhecimento não apenas como um meio de ascensão, mas como uma ferramenta de distinção e satisfação pessoal. Dessa forma, o estudo consolidou-se como parte de sua identidade, ela já não estuda apenas para honrar o projeto materno ou atender às demandas do mercado, mas porque o ato de aprender preenche e qualifica o seu tempo social de maneira significativa.

O percurso de Karen destaca uma dimensão relevante das redes de apoio: o tempo de estudo como uma política de proteção central, sustentada tanto pela mãe quanto pelo pai. Ao contrário de cenários marcados pela urgência econômica — que frequentemente resulta em trabalho infantil ou acúmulo de tarefas domésticas — a configuração familiar de Karen delimitou claramente o espaço escolar frente às pressões da sobrevivência e do lar.

No relato de Karen, o "não afastar os filhos da escola" revela uma consciência estratégica dos pais sobre o valor da educação como único caminho de ruptura com a pobreza. A "garra" que ela demonstra hoje é, na verdade, o resultado de uma infância e adolescência onde o estudo foi preservado de interrupções

Os meus pais, ainda que talvez assim... Eu vim de uma família bem humilde e sou bem humilde. A minha família nunca teve essa questão de tirar... os meus pais, né? De afastar os filhos da escola pra fazer as coisas isso de casa. Eu acho que talvez por isso que hoje em dia... Mas assim, talvez essa garra minha hoje de estudar e tudo é uma coisa que assim... As coisas de casa que eu faço como eu posso. Deu pra me fazer, eu fiz. Se não deu, só lamento. E é uma coisa que eu trago de família, porque os meus pais sempre foram assim. A gente chegava da escola, ensino fundamental, médio, almoçava. E a primeira coisa que meus pais falavam era fazer as atividades da escola. Se tinha qualquer coisa pra fazer, tinha que fazer as atividades, quando chegava o final de ano que tinha essa questão aí do boletim. Do histórico né e tal meu pai [...]. A minha mãe nunca falou assim, ó, tem muita coisa pra fazer. E vem primeiro ajudar, e depois estuda. Sempre era o estudo, sempre ia pra escola. Eu e os meus irmãos, a gente nunca deixou, assim... Eu falo assim, que é uma coisa que hoje em dia, talvez, aconteça muito. De os pais tirando os filhos da escola pra... Aqui, né? Aqui em São Paulo. Para vender bala no semáforo, por aí. E assim, foi uma coisa que eu... Assim, uma coisa que talvez eu me orgulhe muito. Porque não foi uma coisa que aconteceu comigo. Sempre tive a educação, a escola em primeiro lugar. [Karen, 26 anos, mulher, parda, 01/02/24]

O orgulho manifestado por Karen aponta para o estudo como um espaço de dignidade e proteção. O tempo de estudo, para ela, não foi negociável; foi uma concessão familiar que permitiu que ela desenvolvesse uma identidade voltada para a vida acadêmica.

Ao ser analisada a influência das mães, percebe-se que o nível de escolaridade dessas mulheres atua como um divisor nas estratégias de direcionamento. As figuras femininas com

formação universitária tendem a incentivar a satisfação pessoal e a vocação, vendo o ensino superior como um espaço de realização subjetiva. Já as mães com menor escolaridade, como no caso da mãe de Keila ou Diana, operam sob uma lógica de segurança e sobrevivência, priorizando a obtenção do diploma como uma salvaguarda contra a precariedade.

Em comum entre todas as referências femininas e/ou mães há a certeza de que a “educação alcançada pelos indivíduos é o principal meio de mobilidade social nas sociedades modernas” (Ribeiro, Ceneviva e Brito, 2015, p.79). Ademais, “Quando se examina o efeito da educação da mãe nas chances de progressão educacional dos jovens, nota-se que ter, ao menos, o ensino fundamental completo está significativamente associado à progressão em todos os níveis educacionais” (Ribeiro, Ceneviva e Brito, 2015, p.106)

Observa-se entre as jovens adultas analisadas uma tendência clara ao adiamento da maternidade. Com exceção de Oliver, que já vivencia essa experiência, as demais jovens optam por postergar a constituição familiar. Essa escolha envolve uma afirmação da autonomia.

Como demonstram Oliveira, Vieira e Marcondes (2015, p. 318), a “escolarização e renda parecem ter efeitos próprios no comportamento da fecundidade”. Na prática das jovens adultas, essa premissa traduz-se em um uso estratégico do tempo, em que o adiamento da maternidade funciona como um mecanismo de proteção à formação acadêmica e à busca por melhores oportunidades no trabalho produtivo. Para as jovens adultas, a maternidade não é vista apenas como um evento biológico, mas como um evento econômico e temporal que, se ocorrer, comprometerá principalmente o tempo de estudos.

Logo, o tempo de estudos e o tempo de cuidado são percebidos como concorrentes; adiar os filhos significa proteger o tempo necessário para a conclusão do ensino superior e a estabilização financeira. Essa escolha reflete uma ruptura com gerações anteriores, onde a maternidade muitas vezes interrompia o ciclo escolar.

Apenas Diana e Oliver mantêm convivência com parceiros conjugais, o que colabora para a reflexão dos rearranjos familiares na vida das jovens, sobre essa questão Oliveira, Vieira e Marcondes (2015, p. 319) esclarecem que

Não se pode desconsiderar o papel da nupcialidade nessa equação. À elevação da idade média das mulheres ao casar, a partir dos anos 1990, também se relaciona com o aumento da escolaridade e da inserção feminina no mercado de trabalho, processos que resultam em mudanças no timing da formação de parcerias conjugais e, conseqüentemente, de famílias. Destacam-se igualmente os reflexos no mercado matrimonial. A maior escolaridade e participação econômica das mulheres tenderia a reduzir as possibilidades de escolha de parceiros [...].

O "reduzir as possibilidades de escolha" sugerido pelos autores aponta para um fenômeno de seletividade, ao tornarem-se mais escolarizadas, as jovens adultas elevam suas expectativas e critérios para a formação de parcerias, priorizando relacionamentos que não impeçam seus projetos. O tempo de estudo, portanto, funciona como um filtro que redefine quem entra no círculo íntimo dessas jovens e sob quais condições.

Essa reorientação do planejamento de vida individual não ocorre de forma isolada, mas é fruto de mudanças estruturais e simbólicas. As últimas décadas foram caracterizadas pela ampliação do acesso à educação e por um forte estímulo intergeracional. (Beltrão e Alves, 2009; Rosemberg, 2012; Oliveira, Vieira e Marcondes, 2015)

Diante disso, as mães desempenham um papel fundamental ao incentivar que as filhas não repitam seus próprios percursos. Há um esforço dessas mulheres para que as jovens priorizem os estudos e a independência individual. Nesse sentido, o adiamento da maternidade é, muitas vezes, um projeto compartilhado entre mãe e filha: a mãe investe seu trabalho e cuidado para que a filha possa ter o tempo de estudo que ela não teve.

A trajetória de Oliver, ao já incluir a maternidade, serve como um contraponto. Enquanto as outras jovens adultas conseguem focar exclusivamente na combinação estudo-trabalho, ele precisa gerir o estudo, o trabalho e o cuidado, o que gera interrupções e desafios adicionais. A experiência do jovem reforça o porquê de as jovens optarem pelo adiamento, em uma estrutura social que não oferece suporte à maternidade estudantil.

Dessa forma, além do planejamento pessoal e da autonomia, a cultura, as condições sociais com a inserção produtiva, o aumento da escolarização e o incentivo das mães moldam a postergação da maternidade e das uniões afetivas, apontando para a necessidade das jovens de priorização das experiências juvenis. Logo, "Certamente no plano dos microprocessos, as mulheres são as protagonistas de uma revolução silenciosa: cada vez mais presentes no mercado de trabalho e mais escolarizadas do que seus pares masculinos, elas parecem viver em um novo Brasil" (Oliveira, Vieira e Marcondes, 2015, p. 332).

7.4.2.2 "Não me imagino daqui há alguns anos desempenhando a mesma atividade que eu tô agora"

O percurso de trabalho de Oliver é marcado por sua entrada no mercado de trabalho com 15 anos, o jovem começou a trabalhar como auxiliar de professor em um curso de inglês, Oliver domina a fluência do inglês e do espanhol por influência de seus pais, de origem peruana, com quem aprendeu ambas as línguas.

Desde o auxílio na docência de idiomas até o trabalho em gráfica e a pesquisa de rua, sua história é um exemplo da informalidade que atravessa as juventudes periféricas. O jovem atualmente trabalha em uma academia de Cross Fit como recepcionista em jornada de trabalho 6 por 1 e combina com o empreendimento, ele cita que “[...]nenhuma dessas ocupações foram de carteira assinada. E depois que eu comecei a fazer dinheiro com as minhas próprias coisas, eu nunca mais parei”. Oliver mesmo se ocupando de trabalhos com características formais, não possui registros na carteira de trabalho.

Oliver começou com o empreendimento em um cenário de vulnerabilidade extrema, marcado pelo desemprego e por severas dificuldades financeiras. Inicialmente, sua iniciativa de negócio próprio surgiu não como uma escolha planejada de carreira, mas como um recurso imediato para garantir sua subsistência básica (Machado da Silva, 2002). Entretanto, como considerou que os rendimentos do empreendimento não eram suficientes, Oliver viu-se obrigado a buscar uma ocupação complementar, acumulando funções.

O jovem tem uma rotina de trabalho severa, marcada por uma jornada ininterrupta que se estende de domingo a domingo. Mesmo submetido a esse esforço contínuo e a uma dupla jornada de trabalho produtivo, o jovem destaca que a remuneração obtida é insuficiente para garantir o sustento básico de sua família, composta por ele e seu filho. Esse cenário evidencia uma realidade em que o excesso de trabalho não se traduz em segurança econômica, mas em um ciclo de exaustão.

Diante dessa exaustão, Oliver almeja a transição definitiva para o trabalho autônomo, projetando investir em seu próprio empreendimento para que este se torne sua única fonte de renda. O desejo de "não ter mais chefe" reflete o profundo desgaste acumulado em experiências de trabalho subordinadas, muitas vezes caracterizadas pela exploração, pela precariedade salarial e pela ausência de flexibilidade (Costa, 2024). Para um jovem que enfrenta uma rotina extenuante de "domingo a domingo", a possibilidade de trabalhar por conta própria representa muito mais que um negócio: significa a esperança de conquistar uma rotina mais humana e de realizar um trabalho que dialogue com sua realidade e seus propósitos pessoais.

A aceleração do ritmo de vida de Oliver impacta todas as áreas de sua existência, criando uma pressão constante para atender a demandas que são, ao mesmo tempo, econômicas e temporais. Sua "correria" cotidiana não é a busca por ascensão social, mas uma luta desesperada para não ser ainda mais excluído da sociedade. Como aponta Rosa (2022), essa aceleração atua de formas distintas dependendo da posição social do indivíduo.

Segundo o autor, enquanto as classes privilegiadas aceleram suas ações para se manterem no topo da pirâmide social, os grupos que iniciam seu percurso com diversos atravessamentos — como é o caso de Oliver — acabam aceitando ritmos de vida exaustivos apenas para não ficarem totalmente à margem do sistema. Oliver personifica o que Rosa (2022) define como o *precariado*: uma classe que vive na insegurança constante, onde o tempo de vida é integralmente consumido pela urgência da sobrevivência.

Portanto, a trajetória de Oliver demonstra que a precarização das relações de trabalho sequestra o tempo que deveria ser destinado ao lazer, ao cuidado com o filho e ao descanso. A pressão por "dar conta de tudo" revela-se como um mecanismo de controle que obriga o jovem a correr sem parar, evidenciando que, para o *precariado*, o esforço extremo é a única ferramenta disponível para tentar evitar o aprofundamento da exclusão social.

O percurso de trabalho de Keila iniciada também com 15 anos revela que a jovem transitou por uma ampla gama de funções, atuando como esteticista, massoterapeuta, operadora de caixa, auxiliar de loja, dobrete³² e tesoureira. Atualmente, Keila reconfigurou sua atuação profissional, estabelecendo-se como artesã e empreendedora no ramo de fragrâncias autorais.

Seu caminho foi marcado pela alternância entre vínculos empregatícios formais e atividades autônomas. Ao se estabelecer como artesã e empreendedora, a jovem realiza um movimento estratégico em busca de subjetividade e autonomia. Essa transição para o artesanato representa, fundamentalmente, o desejo de retomar o controle sobre o próprio tempo e sobre o fruto de seu esforço. Enquanto em suas experiências anteriores no comércio e em empresas o ritmo era ditado por exigências externas e impessoais, o empreendedorismo surge como uma possibilidade de imprimir sua identidade e criatividade na esfera produtiva. Assim, o trabalho deixa de ser apenas um meio de sobrevivência para se tornar um espaço de realização pessoal e expressão de si.

A inserção de Diana no mercado de trabalho iniciou-se aos 18 anos como jovem aprendiz em uma instituição de ensino em Moema, bairro de alta renda em São Paulo. Nessa experiência, ao transitar pelas funções de recepcionista e auxiliar de biblioteca e de classe, a jovem defrontou-se com o impacto do racismo estrutural e das desigualdades.

O deslocamento de Diana para um território de elite evidencia um sentimento, o do não-pertencimento. Estar em Moema despertava em Diana crises e reflexões sobre a disparidade de oportunidades; ao observar que crianças brancas tinham acesso a horizontes muito mais amplos, ela confrontava a dureza de sua própria realidade. Esse "espelhamento às avessas" gerava o

³² Pessoa que trabalha dobrando roupas

medo do futuro e a consciência de que a ausência de privilégios moldaria suas possibilidades de vida, evidenciando como o racismo opera não apenas nas relações, mas na ocupação e percepção dos espaços urbanos (Gomes e Laborne, 2018).

A mudança de rumo profissional para o cargo de orientadora social e educativa no Jardim Ângela representa um movimento de busca por sentido e identidade. Diferente da experiência anterior, Diana passou a vivenciar um sentimento de pertencimento e importância social.

Ao tornar-se uma referência para crianças periféricas, Diana ressignificou sua presença no mundo: ela deixou de ser "o outro" em um espaço de elite para se tornar o "espelho" positivo para seus pares. Suas experiências subsequentes no CCA Cruz de Malta e, mais recentemente, na Fábrica de Cultura, reforçam essa opção voltada para o campo social e cultural, onde o trabalho deixa de ser apenas uma tarefa para se tornar uma ferramenta de fortalecimento comunitário.

O período de desemprego vivenciado em 2023 destaca a vulnerabilidade a que as jovens adultas estão expostas, mas também serve como um espaço para o tempo de estudos da jovem. A entrada de Diana na Fábrica de Cultura em 2024 e sua atuação como empreendedora de moda sustentável sugerem uma busca por autonomia e por formas de trabalho que dialoguem com seus valores.

De acordo com a jovem o empreendedorismo na moda sustentável surge como uma resposta criativa às limitações do mercado de trabalho tradicional. Para Diana, produzir moda é uma forma de expressar sua identidade e criar suas próprias temporalidades, consolidando uma trajetória que começou na estranheza de Moema e desaguou na potência criativa da periferia.

Os percursos de Diana, Keila e Oliver revelam que, para a juventude periférica, o trabalho raramente se apresenta como uma escolha vocacional, mas sim como uma estratégia de sobrevivência marcada pelo início ainda na adolescência e pela "viração" (Abílio, 2021). O percurso dessas jovens — que transita entre a subordinação exaustiva e a tentativa de autonomia pelo empreendedorismo — evidencia um esforço constante para subverter a lógica da precariedade.

7.5 TEMPO DO COLETIVO

7.5.1 “O coletivo Da Raiz ao Fruto para mim é apoio, suporte e afeto”

A inserção das jovens no coletivo Da Raiz ao Fruto não se dá de forma isolada, mas emerge de uma complexa dialética entre a submissão, a resistência e o engajamento com instituições tradicionais, como a igreja e a escola. Esses espaços operam como os primeiros laboratórios de sociabilidade, funcionando ora como estruturas de oportunidade, ora como mecanismos de contenção e apagamento identitário. Tal fenômeno, recorrente nos relatos das entrevistadas, revela que o "tempo juvenil" é um campo de disputa onde se constroem as primeiras noções de organização coletiva.

Para jovens como Gabriela e Kiara, a religião e a escola atuaram, em um primeiro momento, como estruturas de suporte. A participação no "grupo jovem" da igreja evangélica e no Grêmio Estudantil demonstra que o ingresso no universo coletivo aproveita os repertórios de organização assimilados nessas instituições. Nesses contextos, o tempo juvenil é regulado de maneira propositiva, oferecendo um senso de pertencimento e experiências formativas que, embora institucionalizadas, conferem as bases para o engajamento futuro.

Em contrapartida, o relato de Diana desvela a face repressiva dessa regulação. A instituição religiosa, em sua vertente mais conservadora, extrapola a organização do tempo para incidir sobre a subjetividade e o corpo negro. A imposição de um "Cristo europeizado" e a utilização do mito da "Marca de Caim" para estigmatizar a negritude operam como dispositivos de racismo estrutural validados pelo que é considerado sagrado.

Neste cenário, a ideia de que a ressurreição traria o "embranquecimento" constitui uma profunda violência simbólica: a negação ontológica do ser negro. A "pureza" é teologicamente vinculada a uma estética branca, transformando o corpo da jovem em um campo de batalha contra sua própria ancestralidade. A estratégia de "ocupação total" do cotidiano — priorizando o tempo da igreja em detrimento dos estudos ou do lazer autônomo — revela uma força que visa anular a autonomia juvenil e evitar qualquer desvio das normas instituídas.

A ruptura de Diana com as denominações cristãs, motivada pelo "viés de raça", marca o despertar de uma consciência política. O coletivo Da Raiz ao Fruto surge, então, como um contraponto emancipatório a essa violência institucional. Enquanto a igreja operava pela regulação restritiva e pelo ideal de embranquecimento, o coletivo propõe a valorização da estética negra e da ancestralidade.

A espiritualidade permanece como um eixo relevante na vida dessas jovens, mas sofre uma reconfiguração. Ao se afastarem do controle rígido sobre seus corpos, elas buscam refúgio em religiões de matriz africana, cujas cosmologias são mais abertas às experimentações juvenis. A transição de Gabriela e Diana para o Candomblé, assim como a prática da Umbanda por Keila e Oliver, sinaliza a busca por espaços que combinem regras e hierarquias com o respeito à individualidade. Oliver compartilha que, além do coletivo Da Raiz ao Fruto, é no centro de Umbanda que ele encontra um profundo senso de coletividade, parceria, hierarquia, respeito e aceitação. Ele narra sentir-se mais centrado nesse ambiente, o qual considera um lugar ímpar.

O deslocamento das igrejas cristãs para as religiões de matriz africana e para os coletivos juvenis representa um movimento de descolonização do tempo e do corpo. As jovens passam a habitar espaços onde o senso de coletividade não exige o sacrifício da identidade racial e nem da experiência juvenil.

O protagonismo no coletivo Da Raiz ao Fruto é, portanto, o resultado de um processo de filtragem: as jovens retêm as habilidades organizativas aprendidas na escola e nos grupos juvenis, mas rejeitam a lógica de exclusão e controle.

A inserção das jovens no coletivo Da Raiz ao Fruto transcende a mera ocupação de um espaço físico ou a participação em atividades pontuais; ela representa a imersão em um ecossistema de produção de vida, cuidado comunitário (Faur, 2024; Guimarães e Hirata, 2020) e resistência. Para aquelas que já possuem histórico em outros grupos, o coletivo é uma continuidade de um projeto político-identitário; para as jovens as quais essa é a primeira vivência em coletivos configura-se como um rito de passagem para uma nova percepção de si e do território.

Como propõe Maurer (2019), esses espaços não apenas habitam a periferia, mas a transformam em um território inserido na dinâmica urbana global, rompendo com o estigma da carência e da criminalidade. Os coletivos recusam assim, a visão única da violência e projetam a periferia como um centro produtor de cultura e soluções sociais. Ao se organizarem, essas jovens "ocupam" a cidade, afirmando que a periferia não é a margem excluída, mas uma potência ativa que exerce o direito à cidade.

A compreensão do que sustenta o Da Raiz ao Fruto encontra eco na teoria de Melucci (2001, p.23), que define a identidade coletiva não como uma essência estática, mas como uma construção dinâmica

São sistemas de ações, redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação social. A identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atos. Processos de

mobilização, formas organizativas, modelos de liderança, ideologias e formas de comunicação são níveis de análises significativos para reconstruir internamente o sistema de ação que constitui o ator coletivo. Mas, também, as relações com o exterior, com os concorrentes, aliados, adversários e em particular, as respostas do sistema político e dos aparatos de controle social, definem um campo de oportunidades e de vínculos dentro do qual um ator coletivo se forma, se mantém ou se modifica no tempo.

A coesão do Da Raiz ao Fruto é produto de um constante "ajuste de contas" com o mundo externo. A identidade do grupo se fortalece no tensionamento com os aparatos de controle social — como as instituições repressivas e os estigmas territoriais — e com a negligência do sistema. O coletivo, portanto, é um organismo vivo que se ajusta a partir dos conflitos e das alianças que estabelece.

Diferente das estruturas institucionais tradicionais, o coletivo se fundamenta na auto-organização e na horizontalidade. O perfil progressista dessas jovens não se traduz, necessariamente, em uma militância partidária clássica, mas em uma postura política diante da vida. A autonomia e o autogoverno são as bases que sustentam o enfrentamento às questões imediatas da sobrevivência e do bem-estar.

Segundo Montoya (2010), essa estrutura possibilita a formação de redes de apoio essenciais para quem compartilha as mesmas vivências e horizontes. Essa rede cria o amparo social que o Estado muitas vezes negligencia. No coletivo, a transformação ocorre na micropolítica: no apoio mútuo, na validação da estética negra, no cuidado comunitário (Guimarães e Hirata 2020) e na construção de um tempo juvenil que não é capturado pela produtividade ou pela repressão.

A definição de coletivo apresentada pelas jovens transcende a mera descrição funcional de trabalho em grupo. Para Bianca, o coletivo é uma rede de suporte recíproco, uma estrutura de cuidado essencial, alinhando-se à perspectiva de Lo Schiavo e Rebughini (2025, p.26-tradução nossa), segundo as autoras “Como conceito, o cuidado evoca a ideia de apoio mútuo no cotidiano, bem como uma espécie de orientação ética e um vínculo emocional e afetivo com o outro”.

Essa compreensão ética do cuidado como um elo entre sujeitos é aprofundada por Diana, cuja fala evoca uma filosofia de existência compartilhada e interdependente. Ao afirmar que “Eu sou porque nós somos, ninguém faz nada sozinho, eu acho que todo mundo vive um coletivo, às vezes a pessoa nem sabe e vive [...]”, Diana desloca a ideia de coletividade de uma escolha consciente para uma condição intrínseca da vida humana, onde a identidade individual só se completa e se sustenta na relação com o próximo.

Diana sugere que a coletividade não é uma escolha acessória, mas a base da condição humana, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Ao afirmar que "todo mundo vive um coletivo", ela resgata a ideia de que a sobrevivência na periferia sempre foi fruto de articulações comunitárias, ainda que nem sempre nomeadas como tais. O coletivo, portanto, atua como o espaço onde essa interdependência torna-se consciente e politizada.

A experiência de Ingrid, moradora de um território historicamente mobilizado como o Jardim São Luís, mas que apenas a época da pesquisa experimenta a inserção coletiva, desvela o impacto da urbanização individualista na subjetividade juvenil. Seu relato aponta para o coletivo como uma tecnologia de "reparação social"

Mas eu acho que a ideia de coletivo, pra mim, resgata muitas coisas que a gente não vivencia muito hoje em dia. Que é, tipo, um instinto de comunidade. Que é as pessoas estarem juntas e interessadas em se ajudar mais do que serem ajudadas. E isso faz com que mais pessoas sejam ajudadas, assim. Eu acho que isso é uma coisa que... No dia - a - dia a gente não vê muito, né? A gente tende a ser mais individualista na cidade. Então, pra mim, existem outros coletivos. Principalmente no meu bairro, assim. Nossa, foi uma coisa que me cativou muito. [Ingrid, 21 anos, mulher, branca, 21/02/24]

Para Ingrid os coletivos surgem como um contraponto emancipatório que "cativa" justamente por oferecer o oposto da norma urbana: o interesse genuíno pelo outro e a convivência em grupo. A ideia de um "instinto de comunidade" sugere que o coletivo atende a uma necessidade humana profunda de pertencimento, muitas vezes sufocada pela lógica da produtividade e do anonimato.

A análise de Daniela reforça que a união em coletivos é balizada por princípios e propósitos de crescimento mútuo. Essa visão converge com a perspectiva de Corrochano e Laczynski (2021, p.7), que desafiam a visão estigmatizada da juventude periférica, afinal "[...]os jovens presentes em coletivos estão distantes das imagens de "jovens vulneráveis", "excluídos" ou dos "jovens de projeto": são pessoas com acúmulo expressivo de experiências profissionais e educativas, além de capacidade reflexiva".

Dessa forma, a juventude não está apenas "aprendendo", ela está pautando a agenda pública e intervindo diretamente na territorialidade. O coletivo, portanto, é a ferramenta que transforma a experiência individual de exclusão em uma força coletiva de negociação política. No relato de Bianca, esse espaço é descrito como uma rede de "trocas infinitas, vínculos, afeto, constância, muita coisa".

Nesse sentido, o impacto do coletivo na trajetória acadêmica de Diana exemplifica como esses espaços atuam na reparação de lacunas de acesso e repertório. Ao se encontrar na história da moda, Diana opera uma ruptura com o elitismo desse campo

Eu posso dizer que o coletivo me salvou, de verdade. Com certeza, com toda certeza, sem sombra de dúvidas, o meu maior ganho foi me achar dentro da academia, que é estudar a história da moda [...] porque assim, né, quando a gente fala que às vezes a gente pensa pequeno, mas não é porque a gente pensa pequeno, é porque eu não tinha referência, sabe, de pessoa de moda. Moda é uma coisa tão elitizada, sabe, tão distante. [Diana, 26 anos, mulher, negra, 29/01/24]

A análise desse relato permite compreender que o coletivo funciona como um suporte epistemológico. Ao preencher as lacunas de representatividade deixadas pelas instituições tradicionais, o grupo possibilita que a jovem negra se perceba como um sujeito ativo na produção de conhecimento, inclusive em campos de saber historicamente elitizados. O coletivo, sob essa ótica, opera como um catalisador que amplia as fronteiras do possível, convertendo a inserção acadêmica em um movimento consciente de ocupação de espaços de prestígio social e intelectual.

Essa transformação no campo do saber reflete-se, também, na forma como essas jovens ressignificam o uso do próprio tempo, abrindo espaço para experiências típicas da juventude que a rotina produtiva muitas vezes impede. Bianca destaca que o grupo facilita o acesso a oportunidades de cursos e trabalhos. Para ela, ter essas oportunidades "à mão" poupa um esforço que antes era individual e cansativo, economizando um tempo precioso. Karen complementa que, no grupo, o conhecimento circula: ninguém guarda o que sabe apenas para si, permitindo que todas aprendam e acessem as mesmas chances juntas.

Para além da produtividade, o coletivo também garante o direito ao lazer. Bianca compartilha que as integrantes que são mães encontram em eventos como o Panelafro um momento de lazer que raramente teriam em outros espaços. Wanessa exemplifica essa integração: durante o evento, ela consegue realizar várias atividades ao mesmo tempo — trabalha como empreendedora, recita suas poesias, participa do espaço Frutininhos e acessa o lazer. A jovem compartilha que “Eu acho que são eventos que eu procuro porque cabe a minha filha, se cabe o Da Raiz ao Fruto, cabe a minha criança, porque o Da Raiz ao Fruto é pra lugares específicos que cabem crianças”.

Para Diana o grande ganho de estar em eventos com o coletivo Da Raiz ao Fruto é acessar e vivenciar mais atividades em menos tempo.

A expectativa de Ingrid em direcionar sua produção para o distrito onde reside aponta para um movimento de revalorização da periferia. O coletivo permite que a jovem saia do isolamento para construir uma rede de "contato mais de perto"

Nossa, eu quero muito conseguir levar o meu trabalho para mais pessoas. E pessoas daqui também, da região, né? Porque o que eu tenho de pessoas que conhecem o meu trabalho, são pessoas que estão muito longe de mim. Então, às vezes, elas não

adquirem ou não apoiam também, porque, por exemplo, elas compram o moletom que eu faço... Aí, nossa, a pessoa é de Santo André, sei lá. E aí, até conseguir entregar ou mandar pro correio. E aí, eu acho que seria muito legal pra mim ter esse contato mais com pessoas daqui, sabe? Mais de perto, assim e adquirir mais relações aqui. [Ingrid, 21 anos, mulher, branca, 21/02/24]

Na busca por pertencimento territorial, Ingrid não quer apenas vender; ela deseja que seu trabalho circule e fortaleça o ecossistema local. Essa apropriação do território via coletivo é uma estratégia de resistência à invisibilidade periférica, transformando o bairro de um lugar dormitório em um polo de criação e consumo consciente.

O fato de o coletivo Da Raiz ao Fruto ser liderado por mulheres confere a ele uma carga política intrínseca. A combinação entre o empreendimento e o cuidado com as crianças, citada como um dos benefícios, revela que o coletivo é uma resposta prática à sobrecarga feminina. Como aponta Torres (2020, p. 444) esses grupos atuam “questionando o peso do patriarcado na vida delas, lutando contra as desigualdades e a falta de equidade entre os gêneros”. Logo, o coletivo torna-se, assim, uma ferramenta de emancipação que permite à jovem mulher periférica ser, simultaneamente, mãe, estudante, empreendedora e sujeito político.

A atuação do coletivo Da Raiz ao Fruto revela uma estrutura fundamentada na circularidade econômica e no cuidado comunitário (Faur, 2024; Guimarães e Hirata, 2020). Essa dinâmica corrobora com Lo Schiavo e Rebughini (2025, p.26- tradução nossa) ao demonstrarem que a cultura do cuidado, protagonizada por jovens mulheres em movimentos sociais “[...] preenche a lacuna entre o cuidado nas esferas íntimas, pessoais e interpessoais, e o cuidado como um dever institucional”.

Nesse sentido, o coletivo configura-se como um dispositivo de segurança mútua. O consumo interno dos produtos da rede não se limita ao fortalecimento financeiro; ele consolida um pacto simbólico e prático de proteção. Tal suporte manifesta-se de forma tangível em auxílios emergenciais — estendidos a membros e à comunidade externa —, estabelecendo o que se define como segurança ontológica. Trata-se da certeza fundamental de pertencimento a uma rede capaz de oferecer amparo diante das vulnerabilidades e incertezas do cotidiano. Essa percepção é sintetizada no relato de Tatiana, que identifica a existência do coletivo como um estado permanente de acolhimento e salvaguarda.

A articulação do cuidado comunitário dentro do coletivo Da Raiz ao Fruto revela-se como um pilar que influencia os usos dos tempos das jovens. Conforme discutido por Guimarães e Hirata (2020) e Faur (2024), essa modalidade de cuidado transcende a esfera individual, consolidando-se em uma rede de reciprocidade e suporte mútuo. Diana ilustra essa dinâmica ao destacar que a permanência e a participação na rede são motivadas por uma troca:

“As mulheres que estão dentro da rede de apoio, elas estão ali porquê de alguma forma elas querem ou precisam de ajuda, ou podem oferecer ajuda, né?”.

Essa estrutura de apoio fundamenta-se na construção de um ambiente seguro. Nesse sentido, Karen observa que o coletivo é percebido como “um grupo onde as pessoas talvez se sintam, à vontade e confiantes de buscar ajuda, seja lá no âmbito que for”. Tal percepção é corroborada por Eliana, que define o Da Raiz ao Fruto como um espaço de acolhimento orgânico, onde a prática do cuidado comunitário (Faur, 2024) é o elo principal, uma vez que “é um lugar que acolhe as pessoas e as pessoas ajudam umas às outras”.

A relevância desse suporte comunitário torna-se ainda mais evidente em contextos de crise, nos quais as redes formais muitas vezes falham. Silvia projeta a importância dessa rede ao recordar os desafios enfrentados durante a pandemia: “principalmente na época da pandemia, eu não estava no coletivo. Mas eu acho que se eu tivesse, seria um grande apoio, porque eu fiquei bem mal na pandemia, porque teve toda aquela história, eu estava no ensino médio, e aí era difícil o acesso pra escola mesmo”. O relato de Silvia evidencia como o coletivo atua como um amparo emocional e social, mitigando os impactos da exclusão e das dificuldades cotidianas por meio da coletividade.

Originalmente o Da Raiz ao Fruto se autodefinia como uma "rede de mulheres", o coletivo demonstrou uma plasticidade identitária ao integrar a transição de Oliver. Esse movimento indica que a identidade do Da Raiz ao Fruto não é estática, mas fundamentada na reciprocidade e na escuta ativa. A transição de um recorte exclusivamente biológico e de gênero para uma rede de apoio abrangente reflete uma maturidade na organização das relações.

Ao comentar sua vivência, Oliver destaca a importância de um espaço que enxerga outras realidades

Bom, Da Raiz ao Fruto, tipo... Eu vejo ele realmente como uma rede de apoio, assim. começou de um jeito muito bonito, eu acho que ela ainda se sustenta por causa disso. E a galera lá, pelo menos na minha experiência, eu conheci elas antes da transição. É muito importante você estar num coletivo que te escuta, que realmente está aberto a enxergar outras realidades. Foi um dos poucos que eu encontrei que realmente são assim. procuram realmente abranger muito mais as suas ideias a muito mais pessoas. Então eu basicamente consideraria como uma rede de apoio, mesmo que não diretamente, de alguma forma elas tentam fazer alguma coisa e fazem muitas coisas acontecerem. [Oliver, 29 anos, homem trans, indígena, 26/01/24]

Logo, a legitimidade do coletivo não reside em regras fixas, mas em sua capacidade dialógica. Ao acolher Oliver, o coletivo não apenas mudou sua abrangência; ele reafirmou que o vínculo afetivo e a história compartilhada são mais potentes do que categorias identitárias pré-estabelecidas.

Maurer (2019, p. 2852) destaca que “as identidades que se constituem nas relações sociais possuem uma fluidez permeada pelas diferentes dimensões vividas pelos sujeitos, e pelos territórios”. Dessa forma, por meio de uma identidade fluida, o coletivo Da Raiz ao Fruto se sustenta enquanto rede apoio pela sua capacidade de abertura a mudanças e por priorizar a construção de vínculos afetivos duradouros e humanizados. A sustentação dessa rede depende, fundamentalmente, do fortalecimento do "núcleo interno", como sugere Wanessa. Para ela, o coletivo não se limita à execução de tarefas ou ao "fazer", mas à profundidade do conviver

É tipo assim, sobre real me sentir acolhida, sobre a gente de fato olhar e falar assim, mano, a gente precisa ter o nosso núcleo forte pra poder conseguir fazer algo por alguém. Se a gente não tem, a gente não consegue. Então, tipo, sei lá, eu acho que é bem maior do que só trabalho, bem maior do que só fazer. Acho que é vivenciar mesmo o rolê. [Wanessa, 24 anos, mulher, parda, 23/02/24]

O sucesso do coletivo e sua capacidade em ajudar diferentes jovens e mulheres é diretamente proporcional à qualidade dos vínculos internos. Sem esse "núcleo forte" — baseado no respeito, na aceitação e na humanização — o coletivo perderia sua função social e de resistência.

Keila, participante da rede de apoio do coletivo que iniciou suas atividades em 2023, menciona que a potência de atuação de um coletivo não está necessariamente vinculada ao seu número de integrantes, mas à densidade das relações e à clareza do propósito compartilhado. Keila destaca que, apesar de ser um grupo pequeno, o nível de comprometimento é elevado

Eu acho que dos poucos coletivos que eu conheço é o mais engajado. É um coletivo pequeno, mas mesmo ele sendo pequeno, ele é muito engajado. Eu gostei por causa disso. Eu não sou muito de participar de coisas assim que tenha muita gente e tudo mais, mas eu gostei do coletivo por isso, porque ele, apesar dele ter pouca gente e tudo mais, ele tem um engajamento significativo, sabe? Tá todo mundo ali com um propósito em comum. [Keila, 29 anos, mulher, branca, 27/01/24]

O propósito em comum mencionado por Keila funciona como uma liga social, ou seja, o engajamento é alimentado pela percepção de utilidade e visibilidade: em um grupo pequeno e engajado, a ação de cada jovem é fundamental e visível, o que gera uma responsabilidade ética e afetiva com o coletivo.

O engajamento das jovens está intrinsecamente ligado ao sentimento de pertencimento. Este pertencimento é uma construção cotidiana edificada por meio da escuta e do cuidado. O coletivo nesse sentido, é vivenciado não como uma estrutura formal, mas como um espaço de relações sociais, onde as jovens se sentem legitimadas em suas existências.

Essa dimensão afetiva atua como um potente motor para a ação política: o afeto cria a disposição para construir e, sobretudo, para permanecer. Em contextos de vulnerabilidade e

fragmentação social, encontrar um lugar onde se é "visto" e "cuidado" é um ato de resistência que fortalece a implicação subjetiva de cada participante no projeto.

Além do vínculo com o coletivo em si, há uma outra camada de pertencimento que também mobiliza o engajamento das jovens: o vínculo com o território. As participantes compartilham vivências comuns marcadas pela desigualdade, pela resistência e por saberes construídos na experiência periférica. Nesse entrelaçamento de histórias, necessidades e afetos, o coletivo torna-se um potente instrumento na luta e sonhos das jovens com o lugar onde vivem.

O coletivo Da Raiz ao Fruto foi fundado durante a pandemia como uma resposta frente à desestruturação da vida cotidiana. Em um cenário de isolamento e incerteza, o coletivo emergiu como um dispositivo de proteção social e emocional.

Durante o período pandêmico, a sobreposição entre o tempo produtivo e o reprodutivo tornou-se uma barreira para a autonomia das mulheres periféricas. O coletivo, ao instituir um sistema de revezamento para o cuidado das crianças, operou uma subversão da lógica do isolamento em favor de uma organização solidária do tempo. Essa prática permitiu que as mães pudessem cuidar de seus empreendimentos e trabalhar, garantindo a subsistência econômica enquanto compartilhavam a responsabilidade do cuidado. Além disso, iniciativas como a do “Café Literário” funcionavam como ferramentas de fortalecimento a saúde mental.

O relato de Oliver evidencia a face mais cruel da pandemia na periferia: o aumento do custo de vida, a insegurança habitacional e a necessidade do trabalho presencial ininterrupto. De acordo com Cecato e Hilgemberg (2023, p.10) “Os trabalhadores informais foram os que mais sofreram com a pandemia, por se enquadrarem em uma categoria de baixos salários, sem estabilidade e sem proteção social, ficaram mais vulneráveis as mudanças causadas [...]”.

Em um contexto em que o suporte estatal se mostrou insuficiente, os movimentos coletivos tornaram-se a única rede de segurança real para os sujeitos invisibilizados pelo capital. Inclusive, em 2020 Oliver atuou ajudando e em 2021 ele foi ajudado e relata que “[...] nesse segundo ano que eu estava passando um perrengue, eles me ajudaram também. E sim, só quem estava se ajudando, basicamente, eram os coletivos mesmo”.

Essa dinâmica de solidariedade orgânica dialoga diretamente com as análises de Lo Schiavo e Rebughini (2025), que observam como a crise sanitária e social evidenciou o esgotamento dos modelos baseados no indivíduo

Não surpreendentemente, a questão do cuidado é frequentemente mencionada por jovens envolvidos em atividades que se concentram no cuidado com os outros [...] Isso foi enfatizado durante a pandemia e os confinamentos, que também destacaram as questões do isolamento e da individualização. Nesse caso, os ativistas enfatizaram as deficiências de uma cultura individualista, que falhou diante de emergências como

a pandemia, promovendo, em vez disso, políticas de cuidado auto-organizadas localmente como resposta. (p.29- tradução nossa)

Ao preencherem o vácuo deixado pelas instituições formais, as políticas de cuidado auto-organizadas não apenas remediaram urgências financeiras, mas romperam com o isolamento social, reafirmando o coletivo como um espaço de resistência e sobrevivência. Para jovens como Eliana, o coletivo representou a possibilidade de romper o silêncio do isolamento e a dor das perdas afetivas. Em um momento marcado pelo falecimento de pessoas próximas, a inserção no coletivo ofereceu um espaço de acolhimento seguro. A destinação do tempo cotidiano às atividades do grupo permitiu uma transição gradual e protegida para o convívio social. Dessa forma, ao sair de casa para "vivenciar o coletivo", a jovem não estava apenas cumprindo uma agenda, mas reconstruindo sua rede de sociabilidade e recuperando o sentido de pertencimento que a pandemia havia fragmentado.

O relato de Gabriela sintetiza o pilar que sustentou o nascimento do coletivo

[...] conseguir fazer alguma coisa dentro do que a gente tinha possibilidade de fazer naquela época. Então, é aquela máxima que a gente usa sempre, que é trabalhar com as ferramentas que a gente tem em mãos e fazer acontecer de acordo com as possibilidades que a gente tem. [Gabriela, 24 anos, mulher, parda, 29/11/23]

Para Diana, o coletivo funcionou como um ponto de ancoragem que permitia o rompimento seguro do isolamento. A manutenção do espaço cultural — o ato de limpar, organizar roupas e brinquedos — era um ritual que a motivou a retornar assim que possível as demais atividades

O coletivo me fazia sair de casa para cuidar do espaço, né? Do nosso antigo espaço cultural. Então eu saía de casa para ir lá limpar, ver como é que estavam as roupas, né? Organizar os brinquedos, que a gente tinha já um espaço para as crianças lá. então com certeza de procurar alguma coisa já em 2022, já no início do pós-pandemia me fez também sair de casa para ir para feiras, para fazer outras coisas então com certeza, com certeza, me ajudou bastante. [Diana, 26 anos, mulher, negra, 29/01/24]

Essa ocupação do tempo cotidiano com o cuidado do espaço coletivo ofereceu a Diana o suporte necessário para enfrentar crises pessoais, facilitando sua transição para o cenário pós-pandêmico.

A dimensão da saúde mental aparece de forma central no relato de Karen. Sua percepção de que a "doença da cabeça" poderia ser mais grave que a doença física revela o peso do isolamento sobre a juventude. “[...]É a questão psicológica, né? Porque ainda que eu não esteja doente, talvez, fisicamente, se eu ficar colocando algumas coisas na cabeça, eu vou ficar doente da cabeça, mentalmente. Se eu ficar doente mentalmente, é pior, né?”

Mesmo com a participação inicial de algumas integrantes como Karen de maneira não presencial, a existência e a participação no coletivo funcionaram como uma barreira contra o adoecimento mental. O coletivo, neste caso, atua como uma rede de proteção invisível que evita a "doença da mente" ao oferecer um sentido de pertencimento e um horizonte de ação que ultrapassa o medo imediato da infecção.

Silvia não integrava ainda o coletivo durante a pandemia, mas Tatiana sim e descreve que dedicar esse tempo ao coletivo foi bom para a sua saúde mental

[...] o coletivo Raiz ao Fruto acho que foi muito legal, porque às vezes eu ia para ajudar na venda. Então, tipo... querendo ou não, me tirava de casa em alguns momentos e nem era tão longe assim, porque... Agora eu não lembro se minha mãe tava morando lá ainda. Então, tipo, como minha mãe tava morando lá, era literalmente na frente da minha casa. Então era ótimo [...] Mas às vezes eu ia, às vezes eu ficava, às vezes eu conversava. Então me rendeu um momento de um pouquinho de paz, sabe? Um pouquinho de tranquilidade. [Tatiana, 20 anos, mulher, parda, 05/01/24]

A fala de Tatiana desvela que a saúde mental, durante a pandemia, não dependia apenas de intervenções clínicas, mas da possibilidade de habitar espaços de confiança. O coletivo ofereceu essa "tranquilidade" ao se configurar como um ambiente de acolhimento horizontal.

A vivência do tempo no coletivo Da Raiz ao Fruto revela uma complexa estratificação de prioridades e compromissos que variam conforme o grau de inserção de cada membro. No cenário pós-pandêmico, observa-se uma reconfiguração da temporalidade: enquanto para a rede de apoio o coletivo habita majoritariamente o "tempo livre", para as coordenadoras ele exige uma hibridização entre o tempo livre e o tempo de compromissos fixos. Essa estrutura temporal é marcada pela dedicação a eventos como o Panelafro, feiras e reuniões estratégicas, evidenciando que a manutenção da rede demanda uma doação de tempo de vida que transcende a mera ocupação esporádica.

Um dos principais desafios identificados no relato de Diana é a barreira tecnológica como um fator de exclusão e sobrecarga. A necessidade de dominar ferramentas como redes sociais e aplicativos esbarra na inexistência de um tempo destinado exclusivamente à formação e à execução dessas tarefas.

A exclusão digital não se resolve apenas com o acesso aos dispositivos, mas com a disponibilidade de tempo para o aprendizado. A percepção de Diana é que o grupo precisa estar mais estruturado e com menos frentes de atuação, a transição da "sobrecarga por dispersão" para a "qualidade por foco". O desejo de destinar tempo à submissão de editais representa uma tentativa de busca por recursos que possam expandir e melhorar a formação e atuação das jovens.

A atuação em rede impõe desafios que extrapolam a organização de eventos, atingindo a esfera da subjetividade e da mediação de crises. O relato de Diana sobre o suporte oferecido a uma integrante da rede ilustra o limite entre a solidariedade coletiva e o esgotamento dos recursos — tanto materiais quanto emocionais.

[...] Algum conflito dentro da rede de apoio... teve um que não foi bem um conflito era porque era uma mulher. Eu acho que você nem tava próximo ainda da gente. É que ela ficava pedindo dinheiro, sabe, a todo momento no grupo. O grupo fica aberto e ela ficava pedindo dinheiro o tempo todo, falando que tava passando por muitas coisas. Então a gente se movimentou muito para ajudar ela. Eu levei roupa, eu emprestei um notebook que não voltou. Porque ela falou que tinha uma possibilidade de um emprego remoto e tudo, mas não deu certo e tudo, e aí ela não devolveu o notebook. [...] Ficou um pouco cansativo. E aí, nós ainda, né? Tentamos juntar, fazer uma vaquinha. A gente fez essa vaquinha, fez um pix pra ela e tudo. Só que nunca era suficiente, sabe? Nunca era o suficiente, nunca era o suficiente. [Diana, 26 anos, mulher, negra, 29/01/24]

Esse episódio revela que o coletivo funciona como uma "última instância" de proteção social para pessoas em extrema vulnerabilidade. A reflexão de Diana expõe um dilema central no campo da mobilização coletiva: o paradoxo entre a vocação ilimitada da solidariedade e a finitude material de quem a exerce. Ao questionar os limites do auxílio de cunho social, a jovem evidencia que, embora a rede de apoio se projete idealmente como um espaço de acolhimento irrestrito, os sujeitos que a sustentam são seres finitos, imersos em seus próprios contextos de vulnerabilidade. Nesse sentido, a mediação de conflitos, não é apenas uma tarefa de organização, mas um pesado exercício de equilíbrio emocional e financeiro.

A vivência cotidiana das jovens no coletivo Da Raiz ao Fruto é atravessada por uma contradição estrutural: a abundância de potencial criativo e político em contraste com a escassez de recursos materiais. Conforme aponta Wanessa, o obstáculo financeiro não é apenas uma barreira econômica, mas um limitador da própria existência das ações do grupo. O tempo de vida que as jovens destinam ao trabalho produtivo externo é insuficientemente remunerado, o que as impede de realizar investimentos próprios e consome a energia necessária para o trabalho produtivo dentro do coletivo.

A fala de Gabriela destaca o maior desafio operacional do grupo: a harmonização entre a rotina individual e as demandas coletivas. A dificuldade em transpor as atividades do coletivo para o cotidiano sem comprometer a qualidade das ações revela um conflito de temporalidades

Ah, um dos maiores desafios do coletivo é a gente conseguir levar as atividades do coletivo para o nosso cotidiano, conseguir elaborar e conseguir fazer isso com qualidade, não fazer de qualquer jeito. Seria conciliar a nossa rotina individual com a rotina do coletivo. Essa é a parte mais difícil. Porque considerando a coordenação, hoje cada uma faz coisa muito distinta uma da outra. A gente tem uma rotina que no

dia que uma tá de folga, a outra não tá. E aí a gente vai tentando ir encaixando.
[Gabriela, 24 anos, mulher, parda, 29/11/23]

O coletivo demanda um tempo que as jovens não possuem "sobrando", mas que precisam dispor em meio a agendas divergentes. A inexistência de um horário fixo, motivada pela incompatibilidade das jornadas de trabalho e estudo de cada uma, impõe uma dinâmica de "encaixes" temporais. A organização coletiva na periferia é um exercício de malabarismo: a qualidade da execução técnica luta constantemente contra a urgência da sobrevivência individual.

Para as coordenadoras Diana, Gabriela e Wanessa, o coletivo atingiu um grau de integração em que as fronteiras entre a vida pessoal e a atuação coletiva se tornaram permeáveis. Esse fenômeno revela que o coletivo não é um "trabalho" ou um "projeto" externo, mas uma dimensão da própria subjetividade. Tal intersecção temporal sugere que o coletivo não é vivido como uma instituição externa, mas como uma extensão da própria identidade e do projeto de vida das coordenadoras.

Essa fusão, embora demonstre um compromisso político profundo, carrega o risco da invisibilização do esforço pessoal. Quando a vida e o coletivo se misturam, o tempo de descanso e o tempo de autorreflexão tendem a ser destinados a resolução das demandas do grupo. A ausência de verbas, citada por Wanessa, agrava esse cenário, pois compete as jovens assumirem frentes de atuação que poderiam ser delegadas ou profissionalizadas caso houvesse aporte financeiro.

A intersecção dos tempos cotidianos individuais com o tempo necessário para o coletivo revela que a sustentabilidade dessas redes de apoio depende de uma doação de tempo que as jovens muitas vezes não têm, mas que entregam à custa de suas próprias rotinas.

A aspiração de priorizar a submissão de projetos para editais, mencionada anteriormente, torna-se, portanto, uma estratégia de sobrevivência: é a busca por converter o tempo de dedicação voluntária em tempo remunerado, permitindo que a "qualidade" almejada por Gabriela se materialize sem resultar no esgotamento das coordenadoras. O coletivo, dessa forma, luta para deixar de ser um "encaixe" na rotina para se tornar um espaço de realização profissional e comunitária plenamente sustentável.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência humana é uma jornada através do tempo. Se, em tempos remotos, nossa percepção temporal estava organicamente atrelada aos ciclos da natureza e aos ritmos biológicos — como o compasso do próprio coração —, a modernidade operou uma ruptura profunda. A transição para uma contagem sistemática, materializada em calendários e relógios (Elias, 1998; Martins e Zanetic, 2002; Brito, 2016), não foi apenas uma evolução técnica, mas o marco de uma nova organização existencial. Surge, então, a tensão entre *Chronos* e *Kairos* (Bessin, 1998): de um lado, a racionalidade técnica e soberana do capitalismo industrial; de outro, a dimensão qualitativa da experiência vivida. Com a disseminação dos relógios, a sincronia rigorosa deixou de ser uma ferramenta de orientação para tornar-se um mecanismo de controle, moldando os períodos de trabalho e descanso sob a égide da produtividade (Thompson, 1998). Assim, a organização temporal revela sua face política (Rosa, 2019), funcionando como uma engrenagem de poder que dita ritmos, permite a simultaneidade de tarefas e maximiza a exploração da força de trabalho.

Longe de ser um dado natural ou imutável, essa noção de tempo é uma construção social complexa e, por vezes, intangível (Elias, 1998). O que chamamos de "tempo social" é uma herança cultural transmitida silenciosamente entre gerações, impregnando nossa subjetividade de tal forma que as normas temporais acabam naturalizadas. Essa influência, embora onipresente, torna-se invisível, agindo como um guia silencioso que baliza nossas decisões cotidianas sem que questionemos sua origem ou propósito (Elias, 1998; Leccardi, 1999).

Antes mesmo da difusão do relógio, a perspectiva linear de passado, presente e futuro já conferia uma ordem lógica à existência (Melucci, 1996). Contudo, na contemporaneidade, essa linha se fragmentou sob o peso de uma aceleração desenfreada (Rosa, 2019). O tempo atual parece colapsar em uma tridimensionalidade que condensa todas as instâncias no agora (Oliva-Augusto, 2002). Vivemos sob o império do imediatismo, em um "presente estendido" (Leccardi, 2005) onde as fronteiras temporais se diluem e a urgência do instante devora a profundidade da memória e a clareza do porvir.

Nesse cenário, a juventude emerge como um espelho crítico das tensões de sua época (Melucci, 1997). Os jovens não apenas atravessam essa temporalidade acelerada, mas a encarnam, vivenciando as demandas mais severas do novo modelo social. Sob a lógica neoliberal, essa configuração temporal aprofunda a precarização: o tempo do jovem é fragmentado em "bicos" ou "corres" (Corrochano, 2024), camuflados, por vezes, sob a retórica do "empreendedor de si" (Machado da Silva, 2002). Essa realidade se materializa de forma

cruel na exploração via plataformas digitais (Abílio, 2021) e em jornadas exaustivas, como a escala 6x1. Ao fim, o que se observa é uma juventude cujo tempo presente é integralmente sequestrado pela urgência da sobrevivência, transformando o potencial de vida em manutenção da existência.

Diante desse quadro de desfavorecimento estrutural, as minorias — e, especificamente, a juventude — enfrentam barreiras severas para uma inserção digna no mercado de trabalho (Corrochano e Tarábola, 2023). Muitas vezes, a aceitação de ocupações precárias não é uma escolha, mas a única alternativa ao desemprego. Essa realidade, já frágil, foi acentuada pela pandemia da covid-19 em 2020, que aprofundou as desigualdades e expôs as vísceras de um sistema excludente. O fechamento de creches e escolas durante a crise sanitária não foi apenas uma medida de saúde pública; foi um evento que impactou de maneira desproporcional as mulheres, sobrepondo as demandas invisíveis do cuidado doméstico às urgências da subsistência, tensionando ainda mais seu tempo e autonomia.

Como resposta direta à ausência de políticas públicas e à necessidade de combinar o trabalho produtivo com o reprodutivo, surge, em 2021, o coletivo Da Raiz ao Fruto. O coletivo consolidou-se como uma iniciativa autônoma de jovens mulheres, estruturada sob a perspectiva da autossuficiência e sem vínculos financeiros com instituições públicas ou privadas. Inicialmente, o grupo organizou-se como uma rede de apoio de jovens mulheres, voltada para viabilizar a coexistência entre seus empreendimentos, empregos formais e as responsabilidades da maternidade.

A formação do coletivo foi motivada pela fragilização das redes de apoio tradicionais. Em alguns casos, as avós — figuras centrais no cuidado familiar — não puderam oferecer suporte por estarem, elas próprias, sobrecarregadas em esferas produtivas ou em afazeres domésticos exaustivos. Trajetórias, como as de Wanessa e Oliver, marcadas por relações conflituosas com suas figuras maternas, evidenciam que a vulnerabilidade das relações familiares, desgastadas por crises anteriores ao nascimento dos filhos, reflete a crise da reprodução social, que exaure as redes de solidariedade e proteção (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019).

O coletivo Da Raiz ao Fruto funciona em ritmos próprios, ditados pelas vivências e pelas urgências de suas integrantes. Com a flexibilização das medidas sanitárias, o grupo soube se reinventar: a renúncia ao espaço físico, embora motivada pela ausência de recursos financeiros e pelas incertezas do mercado de trabalho pandêmico, tornou-se um processo de ressignificação. Posteriormente, marcos significativos como o fim da pandemia e a transição de gênero de

Oliver impulsionaram uma nova reestruturação política e identitária. Ao atualizar sua identidade visual e reafirmar o acolhimento a pessoas trans, não binárias e mulheres de diferentes gerações, o Da Raiz ao Fruto demonstrou um amadurecimento político. Mais do que um grupo de apoio, o coletivo passou a articular pautas inclusivas e amplas, provando que a organização política pode — e deve — nascer das rachaduras de um sistema que tenta, a todo custo, isolar o indivíduo em sua precariedade.

A análise sociodemográfica situa o coletivo em um território pulsante: a maioria das jovens reside nos distritos do Jardim Ângela, Jardim São Luís e Capão Redondo. Segundo o Mapa das Desigualdades (2022), essas regiões são marcadas por uma densa presença de populações negras, pardas e jovens, atravessadas por abismos estruturais que se traduzem em baixos salários, deslocamentos exaustivos e acesso restrito a equipamentos culturais. Contudo, as integrantes do coletivo Da Raiz ao Fruto operam uma subversão fundamental: elas não enxergam seus territórios apenas pela lente da carência, mas como espaços de potencialidade e resistência. Ao assumirem a identidade de mulheres periféricas, elas reconhecem sua marginalização ao mesmo tempo em que promovem rupturas na lógica dominante. Nesse "devir-periferia", o território deixa de ser um limite para tornar-se o solo de uma emancipação que proporciona novos modos de vida.

Essa busca por autonomia, entretanto, colide com a realidade extraída dos diários de uso do tempo. Os registros revelam uma distribuição temporal rígida, onde o trabalho produtivo (25%) e o reprodutivo (15%) consomem a maior parte da existência, seguidos de perto pelo tempo de deslocamento (11%) e pelo estudo (6,5%). O lazer, por sua vez, é reduzido à parcela mais ínfima (5,2%), evidenciando o quanto a vida é comprimida pelas exigências da subsistência. A maternidade, vivenciada por Oliver e Wanessa, aprofunda essa ocupação, assemelhando suas jornadas às de quem combina os tempos de estudo e trabalho, como Diana e Ingrid. Um ponto relevante é a influência dos arranjos familiares na divisão do trabalho doméstico: Oliver, que compartilha moradia com outras pessoas, dedica menos horas (3h) ao trabalho reprodutivo do que Wanessa, que mora sozinha com a filha e dedica mais que o dobro do tempo (6h10) às mesmas tarefas.

A naturalização dessa rotina impede, muitas vezes, que as jovens reflitam criticamente sobre o sequestro de suas temporalidades. O trabalho produtivo não se limita ao horário comercial; ele "recruta" e coloniza outros tempos, transformando o deslocamento urbano em uma extensão coercitiva da jornada. Esse fenômeno assume proporções "cronofágicas" (Martuccelli, 2012), consolidando a percepção de um trabalho sem fim que devora a vida. Trata-

se de um "roubo do tempo" que atinge de forma mais agressiva as classes populares, subtraindo o direito ao descanso e à emancipação em nome de uma sobrevivência imediata.

Sob a lógica neoliberal, essa invasão das esferas da individualidade é absoluta. Para além da jornada formal, o tempo consumido no deslocamento intensifica o desgaste cotidiano, revelando que a vida desses jovens é moldada por uma organização compulsória imposta pela produção. Como demonstrado pelos diários de uso do tempo, essa dinâmica resulta em um ataque sistemático ao tempo livre, ao lazer e ao convívio social. O que se observa, é uma estrutura que não apenas explora a força de trabalho, mas que expropria o tempo necessário para que o jovem seja, de fato, o autor de sua própria história.

Ao analisarmos os registros dos sábados, a redução das horas destinadas ao trabalho produtivo, ao deslocamento e aos estudos parece sugerir, à primeira vista, um respiro: o tempo livre expande-se para 3h42 min em média. Contudo, essa ampliação é ilusória. Para essas jovens, tal período não se configura como um espaço efetivo de lazer, mas como um tempo de "reposição de energias", voltado estritamente para a recuperação do cansaço acumulado (Adorno, 2020). Longe de ser um ócio emancipador, esse intervalo é frequentemente colonizado por atividades sem horários fixos, integradas à rotina conforme a urgência, como as demandas do coletivo e a gestão dos próprios empreendimentos.

A face mais severa dessa realidade revela-se na expansão do trabalho reprodutivo aos sábados, que salta para em média 4h42 h. Fica evidente que, quando as obrigações produtivas cedem, o vácuo é imediatamente preenchido pelos afazeres domésticos e pelo cuidado com o outro. Nas falas das participantes, esse trabalho emerge como uma tarefa "sem fim"; uma zona cinzenta onde a limpeza da casa e o cuidado com terceiros se fundem em uma simultaneidade exaustiva, tornando impossível para as jovens distinguir onde termina a obrigação e onde começa a vida pessoal.

Essa sobrecarga, contudo, não é distribuída de forma equânime. Nos lares compartilhados com figuras masculinas — pais, irmãos ou padrastos —, a disparidade é nítida: os homens usufruem de uma disponibilidade temporal privilegiada, enquanto as mulheres mergulham no trabalho doméstico (Fougeyrollas-Schwebel, 2009; Arruzza, 2019). Aqui, a lógica da divisão sexual do trabalho se manifesta em sua forma mais crua, demonstrando que, embora ambos os gêneros estejam submetidos à exploração capitalista, as mulheres suportam uma camada adicional de opressão que sustenta a própria estrutura social (Bhattacharya, 2023).

O cotidiano dessas jovens é, portanto, moldado por uma rigidez institucionalizada que empobrece a experiência temporal (Melucci, 1996). Sob o controle do cumprimento de prazos

(Rosa, 2022) e de uma autorregulação severa (Elias, 1998; Rosa, 2019), a autonomia sobre a própria vida torna-se um horizonte distante. A estratégia de sobrevivência emocional passa a ser a exclusão deliberada de qualquer plano que não esteja ligado ao trabalho ou ao estudo — uma tentativa dolorosa de evitar a frustração de não conseguir "dar conta" de um mundo que exige produtividade integral (Rosa, 2022).

Fundamentalmente, o trabalho reprodutivo funciona como o alicerce oculto que permite a existência do trabalho produtivo; é o cuidado invisível que fabrica a capacidade de trabalhar. Contudo, a pesquisa revela que o direito de possuir o próprio tempo é um privilégio diretamente vinculado ao capital financeiro. Como as próprias participantes apontam, o poder econômico é o que permite comprar a liberdade temporal: quem possui recursos delega o trabalho doméstico e impõe limites à jornada, enquanto as jovens periféricas permanecem presas a uma engrenagem onde o tempo livre é apenas o intervalo necessário para não colapsar.

Para as jovens, o desejo por um tempo livre — voltado ao autocuidado e imune às pressões externas — surge como um horizonte de dignidade ainda inalcançado. Mais do que um descanso, esse "ter tempo" é associado diretamente à qualidade de vida; contudo, para muitas, ele permanece uma abstração. Algumas participantes relatam nunca terem experimentado uma temporalidade verdadeiramente desvinculada de obrigações, contrastando sua exaustão com a disponibilidade que observam em homens cisgêneros. Essa desigualdade gera uma marca psicológica profunda: quando o tempo livre finalmente surge, ele é frequentemente acompanhado por sentimentos de depressão ou inutilidade. É o sintoma de uma produtividade internalizada, onde jovens como Gabriela sentem-se culpadas por não estarem ocupadas, revelando como a lógica do capital coloniza até mesmo o silêncio e o ócio.

Sob essa ótica, o tempo livre carece de legitimidade social quando comparado às temporalidades produtivas. Relegado ao segundo plano, ele acaba negligenciado ou absorvido pelas frestas da rotina, manifestando-se apenas como o tempo sem utilidade do deslocamento ou o repouso compulsório para a recuperação física (Martuccelli, 2012). Nesse sentido, a metodologia dos diários de uso do tempo funcionou como um espelho revelador: ao registrarem seus dias, as jovens puderam analisar suas próprias organizações temporais e confrontar aspectos antes invisibilizados, como o peso avassalador do trabalho reprodutivo e o impacto real das horas perdidas no trânsito urbano sobre suas vidas.

Essa compressão temporal altera, inclusive, a percepção sobre a própria juventude. Se o ideal de ser jovem remete à experimentação e a uma carga reduzida de responsabilidades, o ingresso precoce e intenso nas esferas produtiva e reprodutiva acelera a transição para a "vida

adulta". A juventude torna-se, então, uma medida prática de disponibilidade: quanto menos tempo livre e mais compromissos, mais distante o jovem se sente de sua própria fase vital. Em contrapartida, momentos de lazer, impulsividade e liberdade de escolha funcionam como âncoras que as reconectam ao tempo juvenil. A dependência financeira surge aqui como um marco simbólico dessa permanência ou partida da juventude.

Assim, a organização cotidiana não dita apenas a rotina, mas define o próprio sentimento de pertencimento ao "ser jovem", consolidando o tempo como a categoria central da experiência social (Melucci, 1997; Feixa, 1998). A imagem da ampulheta ilustra com precisão essa realidade: o esvaziamento gradual das experiências juvenis em direção à fase "jovem-adulta" é intensificado por pressões externas e contingências sociais.

Nesse cenário, é imperativo reconhecer que o esforço individual e a formação superior não são garantias de superação desse ciclo. Mesmo qualificadas, as jovens mulheres e o jovem pesquisado enfrentam barreiras intransponíveis impostas por cor, raça, identidade de gênero, território e deficiência (Kergoat, 2010; Saffiotti, 2019). Tais atravessamentos estruturais impedem que seus currículos sejam plenamente valorizados, revelando que a organização do trabalho e o acesso ao tempo não são neutros, mas moldados por um sistema que insiste em estratificar quem tem o direito ao futuro e quem deve permanecer preso à urgência do agora.

Os corpos dessas jovens não são apenas biológicos; são territórios afetados por intervenções sociais que buscam regular seus ritmos e legitimar seus usos do tempo. Sob essa ótica, corpos femininos, trans, maternos, negros ou com deficiência são frequentemente rotulados como vulneráveis ou, em certos contextos, lidos como ilegítimos pelo discurso hegemônico. Essa regulação, que incide simultaneamente sobre o corpo e o tempo, reforça as estruturas de exclusão e molda as próprias possibilidades de existência e resistência desses sujeitos no espaço urbano.

No que diz respeito ao percurso escolar, 70% das jovens acessaram o Ensino Superior em algum momento, ainda que nem todas tenham concluído o curso; 19% possuem o Ensino Médio completo e 11% o Ensino Médio incompleto. O grupo que não finalizou o Ensino Médio, representado por Wanessa e Oliver, ilustra a complexidade da maternidade nesse percurso. Para ambos, a interrupção dos estudos não foi um efeito direto do nascimento dos filhos, mas de uma encruzilhada de fatores: enquanto Oliver questionou o retorno imediato da escola diante dos rendimentos de seu próprio empreendimento e da falta de suporte posterior, Wanessa sucumbiu ao esgotamento físico e mental. Para ela, a decisão de parar foi ditada pela exaustão de uma jornada que sobrepuja o trabalho produtivo à sobrevivência, evidenciando que, às vezes, nem

mesmo o auxílio familiar é suficiente para conter o dreno de energia imposto por um sistema excludente.

Em contrapartida, para a maioria das participantes, a postergação da maternidade e dos arranjos matrimoniais aparece como uma estratégia de ascensão escolar (Ribeiro, Ceneviva e Brito, 2015). Esse movimento é impulsionado tanto por políticas públicas (Aguiar, 2016; Flores, 2023) quanto por um suporte geracional decisivo: o incentivo das mães. Conscientes de que a maternidade altera radicalmente o uso do tempo, muitas mães estabelecem um verdadeiro "pacto de proteção". Ao assumirem as responsabilidades domésticas, como no caso de Tatiana, elas "compram" tempo para as filhas estudarem, visando garantir-lhes uma independência financeira que elas próprias, talvez, não puderam acessar.

A vivência do tempo juvenil feminino revela-se, assim, um campo de tensões entre a herança de restrições das mães e as novas promessas de autonomia das filhas. Se o tempo das mães foi o da sobrevivência estrita, o das filhas busca a ampliação de horizontes. Há uma nuance nesse suporte: mães com formação superior orientam as jovens a buscarem carreiras que combinem satisfação pessoal e inserção qualificada no mercado. Já as mães que não acessaram a universidade priorizam a obtenção do diploma como uma garantia de melhores oportunidades profissionais, independentemente da área escolhida.

Contudo, a articulação entre trabalho e estudo permanece uma dinâmica árdua. Para as jovens pesquisadas, o período pandêmico representou o auge desse desafio, e a percepção atual é de que a sobreposição dessas jornadas não sofreu alterações positivas significativas no cenário pós-pandemia. Elas relatam que as exigências dos trabalhos produtivo e reprodutivo invadiram e, em muitos casos, invalidaram o tempo que deveria ser dedicado à formação. Entre as jovens adultas, a pandemia é descrita como o período de maior densidade e desgaste, cujas dificuldades superaram amplamente os obstáculos enfrentados antes ou depois da crise sanitária. A pandemia intensificou as desigualdades sociais já existentes na combinação entre estudo e trabalho, consolidando-se como um marco de ausências e privações.

Na experiência vivenciada pelas jovens, o diploma de nível superior tem se revelado uma promessa de mobilidade ainda não cumprida. Barreiras interseccionais, somadas à escassez de políticas públicas de trabalho voltadas à juventude, perpetuam um cenário de estagnação econômica que desafia o esforço acadêmico. A prova mais contundente desse abismo é que, embora 70% das participantes tenham acessado a universidade, esse dado não se traduz em aumento de renda: 81% da amostra sobrevive com até um salário-mínimo (R\$1412,00- valor vigente à época da pesquisa). Essa disparidade denuncia que a educação, isoladamente, tem

sido insuficiente para romper as barreiras de classe que estruturam o mercado de trabalho brasileiro.

Diante dessa disponibilidade salarial, a autonomia financeira torna-se um horizonte de difícil alcance. As jovens que residem sozinhas relatam sobreviver no limite, onde o controle rigoroso dos gastos mal supre as necessidades básicas. Mesmo aquelas que permanecem com seus familiares admitem que a independência é, hoje, uma impossibilidade prática. Essa vulnerabilidade financeira não apenas limita o consumo, mas restringe severamente as escolhas de vida, aprisionando-as em um ciclo de dependência e incerteza.

O perfil ocupacional do grupo revela a face da precarização contemporânea: a maioria divide-se entre o empreendedorismo (57%), a jornada exaustiva da escala 6x1 (32%) e o trabalho via plataformas digitais (18%). Esse mosaico de funções instáveis e múltiplas (75%) consolida o que se denomina "novo proletariado" (Antunes, 2018), em que o vínculo formal com carteira assinada é uma exceção desfrutada por apenas 25%. Trata-se de um cenário que confirma a tese de que a precarização não é aleatória; ela atinge com precisão mulheres, jovens e negros, categorias que definem a identidade do coletivo estudado.

No campo do empreendedorismo, a pesquisa operou um movimento de desmistificação. Se, inicialmente, os negócios eram associados a sonhos e *hobbies*, o processo de análise revelou que, para a maioria, trata-se de um trabalho voltado à sobrevivência imediata. Jovens como Oliver, Zoé e Ingrid, embora nutram o desejo de transformar seus empreendimentos em bases profissionais estáveis no futuro, hoje operam sob a lógica da urgência. Essa aceleração gera uma dessincronização temporal profunda: o futuro é frequentemente sacrificado em prol de um presente marcado por incertezas e limites difusos (Oliva-Augusto, 2002; Melucci, 1997; Leccardi, 2005).

Nesse cenário de fragmentação, o coletivo Da Raiz ao Fruto emerge como um contraponto. Ao promover ações de cuidado que transcendem o âmbito doméstico e alcançam a dimensão comunitária (Faur, 2024; Guimarães e Hirata, 2020), o grupo promove a vivência de outras temporalidades. Diante da pressão implacável do imperativo neoliberal, o coletivo constitui-se como um território de resistência, onde o "nós" tenta proteger o que resta de tempo e dignidade do "eu" sitiado pela precariedade.

Um exemplo central dessa dinâmica é a participação no Panelafro, onde as jovens e o jovem ressignificam as temporalidades de lazer, trabalho reprodutivo e empreendedorismo por meio de ações conjuntas. Ao organizarem-se em sistemas de revezamento — atuando na Feira Criativa enquanto as crianças permanecem sob o cuidado de outras integrantes no "Espaço

Frutinhas" —, o grupo consegue combinar diferentes esferas da vida de maneira qualitativa. Essa articulação coletiva abre brechas temporais para vivências de sociabilidade e lazer típicas da juventude, transformando a sobrecarga individual em suporte mútuo e promovendo a inclusão orgânica das crianças na rotina de trabalho e convivência.

Em conclusão, o coletivo Da Raiz ao Fruto apresenta-se como uma resposta prática à sobrecarga feminina, consolidando-se como uma ferramenta de emancipação e busca por autonomia temporal. O engajamento de cada integrante está profundamente ligado ao sentimento de pertencimento, fundamentado em uma responsabilidade ética e afetiva com o grupo. Embora o tempo dedicado ao coletivo — tanto pelas participantes quanto pelas coordenadoras — seja majoritariamente subtraído do tempo livre, essa entrega não é percebida como um peso, mas como um investimento na construção de redes de apoio. Ao transformar o tempo individual em tempo compartilhado, o coletivo não apenas contesta a precariedade do presente, mas planta sementes para um futuro em que a juventude possa, enfim, ser vivenciada em sua plenitude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização como apropriação do modo de vida periférico. In: GROHMANN, Rafael (org.). **Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas**. São Paulo: Boitempo, 2021. p.85-93.

ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 23, n.57, mai-ago 2021, p.26-56.

ABRAMO, Laís. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: Uma força de trabalho secundária?** 2007. 327p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi- **O perigo de uma história única-** Livro Companhia das Letras, 2019.

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Editora: Paz Terra, 2020. 87p.

AGUIAR, Neuma. Metodologias para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana no Brasil- **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v 12, n 1, junho 2010. Disponível em: <[Metodologias para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana no Brasil | Revista Econômica \(uff.br\)](#)>. Acesso em 14 de fevereiro de 2023.

AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 24, n. 57, p. 113–126, mar. 2016. DOI: 10.1590/1678-987316245707. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/4BhqdWbbvKRGRKPBwhH3QQN>. Acesso em: 31 de janeiro de 2025.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. A política social no Governo Lula. **Revista: Novos Estudos, CEBRAP**, São Paulo, n. 70, p.7-17. nov. 2004.

ALVES, João Eudes do Nascimento. Juventudes no Brasil colonial: tensões e resistências. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **A História dos Jovens no Brasil**. 1ª edição. São Paulo. Unesp, 2022.

ANDRADE, Maria Margarida. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**, 6º edição, São Paulo: Atlas, 2004.

ANTUNES, Ricardo. Escala 6×1 e o mundo do trabalho (**Pauta Pública**, episódio 150). São Paulo: Agência Pública / Rádio Guarda-Chuva, 13 dez. 2024. Disponível em: <https://apublica.org/podcast/2023/02/podcast-pauta-publica/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2025.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

AQUINO, Cássio Adriano Braz; MARTINS, José Clerton de Oliveira- Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e trabalho-**Revista Mal-estar e Subjetividade** – Fortaleza – Vol. VII

– Nº 2 – p. 479-500 – set/2007 Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v7n2/13.pdf>, Acessado em 15 de janeiro de 2024.

ARRUZZA, Cinzia. **Ligações Perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo**. São Paulo: Usina Editorial, 2019. 168 p.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 128 p.

ASSUNÇÃO, Flavia; RODRIGUES, Rhaissa. Gerações [Poesia]. In: ASSUNÇÃO, Flavia; RODRIGUES, Rhaissa. **Versos de uma noite de outono e outras noites**. Ilustrações de Juliana Bezerra do Carmo Teixeira. São Paulo: Lírio Negro, 2023. p.64.

AVRIL, Christelle. Sob o rótulo do care, o trabalho das mulheres das classes populares: para uma crítica empírica de uma noção de sucesso. In: MARUANI, Margaret (org.). **Trabalho, logo existo: perspectivas feministas**. São Paulo: FGV Editora, 2019. p. 237–249.

BARBOSA, Claudia de Farias; PIRES, Edmeire Oliveira. Movimento Hip Hop Na cultura brasileira: resistência, politização e decolonialidade. **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, PE. Brasil, Ano 5, v.5, nº 16, jan./abr. 2022.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na Educação Brasileira no século XX. **Revista Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, jan./abr. 2009. Disponível em: <a0739136.pdf> (scielo.br) Acessado em 10 de janeiro de 2023.

BENSTON, Margaret. The political economy of womans’s liberation. *Monthly Review*, 21(4), 13-27, 1969.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022. 152p.

BESSIN, Marc. Le Kairos dans l’analyse temporelle. **Revista: Temps et Contretemps: approches sociologiques**, Paris [s.n.], p.55-71, 1998.

BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão**. Tradução de Juliana Penna; edição de Tadeu Breda. São Paulo: Elefante, abr. 2023. 352 p.

BRASIL. Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024. **Institui a Política Nacional de Cuidados. Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L15069.htm. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude Brasileira: Culturas do Lazer e do Tempo Livre. In: Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Um olhar sobre o jovem no Brasil / Ministério da Saúde**, Fundação Oswaldo Cruz.– Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008, p. 29-44. 218 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5310665/mod_resource/content/1/Culturas%20do%20lazer%20e%20do%20tempo%20livre_%20Dayrell.pdf Acessado em 15 de abril de 2023.

BRITO, Arlete de Jesus. Tempo, história e educação matemática. **Revista Bolema: Boletim de Educação Matemática**, Rio Claro (SP), v. 30, n. 55, p. 390–401, ago. 2016.

BRITO, Sávio Breno Pires; BRAGA, Isaque Oliveira; CUNHA, Carolina Coelho; PALÁCIO, Maria Augusta Vasconcelos; TAKENAMI, Iukary. Pandemia da COVID-19: o maior desafio do século XXI. **Revista; Vigil. sanit. debate**;8(2):54-63, 2020. Disponível em: [2020_p-028.pdf \(bvsalud.org\)](#). Acessado em 23 de dezembro de 2023.

BRUNI, José Carlos. Tempo e trabalho intelectual. **Revista: Tempo Social**, USP, São Paulo, volume: 03, número 1-2, p.155-168, 1991. Disponível em: [Tempo e trabalho intelectual | Tempo Social \(usp.br\)](#) Acessado em: 10 de abril de 2022.

BURGOS, Rosalina. Periferias Urbanas da Metrópole de São Paulo- **Territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico**, 2008, 357f. Tese, Doutorado, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Disponível em: [Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: territórios da base da indústria da... \(usp.br\)](#). Acessado em 30 de setembro de 2021.

CÂNDIDO, Celinda. Tempos melhores virão [Poesia]. In: ASSUNÇÃO, Flavia; RODRIGUES, Rhaissa (org.). **Versos de uma noite de outono e outras noites**. Ilustrações de Juliana Bezerra do Carmo Teixeira. São Paulo: Lírio Negro, 2023. p.92

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. 2. ed. Rio de Janeiro: Amazon, 2019.

CARDOSO, Ana Cláudia Moreira, **Tempos de trabalho, tempos de não trabalho: vivências cotidianas de trabalhadores**, 2007, 354p. Tese, Doutorado, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Disponível em: [<Tempos de trabalho, tempos de não trabalho: vivências cotidianas de trabalhadores \(usp.br\)>](#) Acessado em 15 de dezembro de 2021.

CECATO, Franciele Aparecida; HILGEMBERG, Cleise Maria Almeida Tupich. Reflexo da Pandemia no Mercado de Trabalho: Um estudo a partir da PNAD Contínua. **InterAção**, [Santa Maria], v. 14, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/72494>. Acesso em: 23 maio 2024.

CHASSOT, Attico. A Ciência é masculina? É, sim senhora!...**Revista: Contexto e Educação-** Editora UNIJUÍ- Ano 19- nº 71/72- Jan./Dez. 2004- P 9-28. Disponível em: Acessado em 05 de março de 2023.

CÍCERO, Rafael. A periferia em marcha pela vida e pela paz. **Desenrola e Não Me Enrola**, [S.I.] Goiânia, 17 nov. 2023. Atualizado em 29 jun. 2024. Disponível em: <https://desenrolaenaomenrola.com.br/a-periferia-em-marcha-pela-vida-e-pela-paz/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

CORROCHANO, Maria Carla e LACZYNSKI, Patricia. **Coletivos juvenis nas periferias: trabalho e engajamento em tempos de crise**. *Linhas Críticas* [online]. 2021, vol.27, e36720. Epub 20-Maio-2021. Disponível em: [Coletivos juvenis nas periferias: trabalho e engajamento em tempos de crise \(fcc.org.br\)](#) Acessado em 22 de julho de 2022.

CORROCHANO, Maria Carla; ABRAMO, Helena Wendel; ABRAMO, Laís Wendel. O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, tensões, limites. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, Buenos Aires, v. 22, n. 35, p. 135–169, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rletl/a/7gJR8dVYp3WdpCy8hPnNMdF/?lang=pt>. Acesso em: 31 de janeiro de 2025.

CORROCHANO, Maria Carla; TARÁBOLA, Felipe de Souza. Neoliberalismo, trabalho e pandemia: experiências e enfrentamentos de jovens das periferias. **Revista: Educação & Sociedade**, Campinas, Seção Especial “Juventudes na contemporaneidade: contextos sociais e processos educacionais sob o ethos do empreendedorismo”, v. 44, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zZ7PKKTLRGxmvGBWQfrx8DB/>. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

CORROCHANO, Maria Carla. Por um trabalho: experiências, sentidos e demandas de jovens nas periferias. In: PINHEIRO, Leandro R.; LIEBGOTT, Camila B. (org.). **Juventudes populares e desafios sociais**. São Paulo: Editora Cirkula, 2024. p. 71 até 105

COSTA, Henrique. Da vida sem salário ao empreendedorismo popular: aspirações de modernidade na periferia de São Paulo. **Revista Brasileira de Sociologia RBS**, São Paulo, v.12, Volume Único e-rbs.1029, 2024, p.1 até 24. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/1029> Acesso em: 23 de setembro de 2024.

D’ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitos e sujeitas periféricos. **Novos estudos**. CEBRAP. SÃO PAULO. v39 n01.P 19-36. jan.–abr. 2020. Disponível em: [02_dandrea_dossie_116_p18a37.indd \(scielo.br\)](https://www.scielo.br/novos/02_dandrea_dossie_116_p18a37.indd). Acessado em 20 de janeiro de 2024.

DAVIS, Angela Yvonne. **Mulheres, Raça e Classe**. Editora: Boi Tempo. São Paulo. 2016. p.237

DAVIS, Angela Yvonne. Mulheres, raças, classes: desafios para o século XXI. In: MARUANI, Margaret (org.). *Trabalho, logo existo: perspectivas feministas*. São Paulo: FGV Editora, 2019. p. 17–28.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: [Rev100_05ARTIGOS.pmd \(scielo.br\)](https://www.scielo.br/rev100_05ARTIGOS.pmd) . Acessado em 20 de julho de 2020.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 40, p. 40–56, set./out./nov./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. **Revista: Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 117-136, jan./jun. 2002.

DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. São Paulo: Instituto Piaget, 1994.

DURKHEIM, Émile. (1963), *Le forme elementari della vita religiosa*. Milano, Comunità (1 ed. 1912). [Trad. port. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.]

ELIAS, Nobert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998

FAUR, Eleonor. El trabajo de cuidado comunitario: de la invisibilidad al reclamo de derechos. In: BATTHYÁNY, Karina; PERROTTA, Valentina; DUQUE, Javier A. Pineda (org.). **La sociedad del cuidado y políticas de la vida**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México: INMujeres; UNAM; Ginebra: UNRISD, 2024. p. 91-132.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução-** Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Editora: Elefante. São Paulo. 2019. 388 p.

FEIXA, Carles. Del reloj de arena al reloj digital. **Revista JOVENes**, Revista de Estudios sobre Juventud, Edición: año 7, núm.19. México, D.F., julio-diciembre, 2003.

FEIXA, Carles. Las culturas juveniles em México- Em El reloj de arena. Culturas juveniles em México, SEP- **Causa Joven** (Jóvenes,4) 1998, pp.94-111.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 53 nº 2, 2010. Disponível em: [Vista do Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana \(usp.br\)](http://vista.do.periferias.direito.e.diferenca.notas.de.uma.etnografia.urbana.usp.br), Acessado em 19 de novembro de 2022.

FERREIRA, Lina Penati. **Circulando cestas, produzindo a vida:** circuito de solidariedade e cuidado coletivo em meio à crise. 2025. 208f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

FERREIRA, Vitor Sergio. Pela encarnação da sociologia da juventude. **IARA – Revista de Moda, Cultura e Arte**, São Paulo, v. 2, n. 2, out./dez. 2009.

FERREIRA, Vitor Sergio; RAIMUNDO, Alexandra. Conseguir trabalho e algo mais: reconfigurações sociais e de sentido em novas profissões de sonho entre os jovens. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 2014, Évora. **Anais [...]**. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2014. p. 1-10. Tema: 40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas. Área temática: Arte, cultura e comunicação.

FLORES, Diego Patricio. Políticas públicas sociais, Lula e o que seria de nós sem essa “vaca de divinas tetas”. *Meu Artigo – Brasil Escola*, Goiânia, 2 fev. 2023. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/politica/politicas-publicas-sociais-lula-e-o-que-seria-de-nos-sem-essa-vaca-de-divinas-tetas.htm>. Acesso em 16 de janeiro de 2025.

FOUGEYROLLAS- SCHWEBEL, Dominique. Movimento feministas In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo, SP: Unesp , 2009. p. 144- 149.

FRANCH, Mónica. De Tempos em Tempos: Reflexões sobre a categoria tempos nos estudos sobre juventudes. **Revsta TOMO**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 32, p. 99-128, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/download/8838/7045/25212> Acessado em 25 de novembro de 2021.

FRASER, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal, v. 27, n. 53, p.261- 288, maio-ago. 2020.

FONTES, Leonardo. Informality, precariousness, and entrepreneurialism: new and old issues of urban labor in Latin America over the last decade (2012–2021). **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 99, p. 1-28, jun. 2023.

GANEO, Luanda Camila dos Santos Barné; BERLATO, Heliani. Um discurso sobre o feminismo: olhares e compreensões. In: *Seminário em Administração – SEMEAD 25 anos*, 25., 08–11 nov. 2022, São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo-USP, 2022.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Editora: Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.

GOMES, Irene. Em 2021, número de óbitos bate recorde de 2020 e número de nascimentos é o menor da série. *Agência IBGE*, Brasília, 16 fev. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36308-em-2021-numero-de-obitos-bate-recorde-de-2020-e-numero-de-nascimentos-e-o-menor-da-serie>. Acesso em: 20 dez. 2023.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Revista: Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, p.1-26, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/yyLS3jZvjzrvqXQc6Lp9k/>. Acesso em: 20 janeiro de 2025.

GROPPO, Luís Antonio. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. 164 p.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. Periferias e territórios: Sob efeitos conjugados da precarização: algumas tendências. **Caderno CRH**. Salvador, v.24,n. spe 01, p.89-104, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a07v24nspe1.pdf> Acessado em 26 de maio de 2021.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; VIEIRA, Priscila Pereira Faria. O Cuidado e as "ajudas". In: GUIMARÃES, Nadja Araújo; HIRATA, Helena Sumiko (org.). **O Gênero do Cuidado: desigualdades, significações e identidades**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020. p. 161-189.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena Sumiko. Pensar o trabalho pela ótica do cuidado, pensar o cuidado pela ótica das suas trabalhadoras. In: GUIMARÃES, Nadja Araújo; HIRATA, Helena Sumiko (org.). **O Gênero do Cuidado: desigualdades, significações e identidades**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020. p. 27-53.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. A “crise do cuidado” e os cuidados na crise: refletindo a partir da experiência brasileira. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. e230050, 2024.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HAUBERT, Laura Elizia. Apontamentos sobre a questão do tempo na Grécia. **Revista: Prometheus**, n. 31, p. 53–71, set./dez. 2019.

HIRATA, Helena Sumiko ; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Cadernos de Pesquisa**, v 37, n 132, p. 595-609, set/ dez 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>> Acessado em 15 de abril de 2020.

HIRATA, Helena Sumiko. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 16, n. 29, p. 1-13, 2018.

HIRATA, Helena Sumiko. Care e interseccionalidade, uma questão política. In: MARUANI, Margaret (org.). **Trabalho, logo existo: perspectivas feministas**. São Paulo: FGV Editora, 2019. Cap. 4, p. 79–91

HIRATA, Helena Sumiko. Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado. *Revista: Cadernos Pagu*, n.46, p.151-163, 2016.

HIRATA, Helena Sumiko. Mulheres, trabalho e movimento. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 9 ago. 2022. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/08/09/mulheres-trabalho-e-movimento/>. Acesso em: 10 de setembro de 2025.

HIRATA, Helena Sumiko; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo, SP: Unesp, p. 251-256, 2009.

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

JUNIOR, Paulo Roberto da Silva e SILVA, Peter Augusto. A luta política dos coletivos juvenis na periferia e a ressignificação do território. **Revista: Inter Faces Científicas- Humanas e Sociais**. Volume: 9, n. 02- 2021- Número Temático. Disponível em: [A LUTA POLÍTICA DOS COLETIVOS JUVENIS NA PERIFERIA E A RESSIGNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO | Interfaces Científicas - Humanas e Sociais \(set.edu.br\)](https://www.set.edu.br/interfaces-cientificas-humanas-e-sociais). Acessado em 09 de dezembro de 2022.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo, SP: Unesp, 2009. p. 67-75.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Revista: Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p.93–103, mar. 2010. Tradução de Antonia Malta Campos

KERGOAT, Danièle. Le care et l'imbrication des rapports sociaux. In: GUIMARÃES, Nádya Araújo. MARUANI, Margareth. SORJ, Billa (Org.). **Sexe, race, classe: pour me épistémologie de la domination**. Boston. Paris: PUF, 2016. P.111-125, Actuel Marx confrontations.

KERGOAT, Danièle. O trabalho, um conceito central para os estudos de gênero? In: MARUANI, Margaret (org.). **Trabalho, logo existo: perspectivas feministas**. São Paulo: FGV Editora, 2019. p.287-294

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979

LAPASSADE, Georges. **A entrada no grupo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2001.

LIMA, Jacob Carlos. Sobre empreendedorismo e cultura do trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 39, p. e39010, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3939010/2024>. Acesso em: 23 maio 2024.

LECCARDI, Carmen. O tempo, os jovens e o futuro. **Revista Young** – Volume 7, Número(1), p.3-18. 1999. Disponível em: [Tempo, jovens e futuro - Carmen Leccardi, 1999 \(sagepub.com\)](#) Acessado em 20 de novembro de 2023.

LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro mudança social, jovens e tempo. Revista: Tempo Social, revista de sociologia da USP. Volume: 17, nº02, p.35-57, 2005. Disponível em: [Sem título-2 \(scielo.br\)](#) Acessado em: 15 de fevereiro de 2024.

LOBO, Elisabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos** – Trabalho, dominação e resistência, Editora: Fundação Perseu Abramo, Partido dos Trabalhadores. 3ª edição. São Paulo. 2021. 304 p.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 239–251.

LORENZ, Camila; FERREIRA, Patrícia Marques; MASUDA, Eliana Tiemi; LUCAS, Pamella Cristina de Carvalho; PALASIO, Raquel Gardini Sanches; NIELSEN, Lucca; MONTEIRO, Pedro de Campo Mello; TREVISAN, Camila Martins; YU, Ana Lucia Frugis; CARVALHANAS, Telma Regina Marques Pinto. COVID-19 no estado de São Paulo: a evolução de uma pandemia. **Rev bras epidemiol**, Volume: 24: E21004, p.1-14, 2021. Disponível em: [SciELO - Brasil - COVID-19 no estado de São Paulo: a evolução de uma pandemia COVID-19 no estado de São Paulo: a evolução de uma pandemia](#), Acessado em 03 de janeiro de 2024.

LO SCHIAVO, Lidia ; REBUGHINI, Paola. Gender potential in italian youth activism: the intersectional assimilation of gender cultures after the pandemic. **Società Mutamento Politica**, [s. l.], v. 16, n. 31, p. 25-32, 2025.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 179 p.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: Del Priore, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, Editora Contexto, 2002, pp.443-481 Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4255776/mod_resource/content/1/mulheresnasaladaula.pdf Acessado em 18 de julho de 2021.

LUZ, Luciene Correia Santos de Oliveira. **Os tempos sociais e a docência na Educação Básica em Goiás**: A proeminência dos tempos de trabalho - 2017. 192p. Dissertação. Universidade Federal de Goiás. Goiás, 2017. Disponível em: [content \(ufg.br\)](#) Acessado: em 01 de novembro de 2021.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://urbandatabrasil.fflch.usp.br/producoes-em-periodicos-cientificos/dainformalidade-empregabilidade-reorganizando-dominacao-no>. Acesso em: 23 de setembro 2025.

MADEIRA, Felícia Reicher. Educação e Desigualdade no Tempo de Juventude. In: CAMARANO, Amélia (Org.) **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** 1ª edição. Rio de Janeiro: Ipea, 2006

MARCASSA, Luciana. **A invenção do Lazer- educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935)**. 2002. 213p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert_Luciana_Pedrosa_Marcassa.pdf Acessado em 10 de janeiro de 2024.

MARGULIS, Mario ; URRESTI, Marcelo. **La juventud es más que una palabra** [Error! Marcador no definido. Buenos Aires, Biblos, 1996. Disponível em: "http://www.psi.uba.ar/academica/carrerasdegrado/psicologia/sitios_catedras/practicas_profesionales/788_salud_adol/material/juventud_mas_que_palabra.pdf" (uba.ar). Acessado em: 20 de junho de 2020.

MARTINS, André Ferrer P.; ZANETIC, João. Tempo: Esse velho estranho conhecido. **Revista Ciência e Cultura**, volume: 54, número 02, São Paulo, out/dezembro, 2002. Disponível em: [Tempo: esse velho estranho conhecido \(bvs.br\)](http://www.bvs.br) Acessado em 24 de novembro de 2023.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Revista: Em Foco: Pesquisa sociológica e metodologia qualitativa** • Educ. Pesqui. 30 (2) • Ago 2004 •. Disponível em: <<https://SciELO - Brasil - Metodologia qualitativa de pesquisa Metodologia qualitativa de pesquisa>> Acessado em 10 de fevereiro de 2023.

MARTUCCELLI, Danilo. **Desafios comuns: Retrato da sociedade chilena e de seus indivíduos**. Volume I (edição em espanhol). Edições LOM.- 2012

MARTUCCELLI, Danilo. **Cambio de rumbo: la sociedade a escala del individuo**. Santiago: LOM Ediciones, 2007, 242p.

MARX, Karl. **O Capital: contribuição à crítica da economia política**. 2ª edição. São Paulo. Editora Nova Cultural, 1985

MAURER, Michele Silva. Coletivos Juvenis: Território e Projetos de vida de jovens Valadarenses. In: XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana- XVI SIMPURB- v.1 (2019), Vitória. **Anais eletrônicos**. Vitória: UFES, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26830>. Acessado em 10 de julho de 2023

MAYA, Paulo Valério Ribeiro. **Trabalho e tempo livre: uma abordagem crítica**. In JACQUES, MGC., et al. org. **Relações sociais e ética** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 31- 47.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho Reprodutivo no Brasil: Quem faz? - **Revista Economia contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/n6MkFMkdcWNq4JfhfzW7DQh/?lang=pt&format=pdf>> Acessado em 15 de julho de 2021.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente- Movimentos sociais nas sociedades complexas**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. **Nomads of the present**. London, Hutchinson, Editora: Radius, 1989

MELUCCI, Alberto. **The playing self**. Editora: Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 1997, n.05-06, pp.05-14. ISSN 1413-2478. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24781997000200002&lng=pt&nrm=iso Acessado em 15 de março de 2024

MILLS. Charles Wright. **A imaginação Sociológica**- 6ª edição, Zahar Editores, Rio de Janeiro,1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Revista: Ciênc. saúde coletiva** 17 (3). p.621-626. Mar 2012 • Disponível em: <[SciELO - Brasil - Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade](#)>. Acessado em 20 de janeiro de 2023.

MONTOYA, Ángela Garces. De Organizaciones a Colectivos Juveniles Panorama De La Participación Política Juvenil. **Revista Última Década**, v. 18, p. 61–83, 2010 Disponível em: [De organizaciones a colectivos juveniles: Panorama de la participación política juvenil \(scielo.cl\)](#) Acessado em 15 de julho de 2023

MORENO, Renata. Entre o capital e a vida: pistas para uma reflexão feminista sobre as cidades. **Caderno Sempre Viva**, p.43-74. Reflexões e práticas de transformação feminista/ Renata Moreno (org.). São Paulo: SOF, 2015. Disponível em: [reflexõesepraticasdetransformaçãofeminista.pdf \(sof.org.br\)](#) Acessado em 10 de maio de 2021.

NASCIMENTO, Érica Peçanha. A periferia de São Paulo: revendo discursos, atualizando o debate. **Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade**. Campinas. Núm. 16.vol 2. Nov. 2010.p. 1-18.. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/anteriores/pages/home/lerArtigo.rua?pdf=1&id=96> Acessado em 15 de abril de 2024.

NONATO, Symaira Poliana; CORROCHANO, Maria Carla. **Juventudes e trabalho**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021. 48p.*E-book*.

OLIVA-AUGUSTO Maria Helena. Tempo, indivíduo e vida social. **Revista Ciência e Cultura**, volume 54, número 02, p.30-33, 2002. Disponível em: [Tempo, indivíduo e vida social \(bvs.br\)](#) Acessado em 10 de abril de 2024.

OLIVA-AUGUSTO Maria Helena. Tempo, memória e identidade: algumas considerações. **Revista Política e Trabalho**, número 34- Temporalidades, p.41-72, 2011. Disponível em: [Vista do TEMPO, MEMÓRIA E IDENTIDADE: Algumas considerações \(ufpb.br\)](#) Acessado em 10 de abril de 2024.

OLIVEIRA, Maria Coleta; VIEIRA, Joice Melo; MARCONDES, Gláucia dos Santos. Cinquenta anos de relações de gênero e geração no Brasil: mudanças e permanências. In: ARRETCHE, Marta (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp; Centro de Estudos da Metrópole, 2015. p. 309–334. 1. ed. vi, 489 p.

PADILHA, Valquíria. **Tempo Livre E Capitalismo - Um Par Imperfeito**. Editora Alínea. 2000.

PADOVANI, Natália Corazza. Na caminhada: “localizações sociais” e o campo das prisões”. Revista: **DOSSIÊ PRISÕES EM ETNOGRAFIAS: PERSPECTIVAS DE GÊNERO** • Cad. Pagu (55) • 2019 • Disponível em: [SciELO - Brasil - Na caminhada: “localizações sociais” e o campo das prisões*](#) Na caminhada: “localizações sociais” e o campo das prisões*. Acessado em 15 de maio de 2022.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro**. Porto: Ámbar, 2001; 2. ed. Porto: Ámbar, 2003. 429 p.

PERALVA, Angelina Teixeira – O jovem como modelo cultural- **Revista Brasileira de Educação**- Mai/Jun/Jul/Ago, nº 5 1997 – Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24781997000200003&lng=pt&nrm=iso Acessado em 15 de janeiro de 2024.

PEREIRA, Pamella Liz Nunes; GAUDENZI, Paula; BONAN, Claudia. Masculinidades trans em debate: uma revisão da literatura sobre masculinidades trans no Brasil. **Revista: Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 30, n. 3, e190799, set. 2021.

PERROT, Michelle. A juventude operária. Da oficina à fábrica. In: GIOVANNI, Levi; SCHMITT, Jean Claude [Org.]. **História dos jovens 2: a época contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 82-136.

PERROT, Michelle. Escrever a história do trabalho das mulheres. In: MARUANI, Margaret (org). **Trabalho, logo existo: perspectivas feministas**. 1ª edição. Rio de Janeiro. 2019. p.319-326.

PINTO, Felipe de Souza. **Entre Sociais, rolês, parties e bailes: uma etnografia dos entretenimentos juvenis do Capão Redondo**. 2018.p.110. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos.

POCHMANN, Marcio. Estrutura social no Brasil: mudanças recentes. **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 637-649, out./dez. 2010. Disponível em: [Revista 104.indd \(scielo.br\)](#), Acessado em 30 de janeiro de 2024.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade-2022**. São Paulo. 2022. Disponível em: < https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Mapa-da-Desigualdade-2022_Tabelas.pdf > .Acessado em 20 de janeiro de 2023.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2ª edição. Minas Gerais. Editora: Autêntica. 2002. 608 p.

RIBEIRO, Carlos Costa; CENEVIVA, Ricardo; BRITO, Murillo Marschner Alves de. Estratificação educacional entre os jovens no Brasil: 1960 a 2010. In: ARRETICHE, Marta (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp; Centro de Estudos da Metrópole – CEM, 2015. p.79- 108

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil 1930/1973**). Petrópolis: Vozes, 2001.

ROSA, Hartmut. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade.** Tradução de Rafael H. Silveira. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019. 744 p.

ROSA, Hartmut. **Alienação e aceleração: por uma teoria crítica da temporalidade tardo-moderna.** Tradução de Fábio Roberto Lucas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022. 160 p.

ROSA, Mariana Silveira dos Santos. Educação das Mulheres História do Brasil: A Contribuição de Heleieth Saffioti, **Revista: Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 63-, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/36332> Acessado em 10 de julho de 2021.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2012. 555 p. Inclui bibliografia. ISBN 9788572447300. p. 333-359.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis. Editora Vozes. 1976. 384 p.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 139–161

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOM). **O Brasil no rumo certo – Edição 1.** Brasília, 2023. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/politica/politicas-publicas-sociais-lula-e-o-que-seria-de-nos-sem-essa-vaca-de-divinas-tetas.htm>. Acesso em: 18 de janeiro 2025.

SEVERIANO, Maria de Fátima Vieira; ESTRAMIANA, José Luis Álvaro. “Tempo livre” e “tempo do trabalho”: a dissolução das fronteiras temporais. **Quaderns de Psicologia** | 2012, Vol. 14, No 2, 67-76.

SILVA, Juliana Marcia Santos; CARDOSO, Vanessa Clemente; ABREU, Kamila Eulálio; SILVA, Livia Souza. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. **Feminismos: Revista do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo**, Salvador, v. 8, n. 3, p. 149–160, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/download/42114/23913/164971>. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

SORJ, Bila. No Brasil, novas perspectivas. In: MARUANI, Margaret (org.). **Trabalho, logo existo: perspectivas feministas.** São Paulo: FGV Editora, 2019. Cap. 6, p. 103–113.

SPOSITO, Marília Pontes; SOUZA, Raquel; SILVA, Fernanda Arantes e. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Revista: Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 44, 2018, p. 1-24.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **UM OLHAR NA HISTORIA: A MULHER NA ESCOLA (BRASIL: 1549 – 1910)**– Programa de Pós-Graduação em Educação – UFRN 1997. Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3936242/a-mulher-escola-brasil-colonia.pdf> Acessado em 21 de janeiro de 2023.

SUE, Roger. **Temps et ordre social: sociologie des temps sociaux**. Paris: PUF., 1995.

TABBONI, Simonetta. **Les temps sociaux**. Paris: Armand Colin, 2006.

TARÁBOLA, Felipe de Souza. **Aspirantes: Desafios de estudantes da USP egressos de escolas públicas no contexto do novo tensionamento político-social brasileiro**. 2015. 424 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

TELLES, Vera da Silva. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.46, n.1 jan/jun, 2015, p.15-41. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2423/1899> Acessado em 15 de janeiro de 2024.

TELLES, Vera da Silva. Notas sobre las relaciones entre mercados, poder y violencia. In: BARTELT, D. D.; AGUIRRE, R.; NAVARRETE, M. P. (org.). **Poderes fácticos: captura del Estado, redes criminales y violencia en América Latina**. Ciudad de México: Fundación Heinrich Böll, 2022. p. 135-146. Disponível em: https://mx.boell.org/sites/default/files/2022-12/web_poderes-facticos-b.pdf. Acesso em: 23 maio 2024.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguelio, Paulo Fontes, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 538p.

TORRES, Iraídes Caldas- O contemporâneo e os novos coletivos de mulheres- **Revista Ser Social- Desigualdade, mundialização e políticas sociais contemporâneas - Brasília**, v. 22, n. 47. p.1-23. julho a dez, 2020- Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25511 Acessado em 15 de abril de 2024.

VENTURI, Gustavo; TORINI, Danilo. **Transições da escola para o mercado de trabalho de mulheres e homens jovens no Brasil**. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, dez. 2014. Work 4 Youth Publication Series, n. 25.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila; SILVA, Hudson Pacifico da. Meritocracia neoliberal e capitalismo financeiro: implicações para a proteção social e a saúde. **Revista: Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 7, p. 2107–2117, 2018.

VIEIRA, Priscila Pereira Faria. **Trabalho e Pobreza no Brasil entre Narrativas Governamentais e Experiências Individuais**. 2017. 250 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

WAICHMAN, Pablo. **Tempo livre e recreação: um desafio pedagógico**. 3ªed. São Paulo: Papirus, 2002

ZANUTTI, Miriam. Alice Clapp, uma adolescente no movimento abolicionista. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **A História dos Jovens no Brasil**. 1ª edição. São Paulo. Unesp, 2022.

ZARIFIAN, Philippe. **La notion de temps libre et les rapports sociaux de sexe dans le débat sur la réduction du temps de travail**. In H. Hirata & D. Senotier (Orgs.). Femmes et partage du temps du travail. Paris: Syros (1996).

ANEXO - A**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Resolução 466/2012 do CNS)**

Eu, Marriete de Sousa Cantalejo discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/ Campus Sorocaba e do Departamento de Ciências Humanas e Educação a convido a participar da pesquisa: Jovens mulheres periféricas: um estudo exploratório das vivências temporais, de trabalho e educação das jovens do coletivo Da Raiz ao Fruto situado em São Paulo, por mim coordenada.

Tendo por objetivos: a) analisar os usos do tempo das jovens mulheres do coletivo Da Raiz ao Fruto na compatibilização entre trabalho e estudo, entre os anos de 2021 e 2023 na periferia de São Paulo; b) traçar o perfil das jovens pertencentes ao coletivo; c) entender os impactos que as organizações de coletivos de jovens mulheres geram na ressignificação da distribuição de tempo, trabalho, estudo e vivência juvenil; d) assimilar as relações temporais que elas estabelecem nas suas vivências.

Você foi selecionada por ser uma jovem que integra o coletivo Da Raiz ao Fruto, da cidade de São Paulo, onde o estudo será realizado. Primeiramente você será convidada a responder um questionário com tópicos diversos que envolvem sua situação de estudo, trabalho e tempo, bem como os desafios vividos em sua experiência cotidiana em combinar afazeres domésticos e atividades de cuidado com o trabalho produtivo. Posteriormente, preencherá o diário do uso do tempo, tendo por base suas atividades cotidianas e realizará entrevista semiestruturada para aprofundamento dos tópicos que foram trabalhados no questionário e das vivências apontadas no diário do uso do tempo.

O preenchimento do questionário será realizado em um espaço físico combinado entre a pesquisadora e a participante, de maneira individual, após o preenchimento do questionário, será disponibilizado o diário do uso do tempo para que você leve e preencha em sua casa. Em um segundo momento, também em local a combinar, será realizada a entrevista para aprofundamento das questões. Tanto para o preenchimento do questionário, quanto para o diário do uso do tempo e a entrevista, você contará com a presença e apoio da pesquisadora.

Tanto as questões do questionário, quanto do roteiro de entrevista não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações. Diante dessa situação, os participantes terão garantidas pausas nas entrevistas, a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos e do coletivo Da Raiz ao Fruto, proporcionando maiores informações e discussões sobre a situação das jovens, sua relação com o trabalho e estudo, suas experiências e desafios, bem como para contribuir na construção de outras pesquisas e políticas públicas futuras. A pesquisadora acompanhará todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em relação à pesquisadora, ao coletivo Da Raiz ao Fruto ou à Universidade Federal de São Carlos. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Solicito sua autorização para gravação em áudio das entrevistas. As gravações realizadas durante a entrevista semiestruturada serão transcritas pela pesquisadora, garantindo que se mantenha o mais fidedigna possível. Depois de transcrita será apresentada aos participantes para validação das informações.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pela pesquisadora, onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se pelo telefone (21-97637-0974). Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-9685. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Endereço para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisadora: Marriete de Sousa Cantalejo

Endereço: Avenida do Rio Bonito, 151, Apartamento: 402, Torre:02, Socorro.

Contato telefônico: (21) 97637-0974

Local _____ data: _____

Nome do Pesquisador

Assinatura do Pesquisador

Nome do Participante

Assinatura do Participante

ANEXO – B

• FORMULÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Seção 1- Descrição da finalidade do Questionário

A aplicação do formulário sociodemográfico ocorreu de maneira individual e presencial, contando com o acompanhamento direto da pesquisadora. A opção pelo Google Forms como suporte para o preenchimento justificou-se tanto pela funcionalidade da plataforma quanto pela familiaridade das jovens com essa ferramenta digital.

O objetivo central consistiu em elaborar um perfil que transcendesse os aspectos socioeconômicos, visando identificar quem são as integrantes do coletivo Da Raiz ao Fruto e compreender as percepções de temporalidade que essas jovens mulheres vivenciam.

Divisões do Questionário: Seção 1- Descrição da finalidade do Questionário/ Seção 2- Perfil geral e familiar/ Seção 3- Mãe ou referência equivalente/ Seção 4- Educação/ Seção 5- Trabalho e Renda/ Seção 6- Dados sociodemográficos/ Seção 7- Tempo e Gênero/ Seção 8- Pandemia

Seção 2- Perfil geral e familiar

1-Nome: _____

2-Telefone: _____

3-Email: _____

4-Data de nascimento: ___/___/___

5- Whatsapp: _____

6-Endereço: _____

7- Com que identidade de gênero você se identifica?

1. () Mulher cisgênera
3. () Mulher trans
4. () Homem trans
5. () Não-binário
6. () Outro. Qual? _____
7. () Prefiro não responder

8- O censo IBGE classifica as pessoas no Brasil em relação à sua cor/etnia através das categorias branco, pardo, preto, indígena e amarelo. Como você se considera? (Assinale apenas uma opção)

1. () Branco(a)
2. () Pardo(a)
3. () Preto(a)
4. () Indígena
5. () Amarelo(a)
6. () Sem declaração

9- Qual a sua religião? (Assinale apenas uma opção)

1. () Católica
2. () Evangélica
3. () Religiões Afro-brasileiras (ex: umbanda, candomblé, etc.)
4. () Espírita Kardecista
5. () Orientais (ex: budista, xintoísta, taoísta, secho-no-iê, etc)
6. () Judaica
7. () Islâmica
8. () Não tenho religião, sou atea (não acredito na existência de Deus)
9. () Não tenho religião, mas acredito na existência de Deus
10. () Prefiro não responder
11. () Outra. Qual? _____

10- Qual o seu estado civil?

1. () Solteiro (a)
2. () Casado (a)/ União Estável/ Vive junto
3. () Divorciado (a)/ Desquitado (a)/ Separado (a)
4. () Viúvo(a)
5. () Prefiro não responder

11- Em qual cidade você nasceu? _____

12- Atualmente, em qual distrito você mora?

1. () Jardim Ângela
2. () Capão Redondo
3. () Outro. Qual? _____

13- Há quanto tempo você reside no mesmo distrito?

1. () Há menos de um ano
2. () Entre um e dois anos
3. () Entre três e cinco anos
4. () Mais de 5 anos
5. () Mais de 10 anos
6. () Por toda a minha vida

14- Você tem filhos? Se sim, quantos?

15- Você tem enteados? Se sim, quantos?

16- Quantas pessoas moram com você (incluindo você)? Quem são?

17- Considerando o salário mínimo federal de R\$ 1.412,00, qual o somatório da sua renda familiar na atualidade? (Somatório da renda de todos que trabalham em sua casa, incluindo você. Considerar renda formal e informal)

1. () Até meio salário mínimo (até R\$ 706,00)
2. () De meio até 1 salário mínimo (até R\$ 1.412,00)
3. () Mais de 1 até 2 salários mínimos (até R\$ 2.824,00)
4. () Mais de 2 até 3 salários mínimos (até R\$ 4.236,00)
5. () Mais de 3 até 4 salários mínimos (até R\$ 5.648,00)
6. () Mais de 4 salários mínimos (mais de R\$ 5.648,00).
7. () Sem rendimento
8. () Não sei

18- Qual o nível mais alto de escolarização alcançado por seu pai ou responsável equivalente?

1. () Nunca frequentou a escola
2. () Fundamental incompleto
3. () Fundamental completo
4. () Ensino médio incompleto
5. () Ensino médio completo
6. () Superior incompleto
7. () Superior completo
8. () Pós-graduação
9. () Não sabe/não lembra

Seção 3: Mãe ou Referência equivalente

19- Qual é a profissão da sua mãe ou da referência equivalente?

1. () Área da saúde (enfermeira e/ou técnica em enfermagem)
2. () Professora
3. () Médica
4. () Cozinheira
5. () Costureira
6. () Cuidadora de Idosos
7. () Trabalhadora doméstica (empregada doméstica, faxineira, babá, diarista)
8. () Do lar (cuida da própria casa)

9. () Funcionária pública
10. () Trabalhadora rural (era empregada em propriedades de terras de outras pessoas)
11. () Trabalhadora da construção civil
12. () Trabalhadora de indústria
13. () Trabalhadora de comércio (caixa, atendente, balconista, repositora e outros)
14. () Autônoma
15. () Proprietária de comércio (mesmo que pequeno)
16. () Outras. Qual? _____

20- Quantas horas em média a sua mãe ou referência equivalente destinava ou destina por dia ao exercício de atividades geradoras de dinheiro?

1. () Entre 1 e 2 horas diárias
2. () Entre 3 e 4 horas diárias
3. () Entre 5 e 6 horas diárias
4. () Entre 7 e 8 horas diárias
5. () 9 ou mais horas diárias

21- Qual o grau de instrução de sua mãe ou responsável equivalente?

1. () Analfabeta
2. () Da 1ª a 4ª série do ensino fundamental (Atual Fundamental 1 e Antigo Primário)
3. () Da 5ª a 8ª série do ensino fundamental (Atual Fundamental 2 e Antigo Ginásio)
4. () Ensino médio (2º grau) incompleto
5. () Ensino médio (2º grau) completo
6. () Ensino superior incompleto
7. () Ensino superior completo
8. () Pós-graduação

22- Quanto tempo diário aproximadamente ela destinava as atividades relacionadas ao cuidado? (ou seja, se ela era responsabilizada pelo cuidado de outras pessoas, que podem ser: crianças, idosos, entre outros e/ou afazeres domésticos)

1. () Ao meu ver ela não exercia atividades de cuidado ou afazeres domésticos
2. () Em média 1 hora diária
3. () Em média 2 horas diárias
4. () Em média 3 horas diárias
5. () 4 horas diárias ou mais em média

Seção 4: Educação

23- Você estuda atualmente?

1. () Sim
2. () Não

24- Se você estuda, qual nível você frequenta?

1. () Ensino Fundamental
2. () Ensino Médio

3. () Ensino Superior
4. () Pós-Graduação
5. () Educação de Jovens e adultos

25- Se você não estuda, qual foi o último nível cursado?

1. () Nunca estudou
2. () Fundamental incompleto
3. () Fundamental completo
4. () Ensino médio incompleto
5. () Ensino médio completo
6. () Ensino superior incompleto
7. () Ensino superior completo
8. () Pós-Graduação

26. O estabelecimento/escola em que vc estudou/estuda era/é:

1. () Público
2. () Privado, e conto com bolsa
3. () Privado, e não conto bolsa
4. () Comunitário
5. () Outro. Qual? _____

27- Atualmente você frequenta algum tipo de curso extraescolar?

1. () Qualificação profissional. Qual? _____
2. () Empreendedorismo
3. () Oficinas no campo da arte/ cultura
4. () Idiomas/líguas
5. () Preparatório para concursos
6. () Informática/tecnologia
7. () Cursinho pré-vestibular
8. () Não frequento nenhum curso
9. () Outros. Qual? _____

28- Se você já terminou os estudos, você já os interrompeu antes de terminar?

1. () Sim, interrompi os estudos em uma ou mais séries do ensino fundamental
2. () Sim, interrompi os estudos em uma ou mais séries do ensino médio
3. () Sim, interrompi os estudos em séries do ensino fundamental e médio
4. () Não, nunca interrompi os estudos

29- Quais motivos te levaram a interromper os estudos? (Você pode assinalar mais de uma opção)

1. () Dificuldade para conc trabalho e estudo
2. () Falta de vontade de estudar
3. () Dificuldade com as matérias
4. () Problemas de saúde

5. () Mudança de residência
6. () Problemas familiares
7. () Dificuldades com o transporte
8. () Dificuldades com professores
9. () Desentendimento com colegas
10. () Discriminação na escola
11. () Violência na escola
12. () Problemas financeiros
13. () Necessidade de trabalhar
14. () Necessidade de cuidar de filho(s)/irmão(s)
15. () Necessidade de realizar afazeres domésticos
16. () Não sei responder
17. () Outro: _____

Seção 5: Trabalho e Renda

30- Com quantos anos você começou a procurar por trabalho e/ou por uma atividade remunerada?

31- Com quantos anos você começou a trabalhar?

32- Você trabalhou nos últimos 30 dias?

1. () Sim, trabalho remunerado
2. () Sim, trabalho não remunerado
3. () Não trabalhei

33- Neste trabalho você é:

1. () Empregada do setor privado com contrato/ carteira assinada
2. () Empregada do setor privado sem contato/ carteira assinada
3. () Empregada do setor público
4. () Autônoma/ Conta própria
5. () Microempreendedora individual (MEI)
6. () Empregadora (tem pelo menos um empregado)
7. () Cooperativada
8. () Aprendiz ou estagiária
9. () Militar do exército, marinha, aeronáutica, polícia, corpo de bombeiros
10. () Trabalhadora doméstico sem carteira assinada
11. () Trabalhadora doméstico com carteira assinada
12. () Trabalhadora em coletivo/ movimento com bolsa ou algum tipo de renda/ remuneração
13. () Outro. Especifique.

34- Quanto você costuma receber em média por mês em troca deste trabalho?

1. () Trabalho sem nenhuma remuneração
2. () Até meio salário mínimo (até R\$ 706,00)

3. () De meio até 1 salário mínimo (até R\$ 1.412,00)
4. () Mais de 1 até 2 salários mínimos (até R\$ 2.824,00)
5. () Mais de 2 até 3 salários mínimos (até R\$ 4.236,00)
6. () Mais de 3 salários mínimos (R\$ 4.236,00)

35-. Em que setor/área você realiza esse trabalho?

1. () Na agricultura (campo, fazenda, pesca)
2. () Na indústria (fábricas)
3. () No comércio (lojas, supermercado, farmácia, bares, restaurantes)
4. () Nos serviços (mecânica, posto de gasolina, telemarketing, banco, cabeleleiro, transporte etc.)
5. () No serviço público (escola, postos de saúde, bibliotecas, CCAs, CJs, CAPS etc.)
6. () Nos serviços comunitários, organizações sociais, terceiro setor (realização de atividades culturais, socioeducativas, de lazer, etc)
7. () No serviço doméstico
8. () Outra área.

36- Você trabalha quantas horas por semana neste trabalho?

37- Você se desloca até o seu trabalho? Se sim, quanto tempo gasta para ir? E para voltar?

38- Além deste trabalho, quantos trabalhos você teve nos últimos 60 dias?

39- Este outro trabalho é:

1. () Remunerado
2. () Não remunerado

40- Qual atividade exerce neste outro trabalho?

41- Quanto você costuma receber em média por mês neste outro trabalho?

1. () Trabalho sem nenhuma remuneração
2. () Até meio salário mínimo (até R\$ 706,00)
3. () De meio até 1 salário mínimo (até R\$ 1.412,00)
4. () Mais de 1 até 2 salários mínimos (até R\$ 2.824,00)
5. () Mais de 2 até 3 salários mínimos (até R\$ 4.236,00)
6. () Mais de 3 salários mínimos (R\$ 4.236,00)

42- Você está procurando trabalho? Há quanto tempo está procurando trabalho?

43- Você já ficou desempregado (a) em algum momento da sua vida?

1. () Sim. Uma vez na minha vida
2. () Sim. Mais de uma vez na minha vida
3. () Não
4. () Não me lembro

44- Nos momentos em que não trabalhou, como se manteve?

1. () Pensão
2. () Bolsa/ Apoio do Estado
3. () Bolsa/ Apoio de ONG/ Fundação Empresarial
4. () Apoio de alguém da minha família
5. () Prefiro não responder
6. () Sempre trabalhei
7. () Outras

45- Quantas pessoas que residem com você, incluindo você que exercem alguma atividade para ganhar dinheiro no momento?

1. () 1
2. () 2
3. () 3
4. () 4
5. () 5 ou mais

46- Quantas horas em média diariamente você utiliza para exercer atividades para ganhar dinheiro?

1. () No momento não estou exercendo atividades geradoras de dinheiro
2. () Entre 1 e 2 horas diárias
3. () Entre 3 e 4 horas diárias
4. () Entre 5 e 6 horas diárias
5. () Entre 7 e 8 horas diárias
6. () 9 ou mais horas diárias

47- Você exerce atividade de cuidado e/ou afazeres/tarefas domésticos? Quantas horas por semana em média você dedica a essas atividades?

Seção 6: Dados sociodemográficos

48- A casa ou apartamento que você reside hoje, é?

1. () Própria
2. () Alugada
3. () Emprestada
4. () Outro. Qual? _____

49- Como é o transporte público do local que você reside?

1. () Atende plenamente as minhas necessidades
2. () Atende parcialmente as minhas necessidades
3. () Não atende as minhas necessidades
4. () Não sei responder

50- Quanto tempo em média você aguarda o transporte público para se deslocar?

1. () Entre 15 e 30 minutos
2. () Entre 30 minutos e 1 hora
3. () Entre 1 hora e 1h e 30 minutos
4. () Entre 1h e 30 minutos até 2 horas
5. () Mais de 2 horas

51- Você acha que o local que você mora possui oportunidades em relação a trabalho para você? Justifique:

52- Você já trabalhou perto de sua casa?

1. () Sim
2. () Não

53- Se trabalhou, considera que as pessoas que residem próximo a sua residência valorizavam o seu trabalho?

1. () Sim.
2. () Não.

54- Pretende se mudar de onde mora atualmente para outro município ou estado? Se sim, pretende ir para onde?

55- Em relação a quantidade de escolas próximas a sua residência, elas atendem as suas necessidades?

1. () Atende plenamente
2. () Atende parcialmente.
3. () Não atende as minhas necessidades.
4. () Não sei responder

56- Em relação a quantidade de Hospitais e Postos de Saúde próximos a sua residência, eles atendem as suas necessidades?

1. () Atendem plenamente
2. () Atendem parcialmente.
3. () Não atendem as minhas necessidades.
4. () Não sei responder

57- Quais equipamentos de lazer você costuma acessar? (pode marcar mais de um)

- 1.() Praças
- 2.() Shopping
- 3.() Teatros
- 4.() Cinemas
- 5.() Circos
- 6.() Bares
- 7.() Outros. Quais? _____

Seção 7: Tempo e Gênero

58- Você acha que o seu tempo diário é dividido da mesma forma que o tempo dos seus parceiros ou amigos do sexo masculino? Justifique:

59- Como é a divisão de tarefas domésticas e relacionadas ao cuidado na sua casa?

- 1.() Sou responsável por todas as tarefas domésticas e relacionadas ao cuidado.
- 2.() As pessoas que moram comigo dividem as tarefas, porém fico com a maior parte.
- 3.() Dividimos por igual as tarefas e responsabilidades com o cuidado.
- 4.() As pessoas que moram comigo dividem as tarefas, porém fico com a menor parte.
- 5.() Não realizo tarefas domésticas e atividades relacionadas ao cuidado.

60- Das horas que você costuma dedicar ao cuidado e afazeres domésticos, quais atividades você costuma realizar?

61- Refletindo acerca de todas as atividades que você realiza diariamente, você se sente sobrecarregada.

- 1.() Sim
- 2.() Não

62- Gostaria de possuir mais tempo para realizar outras atividades? Se sim, quais?

63- Você acha que há diferenças entre a maneira como sua mãe ou responsável equivalente utiliza o tempo e você?

- 1.() Sim
- 2.() Não

64- O que é tempo para você?

65- Se você reside com outras pessoas, qual pessoa possui mais tempo livre na sua casa?

- 1.() Companheiro(a) ou marido/ esposa
- 2.() Outros. _____

66- Você já trabalhou em algum lugar que incentive formações em serviço ou que os funcionários estudassem durante as horas que estavam trabalhando?

- 1.() Sim.
- 2.() Não.

67- O que é tempo livre para você?

68- Acredita que se você fosse uma pessoa do sexo masculino, teria uma relação diferente com o tempo? Justifique:

—

Seção 8: Pandemia

69- Quais foram as maiores dificuldades que você enfrentou durante a pandemia? (pode marcar mais de uma opção):

- 1.() Ficar desempregada
- 2.() Voltar a morar com os pais
- 3.() Vivenciar problemas financeiros
- 4.() Experimentar o excesso de afazeres domésticos
- 5.() Ter que cuidar por um tempo maior de outras pessoas
- 6.() Ser responsável por conduzir as tarefas escolares
- 7.() Acessar o sistema de saúde
- 8.() Viver o falecimento de pessoas próximas
- 9.() Parar de Estudar
- 10.() Outros? _____

70- Durante a pandemia para você, houve o aumento das atividades de cuidado e afazeres domésticos?

1. () Sim

2. () Não

71- Em relação ao trabalho, como foi durante a pandemia?

1. () Continuei indo presencialmente todos os dias

2. () Trabalhei alguns dias da semana de forma presencial e outros dias de maneira remota

3. () Durante grande parte do período da pandemia trabalhei de maneira remota

4. () Fiquei desempregada durante boa parte da pandemia

5. () Fiquei desempregada durante todo o período da pandemia

72-Você continuou estudando durante a Pandemia? Como foi?

ANEXO – C

DIÁRIO DO USO DO TEMPO

Nome: _____

Dia da semana: **Quarta-feira** - Data: ___/___/___

Hora	O que você está fazendo? (Atividade mais importante)	O que mais você está fazendo? (A segunda atividade mais importante)	Com quem?	Onde?
06h-07h				
07h- 08h				
08h- 09h				
09h- 10h				
10h- 11h				
11h- 12h				
12h- 13h				
13h- 14h				
14h- 15h				
15h- 16h				
16h- 17h				
17h- 18h				
18h- 19h				
19h- 20h				
20h- 21h				
21h – 22h				
22h- 23h				
23h- 24h				

A elaboração do diário do uso do tempo abaixo foi uma adaptação do proposto por Neuma Aguiar no artigo: Metodologias para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana no Brasil.

ANEXO – D

DIÁRIO DO USO DO TEMPO

Nome: _____

Dia da semana: **Sábado**- Data: ___ / ___ / ___

Hora	O que você está fazendo? (Atividade mais importante)	O que mais você está fazendo? (A segunda atividade mais importante)	Com quem?	Onde?
06h-07h				
07h- 08h				
08h- 09h				
09h- 10h				
10h- 11h				
11h- 12h				
12h- 13h				
13h- 14h				
14h- 15h				
15h- 16h				
16h- 17h				
17h- 18h				
18h- 19h				
19h- 20h				
20h- 21h				
21h – 22h				
22h- 23h				
23h- 24h				

A elaboração do diário do uso do tempo abaixo foi uma adaptação do proposto por Neuma Aguiar no artigo: Metodologias para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana no Brasil.

ANEXO – E

ENTREVISTAS

Objetivo: Fazer uma retrospectiva acerca do diário do uso, a dinâmica do coletivo e identificar de que forma as jovens vivenciam as temporalidades e as relações sociais.

Questões para as Entrevistas:

a) Nome: _____ b) Idade: _____

<p style="text-align: center;">Bloco Especial Coordenadoras e Fundadoras</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quais as experiências anteriores fundamentaram a criação do coletivo Da Raiz ao Fruto? • Como surgiu o coletivo? (Retrospectiva anterior da fundação até a criação do coletivo) • Quais ideias fundamentam o coletivo Da Raiz ao Fruto? • Qual a diferença de atividades das membras que fundaram o coletivo das jovens que participam da rede apoio? • Como você considera a trajetória do coletivo Da Raiz ao Fruto, considerando a época da fundação até a época da flexibilização das medidas restritivas relacionadas a pandemia? • Como você considera a trajetória do coletivo Da Raiz ao Fruto a partir do retorno das atividades presenciais até os dias de hoje? • No que você acha que o coletivo contribui para a vivência juvenil das jovens? • No que você acha que o coletivo contribui para a vivência em relação ao trabalho das jovens? • No que você acha que o coletivo contribui para a vivência em relação ao estudo das jovens? • Quais são os maiores desafios do coletivo? • Houve a submissão de uma proposta para um Edital, feita pelo coletivo.
---	--

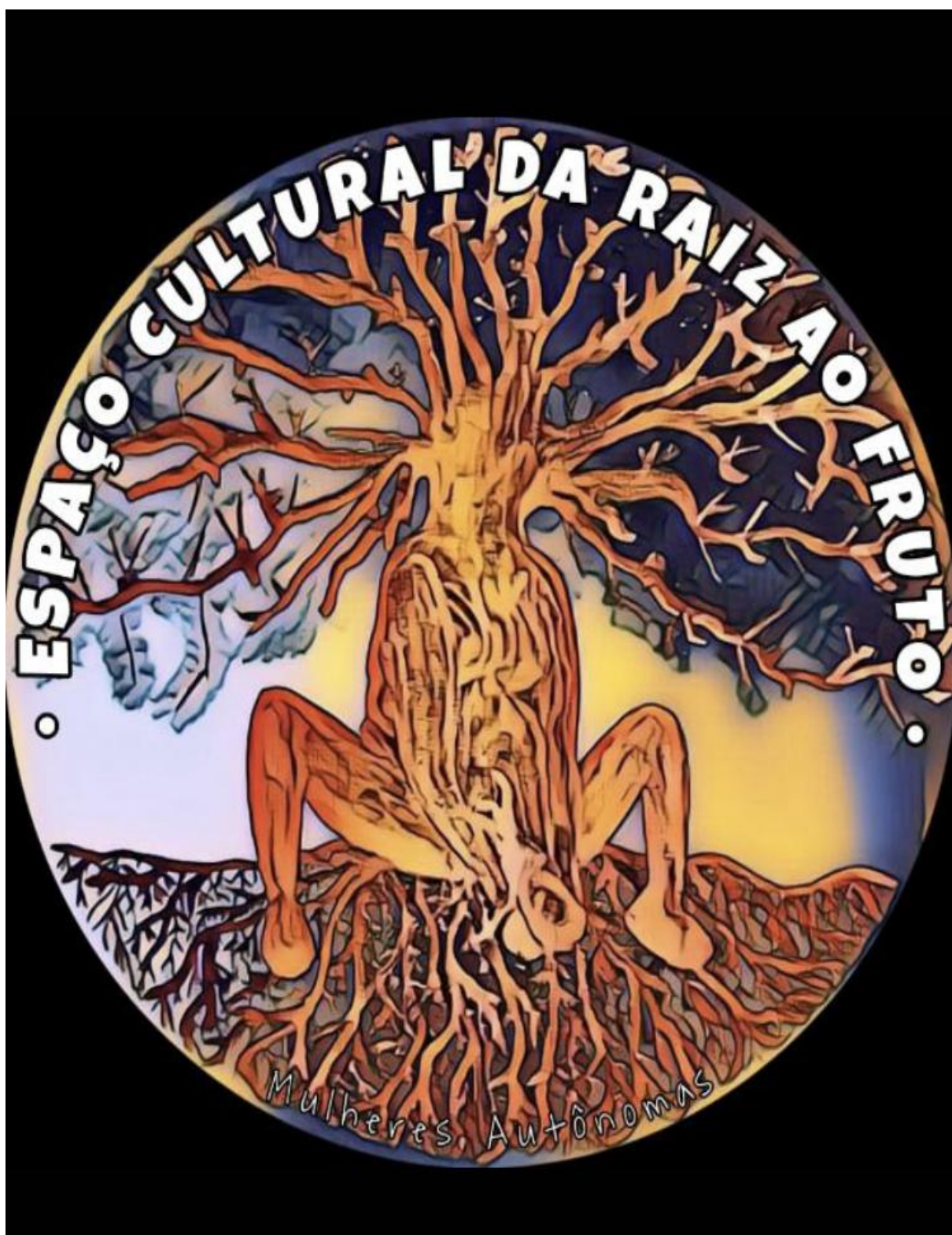
	<p>Conte me mais, sobre as atividades da proposta, vocês pretendem fazer outras submissões nesta mesma linha?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quais são os planos do coletivo para os próximos anos?
<p>Usos do Tempo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Como foi a experiência de preencher o diário do uso do tempo? • Quais foram suas dificuldades e/ou facilidades no preenchimento do diário do uso do tempo? • O que chamou mais a sua atenção ao parar para preencher as suas atividades cotidianas? • Você já tinha parado para fazer uma análise em sua rotina e o tempo que dedica as atividades de cuidado e afazeres domésticos? • Como você considera a sua rotina? Qual a sua avaliação acerca dela:
<p>Tempo e Coletivo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O que é coletivo para você? • De quantos coletivos você participa? • Como chegou no coletivo Da Raiz ao Fruto? • Quando você começou a participar do coletivo Da Raiz ao Fruto? • O que é este coletivo para você? • Quais os benefícios em participar do coletivo Da Raiz ao Fruto? • Você acha que consegue ter acesso a mais atividades em menos tempo, através do coletivo? • O que você acha dos eventos que vocês participam através do coletivo? Consegue ter momentos de lazer nos eventos? Se sim, quais?

<p>Tempo e Juventude</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O que é juventude para você? • Você se considera jovem ou adulta? Por quê? • O que é ser uma jovem mulher periférica? • Quais as vantagens e desvantagens em ser uma jovem mulher? • Qual a diferença da sua vivência juvenil para a vivência juvenil da sua mãe ou responsável feminina pelos seus cuidados?
<p>Tempo e Trabalho</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pode me contar um pouco sobre a sua trajetória profissional? Como, por exemplo, quais ocupações já exerceu: • Daqui há alguns anos você pretende estar desempenhando a mesma atividade profissional que realiza atualmente? Quais são os seus planos para o futuro? • No que o coletivo Da Raiz ao Fruto te ajuda em relação ao trabalho? E outros coletivos, contribuem para o seu trabalho de que forma? (Trabalho principal e secundário) • A renda que você obtém atualmente com as ocupações que exerce são suficientes para que você se mantenha? • Você considera as atividades de cuidado e afazeres domésticos como um trabalho? Se sim, justifique:
<p>Tempo e Educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Como você considera até o presente momento sua trajetória escolar e sua relação com a educação? • Se parou de estudar, pretende

	<p>retornar? Fazer qual curso? Qual o motivo da escolha deste curso?</p> <ul style="list-style-type: none">• Se estuda, faz qual curso? (Técnico/ Faculdade ou outros que a participante queira trazer) Qual o motivo da escolha deste curso?• No que o coletivo Da Raiz ao Fruto te ajuda em relação aos estudos? E outros coletivos, contribuem para o seu desenvolvimento educacional de que forma?
Tempo e Pandemia	<ul style="list-style-type: none">• Durante a Pandemia você continuou a estudar? Se sim, como?• Como você desempenhou o seu(s) trabalho(s) durante a pandemia? (Sejam eles produtivos ou reprodutivos)• Quais os impactos da Pandemia na sua vida atualmente?• Continuar com as atividades do coletivo Da Raiz ao Fruto e de outros coletivos contribui para o enfrentamento a pandemia?

ANEXO F

Primeira Logo (Imagem que define o grupo) do Coletivo Da Raiz ao Fruto



ANEXO G

Segunda Logo (Imagem que define o grupo) do Coletivo Da Raiz ao Fruto

